

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS**

DOUTORADO

SOLANGE BEATRIZ BILLIG GARCES

**MOVIMENTAÇÃO DOS ATORES IDOSOS NA ESFERA PÚBLICA E
NA SOCIEDADE CIVIL: SOCIABILIDADES PRESENTES NO
TERRITÓRIO DOS IDOSOS**

SÃO LEOPOLDO – RS

2012

Solange Beatriz Billig Garces

**MOVIMENTAÇÃO DOS ATORES IDOSOS NA ESFERA PÚBLICA E
NA SOCIEDADE CIVIL: SOCIABILIDADES PRESENTES NO
TERRITÓRIO DOS IDOSOS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção de Título de Dr. em Ciências Sociais com ênfase em Políticas e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes

São Leopoldo-RS

2012

Solange Beatriz Billig Garces

**MOVIMENTAÇÃO DOS ATORES IDOSOS NA ESFERA PÚBLICA E
NA SOCIEDADE CIVIL: SOCIABILIDADES PRESENTES NO
TERRITÓRIO DOS IDOSOS**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor , pelo
Programa de Pós-Graduação *Stricto
sensu* em Ciências Sociais, ênfase em
Políticas e Práticas Sociais, da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo-RS, _____ de _____ 2012.

Prof. Dr. José Rogério Lopes
UNISINOS

Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes
UFPE

Prof^a Dr. Patrícia Viana da Rosa
IPA/POA

Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky
UNISINOS

Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo
UNISINOS

Ao meu pai Arnaldo Billig, *in memoriun*, que apesar de ser um agricultor com muito pouco estudo, sempre sonhou com uma educação digna aos seus filhos e se estivesse vivo hoje estaria com 93 anos de idade.

A minha mãe Nilza Schneider Billig, com 89 anos de idade, que também compactuou com esse sonho de meu pai.

E aos meus amores, Eleandro e Nathália, cúmplices íntimos desse sonho e de tantos outros.

E a todos os idosos, como Osvaldo, Oscar, Valter, Jan, Selene, Sirley, Maria de Jesus, José e tantos outros mais que conheci nesta jornada, que mesmo com uma idade avançada continuam lutando por seus sonhos, herança para mim e para outras gerações futuras.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela energia e motivação proporcionadas para que vencesse mais este objetivo da minha vida terrena.

A grande amiga e irmã Carla Inês e seu filho Diego, pelo acolhimento que tive em São Leopoldo;

A minha mãe, pela compreensão de minha ausência nesse período de muito estudo;

A minha grande amiga Iracema pelo empréstimo de muitos livros e troca de conhecimentos, herança de um período de sua vida em que mais se dedicou a essa área;

As minhas amigas e colegas de trabalho da Coordenação de Pesquisa da UNICRUZ, Fabiana, Mônica e Patrícia que sempre me apoiaram e preencheram os espaços da minha ausência;

A Universidade de Cruz Alta pelo apoio recebido através do PICD – Programa de Incentivo à Capacitação Docente;

A minha amiga e colega de profissão Fabiana Antunes pelo apoio recebido e companhia em algumas coletas de dados;

As minhas colegas do Grupo de Pesquisa da UNICRUZ (GIEEH), Angela, Carolina, Dinara, Marília e Patrícia e aos bolsistas do Grupo que sempre me deram força para eu seguir em frente;

A minha colega Jana, Themis, Jamile e todos aqueles que indicaram sujeitos de pesquisa para minha coleta de dados;

A minha amiga Sulanita da UCPEL também colaboradora na minha coleta de dados;

Aos meus colegas do Doutorado com quem tive mais contato e laços de amizade Cristina, Claudia e especialmente à Eliene e ao Rodrigo, com quem as interações foram maiores;

Aos meus professores do Doutorado Gadea, Aloisio, Gaiger e José Rogério, com quem ampliei conhecimentos;

Aos idosos que participaram desta pesquisa e contribuíram com sua subjetividade e reflexividade. Sem isso a Tese não existiria. Devo muito a vocês!

E um agradecimento muito especial ao meu orientador, José Rogério Lopes, o qual admiro demais pelo seu grande conhecimento, simplicidade, simpatia, amizade, profissionalismo e empatia com seus alunos. É o mais especial dos Mestres! Obrigada pelo grande aprendizado que obtive nessa convivência!

Aos meus companheiros mais íntimos dessa jornada aqui na terra e aos quais eu amo muito: Eleandro e Nathália, que compreenderam e preencheram de seu jeito as minhas ausências. Amo-os incondicionalmente;

E a meu pai Arnaldo, que foi luz e força para eu chegar até aqui. Agradeço e dedico esta Tese especialmente para você.

Desejo que você, sendo jovem, não amadureça depressa demais e, sendo maduro, não insista em rejuvenescer, e que sendo velho, não se dedique ao desespero. Porque cada idade tem o seu prazer e a sua dor e é preciso que eles escurram entre nós.

(VICTOR HUGO, 1802-1885)

RESUMO

MOVIMENTAÇÃO DOS ATORES IDOSOS NA ESFERA PÚBLICA E NA SOCIEDADE CIVIL: SOCIABILIDADES PRESENTES NO TERRITÓRIO DOS IDOSOS

Autora: Solange Beatriz Billig Garces
Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes

O objetivo foi analisar como se constituem os espaços sociais para vivenciar a velhice e as sociabilidades que geram identidade e potência aos idosos, transformando-os em atores sociais. O referencial metodológico foi qualitativo. Os sujeitos foram vinte e dois idosos. Os entrevistados foram indicados por conhecidos, via método “bola de neve”: cada entrevistado apresentou referências/indicações de outros indivíduos elegíveis para participarem do estudo em questão. O instrumento foi um roteiro de pesquisa com questões abertas, e a interpretação foi a partir de análise de conteúdo. A partir dos resultados afirma-se que os idosos vivenciam diferentes dinâmicas de vida e não querem ser vistos como doentes ou *coitadinhos*. Os tipos ideais encontrados foram: Idosas Viúvas e Solitárias; Idosos Militantes Políticos; Idosos engajados em movimentos culturais; Idosos espiritualizados e solidários e Idosos que trabalham e estudam a questão do envelhecimento. Mas são os espaços de sociabilidades que permitem a que os idosos se potencializem e adquiram identidade pela suas ações. É nos processos de interação (sociação), que se constituem como sujeitos atuantes e constroem as diferentes velhices (tipos ideais) que se encontra hoje na esfera pública. Os idosos, que participam de diferentes sociações enriquecem o seu círculo social e também seu próprio desenvolvimento, intensificando diferentes interações, seja na forma política, cultural ou religiosa. A movimentação na esfera pública acontece quando suas ações impulsionam-se pela subjetividade, possibilitando maior reflexividade, a partir dos movimentos sociais. Essa reflexividade lhe estimula para suas escolhas, para o engajamento e participação política ou para o hedonismo e a religiosidade e os conselhos de direitos têm o dever e obrigação de possibilitar acesso a esses conhecimentos, assim como também às Universidades. Os idosos detentores de engajamento político, apresentam uma liderança e um carisma que os potencializa para a ação em suas comunidades, que constituem seus territórios de ação e trazem esse *conhecimento a mão* em suas trajetórias de vida. O idoso ainda é representado por políticos, intelectuais e demais pessoas interessadas em tirar proveito da questão social do envelhecimento. Aos poucos vão se acordando para essa realidade e iniciam sua participação, mas pelo elevado número de idosos do Brasil, essa participação política ainda é irrisória e por isso se diz que os idosos ainda não são legitimamente protagonistas na esfera pública, pois a sua movimentação ainda é uma novidade até mesmo entre os próprios idosos.

Palavras-chave: Idoso. Subjetividade. Reflexividade. Sociabilidades. Ação Social.

ABSTRACT

MOVEMENT ACTION OF THE ELDERLY ACTORS IN THE PUBLIC SPHERE AND IN THE CIVIL SOCIETY: PRESENT SOCIABILITY IN THE ELDERLY'S TERRITORY

Author: Solange Beatriz Billig Garces

Advisor: Dr. José Rogério Lopes

The purpose was to analyze how the social spaces are constituted to experience the old age and the sociability that generate identity and power to the elderly, transforming them into social actors. The methodological referential was qualitative. The subjects were 22 elderly. The interviewed were indicated by known people, via "snow ball" method: each interviewed showed references/indications from other closeable individuals to participate in the study in question. The instrument was a research guide with open questions and the interpretation was from analyzes of categories. From the results we can affirm that the elderly experience different dynamics of life and they don't want to be seen as sick or poor people. The ideal types found were: lonely and widow female elderly; Military Politician elderly; elderly engaged in cultural movements; spiritualized and solidary elderly and elderly who work and study the question of aging. But the sociability spaces are what allow that the elderly who potentiate and acquire identity by their actions. It's in the interaction processes (association) that are going to be constituted as acting subjects and building the different old ages (ideal kinds) that we find today in the public sphere. The elderly who participate in different associations enrich their social circle and also their own development, intensifying different interactions, in the political, cultural or religious means. The movement in the public sphere happens when its actions are boosted by the subjectivity, what enable it to have more reflectivity, from the social movements. This reflectivity stimulates it to its choices, to the engagement and political participation or to the hedonism and the religiosity and the advices of right have duty and the obligation to enable the access to this knowledge, as well as the Universities. The elderly who have political engagement present a leadership and charisma that potentiate them to the action and bring this knowledge to the hand on their life journey. The elderly is still represented by politicians, intellectuals and other people interested in benefiting from the aging social question. Few people are going to waking up to this reality and they start their participation, but by high number of elderly in Brazil, this political participation is still negligible and so we can say that the elderly aren't the real protagonists in the public sphere yet, because their *movementaction* is still something new even among the elderly themselves.

KEY WORDS: Elderly. Subjectivity. Reflectivity. Sociability. Social action.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa das Regiões Pesquisadas no RS	32
Quadro 1	Estados e Municípios de Procedência dos Idosos Pesquisados	33
Gráfico 1	População Residente por Domicílio Urbano e Rural no Brasil	49
Quadro 2	<i>Ranking</i> Mundial de População Idosa até o Ano de 2025	62
Gráfico 2	Evolução da Natalidade e da Mortalidade – Brasil 1881/2005	63
Gráfico 3	Pirâmide Etária – Brasil 1999-2009	64
Gráfico 4	Pirâmide Etária – Brasil 2010	65
Gráfico 5	Taxas de Fecundidade Total nos Estados Brasileiros -2009	65
Gráfico 6	Taxas de Fecundidade Total , segundo as Grandes Regiões - 1940/2006	66
Quadro 3	Esperança de Vida por Regiões Brasileiras	67
Gráfico 7	Evolução da Proporção de Idosos no Período de 1999 a 2009	70
Gráfico 8	Evolução da População e Índice de Envelhecimento – Brasil 1940-2050	70
Gráfico 9	Perfil Socioeconômico dos Idosos Brasileiros	71
Quadro 4	Taxa de Analfabetismo no Brasil entre Idosos	72
Gráfico 10	Doenças Declaradas pela População Idosa em PNDA – 2008	73
Gráfico 11	Percentual de Mulheres Ocupadas em Emprego Formal e Informal, segundo os Grupos de Idade – Brasil 2009	102
Quadro 5	Trajетória Histórica dos Movimentos e Mobilizações Sociais	196
Figura 2	Mestre Griô Sirley da Silva Amaro – Pelotas (RS)	281
Figura 3	Cartaz Convidando para uma Ação Griô - Mestre Sirley-RS	281
Figura 4	Idoso José – Boa Vista do Ramos (AM)	283
Figura 5	Idosa Maria de Jesus – Teresina (PI)	283
Figura 6	Site do MIS – Movimento Idoso Solidário	287
Figura 7	Chamada aos Idosos para a Marcha dos Cabeças Brancas -SP	288
Figura 8	Chamada aos Idosos para a Marcha dos Cabeças Brancas--PR	288
Figura 9	Registro da 1ª Marcha dos Cabeças Brancas em São Paulo	289

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABG – Associação Brasileira de Gerontologia
ABVD – Atividades Básicas da Vida Diária
ACEPI – Associação Cearense Pró-Idoso
AGPAMAR – Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais
AIDS/SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AIVD – Atividades Instrumentais da Vida Diária
AME – Assembléia Mundial do Envelhecimento
ANG – Associação Nacional de Gerontologia
APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
APAS – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Frederico Westphalen-RS
Art. - Artigo
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPs - Caixas de Aposentadorias e Pensões
CCI – Centro de Convivência do Idoso
CEI – Conselho Estadual do Idoso
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL – *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*
CETRES – Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade
CNAP – Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas
CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
CNI – Conselho Nacional do Idoso
CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
COMID – Conselho Municipal do Idoso
COMUTI – Conselho Municipal de Terceira Idade
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COM – Círculo de Pais e Mestres
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CREA – Conselho regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CRT – Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações
CTG – Centro de Tradições Gaúchas
DF – Distrito Federal
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
EUA – Estados Unidos da América
FDRH – Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
FECTIRGS - Federação Estadual dos Clubes Organizados da Terceira Idade do Rio Grande do Sul
FETAPERGS – Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GLBTS – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes
GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano /UNICRUZ
GREG – Grupo de Estudos Gerontológicos / UNISINOS
HU – Hospital Universitário
IAPs – Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
ILPIs – Instituições de Longa Permanência para Idosos
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LGBTTIS - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Intersexuais e Simpatizantes
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAS – Lei de Assistência Social
LOPS – Lei Orgânica de Previdência Social
MCC – Movimento de Cristandade e Cursilho
MIS – Movimento Idoso Solidário

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS – Ministério da Previdência Social
MRE – Ministério de relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização Social Comunitária para Idosos Paulistas
PAI – Programa de Assistência ao Idoso
PAME – Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento
PAPI – Programa de Assistência e Previdência ao Idoso
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PI - Piauí
PIE – Plano Internacional sobre Envelhecimento
PM – Política Militar
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDH – Política Nacional de Direitos Humanos
PNI – Política Nacional do Idoso
PNSI – Política Nacional de Saúde do Idoso
PP – Partido Progressista
PSF – Programa de Saúde da Família
PT – Partido dos Trabalhadores
RENADI – Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SCC – Secretaria de Cidadania Cultural
SEDH – Secretaria de Direitos Humanos
SENPROS – Secretaria Nacional de Promoção Social
SESC – Serviço Social do Comércio
SIH – Sistema de Internação Hospitalar
SINDNAPI – Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas
SINPAS – Sistema Nacional dos Aposentados e Pensionistas

SJDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TBM – Taxa Básica de Mortalidade
TBN – Taca Básica de Natalidade
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO - Tocantins
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNATI – Universidade Aberta à Terceira Idade
UNESCO - Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância
UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	17
	1.1 O PROBLEMA DE ESQUISA.....	17
	1.2 HIPÓTESES.....	22
	1.2.1 Hipótese Central.....	22
	1.2.2 Hipóteses Complementares.....	22
	1.3 OBJETIVOS.....	23
	1.3.1 Objetivo Geral.....	23
	1.3.2 Objetivos Específicos.....	23
	1.4 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO.....	24
	1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
	1.6 ESTRUTURA DA TESE.....	38
2	CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DA MODERNIDADE REFLEXIVA E OS NOVOS ATORES SOCIAIS.....	41
	2.1 O CONTEXTO DA MODERNIDADE REFLEXIVA.....	41
	2.1.1 O Processo de Destradicionalização da Sociedade.....	44
	2.1.2 O Contexto Urbano.....	49
	2.1.3 Aceleração das Relações Interpessoais e a Identidade dos Atores Sociais.....	54
	2.2 O ENVELHECIMENTO HUMANO: UM NOVO TERRITÓRIO.....	59
	2.2.1 As Razões Objetivas (Demográficas) para o Surgimento do Fenômeno do Envelhecimento.....	61
	2.2.2 As Razões Subjetivas(Individuais) do Envelhecimento.....	75
	2.3 SIGNIFICADO E USOS DA NOÇÃO DE TERRITÓRIO.....	81
	2.4 O ATOR SOCIAL IDOSO E A AÇÃO SOCIAL.....	86
	2.4.1 A ação social: fundamentos epistemológicos.....	86
	2.4.2 O ator social idoso.....	93
	2.5 TIPIFICAÇÃO DOS IDOSOS.....	102
3	CAPÍTULO 3 – SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO.....	115
	3.1 SOCIABILIDADES, CÍRCULOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE REDES DE RELAÇÕES.....	128
	3.2 LAÇOS SOCIAIS IMPORTANTES NO ENVELHECIMENTO E SUAS	

INTENSIDADES.....	132
3.2.1 Afiliação Familiar.....	149
3.2.2 Afiliação Grupal (social).....	155
4 CAPÍTULO 4 – CONTEXTOS DE SOCIABILIDADES DOS ATORES IDOSOS.....	162
4.1 DEMOCRACIA E CIDADANIA.....	164
4.2 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: INTERAÇÃO SOCIAL E MULTIPLICIDADE DE PAPÉIS.....	170
4.2.1 Esfera pública e sociedade civil.....	170
4.3 PRINCIPAIS MOVIMENTOS DOS ATORES IDOSOS NA ESFERA PÚBLICA E NA SOCIEDADE CIVIL.....	177
4.3.1 Trajetória histórica das sociabilidades.....	186
4.3.2 Políticas públicas voltadas ao envelhecimento.....	193
4.3.3 A esfera pública como espaço de reivindicação dos direitos sociais: constatações empíricas.....	215
4.3.4 Políticas Públicas e atores sociais: processos de participação e garantia de direitos na visão dos idosos.....	231
5 CAPÍTULO 5 - EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE SOCIABILIDADES DOS SUJEITOS IDOSOS.....	242
5.1 CAMPOS DE POSSIBILIDADES DOS ATORES SOCIAIS IDOSOS.....	242
5.1.1 Engajamento dos idosos em diferentes campos de ação: sociabilidades contemporâneas.....	246
5.1.1.1 Campo de Ação Política.....	258
5.1.1.2 Campo de Ação Religiosa/Solidária.....	269
5.1.1.3 Campos de Ação Cultural e Hedônicas.....	272
5.2 POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE PROJETOS NO ÚLTIMO CICLO DA VIDA.....	290
5.2.1 Situação biograficamente definidas dos atores sociais idosos.....	290
5.2.2 Trajetória de vida dos idosos pesquisados: mundo pressuposto.....	296
5.2.3 Relatos de Projetos realizados ao entardecer da vida.....	305

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	319
6.1 RETOMANDO AS HIPÓTESES PARA TECER AS CONCLUSÕES DA PESQUISA.....	319
6.1.1 Hipótese Central.....	319
6.1.2 Hipóteses Complementares.....	322
6.2 CONCLUSÕES GERADAS PELA PESQUISA E INCREMENTO PARA O TEMA	327
6.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	330
6.4 SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS.....	330
REFERÊNCIAS.....	332
APÊNDICE A	348
APÊNDICE B	350
APÊNDICE C.....	351

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

“Só tenho certeza de duas datas:[...] a de minha nascença e a de minha morte. Entre uma e outra cousa, todos os dias são meus” (Fernando Pessoa)

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

A extensão do envelhecimento populacional é irreversível, resultante do processo civilizatório do homem que construiu a ciência, a qual teve participação efetiva nesse processo, por exemplo, com o avanço da medicina e o controle da natalidade. Isto gerou maior expectativa de vida e prolongamento dos anos fazendo com que os idosos permaneçam ativos por um período maior. Como processo social, vários setores da sociedade e seus atores sociais demonstram interesse e vontade de trabalharem juntos e enfrentarem essa nova realidade, para que ao menos este prolongamento em anos seja vivido com dignidade.

Entretanto, o termo “*velho*”, na maioria das vezes, apresenta-se carregado de conotações negativas e se emprega reforçando a exclusão social daqueles que não produzem mais nos moldes da sociedade capitalista (DEVIDE, 2000). Neste tipo de sociedade, o trabalhador idealizado pela lógica do mercado precisa ser rápido, ágil, eficiente e produtivo. Modelo este que muitas vezes o idoso não representa, portanto fica à margem do processo e precisa compulsoriamente se “aposentar” da vida pública, se recolher a sua casa/família ou à institucionalização (asilo), além de se reduzirem seus direitos. Entretanto, com as mudanças demográficas apresentadas nos últimos anos e com previsões de aumento da expectativa de vida, os idosos vislumbram um potencial produtivo maior e um aproveitamento como capital humano e começa a inserção na esfera pública. Os idosos passam a se organizar em grupos, clubes, espaços hedônicos, culturais, religiosos, associações e espaços políticos, demonstrando suas narrativas nos espaços públicos. Assim, a reivindicação desse grupo, até então considerado minoritário, agora será uma questão pública presente nas arenas sócio-políticas.

Como reitera Santos (2004, p. 136) “O acontecer histórico, por mais localizado que seja e por mais discreto que pareça, tem como origem direta ou indireta um movimento de alcance mundial.” Mesmo que o envelhecimento seja

questão social recente no Brasil, diferentemente dos países europeu, chega de forma acelerada, engendrando aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Dessa forma, a mobilização social dos idosos é algo recente, apesar de fenômeno mundial e ocupar até então bem mais o espaço privado. Ocorreu em razão de que até pouco tempo era senso comum pensar o idoso como alguém improdutivo, afastado da esfera pública e sem sinergia suficiente para se organizar e reivindicar seus direitos civis, políticos, culturais e sociais. O fio condutor dos movimentos contemporâneos se organiza a partir da afirmação da identidade e a busca de direitos dos novos atores sociais. Seguindo essa linha dos movimentos sociais contemporâneos, os idosos surgem como novos atores sociais demonstrando que possuem espaços públicos a ocupar em escalas locais, estaduais e nacionais. Aos poucos adquirem consciência de sua identidade e de seus direitos.

Aliado a essas mudanças nas organizações da sociedade civil, o Estado Brasileiro sensibiliza-se publicamente para os problemas da velhice influenciado pelo cenário internacional, quando da criação da 1ª Assembleia Mundial do Envelhecimento (AME), em Viena, no ano de 1982. Este evento estabeleceu o I Plano Internacional sobre Envelhecimento (PIE).

No Brasil, com o aumento das discussões em torno da questão do envelhecimento, criam-se legislações específicas que constituem as políticas públicas do Idoso, como por exemplo a inserção do idoso na Constituição de 1988, a Política Nacional do Idoso, em 1994 e a criação do Estatuto do Idoso, em 2003. Assim, essas legislações precisam ser garantidas e, portanto, fiscalizadas através do controle social dos novos atores que surgem na esfera pública, os idosos. Todavia a universalização desses direitos constitui um dos principais problemas sociais. Quem garante sua efetivação não é só a possibilidade de participação destes na construção de ações para reivindicar seus direitos, mas também a apropriação do conhecimento de seus direitos, a fim de que de fato possam reivindicá-los e positivá-los a seu favor. A própria mudança da cultura política no país, a partir da constituição de 1988 com a abertura de espaços participativos democráticos, como os conselhos de direitos, mudam a postura da população no sentido de reivindicar políticas públicas em favor de suas necessidades. Assim, com

a crise da Modernidade, essa participação acontecerá de forma dialógica entre Estado e sociedade, onde os novos atores sociais possuem uma participação coletiva e democrática nas diferentes instâncias, seja em Associações, Grupos de Convivência, Audiências Públicas, Conselhos, Conferências ou Fóruns de discussões de seus direitos.

Outra questão social relacionada à idade perpassa pelo aumento de idosos que migram para as cidades. O crescimento das cidades e a urbanização mundial constituem os fatos mais notáveis do mundo moderno (WIRTH, 1979). Até a década de 1980, havia uma grande concentração de idosos residentes em zonas rurais, porém com o processo de êxodo rural, não apenas os jovens, como ainda os idosos passam a viver nas zonas urbanas.

Também, nesse século, há um predomínio de análise nos aspectos da subjetividade e dimensões da cultura de um grupo ou de pessoas e por isso a identidade passa a ser uma importante categoria de análise. Mister se faz esclarecer que identidade é uma categoria presente no contexto contemporâneo da sociedade e que se apresenta sob múltiplos sentidos e significados dependendo do ângulo em que se analisam as questões sociais. Assim, acredita-se que as representações e identidade desses sujeitos idosos devam ser amplamente discutidas na teoria social, não apenas em termos demográficos e epidemiológicos, como também políticos, sociais e culturais.

De fato, o processo de envelhecimento é um tema atual e que carece de pesquisas sociais, já que por muito tempo a atenção central da pesquisa voltada ao envelhecimento, preocupava-se com questões biológicas. Principalmente porque a população idosa no Brasil cresce de forma acelerada e requer informações que visualizem implicações sociais, econômicas e políticas relacionadas com o referido processo. Nesse sentido, em termos sociais, vê-se o empoderamento dos idosos a partir de sua participação na esfera pública como os novos atores sociais que despontam nas agendas das políticas públicas reivindicando seus direitos e não apenas como os “velhinhos” que participam de atividades de lazer em grupos de convivência. Concorde-se que há uma grande heterogeneidade entre os idosos e por isso, a gerontologia ao estudá-los ressalta que existe grupo de idosos fragilizados por doenças e incapacidade funcional e/ ou cognitiva, mas que há outro,

que faz parte do envelhecimento bem-sucedido, com idosos ativos e dispostos a muitas ações sociais, políticas, culturais e/ou religiosas.

Outro aspecto relevante é que o processo de envelhecimento desponta no momento em que a sociedade muda seu foco de análise. Como explica Touraine (2007), por muito tempo examinou-se a sociedade a partir de um paradigma político. Após esta fase, analisou-se a partir de um paradigma econômico e social (classes sociais e riqueza, burguesia e proletariado, sindicatos e greves, estratificação e mobilidade social, desigualdades e distribuição). Hoje se propõe também a análise partindo de um novo paradigma: o cultural. Decorrente disto, os problemas culturais adquiriram uma importância igual e/ou maior que os políticos e econômicos, que permite aos idosos novas possibilidades de inserção social e construção da sua identidade.

As análises sociais se situam hoje nos novos atores, nos novos conflitos, nas representações do eu e das coletividades. Um aspecto central de análise é a grande flexibilidade social dos sistemas de informações. Outro fator a se levar em consideração é o processo de mundialização (globalização), violência, política organizada, decadência do universo chamado social, individualismo desorganizador, destruição das categorias sociais como classe, os movimentos sociais, instituições ou agências de socialização - escola/família (perda da centralidade das categorias sociais) (TOURAINÉ, 2007). Com efeito, a sociedade demanda a participação de novos atores sociais com capacidade de reivindicar e agenciar recursos, visando sobreviver neste espaço de mudanças e competitividades e negociar o outorgamento de seus direitos através de suas lutas. Este movimento articula, na sociedade, a transição de um paradigma tradicional para outro, reflexivo.

Modernidade Reflexiva ou Alta Modernidade é como Giddens (2005) denomina o período que se vivencia, onde há a necessidade de estar sempre pensando ou refletindo a respeito das circunstâncias em que nossas vidas se desenvolvem. É neste sentido, que se ressalta a importância da participação dos idosos como protagonistas na esfera pública, para reivindicar demandas que lhes são pertinentes.

Pelas colocações acima, percebe-se hoje, não só o envelhecimento como um crescente processo demográfico, mas também com uma consciência subjetiva de

seus direitos que faz aflorar uma agenda de reivindicações desses novos atores sociais exigindo políticas públicas que atendam a referida demanda social. Este crescimento repercute diretamente em seu relacionamento na sociedade, na família e entre si, através de suas escolhas pessoais, interações e relações de poder. As novas relações de poder, entre os idosos, contribui para a formação de seus territórios. De acordo com Gohn(2010, p. 44) “território passa a se articular com a questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia.”

Assim, discutir o envelhecimento e suas subjetividades torna-se imprescindível. Os governos devem com certeza incluir o idoso em sua agenda pública, pois estes novos atores sociais surgem neste cenário, não apenas pelo número crescente de idosos, mas ainda pela sua organização, onde buscam, através da reflexividade, a sua inserção no debate e a sua continuidade no processo social, através da subjetividade de cada um. E é essa subjetividade que possibilita a busca de diferentes sociabilidades, sejam culturais, políticas ou religiosas.

Embora, esse tema permite inúmeras ilações e circular em diferentes direções, fez-se um recorte para tratar da questão das sociabilidades e ações que movimentam os idosos no espaço público e o tornam atores sociais.

Nessa direção portanto, esta tese busca responder a seguinte questão central:

“Num contexto contemporâneo, em que as influências globais produzem uma hiperdiversidade, a construção de sociabilidades pode se constituir em um território capaz de gerar identidade e potência aos idosos, transformando-os em atores sociais?”

Relacionada à questão principal, seguem ainda as seguintes questões complementares:

- a) Como o idoso se constitui como ator social neste cenário contemporâneo?
- b) Como ocorrem as dinâmicas das relações nos espaços de sociabilidades entre atores sociais idosos?
- c) Quem são os protagonistas nestes territórios?

d) Os espaços sociais (território) para a velhice são locais ou globais?

1.2 HIPÓTESES

1.2.1 Hipótese Central

As mudanças contemporâneas típicas da (Pós)Modernidade deslocam referenciais tradicionais de ação dos sujeitos idosos, fazendo emergir um horizonte de possibilidades de construção de sociabilidades culturais, políticas e/ou religiosas, que se constituem em territórios capazes de lhes gerar identidade e potência, como novos atores sociais no atual cenário.

1.2.2 Hipóteses complementares

a) O idoso se constitui como ator social no cenário contemporâneo através da constituição de projetos de sociabilidade, a partir de sua situação biograficamente definida, o que lhe permite fazer escolhas, seja no campo religioso, cultural e/ou político.

b) As dinâmicas das relações entre os atores sociais idosos se referenciam pelas interações sociais circunscritas aos seus círculos sociais que, a partir da constituição de novas sociabilidades, lhes permite ampliar suas redes sociais.

c) Em contextos de sociabilidades com caráter mais hedonista, como os culturais e ou religiosos, os idosos são em sua maioria protagonistas, entretanto, em contextos de sociabilidades com características de reivindicação, negociação e outorgamento de políticas, estes ainda são, em sua maioria, representados por outros atores sociais.

d) Os espaços sociais (território) para a velhice não se restringem somente a escalas locais, visto que as demandas na área do envelhecimento são definidas pelos fluxos que envolvem uma sociedade contemporânea com características globais, que geram *hiperdiversidade* e exigem reflexividade de seus atores sociais.

1.3 OBJETIVOS

De acordo com a estrutura de análise do trabalho e com as hipóteses propostas, configuram-se os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como se constituem os espaços sociais (território) para vivenciar a velhice e as sociabilidades que realmente geram identidade e potência aos idosos, transformando-os em atores sociais.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as instâncias e os espaços sociais (territórios civis e institucionais) que constituem esferas públicas para reivindicação de direitos sociais, enfrentamento aos processos de exclusão e promoção da cidadania do idoso;
- b) Caracterizar políticas públicas (locais, regionais e nacionais) orientadas às demandas dos idosos, em seus processos de negociação e outorgamento, de forma a configurar os atores presentes e suas perspectivas de intervenção nesses processos;
- c) Reconhecer as dinâmicas identitárias (objetivações e subjetivações) dos sujeitos em movimento nessa esfera pública, identificando características de organização coletiva e estratégias de ação (projetos) e negociação em torno do agenciamento de recursos para a efetivação de políticas públicas e constituição de sociabilidades (culturais, políticas e/ou religiosas);
- d) Analisar modelos de organização e orientação da atuação destes novos atores sociais, na busca de reconhecimento, de seus direitos e da superação dos processos de exclusão social, em espaços institucionais de elaboração de políticas públicas e demais campos de ação.

1.4 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA

Inicialmente destaca-se que a proposta desse tema condiz com a linha de pesquisa Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania do Programa Pós-

Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS. Além disso, faz parte da trajetória de trabalho na Instituição de Ensino Superior onde atuo como professora e pesquisadora, líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano (GIEEH) desde o ano de 2000; como Coordenadora da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) da UNICRUZ e como representante da Instituição de Ensino Superior (IES) no Fórum Gaúcho das IES com Ações Voltadas ao Envelhecimento Humano. Tem influência direta também das ações como Conselheira Titular, que represento no Conselho Municipal do Idoso de Cruz Alta-RS (COMID) e como Coordenadora do Programa “Escola de Governo”, que a Universidade de Cruz Alta, desenvolve em convênio com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (FDRH), através de cursos de extensão e programas de especialização para servidores públicos e agentes sociais através do Programa Gestão de Políticas Públicas para os Direitos Humanos: com os eixos de necessidades especiais, diversidade sexual e geracional (envelhecimento).

Além disso, outros fatores pesaram para justificar a realização dessa tese e dentre esses considera-se os seguintes:

- o grande contingente de população idosa no país, com tendência a um crescimento acelerado nas próximas décadas;
- a expansão dos anos de vida em razão do aumento da expectativa de vida e conseqüentemente, a constituição de faixas etárias entre os idosos, com idosos mais jovens e outros anciões;
- a heterogeneidade que sopesa no processo de envelhecimento, significa dizer que esse processo é bastante diferenciado, não sendo igual para todos e por isso se encontra idosos fragilizados e funcionalmente incapazes, enquanto outros apresentam um envelhecimento bem-sucedido, ativos e participativos em diferentes espaços sociais;
- por ter sido o envelhecimento, por muito tempo, estudado e discutido a partir de questões biológicas e funcionais. Não se trata aqui de discutir a importância desses estudos, que inclusive contribuíram grandemente, para que a própria expansão da vida pudesse ser hoje uma realidade. Em razão disso os

processos de ação social entre os idosos também devem ser discutidos atualmente, já que o número de idosos presentes na esfera pública se amplia a cada década;

- a vida urbana é uma realidade que trouxe o idoso para viver nesse espaço, dividindo as conquistas e os desafios com as demais gerações, bem como todas as demais questões pertinentes ao processo urbano e aos paradigmas atuais que caracterizam a sociedade contemporânea, como a hiperdiversidade, o consumismo, e com as tecnologias, a aceleração das relações interpessoais;

- atualmente os regimes políticos totalitários deram lugar a espaços mais democráticos, onde a participação dos atores sociais na esfera pública se faz condição necessária e, portanto, reflexividade e subjetividade tornam-se características imprescindíveis;

- as sociabilidades consistem em formas de sociação, que apesar de aparentemente insignificantes, revelam o lugar que ocupam os idosos na esfera pública, na contemporaneidade;

- a ampliação da esfera pública como espaço de reivindicações, possibilitou narrativas, onde ecoam maior mobilização as que denotam maior visibilidade;

- as diferenças e minorias sociais colocam-se no espaço público para reivindicar seus direitos e espaços sociais. Dentre esses novos movimentos sociais, os idosos aparecem como uma nova categoria social que permeia seu movimento através da conquista de questões culturais, políticas, sociais, de identidade e subjetividade.

Portanto, essa exposição de motivos coloca o processo de envelhecimento como um importante objeto de pesquisa e se torna extremamente relevante, especialmente no cenário contemporâneo da (Pós)Modernidade ou Alta Modernidade. Esta possibilita ao ator idoso tornar-se um sujeito crítico frente à alienação, dominação e subordinação, buscando espaços democráticos de participação política ou relações apenas num plano do hedonismo¹. De fato, em sujeitos idosos, algumas escolhas são realmente pessoais, outras, imposições sociais, por condição econômica, social ou por falta de autonomia física ou cognitiva.

¹ Hedonismo é a teoria de que o prazer é o objetivo supremo da vida. O hedonismo moderno procura fundamentar-se numa concepção de prazer entendida como felicidade para o maior número de pessoas. Ao se aludir que o idoso busca ações hedonistas se está referindo a sua liberdade de escolher apenas ações que lhe dão prazer, mesmo que seja o ócio ou o descanso.

Em uma sociedade complexa, a possibilidade de sociabilidades pode tornar o idoso um ator social.

Assim, os procedimentos metodológicos adotados na tese ajudarão a compreender como acontecem as ações dos idosos na sociedade contemporânea para vivenciar a velhice e as sociabilidades que realmente geram identidade e potência aos idosos, transformando-os em atores sociais.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pelo fato da pesquisadora estar muito presente no território analisado houve necessidade de um distanciamento dos fatos para os interpretar sem influências pessoais. Nesse sentido, recorreu-se a Bordieu citado por Martins (1992), em resenha feita a partir do autor, que atenta para a vigilância epistemológica:

[...]uma das principais fontes de erro nas ciências sociais diz respeito a uma relação incontrolada que o pesquisador mantém com seu objeto de estudo, ignorando tudo aquilo que a visão do objeto deve à posição ocupada pelo investigador no espaço social e no interior do próprio campo científico, e com isso prejudicando seus desvendamento e seu tratamento adequado (p.179).

Com efeito, o que Bourdieu alerta é em relação ao distanciamento que se deve manter do objeto de pesquisa, o qual chama de “vigilância epistemológica”, para que se neutralize a influência sobre ele. Isto é extremamente importante em razão de que os cientistas “[...] tendem a construir e explicar os seus objetos, assim como a perceber as questões específicas desse campo a partir da posição ocupada na hierarquia de tal espaço social”(p.179). Vale especificar, quando o cientista mantém uma relação de proximidade com o objeto pesquisado exerce-se a vigilância reflexiva com maior intensidade. Sobre isto Bourdieu preleciona tornar-se exótico aquilo que parece familiar, tentando estranhar algo já conhecido.

Santos (2005) ressalta que se vivencia um período de transição epistemológica e societal. A transição societal é menos visível, mas se manifesta a partir de novos paradigmas que surgem com o processo de globalização. Assim a transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna (conhecimento-regulação), e o paradigma emergente do conhecimento prudente para uma vida decente (conhecimento-emancipação). Esse autor, busca as razões

para defender sua posição de um “paradigma de transição epistemológica” de um conhecimento regulação para um conhecimento emancipação, cujo princípio o autor designa a solidariedade. Esse conhecimento para o autor é capaz de elevar o outro, reduzido pelo colonialismo à condição de objeto, para uma outra condição: a de sujeito.

Para Santos (1999b, p. 201) o “conhecimento totalizante é um conhecimento da ordem sobre o caos.” O que distingue a sociologia funcionalista da crítica é que a primeira pretende a ordem da regulação social e a última, a ordem da emancipação social. Dessa forma se encontra frente à desordem tanto da regulação social como da emancipação social. Com certeza o lugar é multicultural, onde há constante “hermenêutica de suspeição” contra universalismos ou totalidades. O multiculturalismo floresce em meio a estudos transdisciplinares, nas diferentes ciências sociais e estudos literários, onde se produz conhecimento crítico, feminista, antissexista, antirracista, pós-colonial.

Diante do pensamento exposto de Santos (1999b), infirma-se que as dificuldades em formular uma teoria crítica se configuram a partir de que “as promessas da modernidade, por não terem sido cumpridas, transformaram-se em problemas para os quais parece não haver solução.” As condições que produziram a crise da teoria crítica moderna não se converteram ainda em condições de solução para superação da crise. Decorrente disto surge a posição transicional, exposta por Santos: enfrenta-se problemas modernos para os quais não há soluções modernas.

O mesmo autor assume e defende dois posicionamentos, uma posição Pós-Moderna Reconfortante, aquela que aceita e celebra o que existe. O fato de não haver soluções modernas, direciona indicativo de que provavelmente não há problemas modernos; e a Posição Pós-Moderna Inquietante ou de Oposição, em que há disjunção entre a modernidade dos problemas e a pós-modernidade das possíveis soluções. Esta posição será assumida e transformada num ponto de partida para a construção de uma Teoria Crítica Pós-Moderna, a qual assume e defende Santos.

Para o autor supracitado, uma das fraquezas da teoria crítica moderna foi “não ter reconhecido que a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima aquilo que é criticável” (p.205). Defende a ideia de que todo

conhecimento crítico começa pela crítica do conhecimento. Todo ato de conhecimento consiste em uma trajetória de um ponto A (ignorância) a um ponto B (conhecimento). No projeto da modernidade distingui-se duas formas de conhecimento, o conhecimento-regulação que parte de um ponto A (ignorância), igual ao caos e vai para um ponto B (saber), igual a ordem. O conhecimento-emancipação parte de um ponto A (ignorância), que é igual a colonialismo e vai para um ponto B (saber), igual a solidariedade. A verdade é que o conhecimento-regulação se tornou hegemônico, através da ciência moderna e se institucionalizou como tal, dominando o conhecimento-emancipação. Assim como Santos, Habermas² foi um dos primeiros autores a apresentar trabalhos com as categorias sistema e mundo da vida e tensão entre regulação e emancipação, inspirando os trabalhos do primeiro autor.

Assim, necessita-se de um pensamento alternativo de alternativas. Também o autor admite que não é difícil confundir o pós-moderno de oposição (proposto por ele) como mais uma posição moderna de que pós-moderna. Explica que isso se deve em parte ao fato da interpretação dominante do pós-moderno ser o “pós-moderno celebratório”. O pós-moderno celebratório reduz a transformação social à repetição acelerada do presente, recusa a distinguir entre versões emancipatórias e progressistas de hibridação, e versões regulatórias e conservadoras.

Salienta ainda o mesmo autor que o pós-moderno de oposição questiona radicalmente o monopólio da ideia de uma ‘sociedade melhor’ e da ação normativa que a teoria crítica moderna reivindica. Acredita Santos (1999b) que dada a crise da teoria crítica moderna, o antagonismo entre pós-moderno de oposição e pós-moderno celebratório apresenta gradualmente consequências políticas e teóricas mais importantes de que o antagonismo entre moderno e pós-moderno, quando explicita:

Uma atitude pós-moderna de oposição tem que assentar numa articulação da crítica da modernidade com a crítica da teoria crítica da modernidade. O objetivo central é, pois, desenvolver teorias, horizontes analíticos e

² A teoria de Habermas chama-se Teoria da Ação e do Agir Comunicativo. De acordo com Avritzer(2002,p.37) para Habermas “a modernidade é o processo evolutivo de diferenciação entre sistema e mundo da vida, processo através do qual o sistema é diferenciado de mundo da vida e o subsistema mercado se diferencia do subsistema Estado”

conceituais que credibilizem esta atitude crítica sobretudo, junto daqueles que sentem as razões da indignação e do inconformismo não estão apoiadas pela indignação e o inconformismo da razão(SANTOS, 1999b, p.).

Dessa maneira, Santos (1999b; 2005; 2008) dará o suporte epistemológico para discutir as injustiças e a opressão vivenciada por grande parte da população, sobretudo se esta população for pobre e idosa.

Da mesma forma, Pinto (1996) explica que o sociólogo, ao estudar um universo diferente do seu, obriga-se a fazer a análise de sua relação com o objeto para escapar as diversas formas de etnocentrismo, ou seja, precisa “descrever as práticas dos membros dos outros grupos e, ao mesmo tempo, elucidar a relação que ele mantém com essas mesmas práticas. Da coleta dos dados até a redação do texto, a construção do objeto traz a marca dessa dupla preocupação” (p.57).

Em relação ao objeto específico desta tese faz-se necessário refletir sobre algumas noções que parecem “naturais”, como é o caso da idade (velhice). Dimensiona-se a proposta a partir de Lenoir (1996), o qual menciona aquilo que é “constituído como ‘problema’ social varia segundo a época e região e pode desaparecer por vários motivos e cita como exemplo, a velhice, pobreza, dependência, desequilíbrio demográfico [...]” (p. 64). Embora a idade possa parecer uma categoria natural, há um trabalho social de produção das populações, elaborado segundo critérios jurídicos das instituições. Assim, não se trata a idade dos indivíduos como uma característica independente do contexto no qual ela toma sentido. A fixação de uma idade é produto de uma luta que envolve diferentes gerações.

Para o sociólogo, o que constitui o objeto da pesquisa não é tomar partido nessas lutas simbólicas, mas analisar os agentes que as travam, as armas utilizadas, as estratégias postas em prática, levando em consideração não só as relações de força entre gerações e entre as classes sociais, mas também as representações dominantes das práticas legítimas associadas à definição de uma faixa etária (p.68).

De fato a manipulação das faixas etárias implica redefinição de poderes. Constitui uma forma da luta pelo poder travado pelas diferentes classes sociais e gerações. O objeto da sociologia da velhice não consiste em definir quem é e não é velho, ou em fixar a idade a partir da qual os agentes das diferentes classes sociais

se tornam velhos, mas em descrever o processo através do qual os indivíduos são socialmente designados como tais. A idade é um referente que permite comparações. A idade exerce seus efeitos sem a luta entre as gerações. Uma espécie de norma oficial, na qual se associam determinados direitos, agentes interessados em impor uma definição do envelhecimento (idade produtiva de acordo com categorias de trabalhadores sociais) (LENOIR, 1996). Vale lembrar que o objeto de pesquisa do sociólogo consiste em analisar o processo pelo qual se constrói e se institucionaliza o que, em determinado momento do tempo, é constituído como tal.

Com isso se alude que o objeto a ser pesquisado seja compreendido a partir de uma percepção dialética, como referenda Gaiger (1999, p. 30) “O arranjo da aparelhagem teórica e metodológica a ser feito depende, em cada caso, do objeto da investigação científica, de modo a melhor captá-lo em suas múltiplas dimensões e a perceber a conflitualidade inerente aos processos sociais em que se insere.”

E ainda complementa que, diferentemente da sociologia clássica, atualmente o fazer sociológico exige a construção de uma sociologia do sujeito, desenvolvida sob um novo prisma teórico e metodológico.

Essa sociologia do sujeito é chamada por Gaiger (1999, p.36) de Sociologia Dialógica, “a qual favorece a coabitação de antigas e novas tendências, correntes e teorias. Sua maturação se dá por estranhamento e por afinidade. É sensível às diferentes dimensões dos seus objetos e à pertinência de diferentes abordagens.”

Dessa forma, a pesquisa traz como suporte epistemológico um pensamento baseado num senso comum emancipatório e autorreflexivo, como lembra Santos (1999b). Além disso, mais recentemente, o mesmo autor evidencia a importância da ecologia dos saberes como a inesgotável diversidade da experiência do mundo. Segundo o autor, o pensamento abissal divide o mundo em duas partes: o do norte e do sul, como se todos vivessem um *apartheid* social, um fascismo contratual e territorial, onde os do norte representam tudo o que há de bom, e os do sul, tudo o que há de ruim. O pensamento abissal moderno regula as relações entre cidadãos e entre estes com o Estado e lida com os cidadãos como se estes fossem não-cidadãos, e com não-cidadãos como se tratasse de perigosos selvagens coloniais. Então, propõe o autor supracitado a ecologia de saberes, como um pensamento pós-abissal, cuja premissa centraliza-se na ideia da diversidade epistemológica do

mundo, no reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do conhecimento científico.

Nesta direção, a vigilância epistemológica proposta pela ecologia de saberes transforma este pensamento, chamado por Santos(2008) de pós-abissal em um profundo exercício de autorreflexividade.

No que se refere ao caminho metodológico, a pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa. As pesquisas qualitativas em ciências sociais trabalham com significados, motivações, valores e crenças. Estes não se pode reduzir a dados quantitativos, embora Minayo (1996) explica que os dados qualitativos e quantitativos podem fazer parte de uma mesma pesquisa, pois estes se complementam.

Assim, o ponto de partida para a primeira fase da pesquisa foi o aprofundamento bibliográfico e documental (base de dados como IBGE; IPEA;CEI;CNI;COBAP³) para consolidar o referencial teórico, descrevendo o atual estado da arte desse tema. Após, a segunda fase da pesquisa, baseou-se na saída a campo para, nas interações sociais da realidade empírica, encontrar as respostas que se delimitou para esse estudo.

Elaborou-se um roteiro (APÊNDICE A), pela pesquisadora, com quarenta(40) perguntas abertas relacionadas aos objetivos do estudo, validado por três profissionais especialistas da área.

Os entrevistados foram indicados por conhecidos, via método “bola de neve” – *snowball*⁴ (BIERNARCKI; WALDORF, 1981; FLICK, 2004). Nesse método cada entrevistado apresenta referências/indicações de outros indivíduos elegíveis para participarem do estudo em questão. A opção por esse recorte vem ao encontro do conceito de território, à medida em que se entrevistou idosos (homens e mulheres acima de 60 anos de idade) participantes de espaços institucionais que caracterizam instâncias de participação políticas, como Conselhos de Idosos, Fóruns Municipais de Envelhecimento e Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais voltadas aos idosos, bem como Associações, como o caso da Associação dos Aposentados e

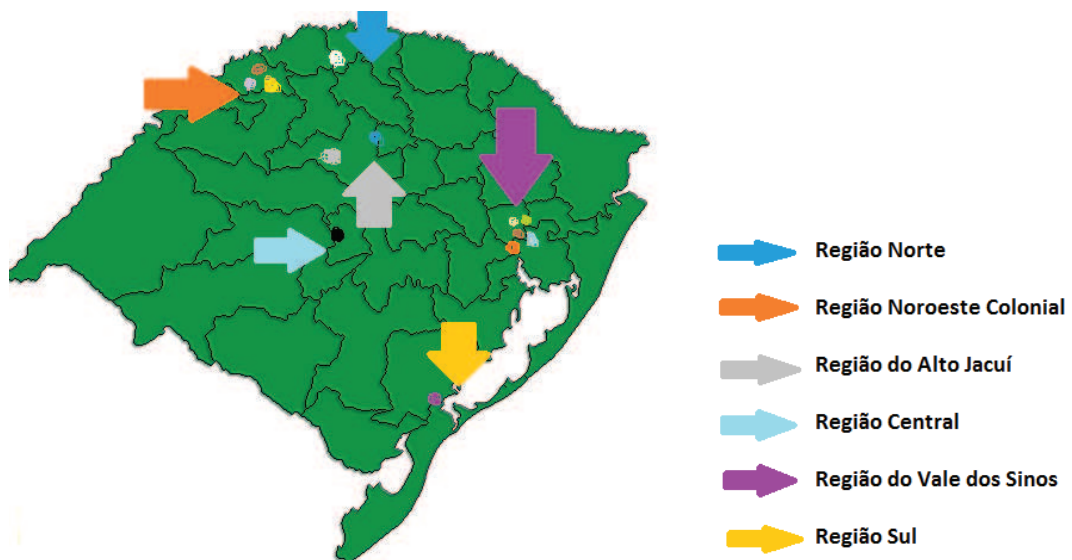
³ Ver significado das siglas na listagem de Abreviaturas e Siglas nas páginas pré-textuais.

⁴Embora esse método sugere regularmente uma saturação de indicações entre os sujeitos pesquisados que conformam uma base territorial, em seu caso as indicações estabeleceram uma saturação que conformou uma rede de interações em torno das ações dos idosos, nas instâncias de participação e reivindicação, o que portanto valida o uso do método.

Pensionistas; espaços que caracterizam participação religiosa como igrejas, pastorais, instituições asilares de caráter filantrópico e religiosos e espaços com características culturais e hedônicas como grupos de convivência, grupos de danças, de músicas e de teatro, de contação de histórias e transmissão da cultura oral, que pelas suas ações nos seus espaços vivenciais, levam a formação de territórios de ação e relação social materiais e imateriais, concretos e subjetivos, com limites efêmeros, que transitam em diferentes escalas, do local ao nacional.

No estado do Rio Grande do Sul o total de população idosa é de 1.459.597 pessoas, enquanto que somente no município de São Paulo o total é de 1.338.138. Escolheu-se idosos de municípios de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo menos um de cada uma das seguintes regiões: Norte, Noroeste Colonial, Alto Jacuí, Central, Vale dos Sinos e Sul, conforme especificado na fig.1⁵.

Figura 1 – Mapa das Regiões Pesquisadas no RS



Fonte: Mapa Disponível em: <<http://www.portaldarte.com.br/riograndedosul/index.html>> . Acessado em 20 ago. 2011.

Também se delimitou os sujeitos de forma que houvesse representação de municípios grandes, médios e pequenos. Ainda, para representar os idosos do País, entrevistou-se pelo menos um(01) idoso de cada uma das regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro Oeste e Sul) conforme seus campos de atuação, que aparecem representados por sua população total e idosa no quadro 1.

⁵ A sinalização das regiões foi organizada pela autora da tese.

Quadro 1- Estados e Municípios de Procedência dos Idosos Pesquisados

Unidade Geográfica onde foram coletados os dados	População total do município	População total de idosos	Nº de Sujeitos	Campo de Ação dos Sujeitos Pesquisados
Cândido Godoi-RS	6.535	1.179	1	COMUTI (Conselho Municipal da Terceira Idade); Apostolado da Oração da Igreja Católica; Grupo de Convivência, Líder Político(ex-prefeito por duas gestões)
Cruz Alta-RS	62.821	9.001	4	Federação e Associação dos Aposentados e Pensionistas do RS; Conselho Municipal do Idoso;No meio artístico, como músico e Sociedade Espírita (Lar Amor e Caridade); Campo do Envelhecimento e Aposentados e Grupo de Convivência
Frederico Westphalen-RS	28.843	3.769	1	Associação de Aposentados e Pensionistas
Gravataí-RS	255.660	27.085	1	Conselho Municipal de Idosos; Associação de Bairros e Grupos de Convivência
Porto Alegre-RS	1.409.351	211.896	2	Movimento Sindicato dos Aposentados;Movimentos sociais; UFC Vicentinos;Associação de bairro;Clube de Serviços (Rotary); Conselhos de classes Profissionais (CREA-RS e Sociedade de Agronomia do RS); Clube esportivo e Grupo de Igreja
Santa Maria -RS	261.031	35.931	2	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria; Patronagem do CTG(Centro de Tradições Gaúchas); Liturgia e Ministro de Eucaristia; Coordenação de Comunidades e Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Distritos municipais; Conselho Municipal de Saúde, de Assistência Social, do Idoso, do Desenvolvimento Rural e do Transporte; Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais (AGPAMAR);

				Grupos de Convivência; Sociedade Espírita Santamariense.
Santo Cristo- RS	14.378	2.346	1	Conselho Municipal do Idoso; Comunidade Católica, como Ministro da Palavra e Eucaristia e Sociedade esportiva
São Leopoldo-RS	214.087	22.125	2	Pastoral da Pessoa Idosa da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil); Grupos de convivência; Conferências; Associação de Bairro; Conselho Municipal e Estadual do Idoso; Associação dos Diabéticos.
Sapucaia do Sul – RS	130.957	13.644	1	Conselho de Assistência Social e Conselho Municipal do Idoso; Grupos de Convivência e Grupos Terapêuticos
Vista Alegre- RS	2.832	425	1	Grupo de Convivência; Igreja MCC (Movimento de Cristandade Cursilho) e de Orações
Pelotas-RS	328.275	49.764	1	Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade-CETRES/UCPEL); Cultura Popular através do Cortejo Griô do Ministério da Cultura; Grupos de Idosos e universitários
São Paulo – SP	10.659.386	1.338.138	1	Participa do MIS – Movimento Idoso Solidário; campanhas de direitos dos idosos; Comunidades e Associações de Bairros e Entidades Religiosas (colabora com a Pastoral do Idoso)
Boa Vista do Ramos - AM	14.979	843	1	Associação de Amparo ao Idoso; Conselho Municipal do Idoso e Artesão
Palmas - TO	228.332	9.978	1	Universidade da Maturidade na área Educacional Curso de Educadores Políticos Sociais do Envelhecimento Humano e Conselho; Municipal do idoso e Movimentos Sociais anticorrupção
Teresina - PI	779.220	60.122	1	Conselho Municipal do Idoso; da Assistência Social; da Mulher; da Criança e Adolescente; Centro de Convivência do Idoso; Preside um Núcleo Intergeracional; Movimento de bairro; Pastoral do Apostolado da Oração e é Legionária;

				Participa de Grupo de dança, teatro e escreve livros de poesias, e músicas (CD-Room)
Barra do Garças - MT	54.760	5.452	1	Grupos de Convivência
			22	

Fonte: Organizado pela autora da Tese

A teoria norteadora da parte metodológica para delimitar o espaço e tempo da pesquisa buscou-se em Santos(1985) o qual estabeleceu uma fundamentação teórica para “espaço e método”. Segundo o autor “A cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado de sua relação com os demais elementos e com o todo.” (p. 9) Por fim, para ele o espaço “[...]é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução das suas próprias estruturas” (SANTOS, 1985, p.16).

Realizou-se a pesquisa de campo através de entrevista estruturada, gravada e transcrita pela autora. As entrevistas tiveram sua interpretação seguida pela análise de conteúdo, organizadas em categorias de análise (tipologias/perfis). Para facilitar a análise dos dados, organizou-se Matriz de Análise (APÊNDICE B) elaborada *a priori* com pré-categorias de análise e indicadores e *a posteriori* à pesquisa, complementou-se com as categorias encontradas na realidade empírica, conforme previsto por Bardin (1977) e portanto, a análise compreendeu:

- a) previa análise incluindo a leitura global das respostas das entrevistas para ter um primeiro contato com o conteúdo que elas veicularam;
- b) exploração do material, identificando as unidades de registro em cada resposta e a partir destas procurando os indicadores já categorizados;
- c) interpretação com base na discussão teórica sobre a temática de pesquisa.

Para tanto Bardin (1977, p. 42), explica ainda que a análise de conteúdo pode ser entendida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Todavia cabe ressaltar que dois idosos responderam ao questionário enviado por *e-mail* e retornaram pelo correio (devido a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE), pela impossibilidade de obter dados *in loco*, na forma de entrevista, como o caso do idoso de São Paulo e de uma idosa de São Leopoldo-RS. Os demais idosos foram entrevistados durante a sua participação em Fóruns, Conferência Estadual e Nacional e em suas residências ou espaços de participação, como Grupos de Convivência ou Conselhos de Idosos.

Do ponto de vista analítico-instrumental o conceito de análise de conteúdo tornou-se fundamental para a compreensão dos dados obtidos nas entrevistas e questionários. Utilizou-se também Tobar e Yalour (2001, p. 105) para o entendimento da análise de conteúdo, que segundo eles significa que “o pesquisador recolhe comportamentos verbais que servem de indicadores que, agrupados, constituem unidades da vida social. A categorização deste material verbal denomina-se análise de conteúdo”. O objetivo central da análise de conteúdo é traduzir fatos sociais em dados suscetíveis de tratamento qualitativo ou quantitativo, “organizando-os de modo que adquiram significação para a teoria”.

A coleta dos dados respeitou os preceitos da legislação 196/96 que estabelece as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos. Para cada entrevistado foi lido o TCLE e após sua autorização realizou-se a coleta de dados com assinatura do TCLE (APÊNDICE C). O projeto dessa pesquisa avaliado por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) recebeu aprovação sob Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 0003.0.417.000-11.

Portanto, para chegar a conclusões dessa tese doutoral aprofundaram-se referenciais teóricos e epistemológicos, bem como se realizou uma pesquisa empírica com os atores sociais envolvidos, conforme descrição dos dados sociodemográfico dos mesmos. A pesquisa de caráter qualitativo, utilizou-se de análise de conteúdo. Cabe destacar ainda o caminho metodológico percorrido por essa tese, alicerçado em um referencial epistemológico fundamenta-se em um saber e fazer sociológico, contextualizado através de Bourdieu que dimensiona a vigilância epistemológica, de Habermas, que aponta a Teoria do Agir Comunicativo, além de Santos, que se fundamenta em Habermas para desenvolver a sua ecologia dos saberes.

Tabela 1 - Características Sociodemográficas dos Idosos Entrevistados

Variável	Descrição	f	%
Sexo	masculino	12	54,54%
	feminino	10	45,46%
Estado Civil	casado	12	54,54%
	solteiro	0	0,0%
	viúvo	7	31,81%
	separado	2	9,11%
	união estável	1	4,54%
Profissão	Professor(a) aposentado(a)	4	18,19%
	Funcionário Público e Músico	1	4,54%
	Comerciante aposentado	2	9,11%
	Assistente Social	2	9,11%
	Técnico em Enfermagem e Segurança do trabalho Aposentada	1	4,54%
	Médico Aposentado	1	4,54%
	Engenheiro Agrônomo Aposentado	1	4,54%
	Representante Comercial Autônomo Aposentado	1	4,54%
	Técnico em Segurança e Higiene do Trabalho Aposentado	1	4,54%
	Funcionária de Empresa Privada /Aposentada	1	4,54%
	Do lar	1	4,54%
	Costureira aposentada	1	4,54%
	Técnico em telecomunicações	1	4,54%
	Bancário	1	4,54%
	Agricultor	2	9,11%
Topógrafo	1	4,54%	
Idade/Faixa Etária	60 a 64 anos	4	18,19%
	65 a 69 anos	6	27,27%
	70 a 74 anos	7	31,81%
	75 a 79 anos	3	13,63%
	80 a 84 anos	2	9,10%
	85 a 89 anos	0	0,0%
	+ de 90 anos	0	0,0%
	Analfabeto/Não freqüentou escola formal	1	4,54%
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	5	22,74%
	Ensino Fundamental Completo	2	9,10%
	Ensino Médio Incompleto	1	4,54%
	Ensino Médio Completo	4	18,19%
	Curso Superior Incompleto	1	4,54%
	Curso Superior Completo	6	27,27%
	Especialização	0	0,0%
	Mestrado	1	4,54%
	Doutorado	1	4,54%

Fonte: Organizado pela autora da Tese

1.6 ESTRUTURA DA TESE

A tese divide-se em seis capítulos. No primeiro capítulo, apresentou-se uma visão contextualizada da tese, através dos seguintes subtítulos: o problema de pesquisa; as hipóteses, os objetivos, a justificativa da pesquisa, os procedimentos metodológicos e a estrutura da tese.

No segundo capítulo, destaca-se a Modernidades Reflexiva a partir de três características: **o processo de destradicionalização da sociedade**, cuja fundamentação teórica sustentou-se pela Teoria da Modernidade de Giddens, baseada na sua característica reflexiva, compreendendo como esse processo afeta os atores idosos que hoje emergem neste cenário, sendo novos protagonistas em busca de seus direitos culturais, políticos e sociais. Para Giddens (1996;1997;2005) estas reflexões recaem em **sistemas concretos e abstratos** na comunidade política local e global; outra característica relevante que resulta da globalização é o **contexto urbano**. Este, pensado como um fenômeno sociológico, engendra a partir das diferenças e conflitos, as demandas que conseqüentemente aceleram os processos de mudanças estruturais e que afetam também estes novos atores sociais; e, como última característica, a **aceleração das relações interpessoais em um contexto de** globalização gera processos de descoletivização, mas ao mesmo tempo produz movimentos de subjetivação dos atores sociais através da reflexividade em busca de novas possibilidades de organização.

Ainda nesse capítulo aborda-se a respeito da constituição **do envelhecimento humano como um novo território** identificando o significado e o uso do conceito de território como **espaço e meio de relação** e que acontece em diferentes **escalas**, que tanto podem ser locais como globais. Identifica-se o processo de envelhecimento e os espaços de atuação desses idosos, bem como se traça uma tipificação destes atores sociais a partir de **sua ação** na sociedade contemporânea. Torna-se mais evidente essa participação, entre os espaços sociais que apresentam características hedônicas de que politizadoras. Principalmente no momento da vida em que constitui praticamente senso comum ser o tempo de desengamento da vida social ou em espaços religiosos, que atraem

sujeitos mais vulneráveis ou desprendidos como os idosos e que por terem mais tempo livre dedicam-se à fé, à solidariedade e à caridade. Estas constatações empíricas fundamentam-se na teoria de Schütz, a qual explicita que a ação de cada um se liga a sua **situação biograficamente** definida e do conhecimento que tem disponível e do qual lança mão no momento de sua ação social. A **ação social** é aquilo que possui uma relação na ação dos outros, sendo sempre relacional. Assim, ação social sempre se relaciona ao conceito de relação e se orienta pela reciprocidade com relação a muitos, ou seja, orientada pela ação dos outros ou a partir de interesses burocráticos ou valorativos e tradicionais. Portanto, para pensar os atores sociais na organização da sociedade contemporânea, necessitou-se identificar como eles produzem sentido e significação nas suas ações.

Assim, torna-se extremamente relevante conhecer os **processos de subjetividade e participação** desses sujeitos em suas ações coletivas, que dá sustentação à **identidade contemporânea** dos novos atores. Desta forma, aprofunda-se também estes conceitos nesta tese, no capítulo três, onde se alinham as sociabilidades e individualidades apresentadas pelos atores idosos, fundamentando-se a partir de suas **subjetividades e participação que lhes possibilitam a construção de suas identidades**. A participação dos idosos nestes espaços sociais contemporâneos e a **construção de suas sociabilidades** foi um desafio a se conhecer, especialmente neste momento em que a atuação como ator social, requer **reconhecimento e identidade e que se** associam a sua capacidade de narrativas em suas comunidades. Isto se explica porque os antigos sistemas sociais baseados em estruturas sociais perdem forças para uma nova organização social, não mais baseada em *status* e papéis sociais dos seus indivíduos, mas em função de subjetividades, de pensamentos e ações que os transformem em atores sociais.

Nesta direção, para contextualizar o processo de sociabilidades a partir de sua **atuação e participação na esfera pública** e a construção do **movimento social** dos idosos relatando a **trajetória histórica das políticas públicas** traçou-se uma linha de tempo das reivindicações, movimentos e organização destas políticas públicas e legislações pertinentes ao tema. Para essa compreensão, trabalhou-se

alguns conceitos, como democracia, cidadania, esfera pública, sociedade civil, movimentos sociais e políticas públicas, desenvolvidos no capítulo quatro.

O capítulo cinco traz a realidade encontrada a partir da manifestação da subjetividade dos idosos, quando estes têm a capacidade de nomear, ou seja, quando apresentam narrativas que os emancipem e o seu engajamento em diferentes campos de ação, como os culturais, religiosos e políticos. Ainda no capítulo cinco, demonstram-se os campos de ação social onde estas narrativas ecoam exigindo capacidade de **construção de projetos** e **agenciamento de recursos** o que dependerá de sua situação **biograficamente definida** e também relatos de projetos realizados por idosos, sujeitos dessa pesquisa.

Finalmente, no capítulo seis apresentam-se as conclusões levantadas evidenciando que os benefícios que essa tese traz é um incremento à pesquisa no que se refere à teoria social do envelhecimento, especialmente em relação à identidade e reconhecimento dos idosos como atores sociais e o lugar que ocupam na sociedade contemporânea a partir de sua **movimentação** na esfera pública.

CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO DA MODERNIDADE REFLEXIVA E OS NOVOS ATORES SOCIAIS

“Na juventude deve-se acumular o saber. Na velhice fazer uso dele.” (Rousseau)

2.1 O CONTEXTO DA MODERNIDADE REFLEXIVA

Ao entrar no século XXI, evidencia-se constantes mudanças na sociedade contemporânea. Este processo de mudança se torna mais evidente a partir da Modernidade. A Modernidade para Giddens (2002) é uma ordem pós-tradicional, mas não onde as certezas da tradição tenham sido substituídas pelas certezas do conhecimento racional. “A dúvida, característica da razão crítica moderna permeia a vida cotidiana assim como a consciência filosófica que se constitui uma dimensão existencial do mundo contemporâneo”(p. 10). Com isso o autor diz que uma das características principais da modernidade é a incerteza, a mudança, a descontinuidade e o ritmo acelerado que modificam a dinâmica da vida social moderna.

Salienta-se que a Modernidade inicia por volta do século XVI com as novas subjetividades que o Renascimento possibilitou. As revoluções sociais foram grandes responsáveis por estas mudanças. No século XVI e XVII, a Revolução Intelectual e Científica traz um conjunto sucessivo de inventos e mudanças de posturas da subjetividade, passando de um pensamento sagrado a um secular. Substituem-se as formas anteriores de dogmatismo e autoridade pelo pensamento racional (razão) que embasa a Ciência Moderna, onde Bacon e Descartes foram seus principais representantes. Há neste período também a contribuição de muitos personagens que se tornaram históricos, assim como Lutero com sua reforma protestante, inspirando mais tarde os escritos de Weber.

A aristocracia feudal caracterizava a classe que detinha os direitos através da mercantilização dos títulos de nobreza. Com a Revolução Industrial, no século XVIII, há o desenvolvimento do capitalismo, através do qual os indivíduos se libertam de amarras feudais e servis e se tornam livres e iguais para estabelecerem contratos no mercado de trabalho mexendo novamente com a subjetividade de cada um. No

século XIX, as Revoluções Liberais lutam para modificar os antigos regimes que dividem a sociedade em grupos diferenciados, com poderes e direitos (privilégios) abusivos, tal como era na França (o primeiro estado, o clero, o segundo estado, os nobres e o terceiro estado, o povo). Dentre as revoluções liberais, destaca-se a Revolução Francesa, que buscou os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, visando demonstrar que os indivíduos devem ser soberanos de seu tempo e não, vassalos. A ideia de democracia passa a ser referência e surge como paradigma político que aos poucos sofre pressão para introdução de dispositivos de participação. Uma das marcas da Modernidade, que contrastou com a ordem tradicional, foi o Estado-Nação, “com formas específicas de territorialidade e capacidade de vigilância, e monopoliza o controle efetivo sobre os meios de violência”(GIDDENS, 2002,p.21/22).

Pode-se dizer que estas revoluções se imbricam levantando questões sociais para serem refletidas e se relacionam diretamente a três grandes pensadores que constituem a sociologia clássica, ou seja, Weber, Marx e Dürkheim.

Os pilares culturais da sociedade moderna fundamentaram-se na razão, na ciência e no progresso. Pilares esses complexos e ambivalentes, pois a razão, por exemplo, trouxe a promessa da verdade através da Ciência que substituiu a religião sustentando-se na secularização. A ciência e o progresso se uniram para atingir a ordem e alcançar a civilização. É, portanto a crítica a estes pilares que trouxe sustentação às teorias clássicas da sociologia. Weber, por exemplo, buscou explicação para os efeitos da racionalização, a respeito dos sentidos desta ação típica da sociedade moderna. Marx recorreu à compreensão das características da ordem perseguida pela Ciência e pelo Progresso, identificando os efeitos desiguais deste último e que reconheceu como dominação. Dürkheim se dedicou ao entendimento dos efeitos da individuação resultante das interações sociais em uma sociedade moderna e liberal. Portanto, na sociologia estas contextualizações deram condições à constituição das teorias clássicas do consenso e do conflito.

Atualmente se passa por uma mudança de paradigma que traz como consequências um mundo de incertezas e imprevisibilidades, herança de um conhecimento racional que, ao contrário de que se vê, deveria ter sido a promessa

do progresso e de um mundo melhor. Isso ocorreu em razão de que, conforme explicita Gohn(2010, p. 11):

[...] o Estado, objeto central de investigação de uma grande parcela de cientistas sociais, passou, no plano da realidade concreta, com a globalização, a ser deslegitimado, criticado, com destaque para a perda de sua importância como agente regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais são citados como uma das ações sociais por excelência.

Portanto, estas alterações são reflexos desta mudança de paradigma pelo qual se atravessa. Alguns intelectuais chamam a este período de Pós-Modernidade, entretanto outros ainda consideram que não se saiu da Modernidade, como é o caso de Giddens, evidenciando viver-se no período da Modernidade Tardia, pensamento este com o qual se coaduna.

Para Giddens (2005) viver na Modernidade Tardia ou Alta Modernidade constitui-se estar em risco constante. Vive-se em um mundo de transformações aceleradas, onde as formas tradicionais de confiança tendem a se dissolver, entretanto risco e confiança estão intimamente ligados. Por isso a ideia de reflexividade social é importante, para se estar “sempre pensando e refletindo em que circunstâncias os acontecimentos de nossas vidas se desenrolam.”(p.540)

Assim, entende-se que é na dimensão do risco que a reflexividade acontece. A reflexividade só ganha potência num plano coletivo/organizado. Por isso, para Giddens, a reflexividade social deve ser institucional e, complementa:

A reflexividade social é condição e resultado de uma sociedade pós-tradicional. As decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições das ações de cada um. “Reflexividade” aqui se refere ao uso de informações sobre as condições de atividade com um meio de reordenar e redefinir regularmente o que essa atividade é. Ela diz respeito a um universo de ação onde os observadores sociais são eles mesmos socialmente observados; e, hoje em dia ela é verdadeiramente global em sua abrangência.(GIDDENS, 1996, p. 101)

Outro autores, assim como Touraine (2007), sustentam a ideia de que não há mais um paradigma social e sim, um cultural, onde os indivíduos na Modernidade são os que, a partir de sua cultura, assumem um modelo de coesão social e por isso “o sujeito é mais forte e mais consciente de si mesmo quando se defende contra

ataques que ameaçam sua autonomia e sua capacidade de perceber-se como um sujeito integrado, ou pelo menos lutando para sê-lo, para reconhecer-se e ser reconhecido como tal”.(p.112)

Este período da Modernidade Tardia que se vivencia traz características como flexibilidade, diversidade, diferenciação e mobilidade, comunicação, descentralização e internacionalização. Por isso se entende a globalização como um processo dialético, pois se por um lado cria incertezas, riscos e vulnerabilidades, por outro possibilita a diversidade e a reflexividade social. Assim, tais mudanças evidentemente refletem-se nas formas de análise social. Para melhor entendimento, traça-se algumas características que fundamentam esse processo, como o abandono de instituições tradicionais, a aceleração das relações interpessoais, bem como as mudanças sociais e culturais produzidas pelas aglomerações urbanas.

2.1.1 O processo de destradicionalização da sociedade

A modernidade, por volta do século XVII substitui as instituições sociais tradicionais e, conforme Giddens (1991, p. 11) “[...]refere-se a estilo, costume de vida ou organização social[...]”, que emergiu na Europa e posteriormente teve influência mundial.

Alguns autores, como Lyotard⁶, falam que, atualmente se vivencia a Pós-Modernidade. Entretanto, Giddens discorda e explica que esta pode estar a caminho, mas o que se expressa hoje é um período de redefinição da Modernidade, o qual chama de “Modernidade Reflexiva”, “Alta Modernidade” ou “Modernidade Tardia”.

Na visão de Beck (1997) a sociedade alia um inerente dinamismo em todos os setores e isso faz surgir uma nova modernização que, juntamente com Giddens, também classifica como “Reflexiva”.

Ainda ao explicar o processo de redefinição da Modernidade, Giddens usa a ideia de “descontinuidade” no desenvolvimento da sociedade como um processo histórico. Esse movimento possibilita o desvencilhamento de todos os tipos

⁶ Jean-François Lyotard foi o primeiro autor que popularizou a noção de pós-modernidade.

tradicionais de ordem social e, portanto é preciso identificar as descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais.

Sem dúvida para compreender essa multidimensionalidade, Giddens (1991, p.25) previne que “é preciso dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais.” E complementa o autor ao explicitar que, se por um lado, há a difusão extensiva das instituições modernas, universalizadas por meio dos processos de globalização, por outro estão os processos de mudança, intencional, que podem estar conectados à radicalização da modernidade. “Esses são processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição” (GIDDENS, 1997, p. 74).

Já Beck (1997), dimensiona que a modernidade gerou as condições para o desenvolvimento da vulnerabilidade, através da insegurança social, do risco e das incertezas. Pondera Giddens (1997) sobre a cultura de risco e explicita a necessidade de se tornar cada vez mais sensíveis às novas ameaças do mundo moderno, produzidas pelo próprio homem, pelo uso da ciência e tecnologia e a instrumentalização do mundo como mercadoria.

Neste contexto Giddens (1996; 2005) caracteriza três fontes dominantes para entender a dinâmica da modernidade: a separação entre tempo e espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento. Os mecanismos de desencaixe “descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinao-os através de grandes distâncias no tempo e no espaço.” (GIDDENS, 2002, p.10). Estes mecanismos de desencaixe consistem em fichas simbólicas e sistemas especializados, que em conjunto constituem o que ele denomina *sistemas abstratos* e responsáveis por separar a interação das particularidade do lugar.

Giddens(1991) ainda define os sistemas abstratos na Sociedade da Alta Modernidade como sendo os mecanismos de desencaixe, que removem as relações sociais das imediações do contexto e estas relações baseiam-se na confiança em sistemas peritos e fichas simbólicas, como por exemplo o dinheiro.

Com esse novo paradigma Giddens (1996; 2005) desenvolve uma perspectiva teórica sobre as mudanças que ocorrem na “Alta Modernidade”, a partir

do que o autor chama de reflexividade social. Por se viver um período de riscos e incertezas, volta-se para o conceito de confiança, pois este, nos sistemas tradicionais, costumava ter por base a comunidade local. No entanto, pela vivência em uma sociedade mais globalizada, baseia-se a confiança em sistemas abstratos e, justamente por isso, precisa-se aumentar a reflexividade social.

O autor complementa ainda essa ideia ao afirmar que viver na Modernidade Tardia é estar em risco constante. Vive-se em um mundo de transformações aceleradas, onde as formas tradicionais de confiança tendem a se dissolver, entretanto risco e confiança estão intimamente ligados. Por isso a ideia de reflexividade social é importante, para se estar “sempre pensando e refletindo em que circunstâncias os acontecimentos de nossas vidas se desenrolam.”(p.540)

A reflexividade compõe-se no uso regularizado do conhecimento sobre as circunstâncias da vida social, como forma de organização e transformação, como complementa o autor “ [...]a reflexividade da modernidade de fato solapa a certeza do conhecimento, mesmo nos domínios centrais da ciência natural”(p.26).

Para Giddens (1991, p. 59), “A reflexividade é um processo que desloca a vida social da fixidez da tradição”. Entende-se que essas novas legislações constituem o produto da reflexividade de um conhecimento tradicional que busca se modernizar e vem ao encontro a que o autor chama de destradicionalização.

Em um nível individual, coletivo ou global, a acumulação de conhecimento reflexivamente ordenado cria futuros abertos e problemáticos sobre os quais temos, por assim dizer, que “trabalhar” à medida que seguimos no presente. Ao fazermos isso, influenciaremos os processos de mudança, mas o controle total deles foge cronicamente do nosso controle. (GIDDENS, 1996, p. 94).

Hoje, a mundialização, não é mais vista apenas como a extensão do capitalismo e do ocidente ao resto do mundo, mas sim como um processo dialético, pois consiste em tendências mutuamente opostas e isso se explica porque “ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam lateralmente esticadas e como parte do mesmo processo, vemos o fortalecimento de pressões para autonomia local e identidade cultural regional” (GIDDENS, 1991, p. 70).

Esse conjunto de características que abalou as estruturas tradicionais da modernidade indica que se transita em uma época de mudança de paradigmas e

quebra das estruturas tradicionais. De fato a crise da modernidade trouxe a tona o questionamento da racionalidade científica como uma alternativa legítima até então existente e assim outras dimensões da realidade produtoras de saber vieram a tona, conforme referenda Gohn(2010, p. 42):

[...] as advindas do mundo das artes, do 'mundo feminino' das mulheres, do corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidiana pela via da educação não-formal. E estas outras racionalidades estão predominantemente presentes no campo das experiências de participação em lutas e movimentos sociais, culturais, etc.

Na visão da mesma autora, com a crise da modernidade há a emergência de novas formas de racionalidade. Portanto, nesse contexto de reflexividade sobre as discontinuidades da vida moderna surgem intelectuais que trazem sua contribuição em termos de concepção teórica. Assim o conhecimento desses novos teóricos, em conformidade com Gohn (2010, p. 42) buscam suporte em temas que discutem as “[...] relações sociais entre os indivíduos, grupos e movimentos da sociedade, sobre as formas como vivem, interagem, reproduzem-se, atribuem sentido às suas experiências, produzem sua cultura, fundamentam teórico-ideologicamente seus projetos de vida e de sociedade”.

Torna-se importante destacar que para Touraine (2007) os problemas culturais adquiriram uma grande importância na sociedade atual e esta se organiza ao redor deles, como bem dimensiona quando afirma:

A história da modernidade é a história da dupla afirmação da razão e do Sujeito [...]. Os movimentos sociais, os da burguesia revolucionária, depois do movimento operário, finalmente os novos movimentos sociais cujos objetivos são mais culturais que econômicos, apelam cada vez mais diretamente para a combinação entre a razão e o Sujeito, separando de maneira crescente de um lado a razão da sociedade, do outro o Sujeito do indivíduo.” (p. 394)

De fato, essas ideias referendam a hipótese da presente pesquisa, ou seja, as mudanças contemporâneas típicas da (pós) modernidade deslocam referenciais tradicionais de ação dos sujeitos idosos, fazendo emergir um horizonte de possibilidades de construção de sociabilidades culturais, políticas e/ou religiosas,

que se constituem em territórios capazes de lhes gerarem identidade e potência, como novos atores sociais no atual cenário.

Essas mudanças acontecem desde a instalação de uma tensão entre sociedade que se torna crescente, instalando contradições que levam a uma aceleração da mudança (GIDDENS, 1991; 1996; 2005). E cabe aqui algumas questões de como acontece o processo de mudança na sociedade. Também se essa mudança é sempre imposta, a partir de sistemas abstratos.

Para tanto Avritzer(2002) explica que a tensão entre o concreto e o abstrato liga-se ao fato de que o processo de passagem de uma sociedade comunitária ou tradicional para sociedades modernas envolveu o surgimento de estruturas sociais com níveis maiores de abstração, tanto no campo da política quanto no campo da economia.

Nas práticas sociais, os indivíduos podem agir na esfera particular (privada) ou institucional (pública). Nesta última os indivíduos agem de acordo com os sistemas abstratos, não havendo exigência de uma presença física.

Da mesma maneira que a globalização impõe contradições crescentes, também gera na pessoa a necessidade de reflexão (reflexividade social). Nesta perspectiva, há também a necessidade de refletir para que se coincida a objetivação e a subjetivação dos atores sociais. A subjetivação para Dubet (1994) estabelece uma postura crítica, uma lógica de ação fundada na subjetividade, ou seja, o ator é um sujeito crítico frente à alienação, dominação ou subordinação.

Quando se passa por um período de “crise”, entende-se que são nestes momentos que “se funda subjetivamente um engajamento político, ou qualquer engajamento, de maneira geral, e que, nos momentos felizes, pode ser mantido no desconhecimento”(BERTRAND, 1989, p. 15). E prossegue o autor afirmando que são nesses momentos que é preciso “compreender, apreender a razão ou a necessidade histórica deste estado de coisas, e constituir novas bases de luta e de ação.”

Portanto, na “Modernidade Reflexiva” (GIDDENS, 2005), por um lado os sujeitos idosos podem optar por uma condição passiva, e se tornarem saudosistas, buscando retorno as suas origens, ou seja, por saudade, buscar um retorno reflexivo ao passado e assim, permitindo compreender as lacunas deixadas na trajetória; por

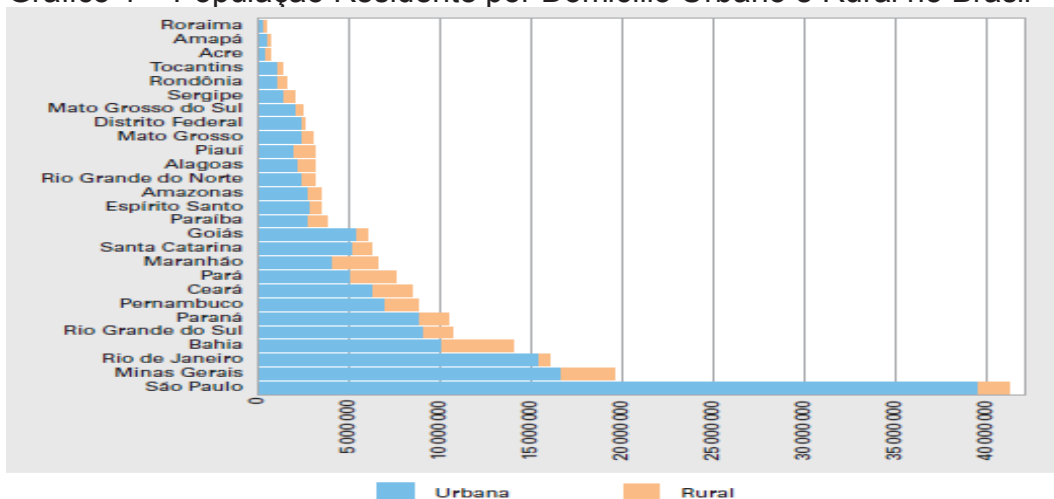
outro lado, pode levá-lo a uma situação ativa, a partir da reflexividade, compreender as novas coletividades e torná-lo um sujeito atuante, um sujeito de ação a partir de novas sociabilidades.

2.1.2 O contexto urbano

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009; 2011) a taxa de urbanização que em 1998 era de 79,6% passou a 83,8%, em 2008, confirma a tendência de crescimento paulatino do processo de urbanização no Brasil. De acordo com o censo de 2010, houve um acréscimo de quase 23 milhões de habitantes urbanos, de 81,2%, em 2000, para 84,4%, em 2010, conforme gráfico 1.

O crescimento das cidades e a urbanização do mundo constituem-se em alguns dos fatos mais notáveis do mundo moderno. Com o crescimento, a expansão e a centralização da tecnologia nas áreas urbanas, é inevitável o crescimento e a aglomeração de pessoas ao redor destes centros. Atualmente, entre 60% e 90% da população vive em cidades, no centro de suas metrópoles ou em seus arredores. Em 1930⁷, havia 69,2% do total da população dos países vivendo em áreas urbanas (WIRTH, 1979).

Gráfico 1 – População Residente por Domicílio Urbano e Rural no Brasil



Fonte: Censo Demográfico IBGE/2010 (IBGE, 2011)

⁷ Ano em que Wirth publicou seu artigo.

“A característica marcante do modo de vida do homem na vida moderna é a sua concentração em agregados gigantescos em torno dos quais está aglomerado um número menor de centros e de onde irradiam as ideias e as práticas que chamamos civilização.” (WIRTH, 1979, p. 90). Portanto, um fator importante a se levar em consideração neste estudo é o contexto urbano, pois o que caracteriza também a modernidade é o crescimento das grandes cidades.

Para Wirth (1979, p. 96) “uma cidade é um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos.” A partir desse conceito, o autor propõe suas hipóteses para uma teoria sobre o urbanismo, sugerindo que se pense a questão urbana como um fenômeno sociológico, baseada nos seguintes processos: a densidade, o contraste e a diferenciação presentes neste fenômeno.

Por certo o crescimento urbano gera o crescimento populacional, que conseqüentemente gerará a densidade. A densidade diz respeito à concentração de pessoas num limitado espaço, trará certas conseqüências, conforme explica Wirth(1979, p. 113) “Densidade envolve diversificação e especialização”, ou seja, é a “coincidência de contato físico estreito e relações sociais distantes, contrastes berrantes, um padrão complexo de segregação, a predominância do contraste social formal, e atrito acentuado, entre outros fenômenos.” Assim, o necessário movimento de fricção entre os habitantes desse espaço limitado (urbano) cria atritos e contradições em função de modos de vida divergentes, o que entretanto resulta dos contrastes que a densidade urbana ascende e que faz refletir suas diferenças. Explicação clara tem-se, quando Wirth (1979, p. 102) diz que “A densidade, pois, reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens e de suas atividades e sobre o aumento da complexidade da estrutura social.”

Para entender o urbano como um contexto sociológico, o autor aduz que o crescimento urbano determina o crescimento populacional e, por sua vez, gera a densidade. Isto coloca as pessoas em interação e exhibe os contrastes que causam a diferenciação entre os homens expondo então as demandas, a partir das diferentes coletividades, movimentos e organizações.

Essa heterogeneidade “[...] tende a quebrar estruturas sociais rígidas e a produzir maior mobilidade, instabilidade e insegurança, e a filiação de indivíduos a

uma variedade de grupos sociais opostos e tangenciais com um alto grau de renovação dos seus componentes” (WIRTH, 1979, p. 113).

O grande número de pessoas habitando um mesmo espaço é responsável pela variabilidade individual e pela relativa ausência de conhecimento pessoal íntimo, por isso “quanto mais densa e habitada, quanto mais heterogênea for uma comunidade, mais acentuadas serão as características do urbanismo” (p.97). Explica assim porque as características da vida urbana dependem essencialmente de três variáveis: número, densidade do agrupamento e grau de heterogeneidade da população.

Na opinião de Giddens (2005), Wirth desenvolveu o conceito de urbanismo como um modo de vida que reproduz a impessoalidade e o distanciamento social, o que o faz discordar. Para Giddens (2005), mesmo na cidade, em bairros urbanos, ainda é possível estabelecer e manter laços íntimos e pessoais. Já Touraine (2007) concorda com as ideias de Wirth sobre a ruptura dos vínculos sociais, principalmente entre os mais vulneráveis, como consequência do esgotamento da política social centrada na sociedade que, segundo Touraine, encaminha-se para outro paradigma: o cultural.

Entretanto, Wirth (1979) explica que “se o indivíduo participar de qualquer forma na vida social, política e econômica da cidade deverá subordinar um pouco de sua individualidade às exigências da comunidade maior e, nessa medida fazer parte de movimentos coletivos.”(p. 106). É isso que o autor chama de *personalidade urbana e o comportamento coletivo*. O mesmo autor expõe ainda que “Em face do desaparecimento da unidade territorial como base de solidariedade social, criamos unidades de interesse” (p. 111).

As explicações sobre a descontinuidade gerada pela modernidade, conseqüente desenvolvimento urbano e mudanças sociais, suscitam questionamentos, sobre os processos que perturbam ou perturbaram estruturas tradicionais como uma questão causal, que está na origem ou gênese destas perturbações e elaboração das respostas sobre os desdobramentos que estas perturbações causam na sociedade.

Antes de se buscar suposições para esses questionamentos, procura-se entender, tendo como suporte teórico Everett Hagen(1967), algumas preocupações

complementares ao espaço urbano, mas agora a partir de macroestruturas sobre os processos de mudança.

De fato, Hagen(1967, p. 27) procura explicar o processo de mudança, pelas estruturas macro. Busca entender qual é a questão causal que desdobra os processos de mudança, quando explana que “A passagem da sociedade tradicional a uma situação de mudança tecnológica contínua é demorada, tanto na lógica quanto na realidade histórica.” E complementa que “[...]O problema da transição não abarca apenas a transformação final para um progresso tecnológico contínuo, mas toda a longa seqüência de mudanças anteriores, a partir da situação tradicional.” O autor pondera que os processos de mudanças ocorrido no desenvolvimento das sociedades acontecem baseados em duas teses contraditórias: a técnico- econômica e a sociológica. Mudanças técnico-econômicas provocam progresso, porém “alterações sociais básicas são necessárias durante a transição”(p.30). Como aspectos de inovação Hagen (1967, p.31) ressalta que:

Um contexto social nunca está perfeitamente integrado, no sentido de que as motivações e valores mantidos por todos os seus segmentos sejam consistentes e o papel de cada grupo satisfaça às suas próprias necessidades emocionais. Alguns segmentos estarão em posição relativamente desvantajosa e insatisfatória na estrutura social.

Sem dúvida o autor constata que a mudança econômica implica em mudança social. Os principais agentes dessa mudança são os grupos subordinados e em determinadas situações, como um evento que ocorre no fluxo histórico dessa transição. Uma tese importante deste autor é de que:

[...] a reação à subordinação de um grupo social subordinado tem constituído uma força central de cada passo da mudança da sociedade tradicional, e, especificamente, que tal reação de um grupo subordinado, em circunstâncias favoráveis, é um requisito da onda final por meio da qual o progresso tecnológico contínuo se institucionaliza na sociedade.(HAGEN, 1967, p. 32).

O autor supracitado ainda se questiona sobre as circunstâncias favoráveis para que as mudanças aconteçam e assim define os critérios:

- que a sociedade inteira, ou os segmentos importantes hajam se distanciado da situação tradicional, ainda que não totalmente;

- que o grupo subordinado mantenha uma posição de revolta e não de submissão;
- quando é barrada a possibilidade de libertação da subordinação por meio de atividades tradicionais;
- quando há oportunidade de ascensão através de empreendimentos econômicos, e;
- a presença de grupos subordinados ávidos por tirarem proveito deles, do que acontecimentos felizes que podem aparecer por acaso como relato histórico.

Assim se percebe que a “reação à submissão é necessária ao desenvolvimento.”

Dessa forma, observa-se que as ideias de Hagen fazem uma analogia à lógica da globalização vivenciada atualmente. Essas mudanças acontecem desde a instalação de uma tensão entre sociedade que se torna crescente, estabelecendo contradições que levam a uma aceleração da mudança (GIDDENS, 1991; 1996; 2002; 2005). Esta exposição, portanto conduz ao questionamento levantado no item anterior onde se quer saber como acontece o processo de mudança na sociedade e se essa mudança é sempre imposta, a partir de sistemas abstratos.

Em 1997, o Conselho Estadual do Estado do Rio Grande do Sul (CEI) realizou uma pesquisa⁸ visando conhecer as condições de vida dos idosos deste Estado e em observação aos dados verificou-se que dos idosos entrevistados nas zonas urbanas 66,22% nasceram no meio rural e 32,83%, no meio urbano. (RIO GRANDE DO SUL, 1997). De acordo com Morais (2007) estes dados já demonstravam o grande número de migrações da população em busca de melhores condições de vida em razão da mecanização massiva do campo.

Para Morais (2007) a metrópole constitui o lugar onde, agora, muitos podem viver (neste caso referindo-se aos idosos) de forma um tanto heterogênea, pois ela põe em contato as diferenças e permite ao indivíduo, através de uma relativização da diferença, uma maior liberdade de ação. Enquanto em um vilarejo pré-moderno a diferença seria motivo de desconfiança, na metrópole moderna ela é tolerada – ou exigida, na medida em que se vivencia o exercício do individualismo. Individualismo

⁸A autora desta tese trabalhou na referida pesquisa como entrevistadora na coleta de dados realizada na cidade de Cruz Alta e que integrou os dados da referida pesquisa.

este característico das sociedades complexas da contemporaneidade e que também identifica atualmente os novos atores sociais.

Por um lado, alguns estudos indicam que a referida atitude de migração se dá em função da ampliação da aposentadoria entre os idosos urbanos e rurais, a partir da constituição de 1988 e também pela busca de acesso a recursos, principalmente na área da saúde. Assim, com a grande concentração de pessoas vivendo nas cidades, muitos idosos tornam-se também vítimas da pobreza e precarização devido a sua própria condição de vulnerabilidade social. Em decorrência, a grande maioria reside em áreas periféricas das cidades de médio e pequeno porte e nas favelas, em grandes metrópoles.

Por outro lado, a participação do idoso no contexto urbano leva-nos a uma constatação de que, os idosos, vivendo em um contexto em que a Modernidade gera diversidade, pelas influências globais, também não ficam limitados a padrões de identidades locais, o que colabora para que liberem seus potenciais e de forma reflexiva busquem subjetivar espaços de atuação plurais, tais como políticos, sociais, culturais e religiosos.

2.1.3 Aceleração das relações interpessoais e a identidade dos atores sociais

A partir do século XVIII, pode-se afirmar que se iniciou verdadeiramente o “teste” do cumprimento histórico do projeto da modernidade, do qual a idéia do indivíduo como centro microcósmino do mundo é parte orgânica (MANCIBO, 2002). Com efeito, vivencia-se uma sociedade, que tenta deixar para trás a ideia de sujeito cartesiano, objetivo e ancorado em certezas racionais. Uma sociedade que deixou como herança as desigualdades sociais, a exclusão, os preconceitos e que, agora tenta encontrar novas formas de sociabilidades.

O conceito de identidade na Sociologia surge multifacetado e se aborda de inúmeras formas. De modo geral, a identidade relaciona-se ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas (GIDDENS, 2002). Alguns autores da área de Ciências Sociais apregoam suas opiniões sobre o espaço contemporâneo afirmando que as principais mudanças que ocorrem no mundo, hoje, manifestam-se no “deslocamento” da

identidade. Buscou-se em Hall (2006, p. 7) um maior entendimento quando expressa muito bem essa opinião, ao afirmar que:

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada 'crise de identidade' é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

O referido autor explica a pessoa humana, baseado em três concepções de identidade, em três diferentes épocas em que o sujeito se situa: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo refletia as características da sociedade da época: a visão essencialista de homem. Esclarece ainda que esta era uma visão "individualista" e "masculina" do sujeito. Na visão do sujeito sociológico reflete-se a relação que o sujeito tinha com outras pessoas, valores, símbolos, cultura. "É a concepção interativa da identidade e do eu"(p.11). É o interacionismo simbólico, que explica a necessidade de se projetar em identidades culturais. Continua o mesmo autor quando pondera que a referida identidade cultural, de certa forma, "costura", prende os indivíduos a essa estrutura social, estabilizando-os, tornando-os unificáveis e predizíveis, com uma identidade fixa e permanente. Entretanto, questionam-se essas estruturas sociais que hoje fazem, portanto, produzir um novo processo: o do sujeito pós-moderno.

O descentramento do sujeito cartesiano, na opinião do citado autor, expõe cinco motivos: o primeiro descentramento dá-se com o pensamento marxista, porque este "deslocara qualquer noção de agência individual"(p.35); o segundo, a Teoria de Freud, onde a "subjetividade é o produto de processos psíquicos inconscientes", arrasando com o conceito de sujeito racional e cognoscente da modernidade; o terceiro, centra-se na análise de discurso estruturalista de Ferdinand Saussure, em: "a língua é um sistema social e não um sistema individual"(p.40). E complementa: "Tudo que dizemos tem um 'antes' e um 'depois'-uma 'margem' na qual, outras pessoas podem escrever" (p.41); o quarto descentramento da identidade e do sujeito foca-se no escrito de Foucault, que destaca o poder disciplinar, visivelmente presente nas novas instituições surgidas a partir do século XIX, as quais disciplinam

e policiam as populações modernas, e o quinto, é o impacto do feminismo – principalmente por se ligar aos muitos movimentos sociais de 1968 em diante.

Portanto as novas clivagens teóricas tendem para questões de gênero, raça, etnia e idade levando o pêndulo das análises para aspectos subjetivos e dimensões culturais, sendo então a categoria identidade um aspecto relevante a ser investigado na ação social (GOHN, 2010).

Na opinião de Stuart Hall (2006) em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, previne que:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um 'sentido de si' estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma 'crise de identidade' para o indivíduo.(p.9)

Nessa direção, os sujeitos idosos como novos atores sociais também precisam de análise em seus aspectos subjetivos e culturais que constituem suas identidades. Para Morin (2002, p. 75) “o indivíduo não tem uma identidade física estável”, por isso envelhece; entretanto o seu “eu” permanece ao longo das “transformações da criança em adolescente, deste em, adulto, do adulto em velho; a qualidade do sujeito transcende as mudanças do ser individual.” Percebe-se assim, que a construção das idades é uma invenção cultural, que atende interesses econômicos, sociais e a própria cronologização da vida como uma experiência da modernidade(SOUZA, K. 2006). Apoiada nos estudos antropológicos de Geertz (1989), Morais (2007) evidencia que na espécie humana não existe natureza independente de cultura e vice-versa. Portanto é de se esperar que o processo de envelhecimento seja potencialmente diferente entre culturas diversas, percebidas especialmente a partir de suas condições sociais. Da mesma forma Beauvoir (1990, p. 20) destaca que “a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural.”

Já Lenoir (1996) expõe a configuração da velhice como problema social que envolve quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão. O reconhecimento implicando a conquista da atenção pública pelos novos atores sociais. A legitimação, além do reconhecimento público requer esforço no sentido da promoção e mobilização para o inserir na agenda pública. Neste sentido, como nova demanda exige atores que sejam agenciadores capazes de demonstrar pressão para expressar e negociar o outorgamento de seus direitos através de suas lutas, busca assim firmar a identidade destes novos atores.

Compreende-se então que como novos atores sociais, integrando espaços urbanos e em meio a um paradigma social de transição, traz como uma das consequências o retorno a si mesmo, como se refere Touraine (2007). De acordo com o autor, se a modernidade transpôs a ideia de comunidade para o de sociedade, hoje ela ultrapassa a sociedade. Por isso o indivíduo moderno é cada vez mais definido em relação a si mesmo, porque a ideia de modernidade constitui o apelo constante para além das normas e dos deveres sociais, consiste em um apelo ao universalismo dos direitos, um universalismo libertador. Hoje se fala no “individualismo democrático”. É a ideia dos direitos do homem associada à de sujeito, que oferece a melhor defesa diante de todas as forças de dominação social. Alerta ainda o autor que a história social é dominada pela reivindicações de direitos: cívicos, sociais, culturais, cujo reconhecimento exigido hoje de maneira premente, constitui o campo mais delicado do mundo em que se vive. Porém, torna-se preciso o cuidado para não transformar em obsessão a busca pela identidade. O autoritarismo, a ignorância, o isolamento solidificam obstáculos à produção de si mesmo como sujeitos e atingem mais duramente uns aos outros. Também estes obstáculos se reforçam pela educação e pelos valores dominantes. O que conta além do bem-estar é a liberdade de ser um ator (*agency*). É a procura de si mesmo, porém não pode ser reduzida à ideia de um bem-estar individual.

Outra consequência é a aceleração das relações interpessoais pelas novas condições de comunicação e mídia e novas paisagens possibilitadas pela (Pós)Modernidade⁹ como o consumo desenfreado e a centralidade da vida no

⁹ Alguns autores chamam o período em que vivenciamos de Pós-Modernidade, assim como o conceito de Giddens para este mesmo período é o de Alta Modernidade ou Modernidade Tardia e

presente e não mais no futuro. Via-se o futuro como promessa utópica da primeira etapa da Modernidade, que adia os planos para o amanhã poupando para assegurar o tempo vindouro, conforme referenda Mocellim (2007, p. 111) “Como conseqüências disso o instante – de consumo – substitui o ‘a longo prazo’, o presente substitui o futuro. E aqui está uma das hipóteses centrais da modernidade líquida: por conseqüência do consumo as pessoas se tornam cada vez mais ‘presenteístas’.”

Como referido anteriormente, uma das características da sociedade moderna é o individualismo. De acordo com Velho (1994) a construção de identidades básicas subordina-se a constelações culturais singulares e a conjunto de símbolos delimitáveis. Em jogo portanto, a dinâmica da relações entre sistemas culturais com repercussões na existência de indivíduos particulares. Para este autor a modernidade no Ocidente associa-se ao desenvolvimento da individualidade e complementa:

[...]Em qualquer sociedade há processo de individuação, através de inserção do lugar do indivíduo na sociedade e do desempenho de seus papéis sociais. Mas a individualização seria própria das sociedades ou segmentos sociais onde florescem ideologias individualistas que fixam o indivíduo socialmente significativo, como valor básico da cultura (VELHO, 1994, p. 99).

Simmel desenvolveu a distinção entre duas formas de individualismo: o quantitativo e o qualitativo. O primeiro surge no século XVIII, com o Iluminismo e liberta o ser humano, pregando a noção de um ser universal, livre e igual em toda parte. O segundo, individualismo qualitativo ou da diferença, compreende o indivíduo como único, distinto e específico (WAIZBORT, 2000) Há neste caso, no indivíduo um “esforço deliberado na construção de um estilo original” (VELHO, 1994, p. 42).

Na vida moderna existe uma coexistência mais ou menos tensa entre diferentes configurações de valores. Esta ambiguidade oportuniza a circulação entre diferentes possibilidades de sociabilidades e estilos de vida (VELHO,1994). Giddens(2002) também explicita que a noção de estilo de vida, no mundo social moderno, possui um significado particular, pois quanto mais a tradição perde domínio para os processos dialéticos do local e do global, mais se força os

para Baumann de Modernidade Líquida. Portanto, este conceito aparecerá em nosso texto conforme o autor que se está trabalhando.

indivíduos a escolher um estilo de vida em meio a tanta diversidade. A partir desta noção de estilos de vida é que Simmel traz a ideia da indiferença através da atitude *blasé*. Para ele o indivíduo *blasé*, urbano, em meio a tantas novidades faz da diferença a indiferença e traz a marca portanto da individualidade qualitativa, com impessoal desatenção civil (WAIZBORT, 2000; VELHO, 1994; 2003).

Portanto, de acordo com Velho(1994) em sociedades individualistas, como aliás se apresenta a atual sociedade, a noção de biografia e memória do indivíduo carrega um significado crucial. “Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido” transformando o indivíduo biológico em valor básico da sociedade moderna. E aí se focaliza a importância da noção de projeto¹⁰, já que é este último que vai se articular à memória para dar a identidade ao sujeito.

2.2 O ENVELHECIMENTO HUMANO: UM NOVO TERRITÓRIO

Envelhecimento humano nem sempre foi um tema discutido em público, ao contrário, recolhia-se à vida privada e a identidade do idoso associada à demência, inatividade e enfermidades. Além disso, a expectativa de vida após a aposentadoria era curta.

Como coloca a antropóloga Guita Debert (1999) quem quebra o silêncio a respeito do assunto é a escritora francesa Simone de Beauvoir ao publicar o livro *A Velhice*¹¹. Com ele traz à tona uma realidade incômoda, um assunto que passa então a ter um destaque nas instituições e conseqüentemente na vida pública, inscrevendo-o nos debates político-ideológicos dos que fazem a política, a economia, enfim a sociedade. A autora traz à tona a realidade do envelhecimento em uma visão interna (dos que estão envelhecendo) e uma externa (dos que ainda irão envelhecer). No livro há uma visão bastante pessimista do envelhecimento a partir da decrepitude de alguns intelectuais e artistas (Ghandi, Tolstoi, Freud, Chateaubriand, Goethe, Verdi, Michelângelo...) que fizeram a nossa história, especialmente a história da França e da Europa, uma vez ser a autora de

¹⁰ Projeto aqui significa conduta organizada para atingir finalidades específicas de acordo com Schütz (1974).

¹¹ No Brasil o livro é publicado no ano de 1970, embora as discussões sobre a temática do envelhecimento se fortalecem no País somente a partir dos anos 1980, após os debates internacionais e a inserção do idoso como sujeito de direitos na Constituição de 1988.

nacionalidade francesa. Mas ao mesmo tempo em que o envelhecimento traz uma involução biológica e, conseqüentemente perdas físicas e/ou cognitivas, mostra que muitos ainda realizaram projetos intelectuais e artísticos até o fim de suas vidas. Assim com a publicação dessa obra, percebeu-se que as preocupações com o envelhecimento iniciadas há quarenta, cinquenta anos nos países desenvolvidos, acirrou-se somente no início deste novo século nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, sendo portanto hoje um assunto premente.

Para buscar explicações sobre o porquê de o tema se transformar em um fenômeno ou questão social, há muitas possibilidades, entretanto algumas se sobrepõem. Por exemplo, existe a que se apoia nas questões demográficas, do aumento quantitativo do contingente populacional idoso, por ora denominada de velhice objetiva e outra, mais subjetiva que busca de forma mais crítica e reflexiva a compreensão do envelhecimento como mais um dos fenômenos consequentes da modernidade.

Compreende-se assim porque a temática do envelhecimento humano apresenta um elevado número de produções científicas, especialmente na área da saúde. Por muito tempo a saúde foi uma das dimensões que apresentou prioridade em relação à temática fazendo ligação de envelhecimento com perdas, especificamente as físico-funcionais e relacionando sua importância ao aumento expressivo da população idosa em todo o mundo. Entende-se que esse conhecimento restrito ao “biológico” é próprio do domínio objetivo e cartesiano das ciências naturais. Na medida em que a construção do conhecimento também se faz por meios qualitativos e subjetivos, outras áreas vislumbram o processo de envelhecimento do homem em uma visão multidisciplinar, como as ciências sociais. Esta, em suas disciplinas específicas como a sociologia, a história, a psicologia e a psicanálise, mas especialmente a antropologia, conforme Lins de Barros (2006) apresenta a velhice como um objeto de investigação procurando responder a várias indagações “como os significados referentes às idades ao longo do curso da vida e a própria sociedade urbana contemporânea (p.109).

2.2.1 As razões objetivas (demográficas) para o surgimento do fenômeno do envelhecimento

A temática do envelhecimento humano surge no cenário da Modernidade, porém estreitamente vinculada às mudanças evidenciadas nos aspectos demográficos, que até metade do século passado apresentavam um comportamento relativamente estável. Mortalidade e fecundidade mantinham-se em patamares regulares e elevados. No final do século XIX e ainda na metade do outro, os altos valores das taxas brutas de natalidade oscilavam entre 45 e 50 nascimentos por mil habitantes, e as taxas de fecundidade (variando entre 7 e 9 filhos em média por mulher) refletiam uma concepção de família numerosa típica de sociedades tradicionalmente agrárias. As transformações demográficas começaram a surgir a partir dos anos de 1940 do século XX, quando se nota evidente declínio em níveis gerais de mortalidade, ou seja, em duas décadas se recua de um patamar de 21 para 10 óbitos por mil habitantes (IBGE, 2009).

O envelhecimento como questão social mundial passa a ser reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1970. A partir de então se organizam congressos, assembleias e reuniões mundiais para tratar destas questões. Decorrente disto, os países preocupam-se com essa nova demanda social.

Como expresso anteriormente, há muito tempo se estuda o processo de envelhecimento humano a partir de seus aspectos biológicos e físicos funcionais no mundo inteiro. Sendo assim, no Brasil, os aspectos psicossociais somente preocupam estudiosos, e mais recentemente, quando então as previsões demográficas demonstram que brevemente o País será um território (geográfico) com um número elevado de pessoas idosas. Ficará em sexto lugar no *ranking* mundial de população idosa até o ano de 2025, com cerca de trinta e dois milhões de idosos, conforme quadro 2.

Este fato decorre principalmente por dois fenômenos: das sucessivas quedas das taxas de fecundidade e da diminuição gradativa das taxas de mortalidade registradas nas últimas décadas (ALENCAR; CARVALHO, 2009; IBGE, 2009; 2010)

Quadro 2 - *Ranking* Mundial de População Idosa até o Ano de 2025

PAÍS		1950	1950	2025	2025
		Class.	Milhões	Class.	Milhões
CHINA		1º	42	1º	284
INDIA		2º	32	2º	146
USSR		4º	16	3º	71
EUA		3º	18	4º	67
JAPÃO		8º	6	5º	33
BRASIL		16º	2	6º	32
INDONÉSIA		10º	4	7º	31
PAQUISTÃO		11º	3	8º	18
MÉXICO		25º	1	9º	17
BANGLADESH		14º	2	10º	17
NIGÉRIA		27º	1	11º	16

Fonte: MACHADO (2008)

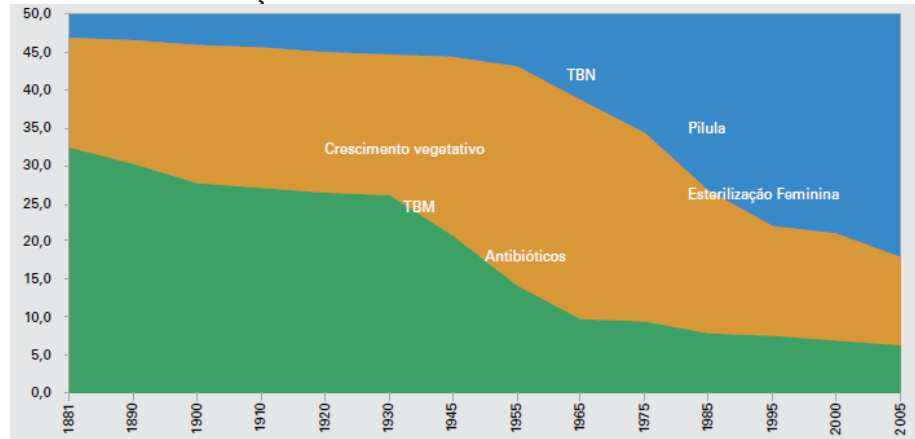
Destacam Araújo e Lobo Filho (2009) que o crescimento da população idosa é uma realidade mundial e brasileira. Afirmam “Nunca na história e evolução do *homo sapiens* teve uma esperança de vida tão significativa, sendo um divisor de águas nas políticas públicas, na ciência e na gestão de saúde na velhice”(p. 153).O grande problema é que o Brasil, diferentemente dos países do Ocidente, por exemplo, teve um aumento da população idosa em um espaço de tempo muito pequeno e não se preparou em todas as áreas para atender as demandas impostas por esta nova questão social.

No Brasil este quadro se evidencia de forma abrupta a partir de 1940, com o declínio geral das taxas de mortalidade e de natalidade, acentuando-se radicalmente após os anos de 1960. Assim, o Brasil realizou uma das transições demográficas mais rápidas do mundo, diferentemente dos países do Ocidente que levaram quase dois séculos para apresentar tais modificações demográficas (IBGE, 2009). Na França, por exemplo, foram necessários 120 anos para que o número de idosos aumentasse de 7% do total de habitantes do país, para 14%, enquanto que no Brasil processo equivalente ocorreu em um período de 20 anos, conforme destaca a autora Cruz Silva (2005). Na verdade a autora refere-se a que em países desenvolvidos (ricos) o processo de envelhecimento acompanhou o crescimento

social e econômico e isto possibilitou o oferecimento de ações sociais, políticas e econômicas no mesmo ritmo do seu crescimento para esta população. Já nos países em desenvolvimento, como os países da América Latina, entre estes o Brasil, a demanda ainda não se vislumbrava e quando o país se deu conta do seu contingente de idosos já alcançava um grande número da população.

Dentre as principais causas desta mudança demográfica destacam-se fatores, como o declínio da taxa de mortalidade infantil; a redução dos índices de natalidade; a redução da mortalidade; o avanço nas pesquisas científicas possibilitando a cura de doenças; o papel dos antibióticos; o acesso aos serviços sanitários; as migrações e a urbanização; as transformações econômica e cultural e a reorganização e tamanho da família, entre outras (ARAUJO; LOBO FILHO, 2009; CAMARANO, 2004; IBGE, 2009; 2010;2011), conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução da Natalidade e da Mortalidade - Brasil - 1881/2005



Fonte: IBGE, 2009

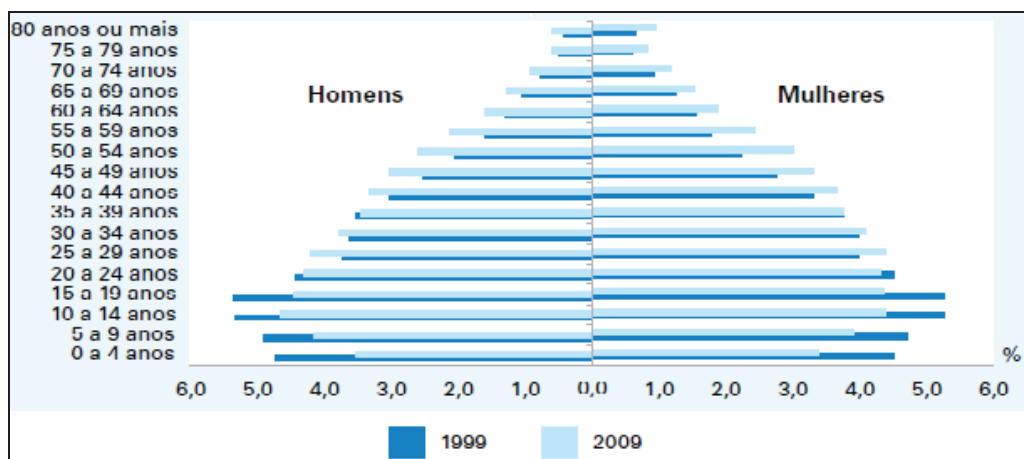
Mister se faz aprofundar as causas principais relacionadas a esta transição demográfica que muda a pirâmide etária brasileira e coloca nas arenas públicas novos atores sociais: os idosos.

Com o aumento da industrialização do país e a busca pelo crescimento e desenvolvimento econômico a partir da década de 1970, a população brasileira vivencia as principais características do processo de modernização social. A partir dos deslocamentos migratórios do campo para a cidade, reforça-se e leva a uma intensificação e diversificação da urbanização, fazendo com que mais de 80% da

população residisse em áreas urbanas. E foi este comportamento urbano que possibilitou às mulheres o acesso ao mercado de trabalho formal, modificando assim os padrões familiares de prole extensa. A mudança no comportamento reprodutivo das mulheres denota ser uma das causas das mudanças demográficas que se evidenciam atualmente.

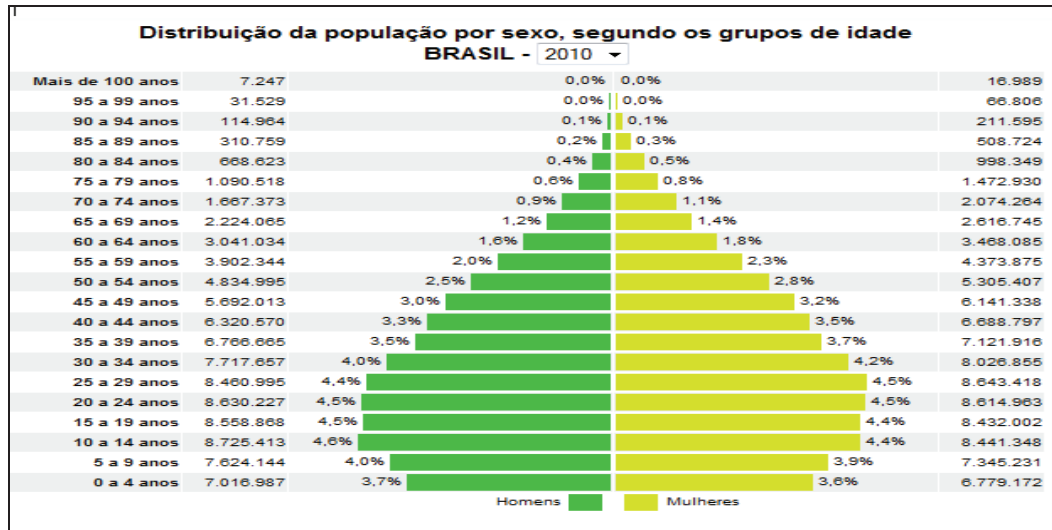
Conforme dados do IBGE (2010) houve diminuição nas taxas de fecundidade e de natalidade comprovada ao se observar a pirâmide etária brasileira (Gráfico 3 e 4) com significativa redução no número de crianças e adolescentes de até 19 anos e um aumento da população idosa de 70 anos ou mais. De acordo com o IBGE (2011), “Simultaneamente, o alargamento do topo da pirâmide pode ser observado pelo crescimento da participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010.” As pirâmides etárias do Brasil quando comparadas pelas Grandes Regiões indicam que em 2010 a Região Norte é a mais jovem do País, seguida do Nordeste. Sudeste e Sul apresentam estruturas mais envelhecidas, ao passo que o Centro-Oeste tem uma estrutura intermediária, com distribuição etária próxima da média do País. “[...] devido às quedas das taxas de fecundidade, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 e à diminuição gradativa das taxas de mortalidade registradas nas últimas décadas, o envelhecimento da população brasileira é irreversível explicita Cruz Silva (2005, p. 46).

Gráfico 3 – Pirâmide Etária – Brasil 1999-2009



Fonte – IBGE, 2010

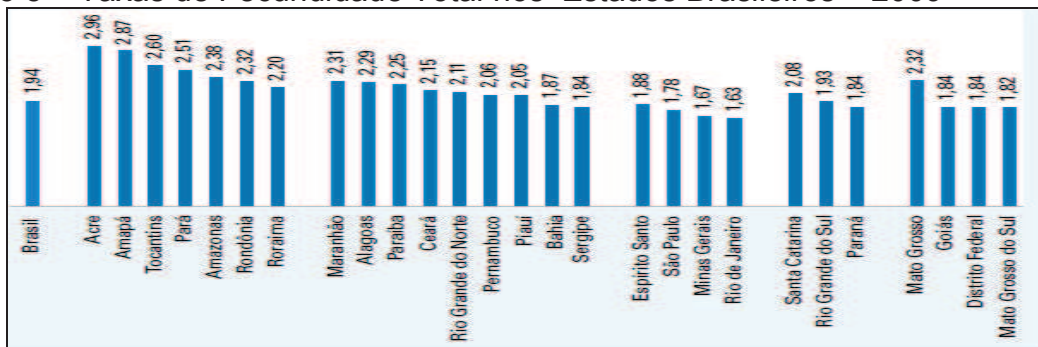
Gráfico 4 – Pirâmide Etária – Brasil 2010



Fonte: IBGE, Censo 2010

Nesta direção, o IBGE (2009; 2010) traz dados indicativos que a redução da natalidade é resultado de um processo intenso e acelerado de declínio da fecundidade que a sociedade brasileira apresenta nas últimas décadas. Durante a década de 1980, no Brasil, se manteve o declínio. Em 2000, a média de filhos por mulher era de 2,38 e em 2006, de 1,99. Já em 2009 o número médio de filhos foi de 1,94, e os níveis mais baixos de fecundidade se encontram nas regiões mais desenvolvidas como a região Sudeste, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com taxas de fecundidade respectivamente de 1,63 e Minas Gerais de 1,67 (Gráfico 5). Conforme o IBGE(2010) resulta do processo de urbanização e pelo fato de a mulher ingressar no mercado de trabalho.

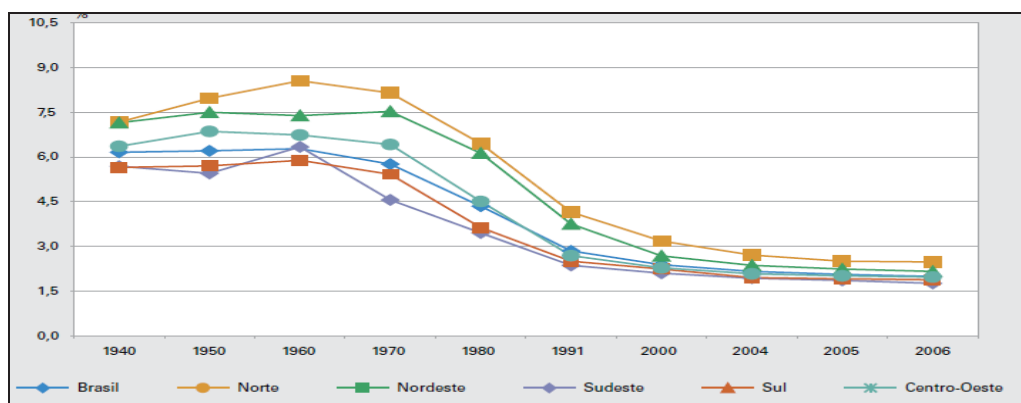
Gráfico 5 – Taxas de Fecundidade Total nos Estados Brasileiros – 2009



Fonte – IBGE, 2010

Assim, o processo de declínio da fecundidade espalhou-se por todas as regiões brasileiras, mesmo aquelas que anteriormente apresentavam altas taxas já houve redução, como o caso das mulheres da região Nordeste do Brasil, conforme gráfico 6. “Em 2000, a fecundidade das mulheres nordestinas era de 2,6 filhos, valor este bem próximo daquele observado nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste” (IBGE, 2009). Confirma estas razões Taefner (2007) ao explicitar que semelhante ao ocorrido nos países desenvolvidos “também o Brasil apresentou redução da taxa de mortalidade e da taxa de fecundidade, que, combinadas, provocaram severos impactos na expectativa média de vida e no grau de envelhecimento da população”(p.102).

Gráfico 6 - Taxas de Fecundidade Total, segundo as Grandes Regiões - 1940/2006



Fonte: IBGE, 2009

No período de 1999 para 2009, houve um incremento de 3,1 anos na esperança média de vida ao nascer entre os brasileiros. Passou a ser, em 2009, a média de 73,1 anos de idade. Nesta última década, as mulheres mostraram uma esperança média de vida de 73,9 para 77 anos, e os homens, de 66,3 para 69,4 anos de vida. Constatou-se que a maior esperança de vida feminino é de 79,6, no Distrito Federal e para os homens é de 72,6, em Santa Catarina. A menor esperança de vida para o sexo masculino é de 63,7 anos, no Estado de Alagoas (IBGE, 2010). Embora os dados individuais por cidades demonstrem que a maior média de vida para as mulheres seja no Distrito Federal, é na região sul e sudeste onde aparecem

as maiores médias de expectativa de vida, conforme dados do IBGE visualizadas no quadro 3.

Quadro 3 - Esperança de Vida por Regiões Brasileiras

Região	Esperança de Vida	Homens	Mulheres
Norte	72,2	69,3	75,1
Nordeste	70,4	66,9	74,1
Sudeste	74,6	70,7	78,7
Sul	75,2	71,9	78,7
Centro-Oeste	74,3	70,9	77,8

Fonte IBGE, 2010

Complementa-se a informação com dados de Taefner (2007) colocando que houve acentuada elevação na esperança média de vida dos brasileiros em meio século. “Enquanto em 1950 a esperança de vida ao nascer de um cidadão brasileiro era de 46,6 se homem e de 49,1 se mulher, em 2004 esses valores tinham se elevado para 67,9 e 75,5, respectivamente (ganho de 21,3 anos para os homens e de 26,4 para as mulheres)” (p. 103). Portanto, confirma o IBGE(2010) que estes dados estão realmente associados “à queda continuada dos níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida”.

Santos (1978), citado pelo IBGE(2009) é um dos poucos estudiosos que, “utilizando o modelo de populações estáveis, estimou a esperança de vida ao nascer da população brasileira para os anos de 1900, 1910, 1920 e 1930”, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Evolução da Esperança de Vida - Brasil - 1900/1930

Ano	Evolução da esperança de vida	Ano	Evolução da esperança de vida
1900	33,7	1920	34,5
1910	34,1	1930	36,5

Fonte: Santos (1978 *apud* IBGE, 2009)

Observa-se que no intervalo de trinta anos, a população brasileira aumentou sua sobrevivência em aproximadamente três (03) anos e as taxas de mortalidade começaram a diminuir a partir de 1940 (IBGE, 2009).

No período de 1930/1940 até 2005 há uma sensível melhoria nos níveis de sobrevivência em períodos de 10 anos, pois passa de uma média de 41,5 para 51,6 anos, na década de 1950. A região Nordeste logrou o incremento mais baixo em esperança de vida, apenas 4 anos, enquanto que o Sudeste apresentou a maior, 14 anos. O Nordeste apresentou os maiores aumentos da esperança de vida ao nascer durante o período de 1975 a 2000. Estes dados portanto, já apontavam para o aumento da população idosa no País (IBGE, 2009).

Para Rabelo e Nascimento (2007) os ganhos em termos de expectativa de vida como herança da modernidade configura o crescimento demográfico que faz a inversão da pirâmide etária em alguns países e nas últimas décadas atinge também o Brasil. O IBGE (2010) explicita que:

Estimativas da Divisão de População das Nações Unidas para 2010 (calculadas pela média geométrica para os períodos 2005-2010 e 2010-2015) possibilitam estudos comparativos de alguns indicadores demográficos do Brasil com algumas áreas específicas. A comparação do número de anos que uma pessoa esperaria viver ao nascer – indicador muito utilizado para verificar o nível de desenvolvimento dos países – mostra que as pessoas que nascem na América do Norte têm a possibilidade de viver pelo menos até os 79,7 anos de idade, enquanto aquelas que nascem na África têm uma expectativa de vida de apenas 55,0 anos, o que acarreta uma diferença de quase 25 anos. Segundo estimativas das Nações Unidas, o Brasil situa-se em torno de 72,9 anos de esperança de vida ao nascer.

Já o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada - IPEA (2009, p.713) previne que:

Além da certeza da continuação de ganhos em anos vividos, outra razão para a importância desta questão na agenda das políticas públicas tem sido a incerteza quanto às condições de saúde, renda e cuidados que será experimentada pelo segmento dos longevos. Tais fatores associados às mudanças nos arranjos familiares, à queda da fecundidade, à redução dos laços de solidariedade familiar – resultantes dos processos de migração –, à urbanização, à maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e à baixa capacidade contributiva de grande parte da população ativa têm sido objeto de crescentes preocupações entre formuladores de políticas públicas.

Estes dados demonstram que o Brasil modifica seus indicadores em razão da melhoria no processo de desenvolvimento, mas ainda há muito a fazer em razão de que especialmente entre os idosos existe exclusão, pobreza e vulnerabilidade social, política e econômica.

Outro fator que contribui para o aumento da população idosa é a queda na taxa de mortalidade no Brasil sendo em 2009, de 6,27%, atingindo inclusive a taxa de natalidade. O desenvolvimento de um país reflete-se também através do declínio das taxas de mortalidade infantil, que em 1999 era de 31,7%, passou para 22,5%, em 2009, resultado de melhorias nas condições de habitação e saneamento básico. Dentre os estados que apresentaram menor taxa de mortalidade infantil em 2009, destaca-se o Rio Grande do Sul, com índice de 12,7% sendo o Estado de Alagoas o que apresentou a taxa mais elevada, com 46,4% (IBGE, 2010).

O último censo contabilizou 190.755.799 pessoas para a população brasileira em 1º de agosto de 2010. Apontou um crescimento da população, em uma década, de 12,3%. Este percentual é inferior ao encontrado na década anterior (1991 a 2000) que foi de 15,6%. O censo também detectou que as pessoas vivem em maior número nas áreas urbanas, nesta década 84%, enquanto que em 2000, eram de 81%.

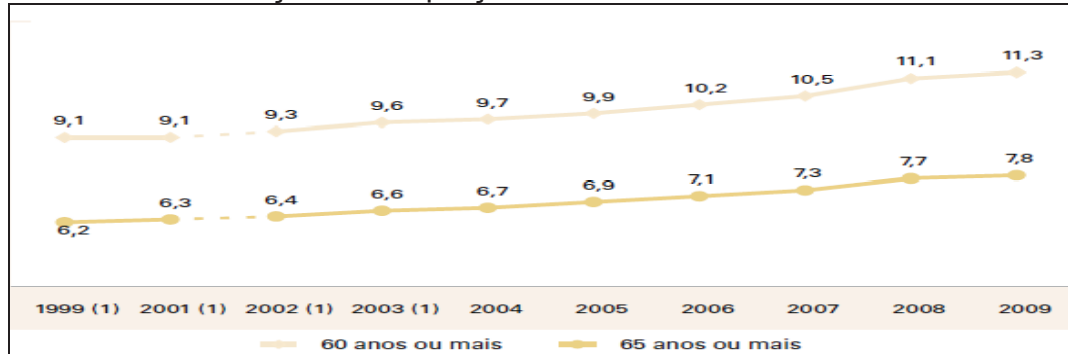
De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Brasil contava em 2003, com uma população de 60 anos ou mais num total de 17 milhões. Na PNAD de 200, apontou um contingente de aproximadamente 19 milhões de pessoas idosas e em 2009, atingiu quase 21 milhões de pessoas. Indica, portanto que em torno de 11% da população brasileira são idosos, (IBGE, 2010). Na última década – a de 1999 até 2009 – a população de idosos passou de 9,1% para 11,3% do total de brasileiros, conforme demonstra o gráfico 7.

Conforme os dados, em 2002 havia cerca de 16 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando 9,3% da população. Pelos dados do último censo do IBGE contabilizou-se um contingente de 20.590.599 idosos (IBGE, 2011).

De acordo com estimativas do IBGE (2009), até 2020 o número da população acima de 60 anos passará para 28,3 milhões, elevando-se em 2050 para 64 milhões (vide gráfico 8).

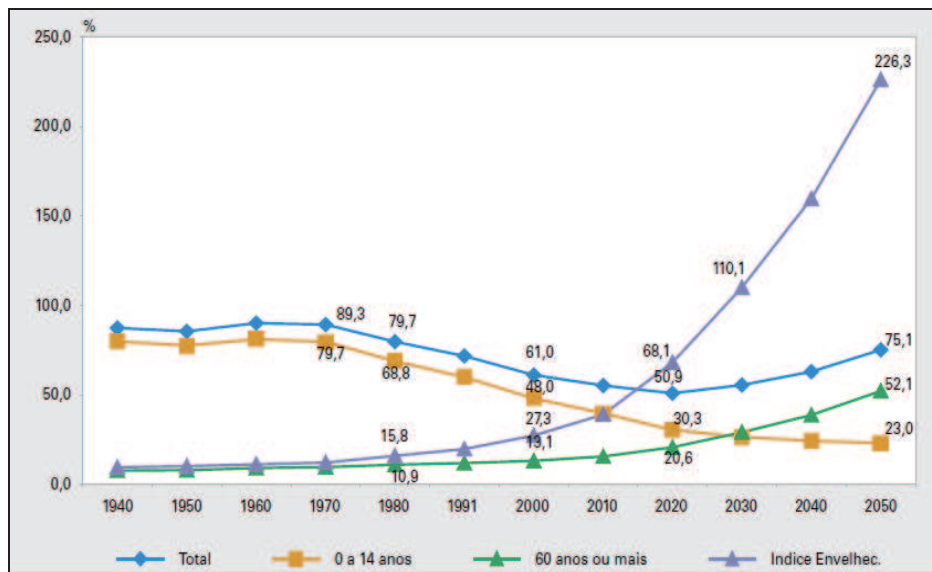
Em 2030, de acordo com as projeções, o número de idosos já superará o de crianças e adolescentes (menores de 15 anos) em cerca de 4 milhões, diferença essa que aumenta para 35,8 milhões, em 2050 (64,1 milhões contra 28,3 milhões, respectivamente). Nesse ano os idosos representarão 28,8% contra 13,1% de crianças e adolescentes no total da população (IBGE, 2009, n/p).

Gráfico 7– Evolução da Proporção de Idosos no Período de 1999 a 2009



Fonte: IBGE, 2010

Gráfico 8 – Evolução da População e Índice de Envelhecimento – Brasil 1940-2050



Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050– Revisão 2008.

Conforme o IPEA (2009, p.713) o crescimento da população idosa é uma realidade no Brasil:

As perspectivas que se vislumbram para médio prazo são de continuação da redução da mortalidade em todas as idades e, em especial, nas avançadas, em que se encontra a maior proporção de pessoas portadoras de doenças crônico-degenerativas, com dificuldades para lidar com as atividades do cotidiano e para gerar renda. Ou seja, pode-se esperar para o

futuro próximo crescimento a taxas elevadas do contingente de idosos que vivem por mais tempo.

O último censo também encontrou 23.760 idosos com mais de 100 anos, sendo que os Estados que apresentam maior quantidade de centenários são: Bahia (3.525); São Paulo (3.146) e Minas Gerais (2.597) (IBGE, 2010). Outras características importantes captadas pelo IBGE durante a coleta da PNAD em 2009, resumidas no gráfico 9, demonstram que a maioria dos idosos é do sexo feminino (55,8%), brancos (55,4%), com escolaridade baixa, pois 50,2% apresentavam menos de quatro anos de instrução e 66% se encontravam aposentados. Outro dado importante foi que 64,1% é a pessoa de referência no seu domicílio, sendo 55,8% de mulheres, confirmando a tendência de feminização do envelhecimento.

Gráfico 9 – Perfil Socioeconômico dos Idosos Brasileiros

	Aposentados	Aposentados e Pensionistas pensionistas		Outros
Previdência	57,9	11,4	8,1	22,6
Renda domiciliar per capita	Até 1 salário mínimo 43,2	Mais de 1 a 2 salário mínimo 29,0		Mais de 2 salário mínimo 22,9
Anos de estudo	Menos de 4 anos 50,2	4 a 8 anos 32,3		9 anos ou mais 17,4
Condição no domicílio	Pessoa de referência 64,1		Cônjuge 23,8	Outra 12,1
Cor ou raça	Branca 55,4		Parda 36,1	Preta 7,2
Sexo	Homem 44,2		Mulher 55,8	

Fonte: IBGE, 2010

Um dado que merece atenção é que 14,1 milhões de pessoas no Brasil são analfabetas e destas, 32,9% com 60 anos ou mais de idade, conforme dados de 1999 do IBGE. Além da idade, outras subordinações contribuem para o processo de exclusão e vulnerabilidade, entre estes é que 16,4% vivem com meio salário mínimo de renda *per capita*. Houve redução da taxa de analfabetismo no período de 1999 a 2009, entretanto entre os idosos cresceu passando de 34,4% para 42,6%. A taxa de analfabetismo entre pessoas de 60 anos ou mais por região aparece no quadro 4 :

Quadro 4 - Taxa de Analfabetismo no Brasil entre Idosos

Regiões	60 a 64 anos	65 anos ou mais
Norte	8,9	28,7
Nordeste	8,9	27,8
Sul	9,8	39,1
Sudeste	11,2	41,8
Centro -Oeste	11,9	37,4

Fonte: IBGE, 2010

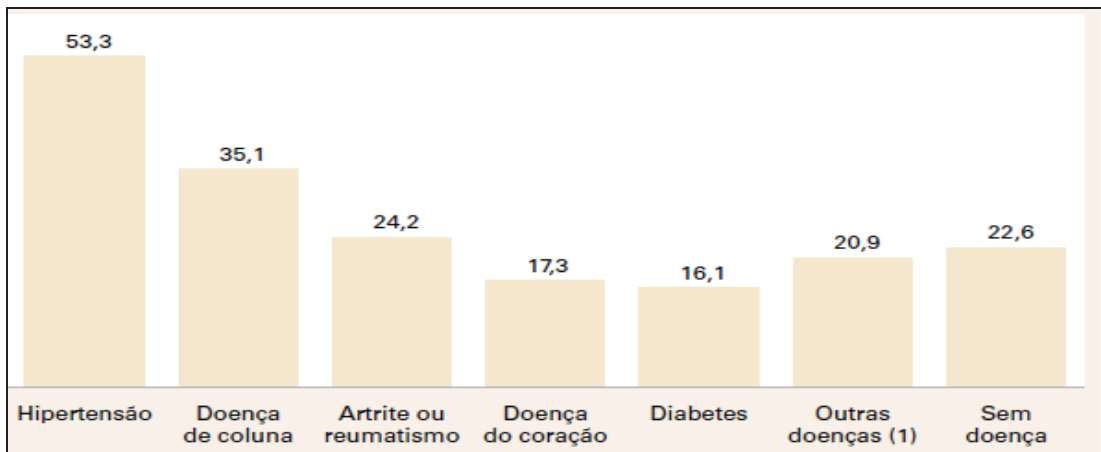
Assim, as maiores taxas de analfabetismo mostram-se proporcional ao maior número de idosos que se encontram nas regiões sudeste, sul e centro-oeste. Também quanto maior a idade menores as oportunidades de estudo, aspecto esse que precisa ser levado em conta pelas instituições e pessoas que desenvolvem atividades para e com o envelhecimento, pois essa é uma subordinação que precisa ser derrubada em prol da cidadania do idoso.

Outra área que precisa oferecer uma atenção especial ao envelhecimento é a da saúde, pois este é um processo bastante heterogêneo estando atrelado aos contextos sociais e econômicos. A grande maioria dos idosos brasileiros apresenta nesta fase da vida dificuldades financeiras, pois uma das consequências mais frequentes é a diminuição da renda e, geralmente vinculada a maiores gastos em medicamentos e planos de saúde, que se tornam mais onerosos em função da própria idade.

Já dizia Diderot em sua máxima filosófica que *"honra-se a velhice, mas ela não é amada."* Com razão afirmou isso, pois a velhice é um período do ciclo da vida em que aparecem com mais frequência as fragilidades físicas e mentais e em que mais se acumulam perdas, entre elas, as econômicas, as sociais, as afetivas e as físico-funcionais. Embora o Estatuto do Idoso defina a pessoa idosa como de 60 anos ou mais, nem toda população demanda proteção social. "Assume-se que a falta de autonomia para as atividades da vida diária e a perda da capacidade laboral são seus principais determinantes" (IPEA, 2009, p. 714).

É comum neste ciclo da vida com o declínio das capacidades físico-funcionais a associação de enfermidades com especial destaque para as doenças chamadas crônico-degenerativas, como o *diabetes mellitus*, a hipertensão arterial, as doenças cardíacas e as neoplasias. De acordo com dados do IBGE(2010), as doenças do aparelho circulatório contabilizam as causas mais frequentes dos óbitos nesta população com 37,5% dos casos e as neoplasias representam 16,9%, conforme gráfico 10.

Gráfico 10 - Doenças Declaradas pela População Idosa em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 2008



Fonte: IBGE, 2010

Portanto, envelhecer sem doença crônica é exceção, mas não significa exclusão social. Se o idoso apresenta capacidade funcional e cognitiva, consequentemente apresenta autonomia e independência para participar da sociedade e mesmo apresentando doença é considerado “saudável” pelos estudiosos em função de sua capacidade de independência física e mental. Para o IBGE(2010) apresenta incapacidade funcional o idoso que não é capaz de deambular 100 metros.

Na comparação com os dados da PNAD 2003, que também investigou essa questão, a proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade que não conseguiam ou tinham grande dificuldade de caminhar 100 metros era de 12,2%, passando, em 2008, para 13,6%. Estes resultados confirmam o que os estudos vêm observando: à medida que os índices de esperança de vida crescem, há uma tendência de aumento da incapacidade funcional da população idosa. De fato, a maior frequência de declaração de

incapacidade funcional foi verificada entre idosos de 75 anos ou mais de idade (27,2%)(IBGE, 2010, n/p).

Essa portanto, é uma realidade dos idosos brasileiros já que a expectativa média de vida aumenta a cada década e é por isso que há uma campanha por parte do governo, instituições e mídia para um envelhecimento ativo, visando demonstrar que a “culpa” das dependências e doenças do idoso também é de sua responsabilidade, afastando aos poucos os encargos do Estado. Assim, também o idoso tornando-se ativo por mais tempo sente-se independente e engajado como um sujeito que apresenta condições físicas e cognitivas de continuar trabalhando. Isso de certa forma faz com que o idoso aceite a ideia de se afastar do trabalho cada vez mais tarde. Esta atitude vem ao encontro dos projetos do governo de diminuir o período de aposentadoria, aumentando o tempo de trabalho e a idade para concessão do benefício da previdência. A razão centra-se no fato de que esse grande contingente de idosos vivem cada vez por mais tempo, onerando os cofres públicos. Países do ocidente, mesmo com um grande período de preparação para este processo passaram a tomar medidas deste tipo, como recentemente ocorreu na França.

De fato Fonte(2002) corrobora com esta ideia ao ponderar que há um envelhecimento individual e um envelhecimento demográfico. Este último, de certa forma, pressiona a tomada de decisões individuais e da sociedade. O envelhecimento exerce uma forte pressão para a transformação do *status* destas pessoas e das oportunidades de participação. Diante dessa transição demográfica, a velhice assume uma nova dimensão onde a *velhice subjetiva*, caracterizada pela velhice de algumas pessoas, é obscurecida pela *velhice objetiva*, como um fenômeno estrutural que concerne a toda a sociedade. Com o crescimento numérico deste grupo social, ocorre o aumento das demandas socio sanitárias e o questionamento do atual modelo de equilíbrio da Previdência Social.

Quando se percebe o caminhar para uma sociedade com um grande contingente de população idosa, o assunto passa a ter maior visibilidade e grande campanha do governo, reforçada pela mídia, com o objetivo de incutir nas pessoas a importância de um envelhecimento bem-sucedido, priorizando-se uma rotina que busque qualidade de vida, com alimentação saudável e muita atividade física. Reforça-se esta visão pelos serviços públicos, com programas de atividades físicas

e grupos de convivência oferecidos pelos governos municipais e pelas Universidades, especialmente pelos cursos da área da saúde e através dos Programas das Universidades Abertas aos Idosos. Não são raros os programas de TV em que o tema é o envelhecimento, mostrando as últimas pesquisas realizadas sobre alimentos, atividades físicas e estilos de vida que colaboram para a manutenção da saúde dos idosos. Lopes (2001) reforça essa reflexão ao expor que quando a presença dos idosos na sociedade torna-se mais notada, não somente por causa do seu aumento numérico, mas também porque a melhora relativa do seu nível de vida faz com que tenham maior visibilidade social e demandem mais serviços especializados. Assim as instituições sociais reconhecem que é importante resguardar e investir na qualidade de vida deste contingente em favor da saúde econômica da própria sociedade. Vale destacar que no estado do Rio Grande do Sul, o total da população idosa é de 1.459.597 pessoas, enquanto que somente no município de São Paulo o total é de 1.338.138, portanto existem muitas diferenças a considerar quando se analisa as questões do envelhecimento.

2.2.2 As razões subjetivas (individuais) do envelhecimento

Ao buscar um referencial que traz explicações sobre o processo de envelhecimento encontra-se uma maior quantidade de produções científicas que iniciam com as razões objetivas deste fato contemporâneo, ou seja, sobre os aspectos demográficos, sendo menor a quantidade de trabalhos que se preocupam em buscar as explicações subjetivas do fenômeno. Compreende-se que este é um evento contemporâneo que atinge o mundo todo, mas de forma mais intensa os países em desenvolvimento, como o caso do Brasil. Assim, tem-se a ideia de que este fenômeno é homogêneo, uniforme e igual para todos. Embora os conceitos biológicos do processo de envelhecimento expliquem de fato este artifício, atinge a toda população que alcança idades mais avançadas. Acontece de forma diferenciada e individual, tendo relação direta com contextos e vivências sociais de cada indivíduo.

Biologicamente entende-se o envelhecimento referendado por Hoffmann (2002) como uma alteração molecular e celular que resulta em perdas funcionais progressivas de todo o organismo, sendo mais perceptível após a fase reprodutiva,

embora as perdas funcionais comecem a ocorrer muito antes. Magalhães (1989, p.17) explica que a evolução biológica do ser humano é afetada por vários determinantes entre estes a classe social, o grupo profissional, a cultura por exemplo que ajudaram a prolongar a vida. Isso, portanto, “contribuiu para a melhoria dos processos de preservação da saúde, aquisição de cultura e fruição dos bens e serviços que possibilitam um bem-estar social e individual.”

Debert(1999) coloca que por muito tempo compreendeu-se e se estudou a velhice a partir dos aspectos de perdas, como a decadência física e a ausência dos papéis sociais, visualizando-se apenas os aspectos negativos deste ciclo da vida. Com essa ideia a gestão da velhice era prioridade da vida privada. Com a tendência contemporânea de revisão dos estereótipos associados ao envelhecimento, a velhice passa a ser também uma questão social pública. Assim, destaca Debert(1999, p. 14) que:

Os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos.

Neste aspecto Lins de Barros (2006, p. 119) coloca que “Dentro da categoria velhice há uma pluralidade marcada também por gerações” e utilizando-se de citação de Motta (2004) mostra que “a velhice deve ser pensada no plural, não só pela constatação da pluralidade de formas de envelhecer dentro do mesmo grupo etário, mas porque há vários grupos etários dentro desta única denominação genérica da velhice.”

Se para alguns o envelhecimento é sinônimo de perdas e afastamento da vida social (morte social), para outros significa o começo de uma outra fase na busca de experiências novas e estimuladoras para continuar em desenvolvimento. A ação desses sujeitos é que fará a diferença. E foram essas ações que modificaram a visão de exclusão que a categoria idoso engendrava em outras épocas. Objetivamente 60 anos pode ser a idade que marca o envelhecimento, mas é apenas o seu início. Com o prolongamento da expectativa de vida a cada década, este torna-se o início de uma nova fase de vida ainda com a possibilidade de

organização de muitos projetos, que dependerão essencialmente de suas capacidades funcionais e por isso diz-se que há muitas velhices.

Assim também Beauvoir¹² (1990, p. 17) expressa que é impossível definir a velhice, pois constatou que “ela (a velhice) assume um multiplicidade de aspectos, irreduzíveis uns aos outros”, além de que a diferenciação das velhices individuais demonstra causas como a saúde, a família, o contexto de trabalho, a classe social e econômica do sujeito que envelhece e, acrescenta “ A involução senil de um homem produz-se sempre no seio de uma sociedade; ela depende estreitamente da natureza dessa sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo em questão”(p. 47).

Também essa pluralidade no envelhecimento que Alda Brito da Motta¹³, pesquisadora baiana, atribui e se coaduna com o pensamento de Pavarini *et al.*(2005, p. 400) ao exporem que “A história de vida de seus membros, a cultura de origem e o contexto histórico e cultural em que vivem, a disponibilidade dos recursos pessoais e sociais de apoio são fatores importantes” no processo do envelhecimento.

Nesse sentido contribuem ainda Neri, Cachioni e Resende (2002) ao afirmarem que “a velhice é um conceito historicamente construído que se inscreve na dinâmica das atitudes, das crenças e dos valores da sociedade.”

No livro de Simone de Beauvoir (1990) quando esta infirma alguns dados etnológicos de povos antigos e sociedades históricas, mostra o quanto os idosos sacrificaram-se em nome de mitos e lendas em torno da morte. Além disso, com sua obra a autora traz ainda ao público a realidade sobre a velhice que a sociedade da época¹⁴ não queria revelar, pois a velhice torna-se uma “espécie de segredo vergonhoso”, e se tornara indecente falar, conforme ela mesma aclara:

A atitude da sociedade para com os velhos é, por outro lado, profundamente ambígua. Em geral, ela não encara a velhice como uma fase da idade nitidamente marcada. A crise da puberdade permite traçar entre o

¹² Essa autora francesa escreveu o Livro *A Velhice* em uma época que pouco ou nada se falava sobre o envelhecimento. Na realidade essa foi uma das primeiras autoras a falar de forma escancarada sobre a realidade cruel dos idosos, especialmente os das classes mais baixas e intelectuais que viviam na França na década de 1960/1970.

¹³ Esta é uma pesquisadora brasileira que também é idosa e pesquisa sobretudo sobre os idosos mais idosos. Também em seus trabalhos ela pesquisa a chamada geração pivô (idosos cuidadores).

¹⁴ O livro foi escrito no final da década de 1960 do século XX na Europa e traduzido para o português no ano de 1970. No Brasil a velhice passou a ser tratada como questão social somente a partir da década de 1990, após ser inserida na Constituição de 1988.

adolescente e o adulto uma linha de demarcação que é arbitrária apenas dentro de limites estreitos: com 18 anos, com 21 anos, os jovens são admitidos na sociedade dos homens. Quase sempre os 'ritos de passagem' envolvem esta promoção. O momento em que começa a velhice é mal definido, varia de acordo com as épocas e lugares. Não se encontram em parte alguma 'ritos de passagem' que estabeleçam um novo estatuto. (BEAUVOIR, 1990, p. 09).

Nas culturas tradicionais a função social da velhice era a memória e lembranças, conforme referenda Magalhães(1989, p. 33) “O papel da memória é tradicionalmente valorizado entre os mais velhos, assim como suas lembranças constituem patrimônio coletivo, expresso e revivido permanentemente no contato com novas gerações, sejam crianças ou adultos.” Preleciona o autor que nas sociedades tradicionais esses são representados pelos idosos mais antigos com a função de conselheiros, curandeiros, sábios e feiticeiros, respeitados pela tradição cultural e pela experiência acumulada. Entretanto, caso se buscar por uma antropologia da velhice ver-se-á que nem sempre os idosos foram reconhecidos e respeitados, pois as questões culturais de muitos povos entendiam que a velhice trazia a morte e em torno destas havia muitos rituais macabros, como o gerontocídio¹⁵.

Com o decorrer da história da humanidade houve épocas de valorização e desvalorização dos idosos. Após o período de extrema importância e valorização dos idosos nas sociedades tradicionais (famílias patriarcais) surge novamente um período de desvalorização da velhice, especialmente com a chegada da industrialização. Isso ocorreu porque havia o entendimento de que se valorizar a força do jovem para os trabalhos nas fábricas e indústrias e após um período de atividades o idoso deveria se afastar para dar lugar aos mais jovens. Essa concepção de velhice trouxe a aposentadoria e com isso o afastamento das pessoas não só do trabalho, mas também da vida social. A ideia que vigorava era de que lugar de idosos era em casa, descansando, tratando de suas doenças ou esperando a morte chegar. Fernandes (2000) corrobora com essa noção ao afirmar que o idoso passa a ser desvalorizado pela sociedade a partir da revolução industrial e destaca:

Até o século XVIII a velhice não se encontrava discriminada; a longevidade não implicava abandono das atividades produtivas nem afastamento das

¹⁵ Quando se envelhecia chegava-se próximo a morte, os filhos eram responsáveis por matar seus pais, como o caso dos esquimós que levavam os idosos ao cume de um monte para morrer sozinho, de fome e de frio.

relações sociais. O envelhecimento era concebido como sabedoria: revestia-se de sacralidade. Na passagem do século XVIII para o século XIX, o envelhecimento passou a ser sinônimo de degeneração e decadência[...]Nas últimas décadas do século XX ‘testemunhamos’ a retomada da valorização do idoso e um movimento a favor de sua seguridade e participação no circuito de bens e riquezas socioculturais (p.32).

Por um lado, nas sociedades industrializadas a velhice é vista como um quadro dramático de perda de *status* social, pois a industrialização destruíra a segurança econômica e as relações familiares, típicas das sociedades tradicionais, respeitados por sua sabedoria e experiência (DEBERT; OLIVEIRA, 2007). Santin e Borowski (2008, p. 143) também referendam sobre o assunto:

[...]Com a velocidade da urbanização, a figura da família patriarcal desapareceu, dando lugar à industrialização. [...]No contexto desse cenário, o idoso começa a perder espaço, pois não se enquadra em nenhuma função de relevante importância. A ele são atribuídas funções de pouca ou nenhuma significância.

De fato, como alude Lins de Barros (2006) na década de 1970, no Brasil, o envelhecimento ainda não estava na mídia, não se debatia nas academias e nem nos espaços públicos. Ao contrário, vivia-se um período de “culto ao jovem”, como um país com um contingente enorme de crianças e jovens que levariam ao progresso do país com o lema do regime militar “Pra Frente Brasil” .

Por outro lado, o idoso passa a ser visto com possibilidades de consumo e é representada como “Terceira Idade”. Prado (2002) confirma isso ao explicitar que a Terceira idade é uma criação do Ocidente. No século XX, o fenômeno do envelhecimento empurra a velhice para idades cada vez mais avançadas. Vistos por um lado, como vítimas da marginalização e da solidão, os idosos então, a partir de 1970, passam a ter instituições e agentes especializados para o atendimento de suas necessidades, mais especificamente na área da saúde e assistência. Por outro lado são vistos como uma nova categoria (Terceira Idade) que apresenta possibilidades de buscar novas sociabilidades e usufruir de momentos de lazer, viagens e principalmente como potenciais consumidores.

A Alta Modernidade ou Modernidade Tardia proporcionou as condições para as pessoas refletirem sobre sua intimidade, já que uma de suas características é o individualismo. A tradição perde espaço e se reconstitui num jogo dialético entre

escolhas locais e globais. Assim se força os indivíduos a escolher em um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções, conforme relata Giddens (2002). Essas escolhas de diferentes estilos de vida apontam para várias transformações da intimidade. Entre elas a reestruturação da família, a emancipação da mulher e a visibilidade das minorias excluídas, como as étnicas, as mulheres, os idosos, entre outros, constituindo-se em novos atores sociais na esfera pública. Com efeito, as condições mais favoráveis de vida, proporcionado também pela Alta Modernidade, como as máquinas, equipamentos e utensílios domésticos, os meios de transporte e de comunicação, a universalização da aposentadoria e os produtos da área da cosmética permitem ao idoso viver com mais conforto e usufruir dos bens culturais da sociedade (RABELO; NASCIMENTO, 2007). A própria sociedade capitalista e consumista batiza este período de “Terceira Idade” ou “Melhor Idade”, forçando-os a usufruírem este ciclo da vida como um período em que ainda pode haver desenvolvimento e disponibilidade de capital humano e social.

O gênero demonstra um papel fundamental nessa transformação, pois são as mulheres que modificarão essa paisagem da modernidade. Saem do mundo privado para usufruir da vida pública e também ajudam a dar visibilidade ao processo, pelo elevado contingente de idosas. Também se justifica pelo fato de a esperança de vida feminina ser superior a masculina, como evidenciado anteriormente.

Hipotetiza-se que estas mulheres idosas buscam mais os espaços de atuação hedônicos, culturais e/ou religiosos, enquanto os homens idosos, aos poucos se inserem na esfera pública através dos movimentos com características mais políticas. Considera-se assim que estes espaços constituem os lugares de socializações, definida por Simmel como sendo as interações e relações recíprocas que constituem o fazer-se sociedade (MORAES FILHO, 1983).

Para Lins de Barros (2006) estes espaços de sociabilidades, portanto se constituem na sociedade contemporânea como o lugar das distinções e identidades sociais, características estas mais visíveis atualmente em razão de maior concentração urbana e, portanto foco das pesquisas sobre o envelhecimento por antropólogos e pesquisadores brasileiros.

Esta autora identifica os espaços hedônicos de sociabilidade entre os idosos, definindo-os como “territórios”, conforme sua elucidação abaixo:

Nos ‘territórios’ dos mais velhos, a dança e os jogos criam as regras básicas de sociabilidade entre os frequentadores, onde estão incluídas as transgressões a padrões tradicionais de velhice, como o namoro e os jogos de sedução. Nestes espaços de interação prevalece, ao contrário da velhice estigmatizada, uma versão da experiência de velhice ativa que remete à idéia de juventude.(LINS DE BARROS, 2006, p. 120)

A referida autora busca suporte em Peixoto (2000) que organizou um estudo comparativo entre pessoas mais velhas da cidade do Rio de Janeiro e de Paris. Em sua pesquisa Peixoto também faz relação da identidade social com territórios de pertencimento em espaços urbanos, conforme referenda a antropóloga Myriam Lins de Barros(2006, p. 119):

Ao apropriar-se destes ‘territórios’, os idosos desenvolvem sociabilidades e determinados padrões de comportamento, mas com estratégias de interação suficientemente flexíveis para incluir gerações mais jovens e diferentes segmentos sociais. A busca de companhia e de interações não familiares é o que une as pessoas nestes espaços destacados da multidão anônima das cidades. Estas formas de sociabilidade trazem, para os estudos sobre envelhecimento, o foco nas representações sociais de outras versões da velhice e, sobretudo, da velhice feminina.

Aclara-se, portanto, com estes estudos, que a velhice urbana constitui territórios específicos, em que buscam transgredir comportamentos tradicionais especialmente em sociabilidades com características hedônicas em que a maioria são mulheres.

2.3 SIGNIFICADOS E USOS DA NOÇÃO DE TERRITÓRIO

Embora território seja um conceito central à Geografia, atualmente ganha amplitude, atrelando-se a outras áreas como por exemplo, à Ciência Política, à Economia, à Antropologia, à Sociologia e à Psicologia. Esclarece Haesbaert (2004) que na Geografia enfatiza-se a materialidade do território em suas múltiplas dimensões; na Ciência Política, foca-se a sua construção a partir das relações de poder, geralmente ligada à concepção de Estado; na Economia, relaciona à noção de espaço, baseando-se nas relações de produção; na Antropologia, destaca sua dimensão simbólica em referência as sociedades tradicionais e

contemporaneamente aduz ao neotribalismo; na Sociologia, focam-se as relações sociais e na Psicologia refere-se à construção da subjetividade e da identidade pessoal.

De acordo com Sposito (2004), as concepções de território podem ser classificadas como naturalista, na qual “o território aparece como um imperativo funcional, um elemento da natureza inerente a um povo ou nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar” (p. 17); cultural, mais voltada para o indivíduo, aí a territorialidade pertence ao mundo dos sentidos, da cultura, das interações entre as pessoas e sua capacidade de se localizar e se deslocar; o território como sinônimo de espaço e aquela pela qual se procura verificar o que o conceito esconde.

Já, para Haesbaert (1995; 1997); Haesbaert e Limonad (1999) citados por Haesbaert (2004) as concepções de território se agrupam a partir de três vertentes básicas: a política, a cultural e a econômica. A primeira – política - se refere as relações espaço-poder institucionalizadas, onde “o território é visto como um espaço delimitado e controlado, onde se exerce poder, geralmente relacionado ao poder político do Estado”(p. 91); a segunda – cultural – prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, onde se vê o território como “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido”(p.91); e, a terceira – econômica – o território é visto como fonte de recursos, “incorporando-se no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho” (p. 91).

Também Albagli (2004) traz a explicação de que a noção de território é construída historicamente e remete a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Serve portanto de justificativa de o território ser objeto de análise em diferentes dimensões conforme visto anteriormente. Mesquita e Brandão (1995, p. 08) contribuem com esta discussão ao colocar que:

[...] chama a atenção como nos últimos tempos a idéia de território literalmente migrou de seu nicho- a Geografia Política – para grande número de ciências, da economia à linguística, e também para um campo cada vez maior de significados, do político ao cultural, das fronteiras entre os povos aos limites do corpo e do afeto entre as pessoas. Na maioria das vezes, sobretudo na Geografia, quaisquer que sejam as teorias que o

tratem, o conceito de território costuma vir associado a relações sociais de marcado teor político e a uma dimensão francamente macro, razão pela qual com muita frequência território é associado ao conceito de Estado – Nação.

O conceito de território origina-se no latim *territorium*, que significa “terra pertencente a”. Aplicado inicialmente às cidades-estado da Grécia Clássica e posteriormente para descrever a jurisdição das cidades medievais italianas. Território, portanto implica uma divisão de força política. Com o surgimento da economia mundial, por volta de 1494, delineou-se o conceito de que território é a terra pertencente a um Estado ou governo. Isto quer dizer que território tem a ver com as bases jurídicas do estado moderno onde a soberania é um conceito-chave. (MESQUITA, 1995; SPOSITO, 2004).

Ainda na reflexão de Mesquita (1995) a noção de território aplica-se aos homens e às relações entre os homens de duas formas: sob uma forma social e uma forma individual. O primeiro define-se como a área de uma prática social, de um comportamento social, de uma categoria social, especificadas, científicas. No interior deste território, os indivíduos, os grupos se sentem entre eles em afinidade, em segurança, em propriedade e é no interior de um território que uma prática social se crê legítima. Já, em uma forma individual, o território é visto como sendo da vida cotidiana, começa no interior da casa, são os objetos, as coisas, as pessoas, os outros. Portanto esta é a noção de território no sentido mais subjetivo, mais fenomenológico em relação aos seus entornos de referência, ou seja, de signos que contornam o território pessoal e social.

A compreensão de território é importante na medida em que possibilita a compreensão de um determinado espaço ou área onde as ações das pessoas (atores sociais) incorporam-se e constituem a sua história, conforme explicita Sposito (2004). Reforça Raffestin (1993) esta noção ao colocar que em diversos graus, momentos e lugares “[...] todos somos atores que produzimos territórios”(p. 153) e explicita que o território está intimamente atrelado a questões de poder. O autor recorre a Foucault para explicar as duas manifestações básicas de poder: do Estado “P” maiúsculo, e o cotidiano, das pessoas “p” minúsculo. Tendo por base o entendimento de Raffestin sobre o território, Albagli (2004, p. 26) expõe que “cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre

determinado espaço. O território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também 'um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais' que se projetam no espaço."

Para Mesquita (1995, p. 83) o território apoia-se sobre o espaço, assim ele é uma produção a partir do espaço, conforme explicita:

O território é o que é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como projeção de nossa identidade sobre o território.

Nesta direção, entende-se que o território colabora no sentido de definir um determinado espaço de ação no qual o sujeito percebe-se incluso, influente como agente de intervenção e mudanças a partir da possibilidade de atuação em diferentes instâncias de sociabilidades e então se identifica com os demais membros daquele grupo e/ou comunidade. Assim sendo, torna-se importante ressaltar que é por esta razão que a atuação entre atores idosos, como por exemplo, no campo da política não se dá apenas em uma escala local, mas ela é reflexo e vai transbordar em escalas regionais, nacionais e globais. Também Raffestin (1993) reitera que a apropriação do espaço no território é engendrada pela ação social de diferentes atores.

O território é o espaço físico, apropriado pelos indivíduos, que agem e se apropriam dos recursos materiais e imateriais deste espaço, permeado de relações assimétricas de poder. Já Flores (2006) ratifica que o território surge como resultado de uma ação social, que concreta ou simbolicamente se apropria de um espaço, o que portanto determina processos de construção social.

Caso relacionar o objeto de pesquisa desta tese – sociabilidades culturais, políticas e religiosa dos idosos é perceptível que essas sociabilidades denotam a formação de territórios em que os mesmos conjugam ações concretas e simbólicas no sentido em que coloca Santos(2004) quando diz que a importância do território não está em si mesma, mas se dá pelo uso do território. Cabe salientar que o território se apresenta de forma multiescalar (CASTRO, 1995). No caso dos idosos essa multiescalaridade (local, regional e nacional) acontece nos Conselhos do Idoso, nas Conferências, nos Fóruns, nas Associações e Federações dos

Aposentados e Pensionistas; com características culturais acontecem nos espaços dos Grupos de Convivência das Prefeituras, do SESC e das Igrejas, e também nas ONGs, nos programas das Universidade Abertas à terceira Idade, em grupos de teatro e música e onde os idosos se engajam.

Este novo contexto em que se inserem os idosos, reflete a questão da territorialidade e tem o sentido de sentimento de pertencimento a um determinado território. Levanta Raffestin (1993) a noção de territorialidade, no sentido de consciência e de pertencimento a um determinado espaço. Para Mesquita (1995, p. 76) “a maioria da humanidade vive-a, mas não tem uma consciência clara de sua territorialidade. Ao contrário, ela é ambígua e nem sempre assume limites visíveis no território concreto e nem contornos bem definidos nos sentimentos dos indivíduos e grupos.” Assim, entende-se territorialidade como sendo mais voltada para o indivíduo, com forte conotação cultural. Este é o seu espaço de relações, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade, mas somente terá noção deste espaço de pertencimento os sujeitos capazes de tornarem-se atores sociais, reflexivos e habilitados a buscar sua identidade a partir da vivência de sociabilidades contemporâneas, através de grupos e redes de relações que os constituem como sujeitos de direitos.

Por certo, a territorialidade constitui-se quando o sujeito considera-se pertencer a um determinado território, é influente como agente de intervenção e mudanças a partir da possibilidade de atuação em diferentes instâncias de sociabilidades e então se identifica com os demais membros daquele grupo e/ou comunidade.

A importância de se estudar o conceito de território e territorialidade se dá por estes possibilitarem a compreensão de que as ações e interações dos idosos, nos diferentes territórios fazem com que a sociedade os veja como atores territoriais atuantes e importantes social, econômica e culturalmente. A visibilidade alcançada pela velhice, conforme referenda Debert (1999) é um compromisso com um tipo de envelhecimento, o positivo, ou seja, aquele tipo de envelhecimento em que os idosos se assumem como participativos e atuantes na esfera pública, como atores reflexivos. Por isso a importância desta noção de território no sentido de dar identidade aos idosos, amarrá-los a um objetivo de vida, ou seja, mostrar-lhe que

continua ele mesmo, independente da idade e que o movimento em torno da velhice pode ir além da solidão, da doença, da morte ou da religião.

Portanto, a noção de território visa escancarar estes espaços como formas de relação próprias da chamada “Terceira Idade”. Também adquirem visibilidade nas sociedades contemporâneas com características de ação social, atores sociais reflexivos que fazem uso dos seus conhecimentos e biografias na construção de projetos de vida, independentes dos espaços geográficos onde estejam situados. Além disso, essa compreensão também é relevante na medida em que entendam que somente possuem visibilidade pública, os movimentos organizados que transformam suas demandas em questões sociais. Portanto, é importante o grupo de idosos ser uma categoria que se destaca social, cultural ou politicamente, especialmente em uma sociedade em que os apelos midiáticos contemplam os ideais da eterna juventude .

2.4 O ATOR SOCIAL IDOSO E A AÇÃO SOCIAL

2.4.1 A ação social : fundamentos epistemológicos

Pode-se dizer que a ação social é aquilo que detém uma relação na ação dos outros. É relacional, pois se busca a própria relação e será sempre orientada pela ação do outro. A ação inicia-se de um conjunto diversificado de motivações e intenções. Epistemologicamente explica-se a ação social pelo viés de Weber e Simmel .

Classicamente Weber (1963, p. 215) alude que “a ação comunitária refere-se à ação que é orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo. A ação societária, por sua vez, é orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado.” Segundo ele a ação social sempre se orienta pelas ações de outros, sejam passadas, presentes ou esperadas como futuro. Em uma ação social “os outros podem ser individualizados e conhecidos, ou uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos.”(p. 73). Todavia nem toda espécie de contato entre os homens possui caráter social. Ações

homogêneas que caracterizam situação de massa ou imitação de uma conduta alheia por reação não são consideradas ações de sentido social.

Weber, em sua sociologia compreensiva, usa quatro tipos para explicar a ação social individual relacionada ao outro: a) *ação racional com relação a fins*: é uma ação social determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários, ou seja, a finalidade determina o planejamento da ação. Esta ação hoje se rotularia de “burocrática”; b) *ação racional com relação a valores*: definida pela crença consciente no valor de uma determinada conduta orientada por princípios éticos, estéticos, religiosos ou/e na defesa da honra, ou seja, envolve um planejamento orientado pelos princípios do sujeito. Nestes casos as ações apresentam-se racionais, porém se baseiam em determinados valores; c) *ação tradicional*: se deve a um costume ou a um hábito arraigado, ou melhor, se conduz a ação desta forma por costume, tradição; d) *ação afetiva ou emocional*: motiva-se através de sentimentos do agente por seu(s) interlocutor(es), ou por estados emocionais atuais (WEBER, 1963).

Assim Weber constrói os tipos ideais da ação social, especifica e tipifica-se a ação para compreender quais as intenções das relações sociais. O caráter da ação sempre se orientará pela ação do outro e se não for racional ou burocrática será por tradição ou valores.

De fato se diz que quando a ação extrapola o campo da relação passa a ser definida não mais pela reciprocidade, que é o que sustenta uma relação (dá significado), mas a partir do campo de interesses. É o que Weber então traz para explicar a ação, ao explicitar que quando se sai da ação para a relação e da relação para um grupo mais abstrato há um processo crescente de racionalização.

Faz-se importante destacar que em raras vezes se orienta a ação social exclusivamente para um ou outro destes tipos. Nem as formas de orientação se consideram como exaustivas, mas sim como tipos ideais puros, elaborados para fins de investigação sociológica, onde a ação real se aproxima ou é mais frequente. De tal modo que “relação social” para Weber (1963, p. 78) é

[...]uma conduta plural- de vários- que, pelo sentido que encerra, se apresenta como de referência recíproca, orientando-se por essa reciprocidade. A relação social consiste, pois, total e exclusivamente, na (probabilidade) de que se atuará socialmente na forma (com sentido)

esperada; sendo indiferente, de momento, aquilo sobre que tal probabilidade assenta.

Assim, há necessidade de um mínimo de reciprocidade bilateral na ação, independentemente de haver solidariedade ou não entre os agentes, pois o conteúdo expresso na relação será o mais diverso possível: conflito, inimizade, amor sexual, amizade, compaixão, troca de mercado, cumprimento, não cumprimento, ruptura de um pacto, rivalidade econômica, erótica ou outro tipo, comunidade nacional, estadual ou de classe. Consequentemente, “a relação social consiste só e exclusivamente [...] na probabilidade de que uma forma determinada de conduta social, de caráter recíproco por sua natureza, haja existido, exista ou possa existir” (WEBER, 1963, p. 78).

Já para Simmel a sociedade só é possível pela existência das formas de sociação, resultado das interações, ou como ele próprio expõe “a sociedade só é possível como um resultante das ações e reações dos indivíduos entre si, isto é, por suas interações” (MORAES FILHO, 1983, p. 20). E Simmel, complementa:

A sociedade não é algo estático, acabado; pelo contrário, é algo que acontece, que está acontecendo.[...]É através das múltiplas interações de uns com os outros, contra os outros e pelos outros, que se constitui a sociedade, como realidade inter humana. (MORAES FILHO, 1983, p. 20).

A esse processo fundamental Simmel dá o nome de sociação, o qual explica que se constitui pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses e objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem, ou seja, “sociação é a forma(realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses”.(1983, p. 166). Por isso, no processo de sociação, há que distinguir entre forma e conteúdo (MORAES FILHO, 1983). Para Simmel (1983, p. 60) “em qualquer fenômeno social dado, conteúdo e forma sociais constituem uma realidade unitária”. Neste sentido, Moraes Filho(1983, p. 22) destaca que:

A forma e o conteúdo são, de certo modo, inextricáveis, inseparáveis, podendo a primeira ser construída somente por abstração, como acontece no trabalho de qualquer ciência. Não há formas vazias, como não há conteúdos sem forma. As formas puras podem nunca ser encontradas na história; são obtidas pela exageração de certas características dos dados reais, até o ponto em que se tornem ‘linhas e figuras absolutas’. Funcionam como ‘tipos ideais’. Aquelas linhas e figuras absolutas, na vida social real,

são encontradas apenas em começo e fragmentos, como realizações parciais que são constantemente interrompidas e modificadas.

No entanto Simmel (1983, p. 60) previne ainda que:

A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. E é na base desses interesses – tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados causalmente ou induzidos teleologicamente – que os indivíduos constituem tais unidades.

Por isso, na visão de Simmel (1983) o que estabelece e é mais importante na relação social são as formas de interação, para expandir nossos sistemas de associação (ou sociação como denomina este autor). Por certo o que conta não são os conteúdos materiais, mas as formas de vida social. Reforça-se dizendo que as formas é a concepção mais básica de interação social que produz fatores de sociação, ou seja, que agregam as pessoas. Por isso, sociação no campo de interesse é a forma, e a sociabilidade constitui o resultado disso ou é a forma lúdica que a sociação assume. E, complementa Simmel(1983, p. 61):

Separar por abstração estes dois elementos, forma e conteúdo, que são na realidade inseparavelmente unidos; sistematizar e submeter a um ponto de vista metódico, unitário, as formas de interação ou sociação, mentalmente desligadas dos conteúdos, que só por meio delas se fazem sociais, me parece a única possibilidade de fundar uma ciência especial da sociedade como tal.

Além disso, Simmel (1983) explicita aquilo que faz com que a sociedade seja sociedade são as diversas maneiras de interação, porém “um aglomerado de homens não constitui uma sociedade só porque exista em cada um deles em separado um conteúdo vital objetivamente determinado ou que o mova subjetivamente”(p. 61). Só irá se converter em uma sociedade quando a vida desses conteúdos adquire a forma da influência recíproca ou quando se produz a ação de um sobre os outros. Reitera-se que o conteúdo explica a sociabilização, mas a maneira de criar sociabilidades (interesses e ação) é a partir da forma, ou seja, da interação.

Uma outra forma pura de sociação e tão necessária à vida do grupo, citada por Simmel é o conflito. “O conflito não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra” (MORAES FILHO, 1983,p. 23). Menciona então o autor, a competição como forma indireta de conflito, onde a forma é sempre a mesma, variando apenas o conteúdo. Acrescenta ainda, que embora o conflito esteja presente, a sociedade funciona por cortesia (pode-se estampar o conflito, mas não ser descortez), pois se vive e se convive em diversos círculos sociais¹⁶, em que se constitui sociabilidades. Entretanto, quanto mais a sociedade se torna metropolitana, mais os círculos sociais precisam ser restritos para se potencializarem, funcionando dessa forma como uma lógica individualista contemporânea.

Outro autor que colabora para o entendimento epistemológico da ação é Schütz (1974). Com a intenção de também explicar a ação social este autor busca conhecer o sentido da ação na vida cotidiana, ou seja, “no mundo intersubjetivo experimentado pelo homem, onde estes entram em mútua relação e tratam de entender-se uns com os outros, assim como consigo mesmos”(1974, p. 16).

Para explanar sobre o sentido da ação humana, Schütz (1974) parte da ideia de que todo o conhecimento de mundo (científico ou comum) supõe construções ou abstrações. Significa portanto, que toda ação no primeiro momento é imaginária, pressupondo tipicidades do objeto. A construção de uma tipicidade permite identificar a ação, modelo e papéis sociais, começando com a percepção e a capacidade de imaginação. Constitui acumulação seletiva de experiências cotidianas e é este acervo de experiências prévias que permite interpretar o mundo social. Este conhecimento de sentido comum baseado em experiências prévias, o autor chama de *conhecimento a mão* e explicita:

Toda interpretação deste mundo se baseia em um acervo de experiências prévias sobre ele, que são nossas e nos tem sido transmitidas por pais e mestres; essas experiências funcionam como um esquema de referência em forma de ‘conhecimento a mão’(SCHÜTZ, 1974, p. 39).

¹⁶ [...]tanto mais rica é a participação do indivíduo na vida social, tanto maior o número de círculos sociais a que pertença, quanto mais forte é sua independência, quanto mais nítida se destaca sua personalidade(MORAES FILHO, 1983, p. 23)

O autor também traz a ideia de que a reserva de *conhecimento a mão* é que permite ao sujeito agir. Ainda acrescenta que se vive em um mundo cultural intersubjetivo, porque se vive nele como homens entre outros homens, vinculando, influenciando e compreendendo uns aos outros. Sobrepõe o autor que a historicidade ajuda a trabalhar com a intersubjetividade, a qual é definida por uma reciprocidade, a partir das perspectivas, propósitos e conhecimentos que se *tem a mão*.

Adiciona então, Schütz (1974) a *situação biograficamente definida*, identificando que cada indivíduo se situa na vida de uma maneira diferente. A situação biográfica de cada um define o modo de cada um se situar no cenário da ação, interpretando possibilidades e enfrentando desafios. Melhor ainda, o indivíduo, como ator no mundo social, determina a realidade que encontra e sua situação, corroborando que: “A situação atual do ator tem sua história; é a sedimentação de todas suas experiências subjetivas prévias, que não são experimentadas pelo ator como anônimas se não como exclusiva e subjetivamente dada a ele e somente a ele.” (SCHÜTZ, 1974, p. 17)

Pode-se ultimar então, que toda ação e interação passam por estas duas referências desenvolvidas por Schütz; ou seja, a definição de situação biograficamente determinada e a reserva de conhecimento a mão, as quais se constituem a partir destas concepções de experiência o que o autor chama de tipicidades que, na verdade, constituem marcos ideais para a reflexão e ação.

Por certo a tipicidade colabora quando é preciso tomar uma atitude, ou seja, na ação. Embora ela constitua pensamento (baseada na imaginação e na experiência) orienta, no sentido de se colocar na situação do outro. Já Mead (1982) chamará isso de adotar o papel do outro, como se verá adiante.

Ao pressupor antecipadamente as ações posteriores, antecipa-se a situação por tipicidades. Estas tipicidades definem-se sempre em situações, o que permite antecipar ações, construir projetos e criar técnicas de vida. Assim, serão sempre formas específicas de encaminhar a ação em situações específicas condicionadas pelo que a tipicidade oferece.

Vale lembrar que o termo *ação* é designado por Schütz (1974, p. 86) “como a conduta humana como processo em curso que é ideado por um ator de antemão,

isto é, que se embasa em um projeto pré-concebido.” Já com o termo *ato* o autor designa o resultado deste processo em curso, ou seja, a ação cumprida. Aclara para isto, que a ação pode ser latente ou manifesta, embora nem toda a ação tenha um propósito antecipado.

A ação latente constitui o intento de resolver mentalmente, fantasiar uma ação, enquanto a manifesta já se insere no mundo externo: é o sujeito diante da necessidade de compreender os problemas dele frente aos outros.

Mead (1982) referenciado por Silva (2010, p. 84) explicita que “[...]pensava que a sociedade exerce um enorme poder sobre os indivíduos obrigados a satisfazer as expectativas sociais impostas por gênero e idade”[...], por exemplo, mas “também pensava que as pessoas não estão inertes frente a este poder, pois dada sua capacidade simbólica, sempre podem imaginar outra realidade e podem reagir individual ou coletivamente a esta realidade.”

Acrescenta ainda Silva (2010, p. 86), se referindo a Mead, que “os seres humanos entendem o significado das ações de outros indivíduos, inferindo as intenções que existem por trás destas ações, interpretando-as.” Adiciona ainda que “para entender as intenções latentes às ações de outras pessoas, o indivíduo deve imaginar a situação na perspectiva desta outra pessoa” e, segundo Mead isto irá constituir o *self*¹⁷.

Assim, o *self* dá a capacidade de separar-se de nós mesmos e de se imaginar no lugar do outro. O *self* é capaz de promover a integração coletiva e dá a capacidade de se ver a si próprio por meio dos outros, sendo constituído por dois componentes: o *eu* e o *mim*. O *eu* é a face do *self* que exterioriza, reagindo à atitude dos outros, indica a novidade, a originalidade e a criatividade; o *mim* exprime a convencionalidade, a tradição e a adaptação; “o *eu* refere-se ao sujeito que empreende a ação; o *mim* refere-se ao *self* como objeto, na medida em que formamos uma imagem de nós mesmos nos olhando pelos outros.” (SILVA, 2010, p. 86).

Dessa forma, para Mead (1982, p. 203), a interação social é um diálogo contínuo entre o eu e o mim, conforme destaca “O *eu* é a reação do organismo às

¹⁷ *Self* é uma dimensão da personalidade composta pela consciência que um sujeito tem de si mesmo. Nasce com a experiência social e é impossível conceber um *self* sem a experiência social.

atitudes dos outros; o *mim* é o conjunto organizado das atitudes dos outros que o indivíduo adota para si. As atitudes dos outros constituem o *mim* organizado e então o indivíduo reage a elas como um eu.” Por certo, é assim nesta relação de interação com os outros que as ações constituem-se de sentido.

2.4.2 O ator social idoso

A velhice, de maneira especial no Brasil, obtém maior visibilidade em razão dos dados demográficos divulgados pela mídia e também pela convivência diária dos habitantes das cidades nos espaços privados, mas notadamente nos públicos (LINS DE BARROS, 1998). Entretanto, para os idosos esta visibilidade objetiva não foi suficiente para se constituir como ator social. Para tanto, necessário se faz levantar alguns questionamentos: como subjetivamente o idoso se constituiu ator social neste cenário contemporâneo? Como conquistou visibilidade? Como se tornou um sujeito crítico frente à alienação, dominação e subordinação? Deste modo, se é na interação entre atores sociais que as ações se constituem de sentido, então quem é o ator social contemporâneo?

Como respostas a estas inquietações, inicia-se então e se ressalta mais uma vez o cenário da sociedade contemporânea, conhecida por alguns teóricos como alta modernidade, modernidade líquida ou pós-modernidade. Atualmente a pós-modernidade traz o fim das visões totalizadoras e universalistas, pois busca a compreensão sob o foco das sensibilidades e das interações em uma dimensão comunitária e grupal. O passado e o futuro passam a ser desacreditados e há uma tendência a se pensar que o presente é que tornou-se referência (CHARLES, 2011). Entretanto isso, não quer dizer uma recusa da modernidade, mas uma tensão constante e dinâmica entre estes processos. Com isso há uma mudança de sensibilidade, pois na sociedade contemporânea não existe conflito central, ou seja, à luta de classes somam-se múltiplos conflitos e há então uma pluralidade de movimentos sociais borbulhando na esfera pública. Na verdade, Beyme(1994) explica que a Pós-Modernidade trata-se de um estilo de vida, onde se abandona o conceito de sociedade, logo o indivíduo possui característica abstrata e capacidade de reflexividade individual.

Cabe ressaltar que Nietzsche e Freud foram os primeiros pensadores a destruir a ideia de Sujeito da Modernidade. A partir deles o indivíduo deixa de ser concebido apenas como trabalhador, consumidor, cidadão ou ser social, e se torna um ser de desejos, habitado por forças impessoais e linguagens, um ser individual e privado. Isto tudo obriga a redefinir o Sujeito (TOURAINÉ, 2002).

Conforme Dubet (1996), na sociedade atual, rompe-se a ideia da teoria clássica funcionalista que entendia o sistema como uma unidade do social. O declínio do indivíduo da sociologia clássica aparece como o mecanismo de separação da subjetividade e objetividade. O novo ator social precisa congrega uma capacidade de iniciativa, de escolha e autonomia e também de distanciar-se do sistema. No seu entendimento, o indivíduo trabalha na relação modelo e normas, mas a transgressão é possível. Os modelos criam lacunas e essas possibilidades de transgressão. Assim os sujeitos agem então, a partir da sua cultura. Características como reflexividade e capacidade de elaboração de projetos e agenciamento de recursos (*agency*) são imprescindíveis aos novos atores sociais.

Touraine (2002) traz em seu livro *Crítica da Modernidade* a ideia de que o sujeito se dissociou do sistema, como se observa nestes trechos “A sociedade, que é ao mesmo tempo técnica e poder, divisão de trabalho e concentração de recursos, torna-se cada vez mais estranha aos valores e às demandas dos atores sociais” (p. 392); “Nós não pertencemos mais a uma sociedade, a uma classe social ou a uma nação, na medida em que nossa vida é, por um lado, determinada pela marcha mundial, e, por outro lado, encerrada em um universo de vida pessoal, de relações interpessoais e de tradições culturais” (p. 392).

Embora pareça que a imagem da sociedade moderna é de uma sociedade sem atores, o pensamento principal de Touraine (2002), centra-se em se definir a modernidade tanto pela subjetivação como pela racionalidade. Defensor da ideia de que uma das características dos atores sociais contemporâneos é a sua possibilidade de usar a razão em prol de sua libertação. Para ele é o diálogo entre a razão e o sujeito que mantém aberto o caminho da liberdade. A possibilidade se dá a partir do momento em que este usa a razão para organizar os movimentos sociais necessários as suas demandas, conforme explicita:

[...]razão e sujeito podem realmente tornar-se estranhos ou hostis um ao outro, podem também unir-se, e que o agente desta união é o movimento social, isto é, a transformação da defesa pessoal e cultural do Sujeito em ação coletiva dirigida contra o poder que submete a razão aos seus interesses(TOURAINE, 2002, p. 394).

E Touraine (2002) ainda acrescenta que os novos movimentos sociais agregam objetivos mais culturais que econômicos, apelando somativamente para “a combinação entre razão e o Sujeito, separando de maneira crescente de um lado a razão da sociedade, do outro o Sujeito do indivíduo”(p. 394).

Afirma-se novamente, uma ruptura entre sistema e atores sociais. Todavia, se por um lado há um controle exercido por centros de poder sobre os atores sociais cada vez mais manipulados, por outro há uma subjetividade protegendo a liberdade do ator contra uma sociedade com excessiva organização e defendendo uma identidade, particularismos culturais, de uma língua a uma religião, de um território à uma etnia (TOURAINE, 2002). E acrescenta o mesmo autor: “[...]não existe modernidade sem racionalização; mas também não sem formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade “(p.215).

Assim, foram e continuam sendo os movimentos que os idosos conseguiram organizar em torno das questões pertinentes aos seus interesses que possibilitaram a visibilidade a estes novos atores sociais na esfera pública.

Nessa vertente, Mançano Fernandes (2005) explicita que a transformação do espaço em território acontece por meio de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que desejam criar, conquistar e controlar seus territórios. Então, caso se considerar essa colocação conclui-se que foi através dos primeiros movimentos reivindicatórios dos idosos, por volta de 1930 e 1950, que se tem indícios de construção de um novo território. Todavia cabe destacar que não se efetivou neste período, pois os idosos não eram protagonistas em suas reivindicações e nem se constituíam ainda como atores sociais. Além disso, neste período via-se os idosos como dependentes e necessitados de serviços de saúde e assistência social. Somente mais tarde, nos anos 1980, que os idosos começam a ser reconhecidos como uma categoria social e/ou cultural.

Estas reivindicações, que inicialmente eram em escalas locais, passaram a ser disseminadas, especialmente pela mídia, gerando fluxos globais de mobilizações

e reivindicações. A partir de então uma série de acontecimentos demonstram que há uma mudança de atitude em relação à proteção e ao bem-estar dos idosos no Brasil.

A interlocução política do idoso - principalmente pela via da organização dos aposentados e pensionistas – na década de 80 foi protagonista de um embate político sem precedentes: formou o segundo maior *lobby* da Assembléia Nacional Constituinte, perdendo apenas para o grupo ruralista. Por meio de uma organização que mobilizou todo o território nacional fizeram chegar mensagens à Constituinte de todos os setores da sociedade civil em favor das causas do segmento idoso e 57 também foram em caravanas a Brasília apresentar sugestões aos parlamentares (PIRES, 1994 *apud* PRADO, 2006).

Os idosos passaram então a serem vistos pela sua trajetória de construção social, como um movimento organizado, como novos protagonistas reivindicando direitos a partir de embates em escalas locais e globais. Este histórico de movimentos que geraram as principais associações e legislações em prol do idoso aparece mais detalhado no capítulo quatro dessa tese. Na verdade, a mídia colaborou para dar ênfase “aos idosos”. Cabe ressaltar que no movimento dos aposentados e pensionistas nem todos os seus componentes já chegaram aos sessenta anos, idade cronológica estabelecida como início do envelhecimento. No entanto, nesta tese quando se refere ao movimento dos aposentados, entende-se como o movimento dos idosos, pois se acredita que o objetivo principal dessa luta é justamente a manutenção de salários e condições dignas a serem usufruídas no ciclo de vida que se aproxima, justamente a velhice. Maria Machado Cota, idosa que já foi Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) em entrevista a Paz (2001) relatou que considera esse um só movimento, ou seja, o movimento que é de todos, idosos e aposentados que já são ou estão quase idosos.

Os idosos que dão sentido a suas ações, não apenas pelo que reitera Weber ao expressar de que a necessidade de pensar a sociedade como uma teia de sentidos ligada pelas ações sociais, porém como atores sociais conscientes de suas ações. Outra característica que os diferencia é sua capacidade de reflexividade. Claval (1999, p. 11) evidencia suas ideias sobre o assunto “As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos.”

Destaca-se ainda que os espaços públicos de reivindicação tornam-se cada vez mais fortalecidos na medida em que os fluxos e demandas passam a ser globais e não mais apenas locais, fortalecendo o protagonismo dos idosos como atores sociais.

Já Guimarães (2005) contribui para o entendimento do significado subjetivo de escala ao exemplificar a dimensão de uma escala com o acontecimento de 11 de setembro de 2001 quando sequestradores islâmicos atacaram os edifícios do *Trade World Center* em Nova Iorque, conforme referenda:

Assim, ao destruir um simples ponto na escala cartográfica do mapa local, os seqüestradores conseguiram paralisar os Estados Unidos e derrubar as bolsas de valores em todo o mundo. Eles não estavam apenas utilizando a escala cartográfica, mas afetando o mundo na escala geográfica global. Dessa forma, foram capazes de transformar aquele acontecimento numa síntese de múltiplas escalas – a escala da vida cotidiana de Nova York, que entrou em colapso aquele dia; a escala do Estado americano, que se mostrou muito mais vulnerável do que se supunha aos ataques externos; a escala do mundo ocidental, que se viu diante de um ‘inimigo invisível’; a escala da revolução islâmica, que rompeu barreiras regionais e passou a adotar estratégias globalizadas; dentre outras. É essa complexa síntese de escalas geográficas que definiu o peso político daquele acontecimento. Isto é, quanto mais uma ação resultar na articulação de múltiplas escalas, maior a sua importância política (GUIMARÃES, 2005, p.1022).

O autor traz a possibilidade de analogia deste exemplo com a categoria envelhecimento, a qual nas últimas décadas do século passado e início deste ganha expressividade em diferentes escalas, tanto globais, como nacionais, regionais e locais. Aliás, foram e continuam sendo as discussões em escalas globais que engendram contendas, inicialmente nacionais, e posteriormente se espraiam em níveis regionais e locais. Um dos últimos acontecimentos em escala global pertinente a questão do envelhecimento foi a greve geral que paralisou a França em outubro de 2010, devido aos protestos contra as mudanças na legislação previdenciária aumentando a idade de 60 para 62 anos para aquisição de direito a aposentadoria com salário proporcional, e de 65 para 67 anos de idade para obtenção do direito de aposentar-se com o salário integral. Sabe-se que estas discussões perpassarão os governos de todos os países como demanda que se encontra em uma arena de discussão que é global, mas também nacional, regional e local, afetando assim todos os trabalhadores.

Neste sentido Santos (2004, p. 136) reitera que “O acontecer histórico, por mais localizado que seja e por mais discreto que pareça, tem como origem direta ou indireta um movimento de alcance mundial.” Mesmo que o envelhecimento seja questão social recente no Brasil, diferentemente dos países europeus chega de forma acelerada, engendrando aspectos sociais, políticos e econômicos.

Para Heidrich (2004, p. 56) “estar no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se, realizar a transformação e ter a consciência disto”, o que requer, apropriação, valorização e consciência deste espaço. A apropriação consiste em demarcar espaço, criar território; a valorização é a transformação nestes espaço em um lugar de interações e de vivências e a consciência é o sentimento de pertencimento, de vínculos, de ligações e identidade, onde se constroem os agrupamentos humanos.

Desta forma, o movimento social dos idosos como algo recente, apesar de fenômeno mundial, ocupava até então bem mais o espaço privado. Isto ocorreu em razão de que até pouco tempo era senso comum pensar o idoso como alguém improdutivo, afastado da esfera pública e sinergia insuficiente para se organizar e reivindicar direitos civis, políticos e sociais. Com os movimentos sociais contemporâneos, os idosos surgem como novos atores sociais demonstrando que possuem espaços públicos a ocupar em escalas locais, estaduais e nacionais e detentores da consciência de sua identidade.

Como referenda Guimarães (2005), serão as forças de cooperação e as de competição, assim como os mecanismos de mediação que definirão as escalas em que os movimentos sociais, políticos ou culturais lograrão êxito. É nesta direção que os movimentos dos idosos ganham forças e se constituem como demandas públicas nas arenas políticas.

Pode-se dizer que o movimento de mobilização dos idosos inicia com trabalhadores reivindicando seus direitos trabalhistas. De acordo com Paz (2001) no período de 1930 a 1950 é que se inicia a luta dos trabalhadores aposentados, restringindo-se a algumas categorias de ex-trabalhadores, como os ferroviários e os bancários, por exemplo, dependendo da sua capacidade de mobilização. Na verdade este foi o começo do movimento dos trabalhadores aposentados, cujos sindicatos, destituídos no período do regime militar, retomando suas atividades

somente nas décadas de 1980/1990, através do movimento conhecido como “a luta dos 147%” através das reivindicações dos direitos constitucionais (SIMÕES, 1998). Anteriormente a este período (entre 1920 a 1970) a política de proteção social era bastante fragmentária. No início dos anos 1920 somente tinham direito à aposentadoria as pessoas vinculadas a grandes empresas, pois a mesma tinha natureza civil e privada com apoio marginal do sistema público.

Atualmente o que se apresenta na esfera pública são mobilizações sociais, e os idosos pegaram carona no movimento dos aposentados e pensionistas, que se organizaram em associações, federações e confederações e adquiriram força de reivindicação. Na verdade nesse movimento os idosos tiveram papel central pois o que deu visibilidade ao movimento foram as condições precárias em que viviam muitos idosos aposentados, cujos casos repercutiram na mídia. Também a mobilização da sociedade civil em prol dos idosos, sendo que nos encontros realizados por intelectuais da área redigiram-se em torno de dezoito (18)¹⁸ cartas reivindicatórias e de apoio à causa dos idosos. Portanto, embora no movimento dos aposentados nem todos ainda chegaram a idade cronológica dos 60 anos, que formalmente se define como a chegada do envelhecimento. Atêm-se ao objetivo de lutar por melhores condições de vida justamente para o último ciclo da vida que é o envelhecimento.

Os movimentos sociais atualmente voltaram a ter visibilidade e centralidade. Há uma pluralidade de movimentos, diferenciando-se por seus projetos políticos culturais, articulação e visão de mundo. Hoje os movimentos sociais articulam-se a partir de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens e se conectam aos grandes eventos nacionais, transnacionais e também organizados em redes sociais (internet). O domínio da tecnologia possibilita maior e mais rápida visibilidade (GOHN, 2010). Essa participação exige atores coletivos com subjetividade aguçada e reflexivos, pois uma das características dos atores sociais da modernidade é a sua capacidade de participação pela valorização de conceitos como autonomia, identidade e subjetividade, aprofundados no próximo capítulo dessa tese.

Cabe aqui a observação de Mezan (1997, p. 13) quando explica que a própria palavra sujeito ensina algo sobre experiência e subjetividade:

¹⁸ Ver tese de Serafim Fortes Paz (2001) “Dramas, Cenas e Tramas, a situação de fóruns e conselhos de idoso no Rio de Janeiro”.

Sujeito pode ser empregado como sujeito a, enfatizando os aspectos de dependência, de passividade, ou até de constrangimento: estar sujeito às intempéries, às leis, às ordens de outrem. Também pode ser empregado na acepção oposta, que acentua os aspectos de liberdade, de ação, de iniciativa, como nas expressões 'sujeito da oração'(aquele que é ou faz o que o verbo diz), 'sujeito de direitos', 'sujeito político'. Assim, podemos dizer que o sujeito se encontra no cruzamento de várias linhas de força, das quais ele determina algumas, enquanto outras a determinam.

Para Touraine (2002, p. 222) a “subjettivação é a penetração do Sujeito no individuo e, portanto, a transformação – parcial - do individuo em Sujeito.” Touraine (2007, p. 240) “acrescenta que esta vontade do individuo de ser o ator de sua própria existência é o que chamo de sujeito.” Também será esta subjetividade e autonomia que lhe possibilitarão por meio dos movimentos sociais ser um Sujeito com postura crítica, participante dos processos de construção das políticas públicas.

Nesta direção é que Touraine, constata que um destes novos movimentos sociais, o das mulheres, desponta então como os novos atores sociais. A mulher idosa tem papel preponderante neste espaço, até mesmo porque o contingente de mulheres idosas é maior que de homens. Isso acontece porque as mulheres vivem mais não só em função de fatores biológicos e genéticos, mas ainda porque possuem uma preocupação preventiva maior com sua saúde em relação aos homens. Soma-se a isso a menor propensão aos fatores de risco, como acidentes em geral, além de consumirem menos álcool e tabaco (FRANÇA, 1999). São elas geralmente, que na velhice, se tornam as novas responsáveis pelo núcleo familiar, dedicando-se muitas vezes ao cuidado do marido e de netos, gerenciando economicamente sua família.

Estas constatações vem ao encontro da questão defendida por Touraine (2002; 2007) de que a ação social tem como objeto o sujeito histórico. O seu conceito central é a ação coletiva e a reflexividade político cultural dos novos atores sociais que dominam a esfera pública, cujo destaque, segundo o autor, são as mulheres.

Nessa direção, cabe destacar o papel da mulher idosa, como ator social na esfera pública, pois essa têm tido uma preponderante visibilidade e ressignificação de seus interesses em espaços associativos, conforme referenda Prado (2006). Neste caso, as mulheres idosas englobam participação social maior que os homens,

atuando mais em grupos de convivência, cursos, viagens e excursões. Engajam-se mais em situações de trabalho e renda, em cooperativas e associações, em artesanatos, em comemorações festivas, encontros e bailes de terceira idade. Também são elas que reivindicam mais seus direitos pois se fazem presentes nas Conferências, Conselhos e Fóruns públicos de direitos (IBGE, 2010; CAMARANO, 2004)

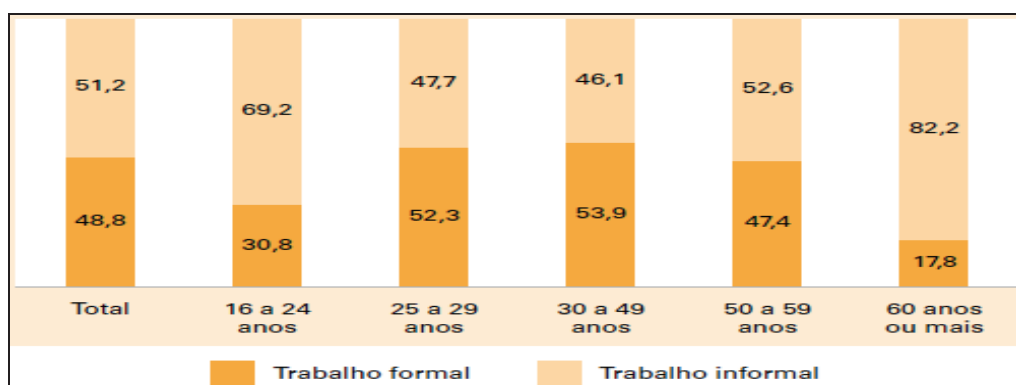
O reconhecimento da mulher como novo ator social é amplo e instituições mundiais debatem esta questão, pensam em estratégias de empoderamento das mesmas, como é o caso da ONU. As principais discussões circulam em torno das desigualdades entre o segmento de mulheres, já que as principais causas passam pelas dificuldades de integração da vida profissional com a vida doméstica, uma vez que a responsabilidade pelo cuidado de membros vulneráveis da família como crianças e idosos dependentes recai sobre as mulheres. A ONU criou uma instituição intitulada ONU Mulheres que começou sua operação em 2011, conforme explicitado pelo IBGE(2010, n/p), para tratar especificamente destas questões:

Um outro evento importante a ser destacado é a resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 2 de julho de 2010, que, em um movimento histórico, aprovou, por unanimidade, a criação de uma nova entidade para acelerar o progresso na satisfação das necessidades das mulheres no mundo inteiro. A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher (*United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - UN WOMEN*), a ser conhecida como “ONU Mulheres”, irá aumentar significativamente os esforços das Nações Unidas para promover a igualdade de gênero, expandir as oportunidades e combater a discriminação em todo o globo, segundo o Secretário-Geral Ban Ki-moon.

Neste sentido há várias subordinações que contribuem para o pouco reconhecimento das mulheres como atores sociais, entre estes a geração (jovem ou idosa demais) e também a baixa escolaridade, conforme se referenda com dados do IBGE(2010) que informam estarem 69,2% das mulheres jovens em trabalhos informais, enquanto que entre as idosas este número sobe para 82,2%, conforme gráfico 11. E a participação destes dois segmentos etários em trabalhos informais pode estar relacionada à baixa escolaridade; no caso das idosas o retorno de aposentadas e pensionistas ao mercado de trabalho para complementação da renda.

Outro aspecto preponderante para a subordinação das mulheres foram os regimes políticos vigentes que segregavam a mulher à vida privada, sem direito até mesmo ao voto. As referidas experiências negaram sua identidade por muito tempo e essas minorias excluídas surgem na esfera pública procurando resgatar sua subjetividade abafada por um longo período de subordinação. Independente da idade, hoje a mulher a partir de projetos políticos e culturais busca encontrar seu espaço na esfera pública.

Gráfico 11 - Percentual de Mulheres Ocupadas em Emprego Formal e Informal, Segundo os Grupos de Idade - Brasil – 2009



Fonte: PNDA/2009 / IBGE, 2010

Assim o ator social idoso da contemporaneidade se constitui pelo engajamento que busca nas diversas possibilidades de sociabilidades, destacando-se também o ator social do gênero feminino .

2.5 TIPIFICAÇÃO DE IDOSOS

Na pesquisa empírica desta tese buscou-se tipificar os idosos a partir de que se encontrou na literatura e por classificação dos casos analisados. Acredita-se que pelo fato dos idosos viverem uma dinâmica de vida diferenciada de outras épocas, surgem outros tipos de idosos. Aquela ideia de “vovozinho coitadinho”, doente e frágil ficou restrita àquele que realmente apresenta doenças e incapacidades físicas e mentais, embora merecedor de o tratarem com dignidade e respeitado a partir de suas possibilidades. Atualmente os idosos buscam continuar sendo atuantes em seu

espaço social e geralmente não se sentem velhos, como a idade cronológica estabelece. Fato esse comprovado pelo exemplo encontrado na figura do Presidente da Federação Gaúcha dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul. Um senhor de 80 anos de idade que reside na cidade de Cruz Alta-RS, onde passa apenas o sábado e o domingo, pois à noite do domingo viaja a Porto Alegre para a sua rotina de trabalho, viagens e reuniões frente à Federação, conforme se percebe em um trecho de sua entrevista:

“Com 80 anos completos, não sinto cansaço. É uma constante. Olha veja bem: amanhã tô em casa, mas domingo viajo, chego as duas da manhã em Porto Alegre, as cinco da manhã tenho que estar no aeroporto para as oito horas estar no aeroporto em Brasília e depois reuniões até sexta-feira à tarde. As 22 horas, embarco de volta, chegar as 33 minutos do dia 20 em Porto Alegre que é sábado, as 7 horas da manhã embarco no ônibus e venho para cá - Cruz Alta.” (Osvaldo-RS, 80 anos)

Essa realidade também se constatou com uma idosa, de 74 anos, professora aposentada, da cidade de Teresina – PI, militante de causas políticas e sociais desde os seus 14 anos. Não gosta de ser chamada de “idosa coitadinha”, pois é atuante em vários conselhos, como o do Idoso, da Assistência Social, da Mulher, da Criança e do Adolescente e ainda coordena um Grupo de Convivência do Idoso e um Núcleo Intergeracional. Esta identidade de idosos participativos e atuantes é o que esses novos atores buscam.

“A pessoa idosa não tem identidade, porque os idosos devem buscar essa identidade. A cultura não é aceita. Não aceito que me chamem de “velhinha coitadinha”. Assim o idoso perde a identidade. Idoso não é um coitadinho, é um sujeito, é um ator social.”(Maria de Jesus-PI, 74 anos)

Comprovou-se, também, que há uma tendência entre os idosos de pensar que o velho é o outro e não ele. De certa forma, traduz um pensar interessante, pois o condiciona a continuar construindo seus projetos, a pensar em possibilidades futuras. Esta constatação é partilhada por Beauvoir (1990, p. 16): “Para outrem, o velho é o objeto de um saber; para si mesmo, ele tem de seu estado uma experiência vivida.” Por certo, com o aumento da expectativa de vida esta sensação se torna cada vez mais real, tanto que entre os idosos já há classificações diferenciadas para cada faixa etária. Hoje, *Terceira Idade* como foi classificada inicialmente a velhice, serve para o idoso mais jovens, *Quarta Idade* identifica idosos a partir dos 80 anos e ainda faltaria uma *Quinta Idade* para classificar o crescente número de idosos centenários. Todavia, aquele referencial de idade como

constituição de grupos etários tende a se dissolver na sociedade pós-moderna. Especialmente se estes grupos trazem consigo a tendência a caracterizar o idoso pela doença, isolamento e pobreza. Acrescenta-se o fato de os idosos mostrarem-se capazes de criar estilos de vida e de lutar pelo seu reconhecimento e individualidade. Há, na verdade uma perda da relevância da idade cronológica como marcador de grupo e controle social. Na atualidade há indicativos de um forte dinamismo no interior dos diferentes grupos etários e nas relações que estabelecem entre si (PRADO, 2002). Soma-se as ponderações Moragas (1997, p. 18) “A vantagem da objetividades da idade cronológica transforma-se em inconveniente, quando fica comprovado o impacto diferente do tempo para cada pessoa, de acordo com o que tenha sido a sua maneira de viver, sua saúde, suas condições de trabalhos, etc.”

Por outro lado Rabelo e Nascimento (2007) ao verificar os papéis que um idoso pode assumir atualmente, concluíram que não há um tipo de idoso, mas existem idosos assumindo uma diversidade de papéis, assim como já afirmava Alda Brito da Motta, uma baiana, pesquisadora do envelhecimento, de que existem uma pluralidade de velhices.

Nessa direção, Moragas (1997, p. 101) traz uma reflexão sobre os papéis sociais e a necessidade de ressocialização desses papéis quando se aponta na fase da velhice em que novas situações se deparam neste novo ciclo vital:

A socialização não é um processo somente de início e de aprendizagem dos papéis sociais fundamentais na família e na escola, mas também aquele em que todas as pessoas de sociedades desenvolvidas devam adaptar suas condutas a novos elementos, no local de trabalho, nas relações sociais, no lazer, na política.[...] Ao final da vida, fala-se de ressocialização, como aquele processo que reconstrói as relações sociais rompidas após muitos anos de desempenho de papéis estabelecidos – como marido, pai, trabalhador – e que obrigam a aprender as obrigações e os direitos de novos papéis – de viúvo, avô, aposentado, etc.

As autoras Debert e Oliveira (2007) trazem essa informação demarcando três períodos históricos da velhice no mundo, como característica tanto de teóricos que tratam mais de questões estruturais e objetivas da velhice, como dos que evidenciam mais as representações sociais e subjetivas do tema:

- anos de 1940 até 1950: associa-se a velhice à pobreza e dependência;

- período do pós-guerra: generaliza-se o sistema de aposentadorias dando uma identidade de condições aos idosos e os diferencia das outras populações-alvo da assistência social. Garantiram-se aos idosos os direitos sociais, embora no Brasil a universalização da aposentadoria e pensões só ocorre nos anos 1990, com a criação do Estatuto do Idoso;

- anos de 1970: há no mundo um interesse crescente pelas minorias discriminadas e ganham visibilidade as crianças, as minorias étnicas, as mulheres e os idosos. A velhice será associada à solidão e marginalidade. Então há uma mudança de sensibilidade em relação a esta.

O campo de intervenção passa a ser as condições de vida do idoso, o lazer, as férias, os serviços de saúde aos aposentados.

De fato, a representação social da velhice atribui-se aos acontecimentos históricos- sociais de cada época. No Brasil, por exemplo, na década de 1960 em que estava estabelecido um regime militar havia a valorização de um país jovem onde os moços altos e fortes defenderiam a nação e seriam responsáveis pelo seu desenvolvimento (ordem e progresso). Eis então a visão do envelhecimento atrelada a doenças e à dependência, ou seja, a visão do idoso frágil, doente e excluído socialmente.

Em continuidade ao período militar, na década de 1970 as ações em torno do envelhecimento então se engendravam em um caráter assistencialista e é justamente nesse período em que se criam os primeiros programas de assistência social ao idoso ainda nessa visão de dependência, ou seja, o envelhecimento era uma questão da vida privada. Debert e Oliveira (2007, p. 19) confirmam essas afirmações:

Nesse movimento que marca as sociedades modernas, a partir da segunda metade do século XIX, a velhice é tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais. O avanço da idade como um processo contínuo de perdas e de dependência – que daria uma identidade de condições aos idosos – é responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice, mas foi também um elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria.

Na década de 1980, quando o país sai de um regime militar e entra em outro, mais democrático, surge uma visão científica do envelhecimento. Traz a ideia de um sujeito de direitos, capaz de se autocuidar, especialmente nos países mais

desenvolvidos, influenciados pelas discussões presentes nas assembleias internacionais sobre o envelhecimento humano. Entretanto em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, a visão assistencialista ao idoso ainda é bastante arraigada e em alguns casos necessária. No Brasil, as reflexões a respeito do envelhecimento começam a aparecer então como direito na Constituição. A partir deste momento vê-se o idoso como sujeito ativo e ele próprio se sente mais saudável e integrado socialmente, e também sujeito de direitos.

Na década de 1990, a visão de idoso saudável e integrante da sociedade se reflete nos programas de governo, que passam a criar políticas públicas para esta parcela da população, pressionados pelos acontecimentos mundiais em que os grupos minoritários exigem maior visibilidade, como é o caso do movimento dos pensionistas e aposentados. A sociedade contemporânea com características individualistas, presenteístas e, portanto consumista. Vê o idoso como um filão de mercado e dá visibilidade a este incentivando a sua autonomia através da mídia, como a “Melhor Idade” onde este tem condições de aproveitar o que a vida tem de bom e melhor a oferecer. Incentiva-o a procurar um estilo de vida saudável através da prática de atividades físicas e alimentação, a viajar, a frequentar *Shopping Center*, a usufruir de créditos fáceis e se tornar um consumidor de produtos e serviços antes disponíveis apenas para os mais jovens.

Quando então entra o ano 2000, o envelhecimento toma uma visibilidade nunca antes percebida e passa a ser uma questão pública. É o centro da preocupação dos governos de todo o mundo que o vê como mais uma questão social a ser enfrentada. Há aumento de despesas públicas para o atendimento específico das necessidades dessa população que cresce a galope, especialmente nos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil. Os governos então buscam incentivar um envelhecimento saudável atrelando a longevidade à qualidade de vida. O idoso ganha visibilidade nas arenas públicas como um novo ator social que busca novas sociabilidades e quer continuar ativo. Os governos preocupados com os gastos públicos discutem aumentar a idade cronológica para a aposentadoria e a previdência social¹⁹. Este tema torna-se melindroso e de difícil consenso na esfera

¹⁹ Talvez por isso o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, durante seu discurso na III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em novembro de 2011, tenha sido evasivo e vazio nas suas palavras pois em nenhum momento tocou no assunto do *déficit* da previdência e não

pública, além da mídia aproveitar a situação para ganhos financeiros apoiando e divulgando a previdência privada.

Todavia, essas representações sociais dos idosos arraigam-se a dispositivos de poder de instituições e de seus representantes dando direcionamento às posições que os idosos devem tomar na sociedade, pois a militância política e de luta por direitos tendo o idoso como protagonista ainda são bastante irrisórias. Talvez, pela própria característica da referida geração com pouco acesso à educação de nível médio ou superior e ao conhecimento crítico-reflexivo, ou porque cresceu em uma sociedade com regime totalitário, em que não o chamavam a participar das decisões políticas. Todavia, cabe ressaltar que essa representação social ainda se expõe bastante generalista, entretanto é preciso ter consciência que o envelhecimento constitui-se em um processo heterogêneo e singular.

Goldman (2001, p. 7) citado por Ferreira e May (2011) firma-se na ideia de estereótipos para explicar os tipos ideais de idosos que a modernidade apresenta: idosos com aparência – comportamento de jovem, idoso produtivo e idoso que frequenta grupos de cultura e lazer. Na realidade a tipificação parece bastante oportuna no sentido que apreende os tipos ideais de idosos autônomos, independentes e que apresentam um estilo de vida bastante motivado e saudável e fazem suas escolhas a partir dos seus interesses. Diferem então dos idosos dependentes que apresentam incapacidade funcional (física e/ou cognitiva). Os idosos classificados no primeiro tipo ideal também podem ser vistos pelas suas preferências, mais hedônicas, culturais, políticas, eterna juventude e produtivos.

Ao buscar entendimento a partir dos tipos ideais de Weber encontra-se aquele idoso que opta em continuar trabalhando, porque precisa do dinheiro para ajudar a família ou para aumentar sua renda e participar do mundo do consumo (ação racional com relação a fins); de se engajar e participar das atividades do grupo de caridade da igreja, de Organizações Não Governamentais - ONGs (ação racional com relação a valores); colaborar no cuidado com os netos (ação afetiva); ou se responsabilizar pela direção de um clube gaúcho (ação tradicional), de danças típicas nordestinas, por exemplo.

mencionou nenhum projeto em relação ao assunto, pois com certeza desagradaria o público que estava a ouvi-lo e os maiores interessados no assunto – os idosos.

Ainda se ressaltam outros tipos ideais presentes no cotidiano, como o idoso aposentado; o com saúde e discernimento; o caduco; o apático; o trabalhador; o que só pensa em comer e dormir; o que gosta de reclamar e dar palpite; o provedor e arrimo de família; o idoso doente e dependente dos filhos e parentes ou da sociedade e que portanto vivem em ILPIs(Instituições de Longa Permanência para Idosos), o com papel ativo e importante junto à família; o executivo; o engajado e militante, o hedônico que participa de bailes e festas, viagens , turismo e lazer; o ativo, que frequenta grupos de terceira idade; o que faz ginástica, que se exercita; o ativo cultural, que vive e divulga a cultura popular ; o antenado que aprende e sabe tudo de tecnologias; o idoso solidário, que ajuda outros idosos.

Com efeito na análise empírica da pesquisa, identificou-se a realidade dos idosos engajados, ativos e militantes e se encontrou diversos tipos, das mais diferentes profissões como, professores, funcionários públicos, músicos, comerciantes, assistente social, técnico em enfermagem, técnico em segurança do trabalho, funcionário da iniciativa privada, médico, engenheiro agrônomo, bancários, técnico em telecomunicações, topógrafo, costureira, cantador de histórias (Griô), agricultor, marceneiro, artesão e autônomo.

Como um dos critérios para participação na pesquisa centrava-se na atuação em algum campo social, fica evidente que os idosos ativos são aqueles que trazem um conhecimento a mão, independente do grau de estudo e por isso são mais reflexivos e atuantes, com militância política, cultural, religiosa ou apenas hedônica. Alguns com atuação coletiva no movimento de luta dos idosos/aposentados, outros, em grupos culturais. Percebe-se que o engajamento político independe de sexo e idade, pois se encontrou homens e mulheres, dos 60 até mais de 80 anos, como o caso dos idosos atuantes na luta política, um à frente de Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul e outro com 83 anos de idade, que fundou o MIS – Movimento do Idoso Solidário, em São Paulo.

Acredita-se que o idoso contemporâneo ativo alcançará 90 anos e mais. Por certo não será a falta de vigor físico e nem o local onde reside, que lhe tolherá a possibilidade de participação. Constatou-se na realização da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a participação de idosos de vários locais do país e dentre estes estava um senhor, de 71 anos, da cidade de Boa Vista do

Ramos, Amazonas, que viajou vinte e seis horas de barco para chegar até Manaus, pegou o avião para chegar na III Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa, em Brasília-DF. O idoso José, do Amazonas, é um exemplo de ator social protagonista, que se faz participativo, pois apesar de nunca ter frequentado uma escola, sabe ler e escrever muito além das palavras e sabe muito bem onde buscar seus direitos e de seus “colegas”, como ele próprio coloca:

“Primeiro eu era agricultor, plantava mandioca, cará, depois passei a ser carpinteiro naval, carpinteiro civil e depois passei a marceneiro, trabalhei com móveis essas coisas e aí depois eu passei a me entrosar assim na sociedade, aí eu vim subindo no nível. Lá onde eu moro meus colegas confiam muito em mim, tudo as coisas para resolver eles me chamam. Lá eles me conhecem como peixe boi. Oh, peixe boi, tem a minha aposentadoria pra resolvê, é confusão de jogo, é confusão de contrato em cartório, aposentadoria. A família tira dinheiro do aposentado, a mulher tira, os neto tira, não sei o que, não sei o que ... Aí levo na promotoria e ela resolve os problemas deles lá e eles confiam muito em mim. Agora eu moro na cidade de Boa Vista do Ramos. Naquela época não tinha estudo. Mas eu sei ler e escrever.

Assim sendo, na realidade empírica analisada encontraram-se idosos e idosas engajados(as) em diferentes campos de possibilidade dos quais dispõem conhecimento a mão, ou seja, conhecimentos inferidos de suas experiências de vida e que o utilizam contemporaneamente a partir de sua subjetividade e reflexividade nas suas ações.

- **Idosas Viúvas e Solitárias** - mulheres que se ressentem de solidão e desejam preencher seu tempo, ou então, experimentando maior liberdade para realizar atividades, pelo casamento, atreladas ao lar, à família e aos filhos não realizavam, conforme referenda Monteiro (2002, p. 948) “ A viuvez ou separação, na dialética dos opostos, podem trazer a possibilidade de liberdade e alegria, isto quando houve uma relação de autoritarismo e posse.” Com a viuvez e com os filhos adultos conseguem efetivar seus planos e projetos de vida, como o caso destas senhoras:

“Dinâmica, inquieta, questionadora, exigente e crítica. Sempre me preocupei com a área social(colaborei com os outros). Trabalhei desde os 18 anos até os 55 anos, mas trabalho de verdade em empresa privada. Sem moleza, criei dois filhos em creche. Hoje são advogados. Fui casada, bem casada, ou seja, muito amor que é o que nos movimenta. Hoje sou viúva, feia, ouço música, tenho vida interior, mas tenho medo da solidão.”(Anália-RS, 69 anos)

*“Os anos passaram e a vontade de ajudar sempre latente. Iniciei na associação de moradores do Jardim Luciana como participante. Nesse meio tempo fico viúva. A solidão se fez presente e precisei preencher essa lacuna com visitas a pessoas, na época quem estivesse precisando.”
(Heloiza-RS, 64 anos)*

- **Idosos Militantes Políticos** –os que se dedicam ao movimento de luta por melhores condições salariais e vida mais digna aos idosos. Esse idosos demonstram que a sua ação é importante no campo da política em prol de uma situação melhor para ele(a) e para todos os demais idosos. Nessa pesquisa, destacam-se aqueles que participam dos conselhos municipais e estaduais dos idosos, de direitos humanos, dos sindicatos, da associação de aposentados e mesmo de lutas políticas individuais e lutam pelo reconhecimento dos idosos na esfera pública.

“Com 21 anos me casei com um alemão de Panambi que exercia a profissão de contador e professor. Éramos pobres mas consegui viver com mais conforto e segurança. Meu marido morreu sete anos e meio depois, me deixando duas filhas as quais criei sozinha com a pensão que, graças a Deus, ele havia me deixado. Não quis mais me casar, me dediquei as filhas e ao bem estar delas. Anos mais tarde, o governo desvinculou o salário mínimo das pensões e aposentadorias. Muitos vieram preocupados me falar do assunto. Eu também estava preocupada, com meu futuro e de tantos outros na mesma situação. Gerou-se uma grande insegurança nos aposentados e pensionistas. Resolvi fundar uma associação para cuidar dos interesses destes aposentados e pensionistas, para que existisse uma voz por todos nós. Assim em 1987 surgiu a APAS Associação dos Aposentados e Pensionistas de Frederico Westphalen.” (Irma-RS, 66 anos)

“Eu me identifico com a minha luta, agora os aposentados, outros...uns se dedicam com um passatempo, outros sentar no banco da praça, passar ocioso e isso já tem estatísticas de quanto mais ocioso o idoso ficar mais ligeiro leva à morte e eu pra evitar procuro me agitar o quanto mais possível. Com 80 anos completo, não sinto cansaço. Não suportando a ociosidade dediquei-me a Sociedade Beneficente União Operária, da qual sou presidente e também a Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta, tendo sido reeleito por vários mandatos. Com o desempenho da Associação de Cruz Alta, por esta ser filiada a FETAPERGS, o contato foi se amudando e tornei-me conhecido como participante ativo no movimento dos aposentados. Convidado a participar da diretoria fui eleito 1º Vice Presidente em 2005-2007, representando a Federação por diversas vezes em Brasília. No ano de 2008 assumi a presidência da FETAPERGS em 1º mandato e fui eleito novamente para o período de 2011 – 2014. Neste período 2005 até a presente data tenho dedicação exclusiva a causa dos aposentados e pensionistas, que vem sendo massacrada pelos governos que se sucedem após a Constitucional de 1988 até os dias de hoje, tanto que estão defasados em 68% em relação ao salário mínimo. Enquanto tiver forças estarei lutando pela classe que representa 20% da população do Rio Grande do Sul.” (Oswaldo-RS, 80 anos)

“Comecei a trabalhar com 08 anos, pela manhã tinha aula e a tarde trabalhava e tinha tempo para brincar com pai e mãe e mais 7 irmãos, então éramos 8 irmãos. Família pobre e preta; As adversidades eram muitas mas tínhamos e temos uma mãe muito enérgica em função de que deveríamos estudar e tivemos uma formação religiosa muito forte. O pai lutando nos mostrou tudo aquilo que um homem deveria e não deveria ter feito. Uma bênção de Deus. Atualmente estou aposentado, trabalhei na CRT como Técnico em telecomunicações. Cursei o Técnico na Escola Técnica Federal de Pelotas. Cursei o 1º semestre de Engenharia Mecânica na UNISINOS, concorri a vereador em Porto Alegre e hoje sou sindicalista. Direito os idosos já têm. Falta reconhecimento e respeito, por isso atuo nos movimentos sociais. Atuo no movimento sindical dos aposentados (SINDNAPI).” (Francisco- RS, 60 anos)

“Voltando novamente ao Doca Fagundes, 1º coordenador de Grupos de idosos, e na convivência com estes, constatamos que havia dentro dos grupos um atendimento razoável, no entanto, no conjunto de todos os idosos de Cruz Alta, não tínhamos um conjunto de

normas que viessem a ser uma forma de defesa dos direitos de todos, quando decidimos abrir uma discussão, juntamente com outras pessoas, no sentido de criarmos uma entidade de defesa dos direitos dos idosos e daí surgiu a ideia do Conselho Municipal do Idoso. Em 1999 a ideia foi concretizada e passei também a ser o 1º membro efetivo no Conselho, eleito pelo conjunto dos grupos de idosos de Cruz Alta. Neste mesmo ano, o Conselho estadual do Idoso – CEI, abriu a discussão para a eleição entre os grupos de idosos de todo o Estado para eleger um representante do interior do Estado. Quando chegou o documento no COMID Cruz Alta, fui convidado a me inscrever e como não recuso desafios, fui inscrito por Cruz Alta para participar da eleição e como toda eleição o candidato precisa se comunicar fizemos diversos telefonemas para outras cidades e para nossa surpresa, fui o candidato mais votado em todo o interior do estado. Permaneci no CEI até 2006, quando solicitei minha saída por problemas de saúde, embora houvesse a solicitação para completar mais quatro anos.”(Artidório-RS, 72 anos)

“Eu tenho o MIS que me dá um extraordinário retorno e me estimula a continuar batalhando por essa causa tão humana quanto nobre....Os movimentos são a porta que os idosos dispõem para serem ouvidos. Acredito mas não em conquistas imediatas. É preciso tempo para que a sociedade, e os governos ponham fim a tutelas, ajudas ocasionais, mutirões de saúde e semelhantes que nada resolvem. Sou suspeito para falar alguma coisa.. Senão acreditasse ocuparia meu tempo de outra maneira...O site do MIS é a maneira que me permite comunicação com os idosos, tem 4 anos e informa os idosos sobre direitos e assuntos de saúde, tudo em linguagem acessível, as principais doenças que podem acometer os idosos pois nos postos eles são atendidos às pressas e não sabem como podem viver bem mesmo com problemas crônicos de saúde. São mais de 100.000-acessos de 65 diferentes países...Sou um inconformado, revoltado e indignado com a deplorável situação de abandono, maus tratos dos idosos que a sociedade procura ignorar. Na verdade isto tudo me faz prosseguir na luta com os companheiros, com mais ânimo e motivação Quanto maior o obstáculo e o desafio mais perseveramos nessa verdadeira batalha. Por outro lado me sinto entusiasmado com minha vocação de procurar dar um significado à minha vida.”(Oscar-SP, 82 anos)

“Desde da década de 70 comecei a me envolver em alguns movimentos, parte de missões, pela Igreja Católica, fiz curso de ministro de eucaristia assumi em 79 qual atuo ate hoje, fui presidente da CPM por duas vezes, cuidei o dizimo na comunidade Santo Antonio na Colônia Pinheiro, fiz parte da coordenação da comunidade Santa Flora, Presidente do conselho de desenvolvimento do distrito de Santa Flora. Tenho participado dos seguintes conselhos em Santa Maria: Saúde, Assistência Social, Idoso, Desenvolvimento Rural, Transporte, sendo que nos dois últimos fui presidente. Fui secretario do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tesoureiro por duas gestões, vice-presidente por duas gestões, criamos a Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais (AGPAMAR), qual fui o primeiro presidente, hoje sou presidente novamente, desde 98 trabalho com os grupos da 3ª Idade. Faço parte da patronagem do CTG Maneco Rodrigues de Santa Flora.Sou casado pai de um filho, avô de uma neta, sou agricultor familiar aposentado. Na agricultura passei muito trabalho pois sempre trabalhei braçalmente, porque não tinha condições de adquirir maquinário agrícola por ser pequeno produtor e ter uma área de terra pequena.”(Valter-RS, 60 anos)

“Entre nesse movimento pelo carisma. Foi a necessidade e a revolta de como as pessoas vivem. Desde 1988 participo dos movimentos em Brasília e na Federação. Há uma amizade muito grande, também por causa da política. Meu irmão é o Deputado estadual Luiz Villa Nova do PT. Eu era filiada ao partido (PT), fazia um trabalho social, eu não deixei de ser filiada, mas eu não participo mais, não vou mais nas reuniões.Eu deixei porque no trabalho social você não pode ter partido, todas as pessoas que trabalham tem que entrar nessa corrente. Foi a necessidade e a revolta também de como as pessoas vivem. Quando eu tinha já 14 anos eu já participava assim da minha classe, panfletava, chorava quando minha turma não ganhava, a gente botava música. Já aos 14 anos participava desse movimento.Eu liderava a minha turma e tinha uma amizade muito boa com as pessoas que gostam do movimento, porque se você gosta das pessoas você se identifica.Então essa

identificação pode ser com pobre, com rico, porque quando você se identifica não tem negócio nem de pobre, nem de rico, nem de preto. Então eu me identificava com todo mundo. Esse movimento começou lá em Teresina, nos fomos envolvendo professor, pastoral lá da minha comunidade e era soldado que vinha prender a gente e os padre italiano dizia não tem nada e agente queria é ser presa mesma. Uma vez eu fui presa, por conta da ditadura porque naquele tempo não podia, porque eu fazia parte do Conselho da pastoral, eu era presidente e a gente fazia passeata no dia primeiro de maio e lá não admitia isso. Eles me prenderam e os padres tudo invadiram a delegacia e no mesmo dia eu fui solta. Eu hoje mesmo fui visitar minha amiga lá no exército e a mulher disse assim: Oh dona Jesus, o meu marido disse que a coisa que ele mais tinha vontade era de lhe prender. Ele era do governo e o governo naquele tempo era ditadura. Na minha família eram 4 irmãos, mas minha família era muito pobre, muito pobre, muito pobre, muito pobre. O primeiro marido da minha mãe todos são de boa situação, sabe, são de uma família rica, eu é que sou pobre porque eu sou um pouco diferente. Eu nunca quis ajuda e privilégio de deputado; eu nunca pressionei meus amigos deputados para pedir emprego pros meus filhos. Eu disse para os meus filhos vocês tem que estudar, fazer concurso e passar. Esse é meu grande defeito, então eu sou pobre. Só vivo do meu salário. Agora o meu irmão que é deputado é rico e tem uma irmã também que também é rica e eu sou pobre. Mas eu não me importo com isso não. Eu até poderia ter sido rica se eu tivesse feito como meus amigos, é... no meu partido tive vários convites como professora, diretora, superintendente, coordenadora, me convidavam para eu calar a boca. Mas eu sempre achei que não. Eu me preparei pra vida e agora estou me preparando para a morte. Eu quero uma vida digna, uma vida longa. A gente nunca se sente realizada, cada dia nós estamos esperando mais. Agora mesmo nós estamos na luta pelo no Piauí pelo projeto agente cidadão...” (Maria de Jesus-PI, 74 anos)

“Eu comecei fazer umas conferências, fui fazer umas oficinas e vinha pra cá (Brasília-DF) e aí a gente foi subindo, subindo, eu fui subindo, aí vinha pra cá, vinha pra cá, vinha pra cá, vinha pra cá, sempre assistindo a reuniões, né. É importante participar porque a gente aprende muita coisa, porque o idoso ele tem que abrir o Estatuto pra dar valor aquilo que é dele, se não não sabe nada e fica todo tempo dependendo de outra pessoa pra dirigir a pessoa deles. É o que acontece com meus colegas porque eles não sabem mesmo. Quando eu sento com eles lá no nosso grupo e do uma aula do Estatuto aí senta assim e eu fico falando com eles, agora já tamos fazendo autonomia.” (José –AM, 71 anos)

-Idoso engajados em movimentos culturais – os que fazem disso sua alegria de viver. Poetas, contador e cantador de histórias, artista popular que cultua as tradições, como é o caso de Luiz e Sirley, esta última, Mestre Griô, de um projeto do Ministério da Cultura na cidade de Pelotas-RS. Seu Artidório também tem um lado poeta, e que nem comentou durante a entrevista. Na saída de sua casa, mostrou um arquivo de poesias suas e fez presente de uma delas para ler e também colocar no meu “trabalho” (tese).:

“Eu acho que atuo na área do lazer. Eu trabalho com música e me relaciono muito bem com todas as faixas etárias. Sim, sou músico e várias vezes sou solicitado a participar de eventos culturais. (como por exemplo no festival de Música Coxilha Nativista na cidade de Cruz Alta –RS)” (Luiz-RS, 62 anos)

“Participo na maioria em projetos culturais, esportivos; Ação Griô em escolas e Comunidade e na rua, pois isso leva a construir e descobrir novas possibilidades. No Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (CETRES/UCPEL) participo à sete anos em oficinas de coral, de crochê, de história, de teatro, de informática, de moda. Também em atividades em Ação Griô - transmissão oral de vivências, na Cohab onde moro, Ação Griô

no Posto de Saúde com pacientes da nutricionista, diabéticos e hipertensos e oficina de artesanato e recreação. Sou cantora e contadora de Histórias e Vivências (Ação Griô); Canto no Coral do CETRES/UCPEL (7 anos), e desde a infância participo da cultura popular. Conheci o CETRES em 2003. A primeira oficina, a de Música estou até hoje e passei grupo de Estudos, Pintura em tecido, turismo, teatro, crochê, oficina de moda. Desfilamos para lojas de calçados e outras. Já participei do projeto do CETRES "Integrando gerações com o RAP da Terceira idade, onde canto o RAP, algumas dançam com os adolescentes. Eu mandarei esse material para os senhores depois Oxalá Deus permitir estarei na feira do livro de Porto Alegre. A Sra. Sulamita os avisará. O trabalho do CETRES nos dá auto estima, nos valoriza e nos dá uma velhice rejuvenescida. Também participamos de viagens. E também participo pela Ação Griô, oficinas com os adolescentes do Instituto de Menores no mesmo prédio Conto Histórias de vivências. Oficina Samba de Roda. Construímos as vezes desenho em fuxico, pois meninos e meninas ao fazer o fuxico aprendem a usar a agulha e linha para se for preciso pregar seus botões e descosturados da roupa. Tem algo que sou e adoro que não escrevi, sou carnavalesca desde a infância. Esqueci de citar que eu era baliza de blocos e na minha infância me levavam no Carnaval, ainda saía na escola de Samba Ala Baiana e minha mãe organizava blocos de São João. Conservei o gosto pela Cultura popular. Religião, por madrinha acompanhei o catolicismo e respeito, vou as missas. Mas em casa meu pai era espírita, cresci em mistura de religião. Não tive culpa. Aos 11 anos conheci a Umbanda. Aí misturou mesmo. Minha mãe ia e me levava, foi um conflito mas superei. Hoje respeito a todas. Creio nos Orixás. Mas sou reikiana, o que eu pude escolher. Obrigada por me convidar a participar da pesquisa." (Sirley- RS, 75 anos)

- Idosos espiritualizados e solidários - se doam à espiritualidade e através da religiosidade se tornam úteis através da solidariedade e amor ao próximo, como o caso de Apolônia, Pastorinha, Pedro e Luiz:

"Catequista da Igreja Católica; Apostolado da oração; Legião de Maria; Liturgia e Grupos de Família. Acho muito importante pois é uma maneira que posso contribuir para uma sociedade melhor. Atualmente dedico meu tempo aos filhos, aos movimentos de igreja e ao grupo de convivência do idoso onde sou participante e coordenadora. Participo também de projetos promovidos pelo CRAS." (Apolônia, RS-70 anos)

"Ministro da Palavra e Eucaristia há 36 anos. Coral na igreja há 50 anos. Razão de ser útil e cumprir meu dever cristão de ser testemunha de Jesus Cristo e me realizar em profundidade." (Pedro-RS, 73 Anos)

"Sim, sou espírita e frequento uma sociedade de amigos onde praticamos a caridade a todos que nos procuram. Frequento a sociedade espírita (Lar amor e Caridade) há 10 anos." (Luiz –RS, 62 anos)

"Os idosos se identificam, que aparecem mais é nas suas religiões porque, não vamos dizer que são fanáticos, mas são assíduos, porque sentem a necessidade de rezar, em coletividade, tem as amigadas, ficam felizes em encontrar com os amigos, o seu grupo de estudo, o seu grupo de pesquisa lá na Casa Espírita. Eu faço isso. Eu atuo no Centro Espírita, na Aliança Espírita aos sábados de manhã. A gente participa, né. A razão toda primordial é que eu me sinto segura, eu me sinto feliz, eu me sinto com saúde, me sinto alegre, porque eu vejo as pessoas amigas de muitos anos, amigadas que estão no nosso grupo a mais de 25 anos, então estão levando os filhos, tão levando os netos, então isso aí é um grande desenvolvimento intelectual e espiritual para a comunidade." (Pastorinha-RS, 76 anos)

- **Idosos que trabalham e estudam a questão do envelhecimento** – por oportunidade de profissão, escolheram trabalhar e estudar essa área, aprofundando seus conhecimentos e colaborando para a construção de políticas públicas com experiência de causa, também já idosas, além de se especializar na área do envelhecimento, como o caso de Sônia e Selene, assistentes sociais que trabalham com e para os idosos. As duas atuam como presidentes de conselhos municipais de idosos, dedicando-se a causa política do idoso com conhecimento aprofundado.

“Profissionalmente iniciei como assistente social da APAE da cidade de São Leopoldo durante 15 anos. Por um breve período, por dois anos fui coordenadora técnica de um Centro de Lazer, em bairro da cidade. Retornei para a APAE e depois trabalhei como assistente social, no setor de recursos humanos da UNISINOS. Então, voltei-me para a docência, principalmente no curso de Serviço Social. Atuei também em projetos de extensão. Fiz neste ínterim, dois cursos de especialização, um deles de gerontologia para a qual voltei meus estudos. Mais tarde concluí o mestrado e o doutorado. Paralelamente passei a acompanhar e atuar junto ao Conselho Municipal do Idoso e da Associação dos Diabéticos de São Leopoldo. Atualmente, ainda coordeno um Grupo de Estudos Gerontológicos, GREG, na universidade, como voluntária. Tive também uma atuação no Conselho Estadual do Idoso como suplente de conselheiro. Durante a vida profissional atuei como conselheira no Conselho Municipal de Saúde e no Conselho Municipal de Assistência social, ambos da cidade de São Leopoldo. Atualmente, acabo de exercer meu segundo mandato como Presidente do Conselho Municipal e continuo como integrante da diretoria da Associação dos Diabéticos.” (Sônia-RS, 70 anos)

“Penso que, só quando somos idosos é que sentimos as necessidades e as dores do desrespeito e da indignação. Somos nós os protagonistas de nossas histórias. Precisamos marcar nosso lugar na sociedade, onde possamos estar juntos, ser vistos e ter voz, onde podemos estabelecer intervenções eficazes. Mostrar para os presentes que temos condições para pensar, sentir, agir, saber, ensinar e aprender sobre assuntos, ou temas múltiplos. As pessoas mais velhas não podem mais serem retratadas sempre como bizarras, loucas ou patéticas. Precisamos de uma campanha de imagem positiva para questionar sobre:

- *Como arranjar as coisas de tal modo que o presente não seja adverso, mas grávido de dignidade para melhorar a qualidade de vida do idoso no futuro?*
- *Quais trabalhos efetivos até hoje, que resultou em impactos sociais positivos nas relações sociais com as famílias junto com seus idosos?*
- *Penso que os meios de comunicação de massa têm função determinante se incluir a velhice e seus desdobramentos temáticos em sua pauta.*
- *O Brasil tem que pautar e propor estudos de gestão pública para o envelhecimento das pessoas.” (Selene –RS, 65 anos)*

CAPÍTULO 3 – SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO

“Os primeiros quarenta anos de vida nos dão o texto: os trinta seguintes, o comentário.”
(Schopenhauer)

Como Lima (2004) referenda, aparece no século XX e no cenário da modernidade a valorização de conceitos como a autonomia e a subjetividade. A subjetividade assume o papel de eixo articulador, entendida como a questão do sujeito em uma perspectiva social, cultural e portanto, coletiva.

A mesma autora continua explicando que:

O sujeito deixa de ser visto apenas como o indivíduo com determinadas características pessoais para assumir o papel do sujeito social, fruto de uma cultura, de um espaço, de um momento histórico-social. O termo “subjetividade” engloba o que antes se denominava *ser humano, psiquismo, eu-privado, homem íntimo, indivíduo psíquico*, caracterizando esta relação sujeito/objeto não numa dimensão de pólos contrários, mas das relações que os mantêm. O sujeito se constitui na relação com o outro sujeito e é *construído* pela integração do sujeito psíquico, que tem uma história individual e, portanto, desejos, sonhos e fantasias, e o sujeito social, concebido como o sujeito da história social que produz e dela recebe as transformações necessárias (LIMA, 2004, p. 108).

Faz-se mister salientar a explicação de Mezan (1997, p. 13/14) ao deixar claro que se entenderá a subjetividade a partir de três planos: o singular, o universal e o particular.

O singular é aquilo que é único, pessoal, intransferível: o que faz de mim um sujeito e do meu vizinho um outro, porque nem ele nem eu podemos dividir, nesta área, o que quer que seja. É o território da biografia, das escolhas, das paixões, dos atos de cada um, cada um dos quais vai se somando aos anteriores e com eles se amalgamando, de modo a constituir cada pessoa como aquela que é e não outra. Já o universal é aquilo que compartilhamos com todos os demais humanos: a linguagem, a capacidade de inventar, as necessidades básicas, o fato de sermos mortais, de sermos seres sexuados, de podermos amar e odiar, etc.

As características do plano universal constitui a humanidade do homem e determina condição comum. E entre o que é especificamente meu e o compartilhado com os demais, fica a região do particular, própria para alguns, não para todos (MEZAN, 1997). Essa região intermediária é que permite falar em “subjetividades”. Subjetividade se entende como o mundo interno do indivíduo e com o qual ele se relaciona com o mundo externo, social e resulta das experiências pessoais e singulares de cada um em termos de formação e construção cultural.

Para Ortner (2007, p.375) subjetividade refere-se “ao conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes.” Entretanto, reforça o autor que ele sempre se refere “ às formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento, etc.”(p.375). E complementa:

Em particular, eu vejo a subjetividade como a base da *agency*, uma parte necessária do entendimento de como as pessoas (tentam) agir no mundo mesmo se agem sobre elas. *Agency* não é uma vontade natural ou originária; ela é moldada enquanto desejos e intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade – de sentimentos, pensamentos e significados (culturalmente constituídos).(ORTNER, 2007, p. 380)

Já Maheirie (2002) parte de uma perspectiva dialética para compreender o homem, suas relações sociais e sua identidade, evidenciando a importância da subjetividade para esta compreensão, conforme referenda: “a subjetividade é uma dimensão deste sujeito, assim como a objetividade que, a partir das relações vivenciadas, se faz construtora de experiências afetivas e reflexivas, capaz de produzir significados singulares e coletivos”(p. 31). E a autora reforça o conceito de identidade como sendo “ a síntese inacabada entre subjetividade e objetividade em um contexto social específico” e conclui que: “Nesta perspectiva, é a consciência, como dimensão subjetiva do sujeito, que é capaz de construir, desconstruir e reconstruir a identidade constantemente, em que participam as percepções, imaginações, emoções e as reflexões, quer críticas ou não” (p.42).

Na visão de Dussel (2007), a ação dos sujeitos no espaço público e no privado, traz a ideia de que para vivenciar um processo democrático o sujeito precisa exercitar sua intersubjetividade, que segundo ele, contém a trama da objetividade das ações e instituições (a prática), mas que ao mesmo tempo o sujeito precisa lançar mão de sua subjetividade (a abstração). Por isso afirma que toda subjetividade é sempre intersubjetiva.

Assim, a objetivação liga-se à concretude da vida social, enquanto que a subjetivação conecta-se à subjetividade, a partir da experiência contemporânea de cada um. Interligam-se, porém dependem da capacidade de objetivação dos sujeitos, também, a abstração, como capacidade reflexiva dos atores sociais, depende da dinâmica de formação de cada um.

A subjetivação, para Dubet (1994) e Wautier(2003) é uma postura crítica, uma lógica de ação fundada na subjetividade, ou seja, o ator constitui um sujeito crítico frente à alienação, dominação ou subordinação. A subjetivação é “entendida como alicerce da experiência social e própria a um indivíduo (mas não é sinônimo de individualismo)” (DUBET, 1994, p. 182). Entretanto, Mezan (1997) ressalta que as condições de subjetivação não são iguais para todos. Dependerá do lugar social que ocupa o indivíduo, ou seja, de que lado ele está na luta de classes, na produção da mais valia ou dos que participam de sua apropriação.

Além disso, Silveira e Doray (1989) consideram o homem em seu movimento absoluto de vir-a-ser, não como sendo devido, já posto, petrificado. E é isto que possibilita aos idosos se posicionarem como atores, participantes das decisões na vida política e cultural em uma esfera pública.

Na visão de Mezan (1997), as subjetividades constituem-se pela identidade e pela diversidade. Para o autor a ideia de subjetividade entende-se de duas maneiras: como experiência de si e como condensação de uma série de determinações. Vale destacar a contribuição de Vilhena (2002) neste sentido, ao evidenciar que a construção da identidade, seja individual ou coletiva, sempre é constituída dentro de sua cultura de referência. “Nossos mitos estruturam as fantasias individuais e grupais, nosso imaginário produz determinações simbólicas na construção de nossas subjetividades” (p. 49).

Entende-se que como novos atores sociais na contemporaneidade há novos modos de produção de subjetividade entre os idosos. Estes voltam a trabalhar, passam a ser os chefes de família, fazem trabalhos voluntários, participam de Grupos de Convivência, movimentos religiosos ou então se engajam em movimentos políticos tais como associações de aposentados, de bairros, Conselhos, Conferências, Fóruns e Audiências Públicas, para defender seus direitos. Ao contrário do que tradicionalmente acontecia, onde os idosos ficavam sujeitos à vontade de outros (heteronomia), hoje apresentam maiores possibilidades de se manterem autônomos e participantes ativos na esfera pública.

Mesmo, em processo de descoletivização, os indivíduos buscam novas formas de organização, na procura dos processos de subjetivação e objetivação.

É oportuno destacar que:

A lógica da subjetivação, na sua referência ao sistema social, está associada à uma postura crítica que denuncia a alienação e a dominação. A alienação se entende como privação da capacidade de ser sujeito pela reificação das relações sociais; entende-se como desencantamento que esvazia a experiência social do seu sentido, através da racionalidade instrumental (WAUTHIER, 2003, p. 184).

Na opinião da mesma autora “as experiências sociais são combinações subjetivas de elementos objetivos, combinação de vários tipos de ação” (WAUTHIER, 2003, p. 186). Nessa lógica de ação da subjetivação, o sistema social é um sistema de ação histórica. Existe tensão entre comunidade, mercado e cultura. Há também, uma tensão dialética entre adesão e distanciamento da sociedade. A reflexividade leva à luta contra a alienação e a dominação social no sofrimento. Na lógica da subjetivação o ator pode afirmar-se como sujeito crítico, na distância ou no engajamento de ação (WAUTHIER, 2003).

A subjetivação será um processo importante na contemporaneidade, em razão da época que se vivencia. Uma época de globalização, em que as relações interpessoais são aceleradas e, muitas vezes, rompidas. Touraine (2007, p. 82) expõe sobre a crise e a ruptura dos laços sociais como um dos temas mais propagados no contexto da globalização. Além de acontecer ruptura entre os atores e o sistema social, há uma propensão de acontecer também em grupos de proximidades, como a família, os amigos, os companheiros. Deixa, sobretudo, os indivíduos mais vulneráveis nessa situação de solidão, o que acontece mais frequentemente entre o jovem e o idoso. Em relação a isso, o autor complementa: “As conseqüências negativas deste vazio social atingem sobretudo, as categorias mais fracas e as mais dependentes, e em primeiro lugar as que são rejeitadas para fora do mundo do trabalho ou para as suas margens[...]”.

Por essa razão, quando se pressiona os sujeitos pela globalização e pelo neocomunitarismo, Touraine (2007, p. 112) coloca que estes são impelidos a buscar em si mesmo, sua unidade como sujeitos, ou seja, “[...]o sujeito é mais forte e mais consciente de si mesmo quando se defende contra ataques que ameaçam sua autonomia e sua capacidade de perceber-se como um sujeito integrado, ou pelo menos lutando para sê-lo, para reconhecer-se e ser reconhecido como tal.”

Um fator importante a destacar é que quando se trata de sujeitos em processo de envelhecimento os pontos negativos, como a solidão parecem

evidentes, conforme resultados da pesquisa de Koury (2011), realizada com moradores de 27 capitais de estados brasileiros, com objetivo de buscar “significados para pensarem as conformações experimentadas na percepção do se sentirem velhos e como vivenciam e orientam essas percepções no imaginário e no conjunto de sua vida prática”(p. 46). Os resultados de seu estudo indicaram que:

Em todas as narrativas está presente a dor da solidão, seja ela recente ou sentida, seja ela apenas intuída, bem como uma rememoração do passado, como apego para não enfrentar o presente e futuro ou como busca de esquecimento, como forma de enfrentar o cotidiano. Os relatos de dores, medos e receios são narrados junto com queixas estéticas, de solidão e isolamento e de exclusão, fora os medos da violência urbana de uma forma geral, e parecem remeter diuturnamente para a questão da morte e do processo de morrer e o papel dos velhos na sociedade atual. Os indivíduos que vivenciam esse processo procuram garantir-se dos seus próprios limites corpóreos e sociais para uma nova adequação à sociedade (KOURY, 2011, p. 69/70).

Pondera-se, então, que é importante buscar a percepção dos idosos sobre sua própria identidade, as relações sociais que surgem entre os mesmos e os seus processos de subjetivação, para que possam por si mesmos buscarem formas de evitar a solidão e o isolamento; comportamentos comuns entre idosos e mais propensos para os que optam apenas pela vida privada.

Já entre os idosos cuja escolha recai em continuar participando da esfera pública, se por um lado, algumas relações surgem num plano do hedonismo, ou seja, do prazer e da convivência, por outro lado, há os que participam ativamente de espaços com caráter mais políticos em seus municípios, no Estado e também em nível nacional. Esta afirmação hipotetiza que a participação dos idosos acaba sendo maior em grupos de convivência e festejos que propriamente em espaços democráticos de participação política como os Conselhos, Fóruns e Conferências. Neste sentido buscou-se nessa tese, a partir da pesquisa empírica, o entendimento de quem é o sujeito idoso envolvido na perspectiva de diferentes sociabilidades como na cultura política, na religiosa ou em espaços culturais e hedônicos. Saber quem são estes idosos que participam de Conferências, de bandas de música, de pastorais de saúde e de festas e bailes. A visão de mundo que possuem esses sujeitos, quais as perspectivas e expectativas e a finalidade da sua ação. E se essa ação mostra-se individual ou coletiva.

Ainda, para analisar a situação do envelhecimento centraliza-se como um paradigma que se ajusta entre os Novos Movimentos Sociais. “Os Novos Movimentos Sociais”, é um debate que se desenvolveu principalmente entre intelectuais europeus buscando explicações conjunturais em âmbito político ou na vida cotidiana dos novos atores sociais, que surgiram na esfera pública, focaliza-se o caso dos movimentos geracionais (idosos). De acordo com Gohn (1997, p. 15) “as categorias básicas desse paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política, etc.” Também, mais recentemente novas categorias passam a ser incluídas nessas análises como a ação social, esfera pública, cidadania coletiva, exclusão social, globalização, mundialização, redes sociais, entre outras (GOHN, 2010). No debate a centralidade das discussões gira em torno da ação comunicativa, ou seja, as narrativas engendradas pela subjetividade reflexiva dos novos atores sociais na esfera pública, conforme relata a autora:

O conceito de ação social recuperado de Habermas baseia-se em suas elaborações sobre o mundo da vida e as normas práticas discursivas. Essas práticas, voltadas para o entendimento e a formação do consenso, do entendimento e da cooperação, são formuladas a partir do agir comunicativo por meio da linguagem. Elas contêm certas estruturas de uma racionalidade comunicativa, que remete à noção de ação social emancipatória. A construção de uma racionalidade emancipatória se dá no contexto de antagonismos entre o mundo da vida – orientado pelo agir comunicativo – e o mundo sistêmico – orientado pelo agir instrumental (GOHN, 2010, p. 34).

Oportuno esclarecer que Touraine (2002) é um intelectual europeu que traz uma proposta centrando-se na ideia de sujeito ser inseparável da ideia de relações sociais e por isso chama-se ator social, como explicita:

Aqueles que querem identificar a modernidade unicamente com a racionalização não falam do Sujeito a não ser para reduzi-lo à própria razão e para impor a despersonalização, o sacrifício de si e a identificação com a ordem impessoal da natureza ou da história. O mundo moderno é, ao contrário, cada vez mais ocupado pela referência a um Sujeito que está libertado, isto é, que coloca como princípio do bem o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sua situação e que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator. O Sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator (TOURAINÉ, 2002, p. 219-220)

Acrescenta-se ainda que para Touraine o sujeito não possui outro conteúdo que a produção de si mesmo. E Gohn(2010, p. 114) ao analisar o trabalho de Touraine referenda que:

Para Touraine, na atualidade, o Sujeito é o ator que luta pela produção de si próprio, de sua história de vida individual. Sua ação se traduz no esforço do indivíduo para transformar experiências vividas em construção de si mesmo, como ator. Ele busca a afirmação de sua própria liberdade contra as ordens sociais. É uma luta sua, baseada em seu trabalho pessoal e em sua cultura. A consciência que tem de si mesmo o ajuda a desprender-se das influências sofridas. Transforma-se em consciência de si, ele é uma força de libertação.

Nesse sentido, a sociedade contemporânea constitui-se por novas referências, novas ordens sociais, como o consumo, a imitação, a valorização da juventude e da estética. E de acordo com Lipovetsky (2011) existe um regime de tempo social que governa nossa época. “Horário flexível, tempo livre, tempo de jovens, tempo da terceira e quarta idade: a hipermodernidade multiplicou as temporalidades divergentes” (p. 58). Em função dessas questões, também se questiona, como trabalhar para que o idoso reconheça, independente de mudanças culturais e sociais, que continua sendo ele mesmo. Também como trabalhar as questões de representação da velhice em uma sociedade da individualização, do consumo, da mídia, do aqui e agora (presente) da informação, e quais referenciais de idosos pensam-se neste contexto.

É preciso compreender então, o idoso em uma outra linguagem, não mais social, mas sim cultural e exteriorizar as suas identificações, individual e coletivamente, como um novo grupo social. Como grupo social, busca através da reflexividade, compreender o contexto em que vive, produzindo ações coletivas através de negociações e narrativas no seu cotidiano (mundo da vida) que se refletem na esfera pública e se traduzem em demandas econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras.

Koury (2011) em sua pesquisa levantou questionamentos análogos aos enfocados nesta tese, ou seja, “como permanecer ativo, como resguardar um corpo saudável (associado ao ser jovem) sem cair no ridículo”, especialmente entre as mulheres ou “como se guiar em um mundo voltado para uma construção de

juventude, para interesses voláteis do ser jovem, quando o corpo e a mente exigem outro tipo de inserção cultural, social e psíquico?”

A partir dessas considerações pondera-se que a ruptura da modernidade reflexiva, por um lado, leva os sujeitos idosos a uma condição passiva, a se tornarem saudosistas, voltando as suas origens. Por saudade buscarem um retorno reflexivo ao passado e, portanto se permitirem compreender as lacunas deixadas na sua trajetória, ou se fortalecerem com as lembranças do já vivido. E é esse saudosismo, esse retorno do passado ao cotidiano do idoso que o torna mais fortalecido pelas experiências já vivenciadas. Ainda no estudo de Koury (2011) isto se torna esclarecedor, pois segundo o autor “o passado rememorado dá uma espécie de conforto moral para os temores do presente e as projeções do futuro, através de uma atualização permanente do lugar do objeto da evocação”(p.50), ou seja, o passado rememorado traz conforto moral.

Por outro lado, a quebra dos sistemas sociais e/ou de proteção, a chegada da aposentadoria ou a perda de familiares, leva-os a uma mudança para uma situação ativa a partir da reflexividade, compreende-se as novas coletividades e se torna um sujeito atuante, um sujeito de ação comunicativa. Por vezes continua trabalhando, engaja-se como voluntário em projetos sociais. Permanece ativo na medida de suas possibilidades físicas e cognitivas para preencher os vazios e evitar a solidão. Na pesquisa realizada por Koury(2011) o autor entrevistou pessoas em processo de envelhecimento, com características de realização profissional, independentes em relação aos demais familiares e sem a imagem de velhos passivos e dependentes. Entretanto, confessaram que o corpo já não corresponde mais as atividades de um jovem e assim uma nova socialização é necessária, ou seja:

Uma nova socialização é necessária, uma nova adequação se faz presente, e nesse hiato fica um vazio ainda não de todo apropriado onde a ambigüidade e a ambivalência se expandem. Esse hiato é uma espécie de morrer social e cultural: o que sobra é agarrar-se a uma juventude cada vez mais distante, ou prender-se a uma situação de envelhecimento que lhes escapa às mãos, onde as regras comportamentais são frágeis e indefinidas.(KOURY, 2011, p. 62)

Por certo, de tudo isso se depreende que o processo de envelhecimento torna-se singular e específico a cada sujeito, ou seja, é uma “construção simbólica que se manifesta segundo a vivência específica de cada um”(KOURY, 2011, p. 65).

O autor hipotetizou que uma nova forma de enxergar o mundo e de socialização se inicia com o sentimento pessoal de envelhecimento, a partir das interações sociais desses sujeitos em relação a si próprios, à família e ao social. Assim, entende-se que, as novas sociabilidades adquirem relevo na vida destes sujeitos e em muitas vezes, através dessas adquirem, pela primeira vez, sua autonomia e se tornam atores sociais.

A consciência de si, real, funda-se na autonomia (autos: o si mesmo, no estar centrado em si mesmo e não ao sabor dos eventos ou dos outros, embora com eles relacionado). Portanto a consciência, que é o reconhecer-se como sujeito, faz-se a partir do contato com o outro, com os outros, e nas múltiplas relações que com eles mantemos. Seja do indivíduo, seja do grupo, ela é o reconhecer-se a si mesmo: conhecer de novo, mapear-se a si mesmo. É por isso o resultado de um processo de voltar-se sobre si mesmo, a partir de um conjunto de impulsos internos (as raízes) e estímulos externos (as antenas) que permite ensaiar permanentemente ou através de interrupções, de rupturas, a resposta à indagação: Quem sou eu? Quem somos nós? Esse reconhecimento é o caminho para a autonomia, mas pode ser também para a busca de posse e poder, conforme a escolha feita, quer individual, quer coletivamente. Recorde-se que a territorialidade foi aqui assumida como a projeção de nossa identidade sobre o território tal qual ela se apresenta: - como somos ou estamos em determinado momento do tempo ou em determinado território do Espaço, já que há um caráter de transitoriedade em tudo dentro da mutação. Se a territorialidade é isso, então a consciência territorial é a possibilidade de transformação em nós e no território. Em nós são transformações de indivíduos como membros da espécie, em pessoas pelo situar-se enquanto fato de consciência, no sentido fenomenológico. (MESQUITA, 1995, p. 85)

A contribuição da autora focaliza a tomada de consciência de que se faz parte de um território e a possibilidade de transformar bem como a transformação atinge a todos. Alerta a autora ainda que esta tomada de consciência não é fácil, pois na maioria das vezes não há consciência das raízes (internas) e das antenas (externas) que prendem todos a este território e na maioria das vezes a consciência encontra-se esmagada pelo uso político ou padrões culturais estereotipado pela mídia ou pelos estilos de vida da sociedade urbana moderna. A aceitação se faz de forma acrítica delegando as decisões sobre a vida concernentes ao território a algum “senhor” externo.

Outra questão importante a ser tratada é a de que as subjetividades presentes no imaginário da sociedade imbuídas pelos apelos mediáticos contemporâneos é a da negação da velhice em favor de uma “eterna juventude”, com corpos saudáveis, malhados, sarados, curvilíneos, esguios, magros e jovens. Assim, como também, às vezes o próprio idoso ignora sua condição. Beavouir

(1990) coloca que “nosso inconsciente ignora a velhice. Alimenta a ilusão da eterna juventude”.

Na visão de Guerreiro e Rodrigues (1999, p. 52) pondera-se que “A pessoa não percebe em si mesma as mudanças do envelhecimento; só as identifica no outro, quando, necessariamente, viver implica envelhecer.” Entretanto, o grande contingente de idosos que ocupam os espaços sociais, torna-os também habitantes deste espaço, com lutas e movimentos importantes, a começar pela aceitação do próprio envelhecimento como algo que faz parte do ciclo da vida. Também vivenciado ainda como um ciclo de desenvolvimento e não apenas de involução, de decadência, de solidão ou de espera da morte, já que este ciclo prolongou-se em algumas décadas, nos últimos tempos, através do aumento da esperança de vida. Assim, não podendo mais negar essa realidade de aumento da população idosa, os governos lançam campanhas em favor de uma velhice ativa, com qualidade de vida tornando-se mais saudável.

Faz-se mister explicitar Costa (1984) quando destaca que a imagem construída pelo meio social, nas relações com os outros e com a cultura na qual o sujeito se insere, é fator privilegiado da constituição do sujeito. São imagens com as quais se identificam como forma de construção de afetos, de contatos e trocas. Ainda modos de olhar a si mesmo e que permitem construir caminhos subjetivos em meio ao cotidiano. Acrescenta Touraine (1997, p. 21) que “os indivíduos só se transformam em Sujeitos por meio do reconhecimento do outro, um Sujeito que trabalha, a sua maneira, para combinar uma memória cultural com um projeto instrumental.”

Apona-se então que o ambiente cultural influencia fortemente na produção de subjetividades e se busca suporte em Mezan(1997) para explicar a constante tensão em que vive o sujeito em relação a dupla condição: “por um lado submetido às injunções de forças externas e internas (moções pulsionais conscientes e inconscientes) e, por outro lado, dotado de iniciativa e liberdade (por exemplo, sujeito de direitos). A polaridade assujeitamento/autonomia revela a complexa pluralidade de sentidos que essas forças movimentam nos sujeitos”(VILHENA, 2002, p. 52).

Entende-se assim que no contexto da Alta Modernidade referida por Giddens, a luta dos idosos e/ou dos que os representem vá em direção da busca de sua subjetividade reflexiva, a fim de fugir da alienação, do isolamento, da solidão evitando a anomia ou a morte social do idoso. Acredita-se que a prevalência destes acontecimentos é mais comum em casos de dependência total em razão de doenças físicas ou cognitivas.

Nesta linha de pensamento, Maheirie (2002, p. 35) enfatiza que:

Refletir criticamente é uma outra possibilidade da consciência. Caracterizada pelo distanciamento do objeto, da situação na qual está envolvida, é uma consciência que se volta sobre si própria. É posicional de si, não se absorvendo no objeto que visa, pois quando estamos nesta postura, 'olhamos' o objeto com 'outros olhos'.

Surgem então a possibilidade de apropriação reflexiva do conhecimento trazida pela modernidade e dá asas a subjetividade e a autonomia dos idosos. Giddens (1996; 2005) caracteriza três fontes dominantes para entender a dinâmica da modernidade: a separação entre tempo e espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desençaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento. Como visto, essas características interessam, pois são elas que explicam os processos de subjetivação dos idosos em relação aos processos de sociabilidades surgidos no cenário da modernidade. Inclusive traz para a vitrine as mudanças ocorridas na sociedade e que interferem diretamente nas arenas políticas, sociais e culturais. Substitui-se gradativamente os valores tradicionais como liberdade, progresso e consumo privado típicos da Modernidade pelos valores da Pós-Modernidade, hipermodernidade ou Alta Modernidade, como a identidade e autonomia.

Portanto, essas novas clivagens presentes na análise social das subjetividades dos atores sociais levam em conta uma nova categoria: a identidade. Na exposição de Claval (1999, p. 14) “a identidade é construída a partir do olhar do outro.” Assim, esse autor emerge a discussão de que a identidade não é o “resultado daquilo que se é e das maneiras que nos são concedidas de sentir, reagir e agir”, mas sim de que a identidade “recai habitualmente na natureza relacional dos sentimentos de identidade”, sendo “o olhar que os outros têm” dos sujeitos é o que os definem (p.13). Ainda, para este autor, “o sentimento identitário permite que

se sinta plenamente membro de um grupo”(p. 16), defendendo a ideia de que, a “identidade aparece como uma construção cultural”.

Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: ‘quem sou eu?’ Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo[...].(CLAVAL, 1999, p. 15)

Percebe-se assim que se constrói a identidade a partir da rede de relações e círculos sociais, conforme defendido por Simmel “A personalidade do indivíduo encontra-se entrecruzada por numerosos círculos sociais, que lhe condicionam a consciência moral” (MORAES FILHO, 1983, p. 15). Para Simmel (1983, p. 168):

Sociedade propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno que chamamos de sociabilidade.

Vilhena (2002) contribui para a discussão ao destacar que o território onde se vive é um importante agenciador de subjetividades. Além disso, entende-se que estas subjetividades se imbricam de acordo com os processos históricos em que se vivenciam. Claval (1999, p. 17 e 18) reforça essa perspectiva:

[...] a dissolução das identidades tradicionais segue junto, no século XIX e durante a primeira metade do século XX, com a formação de identidades ampliadas, aquelas dos Estados nações que vêm ocupar toda a cena mundial. Indo no sentido da história, elas englobam, sem que em geral isto provoque dificuldades, o que subsiste de sentimentos de pertencimento e de territorialidades do passado. Estas deixam de ser vividas sob a forma de territorialidade contínua - e se transformam em territorialidades simbólicas que se prestam perfeitamente ao jogo de hierarquização e de imbricação dos pertencimentos. [...].(CLAVAL, 1999, p. 17/18)

Com a complexificação do mundo e a abertura de processos como a globalização, precisa-se repensar as identidades, pois se multiplicam os contatos com o outro, há uma diversidade e complexidade de relações. Os grupos, então, se constituem como formas de defesa de sua identidade, geralmente ancorados em suas perspectivas culturais. Já Crochík (1998) alerta que a possibilidade de um sujeito emancipado e autônomo é uma necessária decorrência do projeto da

cultura. Reforçando essa ideia, Claval (1999) coloca que com o processo de industrialização e o progresso, a definição das identidades se torna mais difícil, pois há uma tentativa de uniformização ou pluralização das identidades. Contribui Maheirie (2002, p. 41) com essa reflexão ao expor que:

A constituição da identidade tem a marca da ambigüidade, da síntese inacabada de contrários, daquilo que é individual e coletivo, daquilo que é próprio e alheio, daquilo que é igual e diferente, sendo semelhante a uma linha que aponta ora para um pólo, ora para outro. A utilização do conceito de identidade nos permite desvelar os indivíduos, grupos ou coletividades, localizá-los no tempo e no espaço, “identificando-os” como estes e não outros, mesmo em metamorfose.

De acordo com a autora identidade significa permanência e mudança, para que o homem possa ser capaz de atuar, refletir e se emocionar, transformando ao mesmo tempo a si e ao contexto onde se encontra e para que assim se possa compreendê-lo. Todavia, para que o idoso se sinta um ator social precisa desenvolver ações coletivas em grupo onde se sinta pertencente e reconhecido, conforme explicita Vilhena (2002, p. 50):

As condições de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais estão inscritas dentro e fora do lugar. Acreditamos que os sujeitos fazem escolhas sim, mas que suas alternativas estão codificadas nos limites de um meio ambiente facilitador ou não, de uma cultura de compartilhamento ou de segregação. Buscar pertencer é, para os sujeitos, incluir-se em determinados circuitos, estar em consonância com outros sujeitos na luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento.

Em uma visão marxista, Gramsci (1987, p. 38) contribui de que o homem é não somente o que ele é, mas em que se torna: “o homem pode se tornar [...] o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos”. Conforme se percebe por essa análise bibliográfica, contemporaneamente as categorias de análise da ação social estão atreladas aos aspectos da subjetividade e da cultura dos grupos sociais, onde a identidade passa a ser a categoria principal que dará possibilidade para que esses se sintam pertencentes em seus territórios de ação e construam sua cidadania emancipatória, independente de raça, etnia, classe social, gênero ou idade desses atores sociais. Enfatiza também serem os círculos sociais que o ajudarão a construir sua identidade.

3.1 SOCIABILIDADES, CÍRCULOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE REDES DE RELAÇÕES

Sabe-se que as sociabilidades centram-se, durante a vida produtiva, primeiramente no trabalho e na família e secundariamente nas relações de amizades, vizinhança e lazer. Com a saída do espaço produtivo em razão da aposentadoria essas sociabilidades se enfraquecem (MAGALHÃES, 1989). Porém, outras podem se fortalecer, como as familiares ou as novas sociabilidades a partir de outros círculos sociais que se formam quando o idoso busca construir uma nova rede de relações, ou ampliar aquelas já conquistadas. Todavia algumas subordinações influenciam os processos de sociabilidade e construção desses círculos sociais, como a pobreza, por exemplo. Segundo Magalhães(1989), as estruturas da sociabilidade encontram um forte referencial de classe, portanto quanto mais alto o estrato social maior a possibilidade de manutenção de sociabilidades. É o caso dos executivos, por exemplo, que têm sua expectativa de vida além dos 70 anos, diferentemente de um trabalhador braçal cuja expectativa de vida é dez anos menor. Para este autor:

As elites proprietárias, de prestígio, riqueza e poder, podem melhor instrumentalizar o valor da herança e da sucessão como valores preservadores da autoridade e do respeito. As condições objetivas de vida favorecem, sem dúvida, a preservação das estruturas de sociabilidade e a defesa de autonomia vital, assim como a obter as condições de apoio para realização de tarefas essenciais ou suplementares para a sobrevivência, quando progride a perda de autonomia biológica, com a inevitável redução da capacidade dos sentidos, das funções locomotoras, orgânico-fisiológicas, etc.(MAGALHÃES, 1989, p. 32).

Sem dúvida o autor defende a ideia de que o envelhecimento se torna menos “penoso” e facilitado pelas condições econômicas, também favorecedoras de manutenção das sociabilidades e defesa contra o enfraquecimento da autonomia. Permite assim um envelhecimento melhor sucedido, até mesmo pelo acesso aos recursos de manutenção da saúde e cita intelectuais, artistas, políticos e outras celebridades como os principais representantes dessa elite. Todavia, é importante ressaltar que outra subordinação que geralmente impede os idosos de se tornarem atores sociais são os processos de incapacidade física e/ou cognitiva os tornando dependentes e impeditivos de participação social, política e cultural. Certamente

situações que independem de condições financeiras, embora a pobreza, a carência e a baixa escolaridade sejam por si só processos de subordinação que colocam muitos idosos à margem dos processos sociais.

Concorda-se que a qualidade do envelhecimento esteja ligada diretamente às condições materiais, econômicas e estruturais de um determinado contexto e por isso é um processo heterogêneo. Entende-se assim que o envelhecimento é também um processo bastante singular, dependente da subjetividade de cada pessoa e o significado que essa atribui a mais este ciclo da vida, que é o envelhecer. Por isso, mais uma vez, reforça-se a questão da identidade como fator importante a ser considerado na análise das posturas pessoais de cada um frente ao processo de envelhecimento.

Neste sentido, na realização das entrevistas com os idosos, sujeitos dessa tese, questionou-se sobre o aspecto dos laços sociais, das amizades e das suas escolhas em relação a quem deseja se relacionar na referida fase da vida. Indagou-se os pesquisados a respeito de como os idosos escolhem suas amizades. Após a análise das questões pode-se categorizar o seguinte:

a) Categorias que facilitam a criação de laços sociais e a amizade entre idosos:

- **Afinidades:** as amizades são feitas por **afinidades**, ou seja, mesma idade, mesmo grupo de engajamento e atuação;
- **Reciprocidade:** escolhem os amigos quando percebem **reciprocidade**, nas comunidades e atividades onde participam ;
- **Receptividade e acolhimento:** a partir dos grupos que participam, sentem-se acolhidos e aceitos como são ou se apresentam identificando-se com os demais;
- **Cultura e Valores:** quando se identificam com o outro através da cultura e valores vivenciados;
- **Espaços e ou grupos de participação:** as amizades acontecem nos **espaços de grupos lúdicos** (hedônicos) como grupos de terceira idade, bailes, e festas, canchas de bocha, rodeios, futebol (que os idosos mais jovens ainda praticam), grupo de jogos de baralho, dama, xadrez, também na **mobilização social** (associações, conferências, conselhos), nos grupos **de convivência**, entre uma oficina e outra, nas viagens de lazer, nos

movimentos culturais e também **nas Universidades Abertas ou da Maturidade**, espaços educacionais que oportunizam também a possibilidade de aprendizado cultural, social e político (como o exemplo da Universidade da Maturidade, em Palmas, no Tocantins, que forma educadores políticos sociais do envelhecimento humano). Os idosos que fazem parte de grupos culturais (música, arte, contação de história, poesia, roda de samba) obtêm mais facilidade de aumentar seu círculo de amizade (os amigos é que chegam até eles). Espaços lúdicos também facilitam as amizades e inclusive os laços de amizade, namoro e casamento;

- **Idade:** preferem escolher pessoas da mesma idade para serem seus amigos, principalmente entre os homens. A sua **experiência de vida** é um aspecto importante na formação dos laços de amizade.

- **Gênero:** as mulheres possuem mais facilidade de fazer amizade e portanto, têm um círculo de amizade maior, além de se envolverem mais com serviços voluntários, clubes e grupos de terceira idade, o que facilita formar um círculo de amizade. Ainda se acrescenta a facilidade de amizade com pessoas mais jovens. Entre os homens, os botecos (bares) são um local de construção de amizades. Esta acontece no banco da praça, nos rodeios, nos clubes, nos quiosques das praias (local onde permanecem por muito tempo na ociosidade, ou jogando dama, xadrez, moinho e baralho). Os homens priorizam as amizades antigas que diminuem à medida que advêm a morte, pois sentem dificuldade de fazer novas amizades.

- **Comunicação:** os idosos comunicativos e participativos fazem amizades com mais facilidade.

- **Tecnologia:** o uso de redes sociais facilita as amizades e construção e/ou afirmação dos laços sociais. Entre os idosos de nível cultural maior, a amizade também acontece a partir das redes sociais (internet, *facebook*, *Orkut*, *MSN*, *twiter*...). Também utilizam as redes sociais para manter e atualizar os contatos e laços com a própria família, especialmente entre os filhos e netos;

- **Vida Urbana:** os idosos urbanos possuem mais facilidade de fazerem amizades pois há maiores oportunidades de interação e relações sociais.

Além disso, as oportunidades de acesso às redes sociais estão mais presentes para os idosos urbanos, pois os do meio rural (pequenos agricultores) sem acesso, exceto aos engajados em causas sociais (sindicatos, associações, conselhos...) que propiciam a participação em espaços organizados onde se disponibiliza esses meios e auxílio para aprender.

b) Aspectos que dificultam a criação de laços sociais:

- **Seletividade:** os idosos são mais exigentes nas escolhas das amizades e por isso as amizades são mais seletivas;
- **Comportamento ranzinza:** alguns idosos demonstram uma difícil convivência, ranzinzas e avessos a fazer amigos;
- **Desconfiança:** para escolher suas amizades, primeiro tentam perceber como serão tratados;
- **Vida privada:** os idosos que encontram-se “fechados” em sua vida privada possuem poucos amigos e essa característica é mais comum entre os homens, também facilitando a solidão e a aquisição de comportamentos depressivos.

Às vezes sentem dificuldades, mas todos são amigos até provar ao contrário. Ter ou não amizade, depende de cada pessoa idosa, pois alguns são mais expansivos, ou mais reservados, outros apresentam sintomas de carências, ou ainda por interesse, outros por afinidade, ou seja, cada pessoa é diferente uma da outra. Isso reforça a questão da heterogeneidade entre os idosos e por isso se evidencia também nas relações de amizade. As falas comprovam as constatações:

“Sim. Os idosos escolhem seus amigos através de como eles são percebidos e tratados. Eu escolho quando me identifico e também pela reciprocidade.”(Apolônia –RS, 70 anos)

“A grande conquista nessa luta, nesses encontros é que nos temos organizada nossa regional organizada em realizar cada ano um baile, cada grupo realiza um baile aonde todos os grupos de encontram. Então esses, essas oportunidade se fez tanta amizade que hoje tu chega em qualquer lugar dessa região dos grupos ou municípios tu tem conhecidos, porque, por causa desses encontros que a gente faz. Não é o objetivo principal, é a luta pelos direitos mas também é uma maneira de fazer novos amizades.” (Bertilo-RS, 75 anos)

Percebe-se mais uma vez que a subjetividade acha-se presente na escolha das amizades e na formação do círculo social. O idoso busca se reconhecer no outro para fazer suas escolhas e também passa pelo gênero, escolaridade, cultura,

valores e afinidades. Fica claro que as amizades acontecem, de forma mais intensa, nos campos sociais onde atuam. Para Maheirie (2002) o sujeito produz significações a partir das relações que vivencia no mundo e isto depende da sua capacidade de subjetivação.

Nesta linha de percepção uma das características da modernidade, já referendado por Simmel (WAIZBORT, 2000; SIMMEL, 2006; SIMMEL, 1983), são os círculos sociais. Estes aumentam por contatos corriqueiros e inesperados, na dissociação entre distâncias físicas e simbólicas e na intensificação dos estímulos sensoriais, características do comportamento, sensibilidade e estilo de vida da Modernidade. Evidencia, portanto que são esses círculos sociais, os agenciadores de diferentes sociabilidades, que permitem cada sujeito buscar sua identidade e definir sua inserção como ator social a partir de sua capacidade de subjetivação e reflexividade.

3.2 LAÇOS SOCIAIS IMPORTANTES NO ENVELHECIMENTO E SUAS INTENSIDADES (FRACOS E FORTES)

Assume relevância as observações de Velho (2009, p.9) quando explicita que “as interações entre os indivíduos, desde a díade até os mais complexos grupos, círculos e redes sociais, assinalam a relação recíproca e constitutiva entre ação coletiva e trajetórias individuais.” Assim, os laços sociais se constituem a partir das motivações individuais para o engajamento do idoso através da ação social em diferentes campos sociais de seu interesse, conforme também visto anteriormente nos relatos empíricos. Já Erbolato (2002) coloca que trocas palpáveis ou simbólicas asseguram o valor e a função do idoso na comunidade a qual faz parte e acrescenta que:

A velhice, mais que supor um acúmulo de saberes e de experiências de vida, presume um *savoir-faire* que permite não só que os laços sociais e afetivos possam ser preservados de algum modo, outros laços adquiridos, mas também que haja um esforço para transformá-los em experiências emocionalmente relevante.(ERBOLATO, 2002, p. 963).

Nesta pesquisa se inquiriu os idosos sobre quem faz parte do seu círculo social e como este se forma. Observa-se que os laços sociais constituem-se a partir

dos grupos de proximidade por onde circulam. De fato, os idosos independentes e ativos intensificam seus laços sociais:

- com outros idosos da mesma idade e costumes;
- nos grupos de convivência e clubes de terceira idade;
- nos bailes, rodeios e festejos sociais em que o idoso participa;
- com vizinhos, nas comunidades onde isso ainda é possível;
- com a própria família e parentes;
- com ex-companheiros de trabalho;
- com novos(as) companheiros, principalmente entre os viúvos(as) ou separados(as), que procuram esses relacionamentos em bailes da terceira idade;
- colegas de trabalho aposentados reunidos por afinidades;
- com o círculo de amigos formados durante a sua vida;
- o círculo social se forma por identificação, pessoas que gostam das mesmas coisas nos grupos em que freqüentam;
- na comunidade social e religiosa em que participa ou atua, ou na comunidade como um todo. Enquanto que os idosos dependentes acabam estreitando laços de amizade com voluntários, médicos, assistentes sociais, psicólogos e a própria família, quando essa se disponibiliza a cuidá-lo;
- nos projetos culturais onde atuam e onde as amizades se mesclam entre jovens e idosos;
- pelo carisma que alguns idosos tem, especialmente aqueles que mantêm características de liderança em sua comunidade;
- nos grupos políticos em que participam;
- através dos círculos de convivência, círculos religiosos, academia, salão de festas e bailes, união de bairros, associação de comunidades;
- a partir das inter-relações no decorrer da vida.

O envelhecimento faz parte dos ciclos da vida e sua condição definir-se-á pelas experiências de cada um a partir dos contextos sociais vivenciados, conforme explicita Magalhães (1989, p. 17):

Biologicamente somos seres que percorrem o ciclo de vida, interrompido ou não, mas inevitável que vai do nascimento até a morte, passando pelas etapas de concepção, desenvolvimento intra-uterino, nascimento, infância,

adolescência, maturidade, velhice e morte. É uma questão social e cultural a consideração dessas ou de outras etapas. Assim também, podemos falar no ciclo ternário da vida, ou seja, os períodos de formação, de produção e de inatividade, correspondendo tal modelo social ao que foi constituído, após o advento e expansão da aposentadoria. Em todos os casos lidamos com construções sociais que não só descrevem, mas também atribuem significados, valor e função social aos diversos momentos e etapas da existência.

Visivelmente o envelhecer é um processo que se torna cada vez maior, especialmente nos países da América Latina e, no Brasil, de forma mais acelerada. Também o ciclo do envelhecimento torna-se um período de vida mais extenso e dentro desse aparecem outros ciclos, como os idosos mais jovens e os mais velhos ou anciões. À medida que a expectativa de vida se amplia e há possibilidade de se viver mais, os idosos buscam identificar suas possibilidades de sociabilização e realização de projetos também nessas fases da vida. Assim, os idosos mais jovens sentem-se cada vez mais ativos. Para esses, “idoso” identifica o outro e não ele, e isso faz com que continuem engajados em seus projetos e ainda bastante ativos. Atitude esta que lhes dá a sensação de rejuvenescimento e potência para participação e engajamento.

Os referidos projetos, no entanto precisam ser realizados nos lugares onde eles se constituem como idosos e se fortalecem através dos laços sociais que construíram a partir de suas interações sociais, conforme explicitam Vilhena e Santos(2000) citados por Vilhena(2002, p. 50):

Reafirmamos a noção de que é também no lugar, enquanto construção social, que os sujeitos produzem sua subjetividade. É a partir dele que é possível pensar o viver, trabalhar, formar laços sociais e identificar-se com os semelhantes. Pois é a partir de um lugar – inicialmente representado pelo círculo materno/infantil – que falamos e somos ouvidos, respeitamos e somos respeitados, sentimo-nos incluídos ou à margem.

Vivenciam-se as subjetividades dos idosos a partir do seu cotidiano conforme referenda Heller(2000) e de acordo com suas tipicidades, conceito este defendido por Schutz(1979).

Para Simmel a sociedade só é possível a partir das interações dos indivíduos entre si, ou seja, das ações e reações. Resume Simmel (1983, p. 83) que, “entende-se por sociedade a interação psíquica que se verifica entre indivíduos.” Assim, a sociedade, segundo Simmel não é algo estático e acabado, mas em constante

transformação, um fluxo contínuo de fazer-se e se refazer incessantemente, onde os laços que prendem os indivíduos são feitos, desfeitos e refeitos em contínua fluidez. Simmel usou o conceito de sociação (*Vergesellschaftung*) como um constante vir a ser (MORAES FILHO, 1983). Então, a sociedade só é possível pela existência de formas de sociação, que segundo Simmel funcionam como “tipos ideais”. Segundo Simmel “há uma série de formas de convivência, de unificação e de ação recíproca entre os indivíduos[...],”(MORAES FILHO, 1983, p. 22), porém não há formas vazias, como também não há conteúdo sem forma. Se a forma é condição para a sociação, também os processos de dominação e subordinação, além do conflito, o são.

Para os simmelianos constitui mais rica a participação social quanto maior for o número de círculos sociais em que o sujeito participa, ou seja, quanto mais o indivíduo se move em suas sociações, maior é seu desenvolvimento cultural e lhes permite ocupar diferentes posições. E reforça Simmel(1983,p. 83):

A sociedade[...] , cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa que os indivíduos se encontram vinculados uns aos outros por força da influência mútua e da determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. Por conseguinte, a sociedade se apresenta como algo de funcional, como algo que os indivíduos fazem e suportam ao mesmo tempo. Por esse caráter fundamental, não se deveria falar em sociedade, mas em sociação. Sociedade, então, é somente o nome para círculos de indivíduos vinculados entre si por esses tipos de relações recíprocas.

É portanto, nessa sociação, que os idosos constituem-se como sujeitos atuantes e construindo as diferentes velhices (tipos ideais) que se encontra hoje na esfera pública. Em geral, os idosos, que participam de diferentes sociações, enriquecem o seu círculo social e também seu próprio desenvolvimento, intensificando diversas interações, seja na igreja, na associação, no clube de terceira idade, no movimento cultural, no conselho ou na conferência. Para Simmel (1983, p. 60), “a sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação.”

Eis que se apresentam as emoções, aspectos importantes a se considerar como formas de sociação e de pertencimento aos círculos sociais, pois são essas que movimentam os indivíduos em diferentes círculos sociais.

Vislumbrar as práticas e as vivências das emoções como *forma de socição*, por assim dizer quase *trivial e insignificante*, que estruturam as interações entre indivíduos e grupos sociais, criando laços que de alguma forma ajudam a tornar a “sociedade possível”. De certa forma, as emoções podem ser caracterizadas pelo “não-lugar” ou pelo “entre-lugares” em outros fenômenos e instituições da vida social, o que *a priori* não significa que esses momentos, ainda que caracterizados pela dificuldade de se estabelecer limites precisos, não sejam fundamentais na construção de laços sociais e no desenho das formas da vida coletiva (PERES; DURÁN; ALBUQUERQUE, 2011, p. 112)

Através disso se explica a procura dos idosos por grupos com características mais hedônicas, onde os mesmos podem formar laços de amizade e, até mesmo, laços mais duradouros, de namoro e novos casamentos. Além disso, esses espaços lúdicos apresentam situações em que, especialmente as mulheres, acostumadas aos valores restritos ao lar, podem experimentar sensação de liberdade, quando idosas viúvas ou separadas. Além disso, constitui espaços que permitam aos idosos aproveitar o seu tempo ocioso, de forma prazerosa e lúdica. Os entrevistados relataram suas experiências nos espaços hedônicos e justificaram sua participação por vários fatos, os quais se categoriza como:

- **Ócio:** ocupação do tempo ocioso da aposentadoria, evitando a solidão e morte social;
- **Convivência:** conviver com outras pessoas, geralmente da mesma idade ou próximas;
- **Saúde:** participação em grupos de convivência com o objetivo de recreação e realização de atividades físicas (ginástica) e sociabilidade (convivência com outros idosos);
- **Religiosidade:** pessoas que participam de comunidades religiosas possuem como hábitos e valores a participação em festa e comemorações, geralmente promovidos pelas paróquias, pois isso é um exemplo que vem dos ensinamentos cristãos (“*a Família de Nazaré também participava dos festejos da igreja*”);
- **Valores familiares:** reprodução cultural de valores familiares de uma família patriarcal onde existe como hábito a convivência familiar através de passeios, viagens, comemorações de datas festivas, visitas, brincadeiras e conversas com netos e familiares;

- **Arte e Cultura:** alguns idosos pela própria profissão (músico) e engajamento cultural precisam participar de festejos e atividades culturais;
- **Reprodução cultural:** participação em oficinas onde há a oportunidade de reproduzir aspectos da cultura popular através de canto coral, história oral, contador de vivências e cantador de histórias da cultura popular. Uma das idosas entrevistada é Mestre Griô;
- **Representação social:** como forma de representação social de um novo grupo que ocupa a esfera pública de forma reflexiva (Terceira idade).

Suas falas evidenciam as categorias selecionadas:

“Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (CETRES/UCPEL) há 7 anos; Coral; oficina de crochê, história, teatro, coral, informática. Oficina de moda. Também em atividades em Ação Griô transmissão oral de vivências e desde a infância participo da cultura popular.”(Sirley-RS, 75 anos)

“Teatro – cinema – Grupos de convivência. Se não participar estou morta em vida.” (Anália-RS, 69 anos)

“Não toco música, não toco instrumento musical mas eu participo nos outros grupos quando eles tem as promoções²⁰ a gente vai, participa para dar assim um incentivo para eles também. É que praticamente todas as promoções eles convidam e a gente participa.”(Bertilo-RS, 75 anos)

“Os momentos de confraternização, seja ela em qualquer momento, sempre são muito importantes, principalmente curtir a vida junto com a família e amigos. Passear, conhecer lugares, ir à praia, comemorar datas festivas, tomar chá, jogar bola, pular corda, ter papos cabeça com os netos, visitar amigos dentre outros. Estar presentes nas horas boas e as não tão boas. Desde pequena, meus pais faziam tudo isso, e nós reproduzimos a cultura que aprendemos. E a razão de minha participação é a razão e o orgulho de pertencer a uma família patriarcal, e aprender muito com ela.” (Selene-RS, 65 anos)

Um dos idosos relatou que é atleta desde jovem e, portanto, participa através do esporte e da recreação.

“Atividade esportiva desde jovem; atividade recreativa; pesca desde jovem.” (Arcângelo-RS, 66 anos)

Outros entrevistados afirmaram não participarem de grupos de convivência com características hedônicas por motivos religiosos, de horários, de doença (cirurgia na perna) em si ou na família. Dois idosos, ainda justificaram que não participam pela falta de tempo, ou seja, pelo trabalho no movimento de luta política, ou por escolha própria preferem outras atividades de lazer. Uma idosa evidencia a

²⁰ Promoção que ele se refere é , na verdade, baile, reunião dançante, festas, torneios e jogos, que são realizados em localidades do interior ou em municípios do interior do RS.

não participação em grupos de convivência, mas as suas atividades culturais, recreativas e de lazer engloba óperas, balé, música, teatro e cinema.

Cartensen (1995) citado por Nogueira *et al.*(2009) evidencia que com a idade, avaliam-se os contatos por sua qualidade afetiva e quando se envelhece, nas relações sociais, priorizam-se as emoções. Reforça também Shütz (1979), que é a multiplicidade de interações e interseções nos processos de interação (ou sociação como define Simmel) que constituem e qualificam a identidade dos sujeitos.

Nos círculos sociais, as noções de proximidade e afastamento, de distância e proximidade, de isolamento ou coletividade não se dão pelo espaço geográfico, mas sim pelas “forças psicológicas e pelos fatores espirituais que aproximam e unem, distanciam ou separam as pessoas e os grupos” (MORAES FILHO, 1983, p. 24) e que formam a sociedade, conforme explicitado pelo próprio Simmel:

A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entram em interação. Esta ação recíproca se produz sempre por determinados instintos (Triebe) ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais; fins de defesa ou ataque, de jogo ou ganho, de ajuda ou instrução, estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra, que exerça influência sobre eles e por sua vez as receba deles. Essas interações significam que os indivíduos, nos quais se encontram aqueles instintos e fins, foram por ele levados a unir-se, convertendo-se numa unidade, numa ‘sociedade’. Pois unidade em sentido empírico nada mais é do que interação de elementos” (SIMMEL, 1983, p. 59/60).

Se por um lado, alguns sujeitos encontram dificuldades de enfrentar as mudanças que o envelhecimento, como novo ciclo de desenvolvimento, traz consigo, com quebras de laços sociais e o surgimento de medos e fugas da realidade, como a depressão e o isolamento; de outro lado, alguns buscam novas formas de socialização, inventam sociabilidades, como grupos de convivências, associações, bailes, festas, encontros com amigos, atividades físicas como a dança, a caminhada, a natação, as artes como o coral, a música, o teatro..., concebendo outras formas de sociação, ou seja, possibilitando interações que assegurem novos laços sociais e afetivos, conforme já explicitava Bóbbio (1996) que o mundo do velho é um mundo onde contam mais os afetos que os conceitos. Em pesquisa realizada recentemente, Kouri(2011) hipotetizou esta afirmação da seguinte forma:

Como hipótese secundária, que esta busca de uma nova adequação e socialização pessoal e social, no adentrar de um novo ciclo de vida, o envelhecimento, é recheada de medos e desconfortos que tendem a crescer e sufocar o sujeito que a vivencia, ou ao contrário, tende a ser superada com nova forma de adequação social e pessoal, dependendo da forma de encarar o próprio envelhecer e da integração social possível assegurada pelos laços sociais e afetos de cada sujeito (KOURY, 2011, p.49).

E como resultado de sua pesquisa, sua hipótese se comprovou, referendado por ele na citação abaixo, indicando que os idosos buscam novas formas de socialização baseadas em laços e afetos adaptando-se aos desconfortos e temores próprios dessa nova fase da vida.

A[...] busca para um novo amoldamento e socialização pessoal e social, no adentrar do envelhecimento, é preenchida de desconfortos, e de temores que tendem a se desenvolver e refrear o sujeito que a vivencia, ou ao seu avesso, a ser superada com uma nova configuração de amoldamento social e pessoal, dependendo da forma de encarar o próprio envelhecer e da integração social possível afiançada pelos laços sociais e afetos de cada pessoa (KOURY, 2011, p. 69-70).

Vale destacar que Peres, Durán e Albuquerque (2011) também analisaram a questão dos laços sociais no envelhecimento explicitando que a complexidade da vida social, em consequência do processo de urbanização, trouxe o “afrouxamento dos laços primários e dos círculos sociais (como os de parentesco ou comunidade, por exemplo) e o desenvolvimento de novas relações sociais, embora superficiais e até mesmo anônimas”, porém mais amplas e plurais.

Também Camarano *et al.*(2011) contribuem com essa reflexão, ao ponderarem que as mudanças sociais e culturais em curso afetam principalmente as mulheres. Essas vivenciaram os ganhos na escolaridade, a entrada no mercado de trabalho, “fizeram a revolução na família, casaram-se, descasaram-se, recasaram ou não”, além disso tiveram menos filhos, deixando as famílias nucleares menores com a redução na fecundidade, “mas o aumento da esperança de vida levou a um aumento de gerações da mesma família.” E complementam que:

Divórcios e recasamentos podem enfraquecer laços afetivos entre pais e filhos biológicos, mas podem aumentar o número de membros da família com a presença de enteados. No entanto, estes novos laços nem sempre são suficientemente sólidos ao ponto de garantir o cuidado nas idades avançadas (CAMARANO *et al.*, 2011, p. 3).

Assim sendo, hipotetiza-se a partir da pesquisa realizada por Koury(2011) e da reflexões trazidas por Camarano *et al.* (2011) que no envelhecimento as relações sociais mais importantes nem sempre vão ser as familiares. Salienta que até mesmo, a maioria dos idosos acabam sozinhos, por perder ou não ter um companheiro. Também pelo afastamento e/ou distanciamento dos filhos e netos, justamente por essa nova reestruturação familiar. Por isso, muitas vezes os grupos sociais terão maior relevância nas suas relações que os próprios familiares, pois as motivações e os interesses se tornam diferentes, amoldados a sua condição de velho(a). Esse fato foi lembrado por uma das idosas entrevistadas que ainda atua como assistente social:

“Tenho presenciado que nestes casos as famílias têm presença ainda muito acanhada, junto aos seus idosos. Como se forma este círculo social?O fortalecimento afetivo de alguns idosos é de amigos encontrados nos grupos de convivência, estes amigos preenchem mais o círculo social de amizades das pessoas idosas que sua própria família.” (Selene-RS, 65 anos)

Diferentemente desses resultados, Nogueira *et al.*(2009) realizaram uma pesquisa para caracterizar a rede social e identificar fontes de apoio emocional na Terceira Idade, com alunos da UNATI. Segundo estes autores “a rede social e o apoio emocional são fatores importantes para a qualidade de vida percebida no envelhecimento”(p.65). Foram sujeitos da pesquisa quarenta e duas pessoas acima de sessenta anos. Os resultados mostraram uma média de dezenove pessoas para uma rede social com características de natureza familiar, íntima e de amizade, alocadas de acordo com o grau de proximidade afetiva. Citaram-se mais mulheres que homens e pessoas da família. Entre os listados do círculo íntimo figuram cônjuges e namorados(as), e do círculo mais próximo, respectivamente, filhos, netos, sobrinhos e irmãos; já entre os círculos próximos e distantes, amigos de curso, de escola, de infância e vizinhos. Quanto à fonte de apoio emocional, as filhas, mulheres de meia-idade, foram as mais citadas, por motivo de confiabilidade. Outro resultado interessante neste estudo centrou-se no fato que as mulheres mencionaram mais pessoas (20, em média) que os homens (15, em média) em suas redes sociais. Com relação ao gênero das pessoas que compõe a rede desses idosos, figuram mais mulheres que homens – em média, 13 mulheres e 08 homens. A faixa etária das pessoas aludidas pelos sujeitos teve maior frequência entre 30 e 69 anos, sendo os homens responsáveis por um número maior de pessoas mais

novas, e as mulheres, enumeraram mais pessoas da mesma faixa etária e mais novas.

Cabe destacar também, que Nogueira *et al.*(2009) trazem as principais características que diferenciam as mulheres dos homens na construção de suas redes de relações, e que essas possuem relações sociais qualitativamente superiores a dos homens, a saber:

[...] possuem melhores habilidades interpessoais, são mais calorosas e capazes de estabelecer relações de intimidade e são mais chegadas à sua família. A mulher em qualquer idade tem maior número de pessoas na sua rede de relações sociais. O estudo de Nogueira (2001) identifica que os papéis sócio-culturais atribuídos à mulher cooperam para uma rede social mais ampla. O envolvimento emocional e a expressividade, importantes fatores para as interações sociais, são considerados indicativos de feminilidade, portanto, incentivados na educação de mulheres (NOGUEIRA *et al.*, 2009, p. 69).

É interessante salientar que o aumento da pirâmide etária brasileira é mais expressivo entre as mulheres. Há maior proporção, segundo dados do IBGE(2010), o que torna o envelhecimento uma questão de gênero, pois 55,8% da população idosa são de mulheres. Como há uma mortalidade maior entre os homens idosos, as mulheres mais idosas acabam sendo também em maior número, o que traz características de feminilização do envelhecimento. Chama a atenção o aspecto de haver predominância de mulheres, nas zonas urbanas, enquanto que nas zonas rurais, aumenta o número de homens, o que torna portanto a mulher um sujeito mais presente na esfera pública.

Embora esses autores também concordem que devido as perdas das pessoas do convívio do idoso este possui a tendência de reduzir suas relações sociais, e afirmam que cabe ao idoso “evitar ou retardar seu afastamento social por intermédio de atividades socioculturais e educacionais”(NOGUEIRA *et al.*, 2009, p. 66).

Salienta-se a explicação de Freire(2002, p. 932) sobre as mudanças e permanências da personalidade, durante o processo de envelhecimento:

Os princípios do modelo de desenvolvimento ao longo da vida (*life span*) em psicologia parecem ser os mais apropriados para o estudo da personalidade e do self na velhice, uma vez que, nesse modelo, admite-se a possibilidade de ganhos, perdas e estabilidade, podendo os indivíduos diferir dramaticamente tanto no potencial para a manutenção dos padrões

de adaptação ao longo da vida, quanto na possibilidade de mudança para ajustamento às vivências ligadas ao processo de envelhecimento.

Koury (2011) analisou em seus estudos focados através das reações dos outros em relação a si próprio que a percepção e o sentimento do envelhecer se moldam. E algumas situações constituem-se o ponto nodal que o fazem admitir o envelhecimento como forma de vida pessoal, tais como: “a morte do cônjuge; o retorno à vida doméstica com a chegada dos netos; diferença geracional; doença e medo de morrer. Em todas elas está presente a dor da solidão”(p.65).

Sendo assim, para evitar justamente um dos aspectos que mais pesam no envelhecimento – a solidão, é importante constituir novas sociabilidades. De acordo com Simmel ela é definida como “formas de jogos de sociação”:

Não é ao acaso que sociabilidade é denominada por Simmel como *play form of sociation*: certamente, necessidades e interesses específicos fazem os homens se unir em reuniões econômicas, irmandades de sangue, comunidades religiosas, bandos de bandidos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da sociedade enquanto tal (1950a, p.43). Nesse sentido, seria possível pensar algumas práticas e vivências diárias como um *play form of sociation* por excelência. ‘Sair’, ‘jogar conversa fora’, ‘namorar’, ‘encontrar com os amigos’, em geral, não têm outro fim principal senão o prazer e o sentimento de estar junto e de ‘praticar’ a própria sociação; prazer e sentimento que figuram em graus variados em muitos momentos em que pessoas se encontram. Um dos elementos-chaves para se compreender a obra simmeliana é que o mundo de Simmel é um mundo de relações (ou, nos termos de Lukács (*op. cit.*, p.206), de ‘fios’ e ‘novelos’ que formam uma ‘rede de relações recíprocas’); um mundo no qual tudo se liga configurando constelações de relações (Waizbord, 2000). O mundo social pode ser considerado a partir de diversos ângulos e enfoques na medida em que envolve um encadeamento de ações que se relacionam. Cada manifestação da vida social sustenta outra ao mesmo tempo em que a define (PERES, DURÁN; ALBUQUERQUE, 2011, p. 97)

O estilo de vida moderno²¹, com o processo de urbanização possibilitou novas formas de sociabilidade e que se tornam acessíveis a todas as gerações. A característica cultural e material da sociedade contemporânea é o individualismo, com valores baseados no consumismo e no presentismo (viver o hoje e não

²¹ Para Lyotard seria um estilo de vida pós-moderno e para Lipovetsky seria um estilo de vida hipermoderno, mas optamos por utilizar moderno no sentido de que vivemos, conforme afirma Giddens, um período da Alta Modernidade.

guardar-se para o futuro²²). De acordo com Lipovetsky (2011) nasce uma cultura hedonista e psicologista, incitando a satisfação imediata das necessidades, estimulando a emergência dos prazeres pessoais, como bem-estar, o conforto, o lazer, ou seja, é a primazia do presente, do hoje. O consumo tornou-se uma das maiores fontes de prazer na atualidade. “Consumir sem esperar; viajar; divertir-se; não renunciar a nada: as políticas do futuro radiante foram sucedidas pelo consumo como promessas de um futuro eufórico”(p.61).

Neste contexto as relações e as próprias comunicações se tornam mais fluídas, pois mesmo no seu cotidiano, sozinho em sua casa, através das redes sociais da *internet* a pessoa conecta-se ao mundo, pode consumir, visitar lugares, conhecer pessoas. Alguns idosos estão hoje usando essas novas experiências, mas ainda não acessível a grande maioria deles. Nessa relação, idoso e (pós) modernidade ou hipermodernidade, alguns estudiosos apostam que muitos idosos se desengajam dos processos sociais por não conseguirem acompanhar a aceleração das novas tendências e tecnologias do mundo contemporâneo, conforme explicitam Rabelo e Nascimento (2007, p. 5):

Há outro pressuposto na formulação desta relação entre idoso e modernidade que passa pela idéia de que as pessoas, dessa faixa etária, não acompanhariam a dinâmica da vida social, já que as transformações técnicas seriam rápidas e profundas, dificultando ainda mais a sua inserção nos padrões modernos de convivência e o aproveitamento das possibilidades que a modernidade ofereceria. Uma vez velhos, desde sempre velhos.

Estas suposições vem ao encontro das velhas Teorias do Desengajamento e da Atividade. Estas opções dos idosos explicam-se pela sua personalidade e a partir de suas escolhas, intencionais ou em determinadas situações forçadas por circunstâncias que freiam sua vontade de se engajar socialmente, seja por dificuldades econômicas e familiares (imposições sociais), ou por saúde e fragilidade/incapacidade física (imposições pessoais) fundamentadas a partir das teorias clássicas do desengajamento e da atividade.

²² Embora de acordo com Lipovetsky (2011) já estejamos vivendo uma segunda fase de um presenteísmo que não é mais absoluto, ou seja, o otimismo em face do futuro se reduziu, mas não está morto. Isso se vê pela própria preocupação ecológica com um desenvolvimento sustentável para que as gerações futuras possam usufruir desses bens naturais.

Para Doll *et al.* (2007) que estudaram essas velhas teorias de Cumming e Henry (1961) direcionadas ao processo de desengajamento social do idoso que acontecia de maneira desigual entre homens e mulheres, em razão de seus papéis sociais serem diferentes. Também reforçavam que o papel da mulher relacionava-se ao lado mais social (família, igreja, escola). O que se percebe, é variáveis como gênero, formação, classe social, condição econômica e cultural, entre outras, influenciavam e continuam a influenciar na escolha dos idosos em se tornarem sujeitos de ação ou não.

Sabe-se que tradicionalmente era senso comum os sujeitos, ao se aposentarem, saíam dos meios de produção capitalista, da vida pública e se recolhiam a sua família ou à institucionalização quando se tornavam dependentes. Esta posição direciona uma explicação, a partir da antiga Teoria do Desengajamento, a qual se escora nestas proposições de que o idoso, ao se aposentar, sai de cena para deixar o palco para os mais jovens. Também, por não se considerar adaptado às tecnologias atuais, além de trazer à tona, a tese de que a morte de um indivíduo desengajado é menos danosa à sociedade que de um indivíduo engajado, pois em relação ao primeiro, já outra pessoa ocupou o seu espaço, geralmente mais jovem (SALGADO, 1980).

Para tanto aliado à aposentadoria, vista como o passaporte para o desengajamento vêm questões negativas, como a diminuição da renda familiar, o sentimento de vazio pela saída do trabalho e, geralmente, o aumento de consultas médicas (FRANÇA, 1999). Dimensiona-se como um período em que as fragilidades físicas começam a aparecer, já que naturalmente o corpo apresenta uma certa involução.

Neste aspecto Moragas (1997, p. 103) reforça que:

A redução de atividades ocorre quando o idoso diminui o número e a intensidade de suas ocupações, redistribuindo seu tempo e sua energia entre outros papéis sociais como esposo, avô, membro da comunidade. O perigo reside no fato de que a redução de papéis sociais se torne crescente, obrigando o aposentado a reduzir sua vida a mera sobrevivência biológica. Isso acarretará a decadência da pessoa, cuja vida perderá o significado psicossocial.

Todavia, não é o que se percebe hoje, entre os idosos que vivenciam essa sociedade hipermoderna. Ancoram-se pelo fator de terem se submetido a estilos de

vida mais saudáveis, de cuidados na alimentação, atividade física contínua e prevenção, através de consultas médicas mais frequentes, vivem mais e em condições produtivas e com maior tempo de participação social e econômica. Sentem-se sujeitos participantes e atuantes da vida social, do consumo, da moda, do que é novo e atual. Porém nem todos possuem a consciência de que são sujeitos reflexivos e que podem ocupar os espaços públicos para reivindicar os seus direitos, praticando a cidadania. Assim como faz Sirley, uma idosa de 75 anos, negra, filha de “ama de berço” e um cozinheiro negro das antigas famílias patriarcais de Pelotas, que *“moravam em casarões e aos fins de semana chamavam cozinheiras para fazer os quitutes de domingo”*. Hoje canta em coral, é cantadora e contadora de histórias, participa de projetos culturais como o Cortejo Griô ou Ação Griô, Samba de Roda, é carnavalesca, poeta, mediadora política que transmite a cultura popular e ensina seus ofícios artesanais. Faz música, participa de RAP integrando a terceira idade com as novas gerações.

“Conheci o CETRES em 2003. A primeira oficina, a de Música estou até hoje e passei grupo de Estudos, Pintura em tecido, turismo, teatro, crochê, oficina de moda. Desfilamos para lojas de calçados e outras. Já participei do projeto do CETRES “Integrando gerações com o RAP da Terceira idade, onde canto o RAP, algumas dançam com os adolescentes. Eu mandarei esse material para os senhores depois Oxalá Deus permitir estarei na feira do livro de Porto Alegre. O trabalho do CETRES nos dá auto estima, nos valoriza e nos dá uma velhice rejuvenescida. Também participamos de viagens. E também participo pela Ação Griô, oficinas com os adolescentes do Instituto de Menores no mesmo prédio Conto Histórias de vivências. Oficina Samba de Roda. Construímos as vezes desenho em fuxico, pois meninos e meninas ao fazer o fuxico aprendem a usar a agulha e linha para se for preciso pregar seus botões e descosturados da roupa. Tem algo que sou e adoro que não escrevi, sou carnavalesca desde a infância. Esqueci de citar que eu era baliza de blocos e na minha infância me levavam no Carnaval., ainda saía na escola de Samba Ala das Baiana e minha mãe organizava blocos de São João. Conservei o gosto pela Cultura popular.”(Syrlei-RS, 75 anos)

Fundamenta-se que há um aspecto importante neste processo do envelhecimento, que é a heterogeneidade. Cada sujeito lança mão dos conhecimentos, que têm a mão, para se fazer ator social: uns pela política, outros pela solidariedade e luta por direitos, outros pela religiosidade, pelo hedonismo ou pela cultura popular. Dilceu, por exemplo, criou-se ao redor do asilo da cidade, viu sua mãe, ao se aposentar, trabalhar como voluntária no ateliê de costuras e quando se aposentou fez o mesmo, também se voluntariou para trabalhar na mesma Instituição de Longa Permanência que a sua mãe, conforme ele mesmo relata:

“Fui criado nas proximidades do asilo e desde muito cedo já ajudava ao asilo Santo Antônio; no início arrecadando gêneros alimentícios para entidades junto ao comércio e comunidade.

A minha mãe Ida Mioso, após aposentadoria, trabalhava dois dias por semana como voluntária no atelier de costura. Em 1993 fui aposentado, voltei a morar em Cruz Alta, fui convidado a colaborar como voluntário no Asilo Santo Antônio, quando da criação do Conselho Municipal do idoso em 1999, fui indicado pela entidade como suplente. Resumidamente a minha vida, como desde jovem, estive vendo idosos e na minha vida funcional atendendo idosos muitas vezes ajudando-os, por isso passei a me dedicar e auxiliar a pessoa idosa.”(Dilceu-RS, 73 anos)

Já Valter, por ter sido um pequeno produtor rural e vendo a pouca participação desses sujeitos no espaço público se engajou na causa dos idosos e colabora hoje para o protagonismo desses atores sociais (pela profissão que exerceram, como pequenos agricultores e idosos da zona rural) se engajando no Conselho Municipal da Pessoa Idosa (COMID), no Conselho de Assistência Social, no Conselho de Saúde, no Conselho de Desenvolvimento Rural, no Conselho de Transportes, na Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais (AGPAMAR) e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município.

“Na agricultura passei muito trabalho pois sempre trabalhei braçalmente, porque não tinha condições de adquirir maquinário agrícola por ser pequeno produtor e ter uma área de terra pequena. Fui secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tesoureiro por duas gestões, vice-presidente por duas gestões, criamos a Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais (AGPAMAR), qual fui o primeiro presidente, hoje sou presidente novamente, desde 1998 trabalho com os grupos da 3ª Idade. Faço parte da patronagem do CTG Maneco Rodrigues de Santa Flora.”(Valter-RS, 60 anos)

Da mesma forma José que mora em pequena cidade do Amazonas, também se tornou ator social pelo seu protagonismo junto à comunidade na defesa dos direitos dos idosos. Participar da comunidade, de reuniões, assembléias e conferências lhe possibilitou um conhecimento que o torna líder em sua comunidade. Conhecido como “peixe-boi”, pelo fato de oferecer soluções aos problemas mais graves de exploração, negligência e violência que ocorrem no seu município em relação às questões do envelhecimento e também em relação ao desenvolvimento e bem-estar de sua comunidade, que seguidamente faz mutirões para limpeza das ruas, onde o poder público não chega, pois segundo ele há muitas brigas políticas e o município está endividado e empobrecido por essas razões.

“Lá onde eu moro meus colegas confiam muito em mim, tudo as coisas para resolver eles me chamam. Lá eles me conhecem como peixe boi. Ó peixe boi tem a minha aposentadoria, é confusão de jogo, é confusão de contrato em cartório, aposentadoria. A família tira dinheiro do aposentado, a mulher tira, os neto tira... Ai levo na promotoria e ela resolve os problemas deles lá e eles confiam muito.”(José, AM, 71 anos)

Outros exemplos de atores idosos com a consciência subjetiva de participação e que são sujeitos reflexivos e com forte engajamento político, trazem arraigados em suas histórias de vida essa militância e vontade de lutar por um mundo mais justo e equitativo para todos, como é o caso de Maria de Jesus de Teresina no Piauí e Jan de Palmas, no Tocantins. Ela, de família bastante pobre teve oportunidade de aprender sobre justiça social no colégio de padres onde estudava e na época da ditadura lutou por um mundo democrático e justo. Isso lhe rendeu a possibilidade de se filiar a partidos políticos, mas seu caráter reto e ético não permitiu se corromper por propostas que lhe renderiam cargos, dinheiro e fama. Preferiu continuar pobre e honesta, conforme ela mesma relata. Jan, é um imigrante alemão, filho de mãe ucraniana e pai polonês, que se conheceram na Alemanha, depois de serem libertados pelas tropas de Hitler, se apaixonaram e tiveram esse primeiro filho na Alemanha. Com a certeza de que não voltariam mais para a Polônia e nem a Ucrânia, chegaram no Brasil, quando o filho tinha três anos de idade e falava três idiomas (polonês, ucraniano e alemão), onde iniciou o aprendizado da língua portuguesa. Jan, hoje é topógrafo aposentado, mora em Palmas, no Tocantins, participa da Universidade da Maturidade e se formará em breve como educador político social do envelhecimento humano. Luta por uma política com menos corrupção e mais justiça social. Demonstra bastante revolta e indignação com essas situações, o que é compreensível pelo seu nível de reflexividade e também pela história de vida de sua família, que sofreu na pele as injustiças sociais do mundo quando participaram da guerra.

“Eu nunca quis ajuda e privilégio de deputado; eu nunca pressionei meus amigos deputados para pedir emprego pros meus filhos. Só vivo do meu salário. Eu até poderia ter sido rica se eu tivesse feito como meus amigos, é... no meu partido tive vários convites como professora, diretora, superintendente, coordenadora, me convidavam para eu calar a boca. Mas eu sempre achei que não.”(Maria de Jesus-PI, 74 anos)

“No Brasil somente idosos com boa condição financeira tem vantagens, o restante está no inferno. O idoso hoje se identifica com uma peça excluída do jogo. Eu também penso assim, mas estou tentando reverter essa situação. No norte do Brasil, as pessoas que defendem direitos são ameaçadas, sofrem retaliações e são assassinadas. Não me adaptei com o sistema político social desta região e acabei batendo de frente com políticos bandidos, corruptos como eu nunca havia imaginado que existisse.”(Jan-TO, 66 anos)

Guerreiro e Rodrigues (1999, p. 67) aduzem que “A grande variabilidade de atitudes em face das situações de vida e o modo particular com que certos indivíduos encaminham positivamente as suas histórias remetem-nos à reflexão

sobre o desenvolvimento da sabedoria no curso da vida.” Isso quer dizer que há uma “inteligência pragmática” associada à impregnação sociocultural, responsável por suprir ou compensar os demais declínios associados às questões biológicas.

De fato, em razão da diversidade de ambientes e experiências vivenciadas no decorrer de sua vida, há idosos de terceira idade (60 e 70 anos) em plena atividade, e idosos octagenários ou mais, em situações de maior vulnerabilidade; além da heterogeneidade, não apenas na composição etária, mas também nas diversidades sociais e econômicas experimentadas pelos idosos em suas trajetória de vida, e isto se reflete nas políticas públicas para essas populações.(LIMA-COSTA; CAMARANO, 2008).

Os idosos ativos consistem nos novos atores sociais e se tornam sujeitos de ação, críticos e participativos politicamente ou apenas no plano do hedonismo²³, pois se encontram em um período de vida em que as escolhas pessoais são suas prioridades. Ao se aludir que o idoso busca ações hedonistas, refere-se a sua liberdade de escolher apenas ações que lhe dão prazer, mesmo que seja o ócio ou o descanso.

Constata-se que França (1999) expõe que, em alguns casos, a aposentadoria é uma forma de libertação de um trabalho desgastante e insatisfatório para o indivíduo e esta será, portanto, um momento de descanso ou sensação de liberdade sem rotinas e de vivências prazerosas e lúdicas; embora adverte que mesmo que o lazer tenha baixo custo, em determinadas situações pode ser bastante dispendioso e nem todos os idosos conseguem acesso. Outra questão é que a dedicação ao lazer, geralmente, se restringe aos dois primeiros anos após a aposentadoria. Ainda sugere que os idosos dediquem-se a outras atividades e projetos, como o voluntariado, especialmente em trabalhos educacionais intergeracionais, na comunidade através da participação na associação de moradores ou de aposentados, praticando sua cidadania.

Por isso, essa reflexão conduz à discussão que traz Debert (1999) sobre a gestão social da velhice e sua transformação de um problema íntimo e privado para uma questão pública, sujeita a legislação e políticas públicas específicas. Segundo a

²³ Hedonismo é a teoria de que o prazer é o objetivo supremo da vida. O hedonismo moderno procura fundamentar-se numa concepção de prazer entendida como felicidade para o maior número de pessoas.

autora há uma tendência a (re)privatização da velhice, agora colocada como problema de cada um, individual, e das dificuldades deste caminho para uma ressocialização dos velhos na cultura e sociedade contemporânea. Isso quer dizer que não existe mais um comportamento certo, adequado e uniforme para os idosos. As escolhas são pessoais e a idade deixou de ser o limite para a realização de projetos de vida. A grande contribuição dessa mudança centram-se nos processos subjetivos da reflexividade, que permitem ao sujeito idoso continuar sendo ator social por um tempo mais longo; além de sua inserção na sociedade complexa, multicultural, aprendendo a ser democrática, se faz por escolha própria.

3.2.1 Afiliação familiar

Para as ciências sociais a família é uma instituição social e onde surgem as primeiras manifestações da sociabilidade humana, ou seja, as primeiras interações com relações mais intensas (MORAGAS, 1997).

Assume destaque observação de Monteiro(2002, p. 947) quando reforça que:

A família constitui-se no reduto das vivências afetivas, dos amores. Nas gerações passadas, a relação familiar baseava-se em algo que lhe era inerente, natural pelos laços biológicos que criavam uma rede de direitos, deveres e afetos. No entanto, cada vez mais essa inerência biológica se desfaz, abrindo um espaço epistemológico para a família, como uma construção, uma conquista de laços de respeito e confiança. As obrigações e deveres dos filhos para com os pais idosos, a ajuda material e afetiva, não é algo inerente às relações, é uma conquista. Tal apoio dependerá da qualidade das relações construídas, da afetividade que foi cultivada.

De acordo com dados do IBGE (2010), nas últimas décadas, há uma tendência proeminente de redução no tamanho das famílias e no número de casais com filhos, tendo como consequência o declínio dos níveis da natalidade e o aumento da esperança de vida ao nascer.

De 1999 para 2009, o número médio de pessoas na família caiu de 3,4 para 3,1. Entre as famílias mais pobres (renda mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo), o número médio de pessoas por família chega a 4,2. Observa-se, também, neste período, no conjunto dos arranjos familiares, um aumento na proporção de casais sem filhos (de 13,3% para 17,0%) e, conseqüentemente, uma redução de casais com filhos, passando de 55,0% para 47,0% (IBGE, 2010).

Apesar dessa redução constatada nos últimos censos, um importante componente da rede social do idoso é a sua família. Embora, uma das características da sociedade contemporânea seja o individualismo e a redução no número de membros, as relações familiares seguem importantes nesse processo de envelhecer, evitando a institucionalização do idoso quando este se torna dependente e também a solidão e anomia. A família, de acordo com as principais legislações, como a Constituição Brasileira de 1988, a Política Nacional e o Estatuto do Idoso é a principal responsável pelo cuidado na velhice. Assim, conforme ressalta Moragas (1997) essa responsabilidade das famílias em relação a duas, três ou quatro gerações é o que o Estado deseja “pois diminui o conflito, une a sociedade e é mais econômico, em termos de políticas sociais.”(p. 127).

Embora haja a constatação, na redução de número de pessoas de uma mesma família vivendo conjuntamente, pelo aumento da expectativa de vida, é comum adolescentes e adultos jovens, fazerem parte de duas ou mais gerações, ou seja, possuem pais, avós e bisavós vivos, às vezes em residências distintas ou institucionalizados. “A figura do avô do século XXI aparece como uma pessoa com vida própria, interesses e atividade política, tão variadas ou mais do que outras gerações.[...] Os bisavós contemporâneos assemelham-se aos avós do passado e os avós de hoje aos pais do passado” (MORAGAS, 1997, p. 122).

Na visão de Camarano *et al.* (2011) a legislação reforça o preconceito ao cuidado institucional. Pelo fato da institucionalização não ser uma prática comum no hemisfério sul há um número reduzido de ILPIs públicas no Brasil, totalizando apenas 218. As instituições públicas e privadas abrigam 83 mil idosos, sendo a maioria mulheres. A partir de outros dados, dessa mesma pesquisa, observou-se que nas instituições públicas e filantrópicas há um maior número de idosos independentes de que nas particulares. Isto traduz que os idosos mais pobres, embora independentes carecem de residência, enquanto que os idosos mais ricos são institucionalizados em casos de dependência física e/ou cognitiva, enquanto independentes possuem condições de residir sozinho ou na companhia de filhos.

Chama a atenção que em outras culturas, assim como a chinesa, exemplificasse a importância e veneração que estes cultivam por seus velhos. Conforme Adler (1999) as famílias chinesas que não possuem um parente idoso em casa “vão em

busca dessa convivência, pois consideram arquivos vivos de sabedoria e memória social ” (p.146).

Um estudo realizado por Nogueira em 2001, mostrou a importância da família na rede social, revelando uma grande preferência pelos relacionamentos familiares, adquirindo maior importância em tempos de crise e na velhice. Além disso, a família é detentora de uma norma social e cultural de reciprocidade entre as gerações, em que os pais cuidam dos filhos e depois estes cuidam dos seus pais. Destacam-se resultados importantes de outra pesquisa realizada por Nogueira *et al.*(2009, p. 70):

O apoio emocional dos homens baseia-se predominantemente na esposa; homens se diferenciaram na escolha de pessoas para fonte de apoio. Ficou evidente a preferência de mulheres por membros da família e dos homens pelas relações conjugais em momentos de necessidade de apoio emocional. Com o avanço da idade, as pessoas têm uma rede de relações mais restrita, mas continuam a se relacionar com parceiros sociais emocionalmente próximos, tais como membros da família e amigos antigos, o que pode contribuir significativamente para aumentar o bem-estar no envelhecimento (NOGUEIRA *et al.*, 2009, p. 70).

Todavia, Pavarini *et al.*(2005) alertam que embora a família seja a responsável por oferecer o apoio social ao idoso, a estrutura familiar sofreu mudanças significativas, com famílias pequenas e com novos arranjos familiares e a mulher, geralmente a principal cuidadora de idosos(quando estes são dependentes) saiu da esfera privada e hoje trabalha fora. Por isso há uma tendência a institucionalização dos idosos quando dependente ou se mora sozinho, sem seus familiares. Camarano *et al.* (2011, p. 1), em recente estudo publicado pelo IPEA, asseveram sobre o assunto:

As perspectivas para o futuro próximo são de crescimento a taxas elevadas da população idosa e “muito idosa”, provocado pela entrada da coorte dos *baby boomers* na última fase de vida (*elderly boomers*) e redução contínua da mortalidade nas idades avançadas. Apesar de esse crescimento estar sendo acompanhado por uma melhora das condições de saúde e da autonomia desse grupo etário, o número de idosos com fragilidades físicas e/ou mentais tende a aumentar. Além de mais numerosa, essa nova coorte será composta por mulheres com um perfil diferenciado das atuais idosas. Serão mais escolarizadas, mais engajadas no mercado de trabalho e com menos filhos, características compatíveis com o fato de fazerem parte do grupo que participou da revolução sexual e familiar iniciada em meados da década de 1960. Em síntese, espera-se que aumente o número de idosos demandantes de cuidados e que a oferta de cuidadores familiares se reduza.

Portanto, um fator importante a se levar em conta é a situação de saúde do idoso, sua capacidade funcional e autonomia. A prevalência de doenças entre os idosos é alta. As mais comuns são as crônico-degenerativas como a diabetes, a hipertensão arterial e a artrite, as quais tornam-se mais amenas quando tratadas e controladas. Entretanto, torna-se oportuno explicitar que, envelhecer não significa apenas “[...] adquirir incapacidades, mas o envelhecimento traz alterações estruturais e funcionais, progressivas e irreversíveis que propiciam o aumento da vulnerabilidade patológica e as situações de risco advindas de mudanças sociofamiliares” (MORAES *et al.*, 2008, p. 665).

Sem dúvida, mede-se a capacidade funcional dos idosos a partir de sua capacidade de realizar Atividades Básicas da Vida Diária – ABVD, como vestir-se, tomar banho, transferir-se da cama para uma cadeira, usar o banheiro e se alimentar. Mais explicitamente, ser capaz de desempenhar Atividades Instrumentais da Vida Diária – AIVD que inclui o andar de ônibus, fazer compras, preparar o próprio alimento, administrar recursos financeiros ou tomar seu remédio, ou seja, é o cuidar de sua vida. Estudos para analisar a capacidade funcional demonstram que, com o aumento da idade, maior é a incapacidade funcional, entretanto isso dependerá também se os estilos de vida do idoso incluem hábitos saudáveis, como a atividade física e as exposições a riscos no transcorrer de sua vida (tabagismo, etilismo...), conforme demonstram as colocações de Moraes e Silva (2008, p. 22/23):

A hereditariedade, os fatores ambientais (estilo de vida) e as próprias alterações fisiológicas do envelhecimento (maior vulnerabilidade) são as variáveis que se interagem para determinar o risco de doenças, deficiências ou incapacidades na velhice. Portanto, se o indivíduo traz consigo uma carga hereditária desfavorável, o estilo de vida será o principal determinante modificável do estado de saúde durante a sua velhice.

Os mesmos autores reforçam essa ideia, ao afirmar que é extremamente importante para os idosos a manutenção da sua funcionalidade, da autonomia para tomar decisões sobre as ações e estabelecer suas regras e que a independência lhe permite a capacidade de executar algo com os seus próprios meios.

Ressaltam Moraes e Megale (2008), que o ideal é avaliar o indivíduo pela sua autonomia e independência resultantes do equilíbrio entre o envelhecimento

psíquico e o biológico. O envelhecimento é absolutamente individual, variável, cuja conquista se dá dia a dia, desde a infância. A independência e autonomia do indivíduo devem-se ao funcionamento integrado e harmonioso de quatro grandes funções: cognição, humor, mobilidade e comunicação. Sua mobilidade ou deslocamento pelo ambiente torna-se essencial para que execute plenamente as atividades de vida diária, tanto as básicas como as instrumentais.

Envelhecimento, portanto, é um processo deletério e significa perda progressiva da capacidade de adaptação ao meio. Também, devido às condições ambientais às quais o homem se expõe, isto acontecerá mais cedo ou mais tarde, trazendo maior ou menor impacto.

Quando as perdas (físicas, sociais, econômicas, cognitivas) se revelam agressivas, os idosos se tornam mais dependentes. O apoio inicialmente deve vir da sua família, pois há em todo o mundo uma tendência de políticas sociais que privilegiam a família em detrimento do Estado, para o cuidado com o Idoso, principalmente o mais vulnerável. Alguns autores defendem a ideia de que isso acontece em razão de o Estado ter uma política segregadora aos idosos, ao não oferecer ILPIs em quantidade suficiente para atender a essa demanda.

Enfatiza-se a família como o segmento mais importante no apoio ao idoso. Diversos estudos demonstram a preocupação como bem colocam Lima-Costa e Camarano (2008, p. 5) “os seus membros se ajudam na busca do bem-estar coletivo, constituindo um espaço de ‘conflito cooperativo’ onde se cruzam as diferenças entre homens e mulheres e as intergeracionais. Daí surge uma gama variada de arranjos familiares.” Um papel importante é a coresidência, tanto de filhos com pais como o contrário. Isto se deve em razão da fragilidade das relações e pelo próprio desemprego entre os mais jovens. Em estudo de Carvalho e Wong (2008,p.22) demonstraram dados da *Pan American Health Organization* (2001) na cidade de São Paulo, evidenciaram que mais da metade das pessoas idosas, com pelo menos uma incapacidade, recebe suporte de parente próximos (parceiro, filho, genro/nora) ou participantes de rede informais.

Outro dado interessante, em relação a esses novos arranjos, é que as famílias onde há idosos apresentam melhores condições econômicas comparadas às que não os têm. Demonstram maior poder aquisitivo, em razão da contribuição

financeira que os idosos possibilitam através da seguridade social (CAMARANO, 2004).

Percebe-se que atualmente há muitas mulheres separadas, sem filhos ou que nunca se casaram. Por certo dificultará o cuidado com os idosos mais adiante, já que a mulher é vista como a responsável pelo cuidado domiciliar do idoso. Um baixo *status* social durante a vida adulta é também um dos fatores relacionado à dependência, principalmente econômica, do idoso.

Veras (1999, p. 39) traz a seguinte contribuição em relação a esse assunto:

O fato de o casamento após os 60 anos não ser comum, e de os homens terem muito mais probabilidade de o efetivarem do que as mulheres, deve-se a fatores culturais: a sociedade aceita como natural um senhor idoso receber afeto e ter a companhia de uma mulher no final da vida, e, dependendo de sua situação financeira, o casamento poderá acontecer com uma mulher bem mais jovem, de 50, 40, ou menos anos. O fato inverso quase nunca ocorre, tanto para os viúvos como para os solteiros. As chances de ficar viúva aumentam com a idade, e as mulheres raramente se casam com um cônjuge mais jovem. Os viúvos se casam com maior frequência que as viúvas.

No contexto atual, quase uma década após a publicação do referido artigo, a situação já se modifica e é bem mais comum relacionamentos de mulheres mais velhas com rapazes mais jovens. Deve-se especialmente àquelas que mantêm uma aparência mais jovem, com os variados recursos estéticos disponibilizados no mercado e também pela quebra de preconceitos e tabus trazidas pela fluidez da hipermodernidade.

Compreende-se portanto, que as mudanças nos arranjos familiares e o apoio familiar constitui-se nos principais responsáveis em casos de dependência e/ou autonomia do idoso, tanto para cuidá-lo, no caso de dependência ou para incentivá-lo a se tornar um ator social, seja para participar politicamente ou apenas socialmente. Essa escolha deve partir do idoso, ou seja, se ele deseja realizar uma atividade em um caráter desinteressado é necessário respeitá-lo. Neste período, em que geralmente se distancia do trabalho, é livre para escolher entre participar de atividades políticas, em espaços democráticos em busca de outorgamento de suas lutas, ou apenas participar de atividades de lazer com um caráter desinteressado. A escolha poderá recair em um hedonismo, ou ainda, se afastar de atividades sociais voltando-se mais para as relações intergeracionais, com filhos e netos, ou

simplesmente dedicando-se ao ócio e ao descanso. Nesses casos o apoio familiar sempre será importante.

3.2.2 Afiliação grupal (social)

Existem algumas visões diferenciadas sobre o envelhecimento - uma visão carregada de mitos e preconceitos que apresenta uma percepção de que envelhecer é somente algo negativo, com doenças, dependências e vulnerabilidades físicas e econômicas, sem papéis sociais e período da vida em que apenas se vivenciam perdas (políticas públicas voltadas para os idosos como doentes, e dependentes e incapacitados para o trabalho). Todavia, conforme Camarano (2004) existe uma outra visão a respeito do envelhecimento, oposta a essa, que o julga como a “melhor idade”, para fazer coisas que não se teve oportunidade, como o lazer, o turismo ou a curtidão do próprio ócio, voltado apenas para o hedonismo (viagens, diversões, bailes). No entanto, considera-se bastante restrita a adoção dessa visão binária do envelhecimento, à medida em que fica cada vez mais explícito, com o idoso exposto à vida pública, que existem uma heterogeneidade de idosos. É possível fazer a tomada de diferentes posturas durante esse ciclo da vida. Também se pondera que esse não seja talvez o melhor ciclo da vida, mas se dimensiona não ser o pior. Existe sim, a possibilidade de vivenciar experiências e sociabilidades que em fases anteriores não se teve oportunidade. Com uma sociedade presenciando regimes políticos cada vez mais democráticos, participar desse processo pode ser uma experiência importante, especialmente para àqueles que vivenciaram regimes políticos totalitários, com muitas censuras e tabus. Portanto, a participação militante, engajando-se política e socialmente é mais uma das possibilidades que essa sociedade oportuniza aos idosos.

De acordo com Moragas (1997) torna-se bastante difícil definir o que é um envelhecimento normal ou patológico devido a variedade de experiências psicossociais e de reações individuais. Assim sendo :

[...]a velhice normal social ainda é mais difícil de definir do que a biológica ou psíquica, pois os critérios de normalidade são muito amplos. Para algumas pessoas, normalidade social na velhice implicará manter as mesmas relações sociais que existiam durante a maturidade (teoria da

atividade). Para outras pessoas será reduzir o número de relações sociais (teoria do desengajamento) (MORAGAS, 1997, p. 111).

Partindo de uma visão do senso comum, o desengajamento do idoso em grupos sociais torna-se um fato natural e uma atitude considerada normal por parte do idoso. A razão se descortina por já estar na hora dele desocupar um espaço, principalmente no setor produtivo, preenchido agora por um jovem. Foi, portanto, a partir desse olhar do senso comum que surgiram na segunda metade do século XX as teorias do desengajamento, da atividade e da modernização.

A primeira teoria, a do desengajamento segundo Doll *et al.* (2007, p. 14) “[...]questionou quase todos os pressupostos gerontológicos sobre os desejos das pessoas idosas em relação ao trabalho, ao afirmar que as pessoas idosas desejam reduzir seus contatos sociais, e que com isso se sentem mais felizes e contentes.” Já, a segunda teoria, a da Atividade, conceito em oposição à teoria do Desengajamento, surge com Robert Havighurst (1953) que propõe tarefas desenvolvimentais, com atividades diferenciadas para cada ciclo da vida, as quais possuem bases biológicas (maturação física), psicológicas (aspiração e valores) e culturais (expectativas da sociedade). Mais tarde (na década de 60) o autor cria o conceito de envelhecimento bem-sucedido (*successful aging*), implicado diretamente a essas duas teorias: a da atividade e a do desengajamento. A primeira destaca a importância da imagem social da velhice na sociedade, a satisfação dos idosos com suas atividades e o contentamento com suas vidas; a segunda, ao contrário, aponta o sucesso quando as pessoas naturalmente se afastam das atividades sociais, até mesmo por desejo pessoal, conforme explicitado por Doll *et al.* (2007).

Com certeza, a teoria da atividade traz a ênfase na ação, ou seja, à medida que a pessoa perde papéis, busca outros para substituí-los e assim se mantém ativa e realizada. Entretanto, é preciso estar ciente de que a relação entre o nível de atividade e da satisfação de vida é influenciada, também, pela capacidade de subjetivação que os idosos apresentam. Constatou-se ser outro fator que provocaria o desengajamento do idoso, o processo de destradicionalização da sociedade, fazendo com que os idosos, nas sociedades modernas apresentem um *status* mais baixo e menos poder de que nas sociedades tradicionais, conforme destaca Giddens (2005). Antigamente os idosos tomavam as decisões, hoje os processos são ao contrário, onde se considera o conhecimento e a experiência do idoso como sendo

ultrapassado pelos jovens. Esta reflexão de Giddens, faz analogia a terceira teoria, a da Modernização, fundamentando a ideia de que no mundo moderno as pessoas idosas não dispõem de grande prestígio por não demonstrarem domínio da inovação e tecnologia.

Estudo realizado por Peixoto e Clavairolle (2005), em relação aos idosos e ao uso das novas tecnologias, demonstrou que esta população não é completamente hostil às tecnologias. Mostra no entanto, que escolhem para operar os objetos técnicos de maior simplicidade e de maior utilidade para suas necessidades, estando cada vez mais familiarizadas e sem problemas em utilizá-las, inclusive se demonstra uma certa curiosidade por novos aparelhos e suas funções, e concluem que:

Enfim, consideramos que o estudo das novas tecnologias possibilita observar alguns aspectos da construção identitária, posto que esses objetos constituem, para as pessoas de mais idade, uma forma de se posicionar em relação à velhice e, principalmente, de preservar o vínculo social. Ele possibilita, igualmente, a percepção das diversas trajetórias de envelhecimento (desigualdade de recursos, de capacidade física, do estado de saúde) e das concepções diferentes da vida na aposentadoria, assim como o lugar que ocupam os novos equipamentos tecnológicos. Para uns, a aposentadoria representa uma reorientação da existência no mundo doméstico, momento de introspecção e pouco acessível às modificações da vida cotidiana; para outros, ela se traduz no investimento em novas atividades e descobertas que reforçam as relações com o mundo exterior e transformam hábitos e comportamento (PEIXOTO; CLAVAIROLLE, 2005, p. 136)

Em relação à situação do idoso na Alta Modernidade é Giddens(1996, p. 210) quem traz sua contribuição, ao colocar que:

De um ponto de vista gerativo, é importante criar condições sob as quais os talentos e habilidades dos idosos sejam usados e nas quais 'aposentadoria' não seja um tudo ou nada. A aposentadoria obrigatória em uma idade fixa parece funcionar segundo o critério produtivista, porque tira pessoas do mercado de trabalho, contribuindo, assim, para a redução do desemprego. Em um sistema de pós-escassez, a situação parece diferente. Enquanto as pessoas mais velhas podem, de maneira geral, continuar a trabalhar, as saídas e reentradas voluntárias nos mercados de trabalho provavelmente tornar-se-ão mais comuns em todas as idades. Anos sabáticos, aposentadoria gradual e 'ensaios de aposentadoria' são possíveis quando a aposentadoria no sentido tradicional efetivamente deixa de existir.

A recusa ou não em participar da vida social, por parte dos idosos, depende de perspectivas que cada um apresenta em termos de capacidade física e mental.

Além também de suas condições de vida e de sua família, apoio e conflitos familiares e intergeracionais, na esfera privada e das políticas públicas, na esfera pública. Portanto, o próprio envelhecimento é fruto de condições sociais que determinam a trajetória do indivíduo ao longo do ciclo da vida, conforme afirmam Camarano e Pasinato (2004).

Para Moragas (1997), ao desenvolver em seu livro sobre o papel social do idoso, assegura que na maioria das sociedades contemporâneas ainda não se definiu claramente um papel social normal aos idosos. Não há um consenso social em relação à atividade ou ao desengajamento, embora se entenda que a tendência atual entre os idosos seja maior em relação ao engajamento, especialmente quando esse idoso é saudável, independente e muitas vezes não se considera “velho”. O autor reconhece que atualmente os hábitos, ocupações e estilos de vida apresentam-se diferentes, pois os idosos são mais heterogêneos, com condições de saúde diferenciadas e múltiplas aspirações que o tornam cada vez mais dinâmicos.

Um dos aspectos coercivos em relação ao afastamento social é a aposentadoria compulsória prevista na legislação de vários países. Já a aposentadoria por tempo de trabalho pode fazer o idoso voltar a trabalhar, por necessidade financeira ou por escolha pessoal. Entretanto, se opta pelo retorno ao trabalho isso não garante que ele retornará, pois existem os conflitos intergeracionais com opiniões divergentes, alguns considerando que ao se aposentar o idoso se retira para ceder seu espaço a uma pessoa mais nova.

Os idosos mais disponíveis para o trabalho apresentam maior dependência do rendimento da atividade econômica: os homens, os negros, os chefes de família, os de menor renda familiar, os não-aposentados e os trabalhadores das ocupações manuais. No entanto, os trabalhadores de maior nível de escolaridade são os que encontram maior probabilidade de se manterem ocupados na idade avançada. (CAMARANO, 2004, p. 20)

Reportando a Doll *et al.*(2007) ao ponderarem mesmo que se percebe hoje um discurso das políticas públicas mais voltado para o engajamento do idoso (Teoria da Atividade), demonstrando que o idoso deve ser um sujeito de ação, autônomo, um ator social na medida de suas possibilidades; o desengajamento do idoso (Teoria do Desengajamento), principalmente dos meios de produção, surge de

forma velada quando se discute a aposentadoria, embora hoje em razão dos custos da previdência já se esteja pensando em adiar esse período.

Percebe-se que o processo de escolhas para uma afiliação social é algo pessoal e se liga a própria trajetória de vida de cada idoso. Fatores como formação, condições socioeconômicas e a própria capacidade funcional e condições de saúde do idoso e de seus familiares implicam em suas escolhas, conforme explicita Nogueira *et al.* (2009, p. 69)[...] “é importante ressaltar que cada pessoa tem um processo de envelhecimento diferente, que varia de acordo com a cultura, contexto social, político, econômico e experiências individuais ao longo de sua história de vida.”

Torna-se relevante que o idoso continue engajado, visto que para se ter um envelhecimento bem-sucedido, com os efeitos deletérios desse processo menos agressivos, é preciso ser ativo e conseqüentemente engajado, seja em processos políticos, culturais, religiosos ou apenas hedônicos.

Existem espaços detentores de abertura para este engajamento social do idoso, mesmo dependente, como as Universidades, o poder público, as empresas privadas (financiamento) elaborando projetos que incentivem a participação social do idoso. Participação esta a fim de contribuir com o seu conhecimento e experiência ou para agregar maiores conhecimentos àqueles principalmente que não tiveram oportunidades iguais de conhecimento, cultura, informação e lazer.

Além disso, o idoso de hoje encontra uma sociedade diferente daquela em que nasceu. Os antigos sistemas sociais baseados em estruturas sociais perdem forças para uma nova organização social, não mais baseada em *status* e papéis sociais dos seus indivíduos, mas em função de subjetividades, de pensamentos e ações que os transformem em atores sociais. Sua subjetividade se manifesta então, quando este tem a capacidade de criar narrativas que o emancipem (GARCES, 2010).

Assim, as bases territoriais das comunidades deslocam-se, principalmente por causa da urbanização e das grandes metrópoles, onde as relações aproximam-se mais das abstrações. Com isso, o limite da vontade e da compreensão acabam. O sujeito se depara em torno do individualismo, ou da ideologia individualista da sociedade moderno-contemporânea, com formas de individuação que o empurram

para círculos sociais²⁴, onde é possível constituir sociabilidades ou sociações como coloca Simmel. Isso o fortalece, pois quanto mais a sociedade torna-se metropolitana, mais os círculos sociais precisam ser restritos para potencializá-lo.

Na direção de uma sociedade com ideologia individualista, o processo pelo qual se vive esta realidade é feito de escolhas e tipicidades. A realidade nunca se fechará, ao contrário, terá que ser negociada, ou seja, será um campo de possibilidades como se refere o antropólogo Gilberto Velho(1994). Cabe destacar a convergência com essas ideias evidenciada por Lins de Barros (2006, p. 112):

A dimensão da percepção da individualidade é parte da configuração dos valores da modernidade. A margem de opções para que este indivíduo perceba-se como autor ou autora de sua própria biografia é dada pelas possibilidades sociais e culturais. O campo de possibilidades vai definir, assim, o quadro de ações e de representações sociais das trajetórias de vida. Como experiência circunscrita à sociedade moderno-contemporânea, a formulação dos projetos exige do indivíduo a definição de escolhas. Há, portanto, um processo seletivo entre vários caminhos a seguir dentro de um campo de possibilidades dado pela sociedade.

Neste sentido, a análise das relações sociais no contexto do idoso permite trabalhar com várias possibilidades, conforme destacado pelos autores acima. No caso do sujeito idoso suas trajetórias possibilitam a realização de seus projetos de vida. Portanto, quanto mais círculos sociais os idosos participarem mais desenvolvimento lhe possibilitará, conforme reporta Simmel (1983, p.) “o número de diferentes círculos no qual o indivíduo se move, é um dos indicadores do desenvolvimento cultural, pois permite que ele ocupe distintas posições na interseção de vários círculos”. Ainda para Simmel (2006), a sociabilidade é vista numa perspectiva de desenvolvimento de interações em redes e cita a sociação, a conversa e a ludicidade. “[...] a consciência do indivíduo ou de um grupo se elabora como um processo em direção à vontade de reconhecer-se como indivíduo ou como coletividade, isto é, de chegar ao âmago de sua identidade através da autonomia e da socialidade²⁵” (MESQUITA, 1995, p. 85). Também Moragas (1997, p. 111) reitera que “a normalidade social do idoso contemporâneo compreende um papel social

²⁴ Quanto mais os indivíduos interagirem na sociedade e tornarem abrangente seu círculo social, mais se enriquecerá em suas dimensões psíquicas e sociais, ao contrário dos que não adotarem tal postura.

²⁵ Socialidade para a autora não tem o mesmo significado de sociabilidade, é mais do que isso: é uma sociabilidade solidária, impregnada desse valor (MESQUITA, 1995, p. 89)

mais ativo do que no passado, não em termos de trabalho economicamente produtivo, mas na quantidade de atividades sociais.”

Assim sendo o envolvimento de idosos em diferentes grupos sociais permite que o mesmo amplie seu círculo de amizades, encontre novas possibilidades de sociabilidades e com isso possa usufruir de forma mais ativa e interativa (como um ator social protagonista) do prolongamento dos anos que foi uma das maiores conquistas do próprio homem nos últimos tempos.

CAPÍTULO 4 – CONTEXTOS DE SOCIABILIDADES DOS ATORES IDOSOS

“Quando quis tirar a máscara, estava pregada à cara. Quando a tirei e me vi ao espelho, já tinha envelhecido.” (Fernando Pessoa)

A questão da Terceira Idade surge como uma demanda coletiva contemporânea. Todavia o idoso, principal sujeito na questão da Terceira Idade, se depara com uma nova organização social, que se ancora em uma diversidade de subjetividades que se manifestam quando este possui capacidades de apresentar narrativas que o tornem emancipado e conseqüentemente um ator social.

Algumas destas sociabilidades, especialmente as políticas e culturais, ajudam a dar visibilidade à questão do envelhecimento, aparecendo como os principais movimentos que constituirão os novos atores sociais e que se tornam responsáveis pelas políticas públicas atuais. Por isso torna-se relevante a participação destes atores sociais na esfera pública, ao narrar subjetivamente suas necessidades, reivindicando e discutindo reflexivamente sobre os seus direitos. Também ocupando os espaços coletivos abertos para os representantes da sociedade civil, a partir de novos modelos de gestão, mais democráticos e representativos dos seus interesses.

Salienta-se que alguns movimentos, que figuram na sociedade atual, foram imprescindíveis para que ocorressem estas mudanças sociais, entre elas a de uma democracia com uma concepção *liberal ou republicana* para um modelo alternativo, a que Habermas chama de política *deliberativa*. Para Lubenow (2007, p. 22), estudioso de Habermas, “A formação da opinião e da vontade política não se restringe apenas às esferas formais do político, mas precisa ser sensível aos resultados das esferas informais do mundo da vida e das diversas organizações da sociedade civil.” Isso portanto é que permitirá novas cartografias de participação dos atores sociais.

Esta concepção definirá, então, o movimento dos atores sociais na esfera pública e na sociedade civil e a construção de novas sociabilidades. Essas sociabilidades demonstram características contemporâneas, conseqüências da reflexividade dos sujeitos que nasceram em sociedades modernas, ainda com características tradicionais. Claro se faz que estão envelhecendo em uma sociedade

com características pós-modernas, a qual substitui as instituições pelas narrativas (linguagem²⁶) e traz o fim das visões totalizadoras e universalistas e das dicotomias clássicas do modernismo. Explica-se, então, esta contemporaneidade pós-moderna como uma mudança de sensibilidade nas interações que ocorrem em uma dimensão comunitária e grupal. Isto esclarece assim, que a pós-modernidade não significa uma recusa da modernidade, mas de uma tensão constante e dinâmica entre estes processos (BEYME, 1994; GADEA CASTRO, 2007).

Outra característica importante da contemporaneidade é o pluralismo dos sujeitos que ocupam a esfera pública, com diferentes possibilidades de sociabilidades, pois há diversos comportamentos tidos como adequados. As responsabilidades pelas escolhas são deles próprios, a partir do surgimento do paradigma dos Novos Movimentos Sociais. A pós-modernidade possibilitou diversos estilos de vida e a escolha é algo pessoal e subjetivo ligando-se à situação biográfica de cada ator social e a capacidade que este tem de lidar com o conhecimento que tem a mão (SCHÜTZ, 1974) e de transformá-lo em projetos de vida (VELHO, 1994). Além disso, o sujeito que faz uso dessas possibilidades escapa de uma série de subordinações e consegue alcançar a sua autonomia, porque a emancipação de um sujeito supõe politização, narrativas, participação, conflitos, agenciamento de recursos e projetos. Em uma sociedade democrática, como a que se vive, a conquista da autonomia pode ser uma analogia à cidadania, já que essa hoje deve ser vista como uma prática social de reivindicações e narrativas em prol dos seus direitos. A cidadania também é prática, ou seja, precisa ser vivenciada para ser conquistada. Assim o sujeito idoso adquire sua subjetividade quando possui a capacidade de nominar, de narrar suas necessidades e direitos desvencilhando-se de processos de subordinação.

Além disso, as subordinações precisam ter visibilidade e para isso usam como artifício o movimento. No caso dos idosos, há novos atores sociais, construindo um novo movimento social, onde se busca constituir e se movimentar em diversas escalas, atuando em redes para reforçar como se configura um território, especialmente entre as ações políticas e culturais, conforme exposto no capítulo sobre a constituição de território. Nesta direção esse capítulo responderá

²⁶ Habermas chama a isso de Ação Comunicativa ou Teoria do Agir Comunicativo.

aos seguintes objetivos da tese: identificar as instâncias e os espaços sociais (territórios civis e institucionais) que constituem esferas públicas para reivindicação de direitos sociais, enfrentamento aos processos de exclusão e promoção da cidadania do idoso e caracterizar políticas públicas (locais, regionais e nacionais) orientadas às demandas dos idosos, em seus processos de negociação e outorgamento, de forma a configurar os atores presentes e suas perspectivas de intervenção nesses processos.

4.1 DEMOCRACIA E CIDADANIA

Democracia sempre esteve ligada aos cidadãos, pois desde a Grécia antiga relaciona-se à participação dos homens na *polis*. A complexidade da sociedade atual exige novas formas de democracia, com participação mais direta dos atores sociais.

Em uma sociedade globalizada, os fenômenos tornam-se multiculturais e se desenvolvem a partir da pluralidade dos atores sociais, e hoje de diferentes formas de articulação política e representações da esfera pública.

De acordo com Offe (1989, p. 269) “em qualquer Estado moderno os cidadãos estão estruturalmente relacionados à autoridade estatal”, sendo que isto acontece basicamente por três razões: “os cidadãos são os criadores soberanos da autoridade estatal, são potencialmente ameaçados pela força e coerção estatal organizada e são dependentes dos serviços e das provisões organizadas pelo Estado.”

Para Dussel (2007), a democracia é uma instituição política objetiva, mas que origina ao mesmo tempo a subjetividade do cidadão, por isso na ação dos sujeitos para vivenciar um processo democrático há o exercício da sua intersubjetividade. Assim, para esse autor “o espaço privado e o público são graus de intersubjetividades; o social, o civil e o político são graus de institucionalidade de ações ou sistemas do campo político (p. 59).”

Em três modelos normativos de democracia, Habermas (1995) compara o papel no processo democrático em uma concepção *liberal*, uma concepção *republicana* e em um modelo alternativo a que chama de política *deliberativa*.

Segundo o autor, a diferença decisiva encontra-se na compreensão do papel que cabe ao processo democrático.

Na concepção Liberal este processo cumpre a tarefa de programar o Estado para que se volte ao interesse da sociedade: imagina-se o Estado como um aparato da administração pública, e a sociedade é como sistema de circulação de pessoas em particular do trabalho social dessas pessoas, estruturado segundo leis de mercado. A política, sob esta perspectiva, e no sentido de formação política da vontade dos cidadãos, tem a função de congregar e impor interesses sociais em particular mediante um aparato estatal já especializado no uso administrativo do poder político para fins coletivos. (HABERMAS, 1995, p. 277/278)

A concepção liberal traz a ideia de uma autonomia privada, enquanto para a concepção republicana, é de uma autonomia pública. Como reforça Habermas (1995), nesta concepção o papel do processo democrático confere significado estratégico tanto à opinião pública de caráter político, quanto à sociedade civil, como seu sustentáculo. Além do Estado e do mercado (instância reguladora descentralizada) surge a terceira fonte de integração social: a solidariedade.

Ainda o autor explica que, se na concepção liberal a política possui uma função mediadora entre Estado e sociedade, na concepção republicana a política é constitutiva do processo de coletivização social como um todo. Também é forma de reflexão sobre um contexto de vida ético, constituindo um *medium* em que os integrantes de comunidades solidárias surgidas de forma natural se conscientizam de sua interdependência mútua. Como cidadãos, dão forma e prosseguimento às relações preexistentes de reconhecimento mútuo, transformando-as de forma voluntária e consciente em uma associação de *jurisconsortes* livres e iguais e estabelece uma vontade política horizontal (entendimento mútuo e consenso almejado por via comunicativa).

No que se refere à cidadania, em uma concepção liberal há uma verticalidade da mesma, pois tudo gira em torno do indivíduo em oposição ao Estado. Melhor dizendo, há uma concepção de liberdade negativa, enquanto que em uma concepção republicana, uma concepção horizontal, onde o Estado é o espaço público e a expressão do bem comum. A liberdade é uma capacidade de estabelecer relações.

Na concepção liberal determina-se o *status* do cidadão conforme a medida dos direitos individuais de que eles dispõem em face ao Estado e dos demais

cidadãos. Os cidadãos tornam-se portadores de direitos subjetivos (podem contar com a defesa do Estado, desde que defendam os próprios interesses nos limites impostos pelas leis) e direitos políticos (possibilidade de conferir validação a seus interesses particulares (votações, corporações parlamentares, composição de governos) transformados em vontade política que exerce influência sobre a administração). E, como membros do estado, controlam se exercem o poder estatal em favor do interesse dos cidadãos na própria sociedade (HABERMAS, 1995).

Por outro lado, o mesmo autor acrescenta que, na concepção republicana os direitos de cidadania, e de participação e comunicação política são direitos positivos, garantem a participação em uma *práxis* comum, sujeitos politicamente responsáveis de uma comunidade de pessoas livres e iguais. O processo político serve apenas ao controle da ação estatal por meio de cidadãos que ao exercerem seus direitos e as liberdades que antecedem a própria política, adquirem uma autonomia já preexistente. A força política origina-se do poder gerado comunicativamente em meio à *práxis* de autodeterminação dos cidadãos do estado. Legitima-se pelo fato de defender essa mesma *práxis* através da institucionalização da liberdade pública.

Para entender o conceito de soberania popular, em uma concepção liberal, no Estado de Direito Democrático, o autor constata que o poder nascido do povo só é exercido em eleições e votações e por meio de organismos legislativos específicos, organismos do poder executivo e da jurisdição. Em uma concepção republicana, o povo é portador de uma soberania que por princípio não se pode delegar. Não se admite que em sua qualidade de soberano, o povo se deixe representar. O poder constituinte funda-se na *práxis* autodeterminativa de seus cidadãos, não de seus representantes, ou seja, há a agência de negociação dos conflitos.

Então, Habermas(1995) continua a explicar ser comum entre os elementos que formam a política os discursos de autoentendimento mútuo em que os envolvidos procuram obter clareza quanto à maneira deles mesmos se entenderem, como integrantes de determinada Nação, membros de municipalidades ou estado, habitantes de uma região, a tradições a que dão continuidade, o modo dispensado no tratamento mútuo, assim como aos grupos marginalizados e quanto ao tipo de sociedade em que querem viver. No tocante às condições de pluralismo cultural e social, é frequente haver objetivos politicamente relevantes, interesses e

orientações de valor. Esses interesses e orientações permanecem em conflito no interior de uma mesma coletividade e precisam ser compensados. E para isso não bastam discursos éticos.

Neste sentido, a compensação de interesses realiza-se sob a forma de acordo, entre partidos, que se apoiam sobre potencialidades de poder e de sanções. Negocia-se, mas nem sempre ocorrem na forma de um discurso racional neutralizador de poder. Assim a justiça e honestidade dos acordos de negociações, feitas entre partidos, se medem através de pressupostos e procedimentos que precisam de uma justificação racional e até mesmo normativa sob o ponto de vista da justiça.

Para Gohn (2010) a noção de democracia deliberativa desloca o olhar para “os sentidos e as representações que orientam a ação social dos indivíduos e grupos sociais”(p.54). Além disso, esse conceito de democracia deliberativa redefine as fronteiras entre o político e o social, ou seja, redireciona a relação Estado-sociedade e traz a público o debate de questões como pluralidade, desigualdade, sociedade civil, esfera pública, racionalidade da ação, poder comunicativo, ... Para a política deliberativa há um centro e uma periferia no sistema democrático, mas só haverá possibilidade de um governo democrático se houver interrelação desses dois elementos. A política deliberativa possui um estreito vínculo com a opinião pública e com a vontade coletiva, expressadas nos processos reflexivos das mobilizações sociais através dos movimentos organizados, associações, fóruns sociais, orçamento participativo, conselhos gestores, ... a partir de um modelo dialógico de participação popular que promove a emancipação e a verdadeira cidadania. Habermas é o principal articulador da ideia de uma democracia deliberativa a partir da ação comunicativa que inicia no mundo da vida. Também outro autor que evidencia um debate sobre democracia deliberativa, a partir da vontade coletiva, e que espalha essa ideia para a América Latina é Boaventura de Souza Santos.

Segundo Habermas (1995), o conceito de uma política deliberativa só ganha referência empírica quando se faz jus à diversidade das formas comunicativas, na qual se constitui uma vontade comum. Sem dúvida, não se faz apenas por um auto entendimento mútuo de caráter ético, mas também pela busca do equilíbrio entre

interesses divergentes e do estabelecimento de acordos, da checagem da coerência jurídica, de uma escolha de instrumentos racional, voltada a um fim específico e por meio, enfim, de uma fundamentação moral.

A política dialógica e a instrumental, quando as respectivas formas de comunicação estão suficientemente institucionalizadas, entrecruzam-se no *médium* das deliberações. Tudo depende, portanto, das condições de comunicação e procedimentos que conferem força legitimadora à formação institucionalizada da opinião e da vontade.

A Teoria do Discurso de Habermas concebe os direitos fundamentais e princípios do Estado de direito como uma resposta conseqüente à pergunta sobre como institucionalizar as exigentes condições de comunicação do procedimento democrático. Ela institucionaliza os procedimentos que lhe digam respeito. Despede-se de todas as figuras de pensamento que sugiram atribuir a *práxis* de autodeterminação dos cidadãos a um sujeito social totalizante, ou que sugiram referir o domínio anônimo das leis a sujeitos individuais concorrentes entre si.

A Teoria do Discurso conta com a intersubjetividade mais avançada presente em processos de entendimento mútuo que se cumprem, por um lado, na forma institucionalizada de aconselhamentos em corporações parlamentares, e por outro lado, na rede de comunicação formada pela opinião pública de cunho político. Essas comunicações sem sujeito, internas e externas às corporações políticas formam arenas na qual pode ocorrer a formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de temas relevantes para o todo social e a matérias carentes de regulamentação. A formação de opinião, que se dá de maneira informal, desemboca em decisões eletivas institucionalizadas e em resoluções legislativas, pelas quais o poder criado através de via comunicativa transforma-se em poder administrativo aplicável. Aqui, a sociedade civil, como fundamento social das opiniões públicas autônomas, distingue-se tanto dos sistemas econômicos de ação quanto da administração pública (HABERMAS, 1995).

Nesse sentido, Offe distingue três arenas nas quais a administração pública se depara. A primeira são as elites políticas, as quais levam a termo suas resoluções de dentro do aparelho estatal. A segunda arena, mais abaixo, constitui-se por um grande número de anônimos e de atores coletivos, que influem uns sobre

os outros, formam coalizões, controlam o acesso aos meios de produção e comunicação e delimitam progressivamente o campo para a tematização e resolução de questões políticas. Finalmente, a terceira arena, é onde se localizam os fluxos de comunicação dificilmente palpáveis, porém determinam a forma da cultura política. Com a ajuda de definições da realidade, rivalizam a hegemonia cultural e assim realizam as reviravoltas nas tendências da época. A arena que tem primazia é a segunda. Em relação a ela, complementa Habermas(1987, p.113):

Nesta arena não se luta diretamente por dinheiro ou poder, mas por definições. Trata-se da integridade e da autonomia de estilos de vida, como, por exemplo, a defesa de subculturas tradicionalmente estabelecidas ou a transformação da gramática de formas de vida legadas. Exemplos de um oferecem os movimentos regionais e, de outro, os movimentos feministas ou ecologistas. Essas lutas aparecem quase sempre latentes, elas têm lugar nos microdomínios da comunicação cotidiana, apenas de vez em quando condensam-se em discursos públicos e em intersubjetividades de nível mais alto.

De acordo com Habermas (1995), com a Teoria do Discurso, entra em cena outra noção: procedimentos e pressupostos comunicacionais da formação democrática da opinião e da vontade. Funcionam como importantes escoadouros da racionalização discursiva das decisões de um governo e administração vinculados ao direito e à lei. Racionalização significa mais que mera legitimação, mas menos que a própria ação de constituir o poder.

A opinião pública transforma em poder comunicativo e segundo procedimentos democráticos não pode dominar, mas apenas direcionar o uso do poder administrativo para determinados canais.

O conceito de soberania popular deve-se à apropriação republicana e à revalorização da noção de soberania surgida no Início da Era Moderna. Concebe-se o Estado que monopoliza os meios de aplicação legítima da força, como um concentrador de poder, capaz de prevalecer todos os poderes do mundo.

Para Habermas (1995) o conceito de discurso na democracia, corresponde à imagem de uma sociedade descentralizada, que se diferencia e autonomiza com a opinião pública. Neste sentido explica que se interpreta a ideia de soberania popular de maneira intersubjetiva. Nesta direção, a política deliberativa, realizada ou em conformidade com os procedimentos convencionais da formação institucionalizada da opinião e da vontade, ou informalmente, nas redes de opinião pública, mantém

uma relação interna com os contextos de um universo de vida cooperativo e racionalizado.

Essa reflexão sobre política deliberativa é importante, pois se entende que consiste em uma forma de política dialógica, onde os atores têm a oportunidade de deliberar junto com a esfera pública, negociando demandas. Mister refletir, então, sobre os contextos da esfera pública e da privada para maior entendimento dos espaços onde essas ações comunicativas se manifestam e as sociabilidades acontecem.

4.2 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: INTERAÇÃO SOCIAL E MULTIPLICIDADE DE PAPÉIS

4.2.1 Esfera Pública e Sociedade Civil

Para Habermas (1995) a esfera pública se situa entre o sistema e o mundo da vida, portanto vive em um âmbito de tensão, pois o autor vê o mundo de forma dual: *sistema e mundo da vida*. Para ele o sistema colonizou o mundo da vida. O projeto da modernidade encontra-se inacabado, pois ainda se fará o processo de nacionalização. Para o autor, o sistema consiste em aquilo que é instituído, tal como mercado, partido, Estado. Subjetivamente o mundo da vida entra em tensão e passa a se comunicar um com o outro. Há predominância do cotidiano, onde se coloca a reivindicação do mundo da vida. A esfera pública foca-se como categoria central, para Habermas, pois esse é o espaço para formação democrática da vontade política, onde são mediados o sistema político administrativo e o mundo da vida (LUBENOW, 2007).

Dussel (2007) usa os termos público e privado. Para ele o público e o privado são modos de exercício da intersubjetividade, sendo essa última a trama onde se desenvolve a objetividades das ações e das instituições, mas com um *a priori* de subjetividades. Denomina então de privado, “o agir do sujeito em uma posição intersubjetiva tal que se encontre protegido da presença, do olhar, do ser agredido pelos outros membros dos múltiplos sistemas intersubjetivos dos quais forma parte. Seria uma prática externa ao campo político”(p.21) e complementa que em relação

ao privado fala-se “da família, dos que se encontram ‘para dentro’ das paredes do lar; paredes que nos separam do ‘estranho’, ‘alheio’, ‘exterior’: dos ‘elementos’, dos ‘perigosos’, que deve ter aterrorizado o ser humano nos tempos primitivos (p. 21).” Já o público, ao contrário:

É o modo que o sujeito adota como posição intersubjetiva em um ‘campo com os outros’; modo que permite a função de ‘ator’, cujos ‘papéis’ ou ações se ‘representam’ frente ao olhar de todos os outros atores; papéis definidos do relato ou narrativa fundante de um certo sistema político. ‘Entrar’ na ‘esfera pública’ é ‘sair’ de uma esfera privada.[...]Há, então, ‘limites’, ‘linhas’, soleiras, que continuamente se estão atravessando, ultrapassando, entrecruzando como cumprimento das regras ou como transgressões(DUSSEL, 2001, p. 21)

Em relação a isso, Santos (1999a, p.83) evidencia que:

O contrato social é assim a expressão de uma tensão dialética entre regulação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre o interesse particular e o bem comum. O Estado nacional, o direito e a educação cívica são os garantes do desenrolar pacífico e democrático dessa polarização num campo social que se designou por sociedade civil.

Ressalta-se que constituem espaços públicos as ruas, mas também a vida política. Quem constrói histórica e socialmente a esfera pública são os atores sociais que desta participam. De acordo com Baumann (2001) é o privado (mundo da vida) que invade o público, e o coloniza. E encerra explicitando:

Para os indivíduos, o espaço público não é muito mais que uma tela gigante em que as aflições privadas são projetadas sem cessar, sem deixarem de ser privada ou adquirirem novas qualidades coletivas no processo de ampliação: o espaço público é onde se faz a confissão dos segredos e intimidades privadas. (BAUMANN, 2001, p. 49).

Jovchelovitch (2000) fez um estudo cuja questão central questiona as representações sobre a vida pública brasileira, para entender como se pensa, pratica e distribui a cidadania no Brasil; para compreender as possibilidades de democracia no País e também para entender essa longa e dolorosa saga que se tornou a busca de uma identidade nacional. Pensou-se ainda a representação da realidade brasileira com a visão do pensamento europeu (preguiçosos, uma miscigenação de raças, e sensuais desenfreados sob o calor dos trópicos). Isso tudo resulta da origem colonial, e, portanto, pesa uma carga histórica e uma herança

cultural difícil de abandonar. “A vida pública não é uma estrutura externa influenciando a vida privada, mas um de seus elementos constituintes” (p. 43).

Para esta mesma autora, a relação entre o público e privado constitui-se em dialética, pois a noção de esfera pública “só pode ser entendida em relação ao seu contrário, isto é, a esfera privada. É portanto dentro dessa relação que algo como um espaço público toma corpo.”(p. 44). Por isso, “É na relação dialética entre o que é comum e o que é particular, entre o que é aberto e o que é subtraído, o que é distribuído e o que não é, que os dois espaços se constituem como domínios distintos.”(p. 45)

A sociedade civil é o conjunto de atores que na esfera pública afirmam-se como parte integrante desta e, conforme Sorj (2005, p. 18) “não há definição *a priori*, fora da luta política e cultural, sobre quem deve ser definido como parte da sociedade civil e quem deve ser excluído.” E prossegue ainda apontando que:

O único ator que pode ser plausivelmente excluído da definição operacional de sociedade civil é o estado, porque ele comanda os recursos e o poder legal delegado pelos cidadãos, o que lhe permite retirar-se do debate público e impor suas decisões à sociedade como um todo. Qualquer cidadão individual e grupo formal ou informal (desde a organização da igreja e clubes esportivos até sindicatos) que se engaja na esfera pública é um ator potencial da sociedade civil (SORJ, 2005, p. 18).

O que determina se um objeto vem a ser público ou privado não é o objeto em si, mas a forma como circula em sociedade e o lugar onde os atores sociais, em um contexto sócio-histórico decidem alocá-lo, como o caso da mulher e do idoso, por exemplo, considerados os novos atores sociais que fazem parte do debate público. Assim, corrobora Sorj (2005, p. 17) “o espaço público é uma instituição que evolui na história, incluindo cada vez mais novos atores (no começo, era basicamente restrito a membros da elite; levou muito tempo de lutas sociais para incluir as classes trabalhadoras e as mulheres)” e mais recentemente, os idosos. Entretanto, cabe destacar que o espaço público em si não é um ator, mas é ele que dá a possibilidade de constituição destes atores.

Por certo o espaço público precisa ser um local onde as pessoas comunicam-se e se organizam independente de interesses individuais ou recursos materiais, evitando a excessiva concentração de poder.

O modelo liberal da esfera pública, na sociedade burguesa, reside no centro de questões como a democracia, a cidadania e a participação política. Indica a existência de uma arena onde os cidadãos buscam sua participação política através do diálogo. O objetivo media a relação entre estado e sociedade, fazendo com que aquele preste contas à esta (JOVCHELOVITCH, 2000).

Entretanto, houve críticas a essa concepção habermasiana por não explorar esferas públicas, mas as liberais e burguesas. Entretanto, Jovchelovitch (2000) coloca que, em primeiro lugar, as críticas aconteceram por duas razões: uma de que a esfera pública nunca se concretizou na prática, ou seja, o princípio de livre acesso jamais se realizou e, ainda se encontra distante desse objetivo caráter ideológico e ilusório da democracia burguesa formal; em segundo lugar, a discussão de “várias esferas públicas” que fundamenta seu espaço para manifestar pluralidade e diversidade e oferece espaço para grupos excluídos e dominados exercerem a ação política em campo próprio. Na verdade institucionaliza desigualdades históricas. A ideia de multiplicidade de esferas públicas nega um espaço para questões comuns e ressalta que “manter um grupo marginalizado em uma esfera pública própria é apenas uma forma de perpetuar a sua condição marginal e mantê-los afastados de arenas de decisão” (p. 60).

Salienta ainda a autora que a esfera pública como enfoque da psicologia social deve ser vista...:

[...] enquanto espaço que existe por causa da pluralidade humana, enquanto espaço que se sustenta em função da diversidade humana, enquanto o espaço que introduz a noção de transparência e prestação de contas e encontra sua expressão no diálogo e na ação comunicativa, a esfera pública traz para o centro da análise a dialética entre o Eu e o Outro (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 60/61).

Por isso a importância de uma comunidade: “ela evidencia um ‘nós’ necessário para a constituição de cada ser humano individual, processo que dá testemunho ao fato de que vidas individuais não se formam a partir de dentro, mas a partir de fora, ou seja, em público” (JOVCHELOVITCH, 2000, p.61). Reforça ainda a necessidade da demarcação das fronteiras entre o público e o privado como esferas distintas. Ao mesmo tempo reconhece uma conexão essencial entre elas, porque sustenta a democracia e a cidadania, quando sujeitos políticos na ação e no discurso participam da esfera que é comum a todos. É fundamental a consciência de

que não há a possibilidade alguma de uma vida verdadeiramente humana sem a presença de outros seres humanos.

De acordo com Silva (2006), no início dos anos de 1980 ocorre uma ruptura no tradicional pensamento social e político brasileiro, onde os atores sociais usufruem de papel importante no processo de reconstrução, sustentação e/ou aprofundamento da democracia no país. Começa com forte predomínio dos movimentos sociais, mas o protagonismo dos atores sociais se dá na década de 1990, sob o nome de “sociedade civil”, conforme citação abaixo:

[...] autores como Sérgio Costa (1994,1997) e Leonardo Avritzer (1994,1996) vão destacar o papel dos atores da sociedade civil – especialmente os movimentos sociais e as outras formas organizativas que deveriam canalizar para a esfera pública os “problemas societários” que nascem e emergem do mundo da vida – na construção de novas relações com o sistema político-institucional, os quais possibilitariam uma real democratização, na medida em que garantissem que o ‘fluxo de poder’ fosse direcionado da sociedade civil para o estado e não o inverso, como seria a tradição política autoritária brasileira (SILVA, 2006, p.158).

Na década de 1980, vê-se a sociedade civil a partir da sociologia da decadência e se discute a partir de uma perspectiva de dissolução social. Os movimentos sociais se institucionalizam sem perder sua autonomia. Todavia, na década de 1990 volta a Sociologia e faz entender como a prática política dos atores sociais se torna democrática (é a nova sociedade civil). A distinção dos atores sociais não acontece mais em um campo unívoco, mas plural. A dimensão de classe não é mais o principal conflito, pois os antagonismos não se apresentam mais apenas nas relação capital *versus* trabalho, mas agora surgem outras questões sociais que se entrecruzam, por isso se ratifica ser os movimentos plurais e multiculturais.

Para Lavallo (2003), no Brasil o debate sobre a sociedade civil inicia nos anos de 1970, mas “toma corpo” na década de 1990. Se no início o teor dos discursos focalizava-se nos atores sociais, a ação e a razão, confrontados com os domínios do poder, hoje o discurso centra-se no “potencial de sinergia entre Estado - sociedade, a relevância dos novos espaços de participação, o papel da sociedade civil no desenho das políticas públicas, a emergência de novas institucionalidades e multiplicidade de formas de representatividade” (p. 92/93). Ou seja, discutem-se os espaços e os lugares de distinção entre o Estado e a sociedade civil e o papel de

determinados atores sociais em ambientes institucionais específicos Há uma redescoberta da sociedade civil no cenário da América Latina. Esse debate surgiu em função da história de exploração legada pelo colonialismo do qual a América Latina foi vítima. Outro fator preponderante para o acirramento deste debate surgiu em face da modernização regional, que gerou processos de industrialização e urbanização nestes espaços. Gerou resultados sócio-econômicos abaixo das expectativas e como consequências sérios problemas sociais, como pobreza, marginalização e precariedade. Então, foram os efeitos perversos da modernização que emergiram este debate.

Se no início se analisavam os movimentos sociais, a partir da teoria da mobilização de recursos e as teorias do marxismo estruturalista e dos movimentos sociais, hoje o pensamento sociológico centra-se na questão da “nova cidadania”, necessária em uma “nova sociedade civil”. Afinal é preciso considerar as mudanças na sociabilidade, na cultura política, na definição de direitos, na constituição de atores sociais e, portanto, no deslocamento do foco conceitual da relação entre o Estado e o indivíduo para a incorporação da sociedade civil como protagonista inovadora dessa ampliação de fronteiras (LAVALLE, 2003).

Dessa forma se protagoniza então, uma nova sociedade civil, cujas características se resumem: natureza coletiva ou horizontal, associações autônomas, associativismo civil, ancoragem no mundo da vida, demandas e propósitos concebidos em termos de interesse geral, adesão e separação livre e espontânea de seus membros, ou seja, associativismo voluntário, independente de caráter formal, processos de comunicação que passam a ter importância fundamental na formação da vontade coletiva e nas estratégias para chamar a atenção pública e por fim, papel de mediação entre a sociedade civil e os poderes econômico e político. Com estas características, os movimentos que representavam a sociedade civil anteriormente (anos de 1980) passam a ser menos importantes que os referentes aos eclesiásticos e aos sindicatos. Portanto, o que se vê atualmente nos países do Oriente Médio, tradicionalmente conhecido como regimes autoritários e totalitários, é na verdade a luta da sociedade civil pela busca de participação e construção através da participação livre e cidadã na construção de políticas democráticas deliberativas em prol de um projeto contemporâneo de

sociedade civil. Assim se descortinam estes novos movimentos vistos como plurais e autônomos em relação ao Estado.

Outro espaço que adquiriu importância neste debate e emergiu na década de 1990, foram as ONGs, em função de uma lógica a partir do olhar da sociedade civil, de uma perspectiva pluralista(pluralidade dos atores). Portanto, a sociedade civil passou a ganhar forma a partir do associativismo cívico, capaz de pensar uma sociologia civilizacional, e o terceiro setor capaz de configurar modelos de sociedade civil onde antes não existia.

Hoje é perceptível a mudança de registro do debate sobre a sociedade civil, preocupado com a participação e o exercício da cidadania, com as dinâmicas e alcance dos conselhos e outros espaços publicamente institucionalizados, com o advento de representatividades emergentes. Agora, então as análises sociológicas das ações sociais se voltam para as dinâmicas dos espaços e ambientes institucionais (conselhos, orçamento participativo). É a sinergia, complementaridade e conflituosidade pela lógica política do governo da ocasião e não pelas características estruturais do Estado. Pode-se dizer que é a tentativa de “interação entre o mundo das instituições da política e das políticas e o mundo da ação social” (LAVALLE, 2003, p. 109). Consiste então a sociedade civil em um campo privilegiado onde diferentes atores sociais negociam e apresentam diferentes interpretações da realidade social, confrontando suas ideias com as das instituições políticas tradicionais, conforme Sorj (2005). São portanto, também nestes espaços de negociação que as sociabilidades dos atores idosos vão se construindo na medida de suas possibilidades. Moragás (1997, p. 105) contribui com essa discussão ao colocar o idoso como ator social neste espaço:

A idade constitui uma variável dinâmica cujo significado modifica-se com maior rapidez do que outras variáveis inatas como sexo, raça, classe social, tradicionalmente geradoras de status fixos. A democratização progressiva das sociedades desenvolvidas, a luta pela igualdade de oportunidades e os direitos civis deram ensejo a que o fato de ser velho, mulher, ou negro não implique irremediavelmente status fixos e definidos secularmente. Atualmente, existem maiores oportunidade do que no passado para mulheres, minorias étnicas e velhos, embora ainda existam barreiras que fomentam a discriminação tradicional. A variável idade é revisada, atualmente, devido ao maior número de idosos. A medida que se descobrem novos fatos sobre o envelhecimento e sobre suas potencialidades, elabora-se um novo status social, cuja característica principal é seu dinamismo. Novas concepções atuais sobre a idade e sobre seu papel na sociedade serão, portanto, muito diferentes no futuro.

Assim, com a participação da sociedade civil em processos democráticos deliberativos, onde a ação comunicativa é imprescindível, mesmo que em forma de pressão propositiva, gera uma negociação, um ativismo organizado. Segue espaços institucionalizados, porém abertos e democráticos como os conselhos, conferências e fóruns. E será a participação nesses espaços democráticos que autorizará a construção de saberes entre os atores sociais que lhes possibilitarão conquistar a cidadania e a emancipação individual e coletiva.

4.3 PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES DOS ATORES IDOSOS NA ESFERA PÚBLICA E SOCIEDADE CIVIL

Lins de Barros (2006, p. 122) adverte que “os procedimentos de socialização e o aprendizado de conduta nos espaços público e privado são ao mesmo tempo as condições para a modernidade e seus próprios efeitos.” Portanto, este movimento que surge na esfera pública como Terceira Idade por muito tempo se gerou na esfera privada e familiar, seja como questão individual ou de associações solidárias. Inclusive, segundo Debert (1999) esta é uma tentativa de homogeneização das representações da velhice e com isso surge uma nova categoria cultural: os idosos. Este debate sobre o envelhecimento se acirra tanto na esfera pública tornando-se uma nova questão social que exige inclusive um saber específico, com profissionais e especialistas exclusivos e que passam a chamar esta nova área de Gerontologia²⁷. Porém, este primeiro movimento que surge publicamente vem ancorado por pessoas que representam o envelhecimento, mas não os próprios atores sociais. Estes se ocupam em estudar o envelhecimento e descobrem uma heterogeneidade de experiências e sociabilidades como campos sociais, que possibilitarão a estes atores construir suas identidades.

²⁷ A gerontologia é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões, e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos provenientes de diferentes disciplinas, em torno do seu objeto de estudo. É interdisciplinar em função da complexidade do fenômeno da velhice que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática. Assim, podemos dizer que a gerontologia é uma disciplina transversal, porque ela não pode ser explicada sob a ótica de um ramo específico da ciência. (PAVARINI *et al.*, 2005, p.400).

Já Peres (2007, p. 145) traz uma reflexão interessante em relação a não ocupação dos espaços pelos idosos como protagonistas:

Nesta perspectiva, o 'movimento social do idoso' – sem a presença do idoso na linha de frente –, bem como as políticas públicas dele resultantes, podem ser entendidos como estratégias para controlar um grupo social que cresce rapidamente em virtude do envelhecimento populacional e que, por isso, passa a ser interessante do ponto de vista político-eleitoral e mercadológico.

Oficialmente o movimento em prol do idoso inicia no Brasil representado por organizações como o Serviço Social do Comércio (SESC), a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP), as quais tiveram papel importante para a transformação da velhice em questão social. Embora alguns autores como Moreira(1998), Santos(1998) e Peres(2007) tragam em suas pesquisas, críticas no sentido de que não houve participação dos idosos na construção inicial deste movimento e por isso colocam em dúvida as políticas públicas voltadas aos idosos ao explicitarem que estas “não atendem necessidades básicas como a elevação da renda da aposentadoria, um direito social do trabalhador, causando o fenômeno do trabalho no pós-aposentadoria” (PERES, 2007, p.146) e, assim segundo este autor, o idoso que poderia se dedicar à reflexão e à participação política precisa se ocupar com o seu sustento.

A explicação para esse fato que acontece então com o movimento dos idosos encontra-se em Bobbio (1994 *apud* ANTUNES, 2006; MELLO, 2003), ao definir o termo *cooptação*²⁸, no sentido de explicar o acolhimento deste movimento por parte de um grupo dirigente, propondo as ideias e orientações para o mesmo.

Antes de dar continuidade as explicações da mobilização dos idosos, cabe aqui uma explicação sobre os movimentos sociais e os novos arranjos contemporâneos dessas organizações a partir dos principais autores que se dedicam ao estudo. Uma das autoras brasileiras com maior produção sobre o tema dos movimentos sociais - Maria da Glória Gohn, com várias publicações na área – destaca que dentre os principais autores que desenvolveram interpretação sobre movimentos sociais e ação coletiva estão Offe, Mellucci, Laclau e Moffe, além da

²⁸Bobbio (1994, p. 286) define *cooptação* como um termo usado para: “designar o acolhimento, por parte de um grupo dirigente, de ideias, orientações e programas políticos propostos por grupos da oposição, com o fim de eliminar ou reduzir as consequências dos ataques vindos de fora”

contribuição de Touraine para o entendimento do ator social contemporâneo e Habermas, que ancora a mudança da ação coletiva na forma de narrativas (ação comunicativa) enfatizando como aspectos principais a “cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 1997, p. 122).

Para Gohn (1995) os movimentos sociais populares nos anos de 1970/1980 se alteraram. Alguns entraram em crise de militância, credibilidade ou legitimidade junto à população. Surgiram novos movimentos sociais mais centrados em questões éticas, de revalorização da vida humana e de valorização cultural e menciona que se estruturam “movimentos nacionais a partir de questões sociais dadas pela problemática geracional, como o Movimento dos Meninos de Rua ou o Movimento dos Aposentados” (p.35).

Com efeito, Melucci (1989) aponta que as teorias que estudavam os movimentos sociais nos anos de 1970 centravam-se apenas nos aspectos do conflito sem considerar a ação coletiva concreta e os atores. Assim, as teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais se diferem das anteriores justamente porque se debruçam a entender a ação coletiva e os atores sociais. O autor vê o movimento social como ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Os atores sociais contemporâneos lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social e não meramente por bens materiais. Afirma ser difícil definir o que é um movimento social pela quantidade que se apresenta hoje na esfera pública. Para entender os movimentos sociais atuais, Melucci (1989) usa a análise da ação coletiva a partir de três dimensões básicas: conflito, solidariedade, rompimento dos limites de um sistema. Assim, no seu entendimento a primeira dimensão, o conflito “é uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor”; a segunda dimensão, a solidariedade “é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva”, ou seja, “capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social”; e, a terceira dimensão, os limites de um sistema “indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. Um rompimento destes limites empurra um sistema para além do espectro aceitável de variações” (p. 186).

Os movimentos sociais mudaram sua forma se tornando diferente das organizações políticas tradicionais. Adquirem autonomia crescente em relação aos sistemas políticos, permitem associação múltipla, sendo a militância apenas parcial e de curta duração, com um envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva é uma condição requerida para a participação. Sua função principal centra-se em não institucionalizar os movimentos mas fazer a sociedade ouvir suas reivindicações traduzindo em políticas públicas (MELUCCI, 1989).

De fato, os movimentos sociais voltam a ter centralidade e visibilidade mas diferem em suas causas, demandas, tempo de existência, projetos, visão de mundo e articulação interna e externa. Deslocam sua identidade e incorporam outras dimensões de pensamento e ação social, alterando portanto seus projetos e política cultural (GOHN, 2010).

Melucci (1994) considera que nos movimentos sociais há uma mudança de preocupação relativa a sua estruturação. Com base em Simmel para explicar a diferença entre forma e conteúdo, pondera que

[...] os movimentos dos anos 70 e 80 foram a última transição de movimentos como atores para movimentos enquanto forma (entende-se forma como sinônimo de *modus operandi*, uma cultura, um jeito de ser). Isto significa, que nos anos 90, importa menos a presença de movimentos sociais enquanto organização, e importam mais as novas instituições, os novos quadros de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública; em suma, importa mais a nova cultura política gerada.

Os deslocamentos que ocorreram nos movimentos sociais tem a ver com a crise da modernidade e a tensão entre um pensamento moderno e outro pós-moderno, com a valorização de novas sensibilidades, como o presentismo, a estética, a arte e a cultura por exemplo, e não mais uma centralidade na questão marxista das classes sociais. Assim a ação (*práxis*) da pós-modernidade torna-se uma desconstrução daquilo já dado, mostrando os interesses do poder através das narrativas dos que foram socialmente excluídos, e assim abrem lugar aos novos movimentos e aos novos atores sociais (LACLAU; MOUFFE, 1987; ARANOWITZ, 1992).

Ainda Scherer-Warren (2005) traz uma contribuição ao que acontece com o movimento dos idosos, explicitando que na verdade há uma rede de atores sociais envolvidos na questão da velhice e que formam uma rede de movimentos sociais,

onde nem sempre o protagonista será um sujeito idoso, mas alguém que representa seus interesses ou o interesse das instituições que se responsabilizam pela sua atenção e cuidados.

Em uma nova concepção de sociedade civil, o conflito social passa a ser reconhecido e tratado democraticamente na esfera pública. Gohn (1995, p.35) explicita melhor esta ideia ao referendar que:

O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido ou ignorado e passa a ser reconhecido, posto e repostado continuamente em pauta nas agendas de negociações. Uma nova linguagem é criada a partir dessas novas regras de contratualidade social permitindo a reconstituição do tecido social danificado pelos mecanismos da exclusão e pelas regras antidemocráticas de tratamento da questão social, antes alicerçadas exclusivamente na cultura política tradicional-clientelística, do favor e da submissão. Resgatam-se regras de civilidade e de reciprocidade ao se reconhecer como detentores de direitos legítimos os novos interlocutores: grupos de favelados, de mulheres discriminadas, de crianças maltratadas, de ecologistas militares, ou dos sem terra e/ou sem teto, entre outros. Em síntese, assiste-se, na sociedade brasileira, a recriação da esfera pública – a que leva alguns analistas a falarem em reinvenção da República.

O que a autora acima expõe foi referendado por Pastorini (2007) em relação ao tratamento antidemocrático dos conflitos gerados pelas questões sociais, quando as tratam pelo pensamento hegemônico capitalista, pela teoria da integração social e que veem as políticas sociais como concessão do Estado e não como uma conquista da sociedade civil, através da luta e negociação até o seu outorgamento.

O trato da questão social pelos setores hegemônicos é geralmente orientado pela teoria da integração social; desta forma acabam-se naturalizando as desigualdades sociais, e as políticas sociais perdem o seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a ideologia do favor, caracterizada por formas paternalistas e clientelísticas de relação que se combinam com um tipo de atendimento, por parte do Estado, orientado pela benevolência e a filantropia. Segundo esta lógica, na busca de ocultar o protagonismo das classes trabalhadoras no cenário de lutas políticas, a prestação de bens e serviços não é definida como direito de cidadania, e sim como uma dádiva ou uma concessão do Estado, do capital ou dos partidos políticos etc., reiterando as desigualdades, a exclusão e a subalternidade. Assim, os usuários, portadores de direitos, são reduzidos a beneficiários, assistidos, requerentes etc., que receberão os serviços e benefícios sob a forma de políticas sociais e/ou programas compensatórios, paliativos e/ou auxílios temporários, emergenciais e focalizados (PASTORINI, 2007, p. 93).

Explicita-se nesta citação, na verdade, a cultura política clientelística, do favor e da concessão paternalista e assistencialista do Estado. É preciso ter a

capacidade de indignar-se com esta cultura política, que naturaliza as desigualdades e conflitos sociais; e apoiar a ideia da construção de uma nova cultura política que teve como responsáveis os movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda e os sindicatos, abrindo espaços para a participação da sociedade civil nas decisões políticas e sociais. Também, a citação vincula-se à visão da década de 1970-1980, em relação aos idosos, como usuários vulneráveis que precisavam ser assistidos por benefícios paliativos e assistencialistas, reforçando sua condição de incapacidade e portanto, exclusão social através de suas subordinações como a própria dependência funcional, a vulnerabilidade, a pobreza, a miséria, a solidão, a doença e até a morte.

A partir de 1980, o Brasil vivencia um momento político diferenciado, marcado por ações de categorias sociais que buscam conquistar os seus direitos sociais e derrubar discriminações e preconceitos étnicos, raciais, de gênero, classe social, gerações e especialmente a mudança de uma cultura política arraigada pelo clientelismo, coronelismo, favorecimentos ...Infelizmente a história do país de forma errônea atribui conquistas da cidadania brasileira a heróis da elite brasileira (príncipes, monarcas, militares, tiranos, políticos, fazendeiros...), e na verdade foram conquistas das lutas empreendidas pela sociedade civil (GOHN, 2003). A autora nos traz como reflexão é que a conquista da cidadania e democracia brasileira deve muito aos movimentos, organizações, associações e lutas sociais empreendidas pela participação sociopolítica da sociedade civil brasileira. A questão é que os livros de história não descrevem esses movimentos como lutas sociais responsáveis pela conquista da cidadania, mas sim como registros de ações selvagens, simples revoltas, desvios da ordem vigente ou desobediência a leis e insubordinações das massas aos poderes constituídos da época.

Com a crescente mobilização social, as minorias excluídas surgem nos cenários sociais. Dentre estes se juntam os movimentos geracionais, ainda que atrelados ao movimento dos aposentados e pensionistas, que terão seu ápice a partir dos anos de 1990. A participação do idoso em movimentos sociais trouxe a possibilidade de seu reconhecimento, demonstrando que é um ator social e como tal luta por seus direitos. Isto gerou, conforme coloca Gadea Castro (2008, p. 501)

“uma nova coletividade e laços de solidariedade que, conseqüentemente, são mobilizados para a ação”.

Cabe destacar que de acordo com Honneth (2003) os objetivos dos movimentos sociais vão muito além das injustiças sociais e os direitos de um grupo. Nos movimentos sociais acha-se implícita a questão do não reconhecimento. A linguagem moral experienciada pelas minorias do desrespeito, da privação de direitos causam indignação e isso leva a luta pelo reconhecimento. Em sua exposição apresenta três dimensões do reconhecimento: o amor, o direito e a estima social. O amor é uma dimensão mais estrita, mais individual e emotiva. Por si só não possui condições de dar origem a lutas sociais, mas junto com outras terá condições de originar o conflito social; o direito relaciona-se à esfera jurídica da moral e a estima social é mais generalizante, leva o indivíduo a se reconhecer e a se direcionar ao coletivo. Todavia para se tornar luta coletiva há a necessidade de construção de uma ponte semântica²⁹ e, é esta que possibilitará a ação coletiva, e em função disso o reconhecimento. Entre os idosos a construção dessa gramática moral, em que se evidencia a estima social e o conseqüentemente reconhecimento como um sujeito de direitos permitirá que este ocupe seu espaço na esfera pública, como cidadão de fato e de direito e não como uma “minoría improdutiva” que precisa apenas de assistência.

Assim, entende-se que a construção de um problema social envolve a sua visibilidade através do reconhecimento público e supõe a ação dos grupos interessados em produzir novas categorias sociais, promovendo-as como questão social (DEBERT; OLIVEIRA, 2007).

Portanto, em relação ao Movimento dos Aposentados e Pensionistas, cabe ressaltar que foi um dos primeiros movimentos onde os atores interessados foram protagonistas, embora alguns autores discordem. De fato, a aposentadoria como forma de proteção social somente foi um direito apresentado ao idoso de todo o mundo a partir do século XX, por volta dos anos de 1920. No Brasil, a exemplo do que ocorreu na Europa e nos EUA, surgiu como uma luta pela proteção do velho operário, o que deu origem a criação das Caixas e Institutos e da legislação

²⁹ Ponte semântica é interpretada como um elo semântico coletivo “[...]que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também um círculo de muitos outros sujeitos”(HONNETH, 2003, p. 258)

previdenciária. Esse movimento tem continuidade nos anos de 1930 a 1964, mas atrelado a categorias profissionais organizadas como os bancários, ferroviários e marítimos e seus sindicatos cujos líderes mantinham influência junto aos IAPs(Instituto de Aposentadoria e Pensões). A aposentadoria era uma moeda política importante para os partidos e, portanto fonte de poder para a gestão dos sindicatos. Esse poder perdeu-se em 1966 quando o regime militar promoveu a unificação da Previdência e em 1974 instituiu o Ministério da Previdência e Assistência Social. Assim, uma das primeiras formas de movimento social da Terceira Idade no Brasil foi a criação da União dos Aposentados e Pensionistas, movimento este que se solidificou no fim dos anos 1970. A partir de então os sindicatos voltaram-se mais para os trabalhadores da ativa deixando os aposentados de lado. Essa, por certo foi a raiz das reclamações dos aposentados contra sindicatos e por isso organizaram as suas associações de aposentados e pensionistas regionais, que mais tarde se transformou em Confederação Nacional (COBAP- Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) culminando em 1991 com a organização do seu movimento de “mobilização pelos 147%” de forma independente dos sindicatos (SIMÕES, 1998).

Segundo Coutrim (2002, p.35) o objetivo deste movimento não se limitava somente a reivindicar correções e aumentos financeiros para os aposentados e pensionistas, mas “conscientizar politicamente esta parcela da população na luta pelo fim da segregação geracional e contra o descaso das autoridades diante dos baixos proventos pagos à categoria”. Transformado em Associação dos Aposentados e Pensionistas, ao final dos anos de 1980 estes formaram o segundo maior *lobby* da Constituinte no Congresso Nacional, depois do grupo dos ruralistas. Com efeito o que deu visibilidade a este movimento foi a luta pelos 147%.

Entende-se então, que o movimento trouxe ao espaço público as narrativas das necessidades e desejos daqueles que por muito tempo estavam “escondidos” na esfera privada e que nesta oportunidade expandem as suas demandas, como atores sociais participando da luta pelos seus direitos. De acordo com Simões(1998) na mobilização pelos 147% alguns acontecimentos e figuras se tornaram emblemáticas, como o caso da morte de um aposentado na fila de banco no Rio de Janeiro , em 1992 (o aposentado Waldomiro Bonifácio de Oliveira), o pai do então

Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antônio Magri, com 85 anos, viúvo, que vivia em um balneário popular em um apartamento da Colônia de férias do Sindicato dos Eletricitários, ganhando Cr\$ 100 mil por mês e declara em entrevista que o filho não lhe dava nenhuma atenção. Além de outro aposentado (Quintino Cechinel), que em um ato de protesto dos aposentados em Florianópolis, em 28 de janeiro de 1992 foi agredido a coronhadas por um policial militar.

Então, independente de quem inicia os caminhos para o florescimento da cidadania do idoso, cabe ressaltar a abertura de um espaço público para a questão do envelhecimento. “A forma do espaço público e de seus atores depende das próprias atividades dos atores, de sua capacidade de criar novas formas de expressão, associação e instituições” (SORJ, 2005, p. 17), entretanto o principal desafio é

[...] reconhecer a realidade do poder na esfera pública e prover novas formas de participação dos cidadãos que possam evitar que qualquer ator, seja corporação, organização estatal, grupo religioso ou ONG, tenha excessiva concentração de poder que lhe dê condições de impor um determinado ponto de vista à sociedade. (SORJ, 2005, p. 17)

Corroborando com essa ideia, Lenoir (1996) ao explicitar que a idade não é um dado natural, mas um problema social e é produção das populações e instituições interessadas no assunto. Assim, como as pessoas idosas estigmatizadas como incapazes de uma ação coletiva, estas foram representadas por *experts* e cientistas especialistas no assunto, os gerontólogos. Na verdade, juntamente com outros profissionais responsabilizaram-se pela construção da categoria Terceira Idade, sendo os primeiros militantes na área e também os abalizados por gerirem esta categoria social. Ainda expressa Lenoir (1996) ao relatar que são eles que estão na origem das associações, publicações e manifestações onde apresentam as reivindicações específicas e assinalam a existência social e política desse grupo.

Assim, primeiramente, no Brasil, tratou-se a velhice como questão privada e para se constituir como uma questão social houve um processo histórico de construção. Inicialmente, como se viu anteriormente protagonizada por atores sociais não idosos que representavam organizações técnico-científicas como a SBGG e a ANG, por exemplo. Posteriormente, com o surgimento das mobilizações sociais das minorias, os idosos se inseriram, inicialmente por razões apenas

financeiras, através do movimento dos aposentados e pensionistas. Foi justamente essa inserção que abriu espaço público para o aparecimento da Terceira Idade como questão pública com diversas outras demandas sociais a solicitar na esfera pública como direito e não apenas como assistência.

4.3.1 Trajetória histórica das sociabilidades

Na sociedade contemporânea assiste-se a uma série de mudanças nos modos de organização da vida social. A globalização ofertou uma hiperdiversidade de sociabilidades ao alcance de diferentes gerações. As sociabilidades atuais apresentam características contemporâneas, mais flexíveis, líquidas, conforme Baumann (2001) e multiculturais, diferentemente das tradicionais, tornam-se mais ampliadas. Hoje se vê inúmeras possibilidades de manifestação de interações, ou seja, de sociabilidades quer no âmbito público (através de instituições como Conselhos, Audiências Públicas, Fóruns...), como no privado (família, vizinhos, redes sociais...). Esta nova possibilidade de manifestação na esfera pública produziu os diferentes movimentos sociais e o conseqüente aparecimento de novos atores sociais, como é o caso do movimento dos idosos que influenciou suas sociabilidades e interações atuais.

Historicamente marcou os idosos os comportamentos conservadores, com apego à família e a casa, com tendência ao isolamento e a solidão. Os idosos detinham pouco reconhecimento e não vislumbravam a possibilidade de buscar seus direitos, contentando-se com uma parca política social (assistencialista). Como os idosos não possuíam condições de se sustentarem quando paravam de trabalhar eram amparados pela família ou acabavam em asilos. A falta de proteção social caracterizava-os como sujeitos marginais aos processos sociais, sem direitos e possibilidades de desenvolverem diferentes formas de sociabilidades. Além disso, pela sua crescente inatividade muitos produziam dependências físicas e mentais que os afastavam da esfera pública.

Hoje, com as mudanças e dinâmica da sociedade contemporânea e a ampliação da aposentadoria, os idosos, em sua maioria, são sujeitos independentes em termos financeiros. Isto lhes autoriza a fazer escolhas de

convivência, de lazer, de atitudes, comportamentos, participação social e obviamente de sociabilidades. Os idosos precisam hoje assimilar os novos valores sociais e culturais procurando se integrar aos processos sociais vigentes. Todavia, como a sociedade contemporânea privilegia quase que exclusivamente os valores juvenis de força, estética e inovação, os idosos precisam lutar para inserir seus próprios valores na sociedade, através de leis e movimentos coletivos, conforme referendado em Moragas(1997). Já Pereira (2007, p. 250) traz uma reflexão sobre a movimentação para uma “sociedade sem idade”:

Hoje, apesar de inseridos em sociedades que majoritariamente valorizam a juventude e não serem mais considerados sábios, como *acontecia nas culturas pré-modernas e, atualmente, nas sociedades não ocidentais, como a Índia e a China* (Giddens, 2001, p.165), os idosos estão se tornando uma força política. Constituem parte significativa dos eleitorados e muitos têm disposição para buscar autonomia, liberdade de movimentos e de participação. Grupos ativistas já começaram a combater a discriminação etária nos mesmos moldes em que são combatidos o racismo e a discriminação sexual. E propostas de criação de uma ‘sociedade sem idade’, isto é, livre de classificações ou tipologias por faixa etária, que enquadram jovens, adultos e idosos em molduras fixas e estereotipadas, já circulam há algum tempo. O ideal – defendem os adeptos dessas propostas – é que as pessoas sejam classificadas de acordo com suas características, iniciativas e identidades (PEREIRA, 2007, p. 250).

A perspectiva de participação dos idosos na sociedade civil, como ator social somente foi possível pelas mudanças contemporâneas que afetam o cotidiano mundial, motivado por uma trajetória histórica de reivindicações. Hoje embasam o outorgamento das políticas públicas, pois são estas que fizeram e fazem os idosos ascenderem a diversas sociabilidades, entre estas as políticas, as culturais e as religiosas.

Dentre estas sociabilidades que marcaram a trajetória histórica dos movimentos e lutas sociais da Terceira Idade cabe destacar a organização da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), em 1961. Reunia inicialmente médicos da cidade do Rio de Janeiro e que em 1968 se descentralizou para o restante do país; o desenvolvimento de atividades para os idosos oferecidos pelo SESC de São Paulo, a partir de 1963; a implantação do Programa de Assistência ao Idoso (PAI) pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), na época chamado de Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que contava com grupos de convivência para idosos previdenciários. Este programa passa a ser

coordenado, em 1977, pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo que na década de 1980 este programa passa a se chamar PAPI, estimulando a convivência intergeracional já que o novo programa passa a congregar centros de convivência com creches (CAMARANO;PASINATO, 2004, p. 264) .

A partir do final da década de 1970 surgem as primeiras associações voltadas ao segmento idoso, sendo que a primeira delas foi a Associação Cearense Pró-Idoso (ACEPI); na década de 1980, as orientações e intervenções tomam o rumo do autocuidado no sentido da busca dos direitos e de um envelhecimento saudável. Assim surgem programas como o da Empresa Brasileira de Turismo(EMBRATUR), que auxilia os idosos com custos de viagens e o programa da Fundação Roquete Pinto, chamada Realidade, instruindo os idosos sobre aspectos legais, culturais, de saúde e lazer, conforme explicitam Lemos *et al.*(2011).

Já Moragas(1997) explicita que grupos de pressão formados por idosos surgem em diferentes países a partir da década de 1970, entre esses destaca-se o das Panteras Grises de Maggie Khun, fundado na Filadélfia (EUA) e em outros países como a Alemanha. Adotaram esse nome em homenagem ao grupo radical Panteras Negras, que nos anos de 1960 lutavam violentamente contra a discriminação racial, especialmente em relação à dominação dos brancos sobre os negros. E complementa que os objetivos desse movimento “consiste em libertar os cidadãos idosos das discriminações existentes, e o fazem como grupo de pressão em que se incorporam não somente os interessados, os idosos, mas também qualquer outra pessoa, em especial os jovens.” (MORAGAS, 1997, p.198).

Embora em todos os países existam grupos de pressão, a militância entre os idosos ainda é pequena. No Brasil, a partir de 1980 acontecem seminários regionais (São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza) e um Nacional, intitulado “Estratégias de Política Social para o idoso no Brasil”, coordenados por Marcelo Antônio Salgado, visando identificar as condições de vida do idoso brasileiro e do apoio assistencial que seria necessário aos mesmos. O resultado destes seminários demonstrou o isolamento social, a marginalização, o preconceito e a pobreza do idoso no Brasil. A partir destes seminários elaborou-se um documento oficial intitulado “Diretrizes para uma política social para a terceira idade” divulgado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Os primeiros movimentos mundiais em relação ao reconhecimento da necessidade do homem desfrutar de um envelhecimento digno ocorreu em 1948 na Assembléia Geral da ONU, onde se aprovou a Declaração dos Direitos Humanos. Destaca-se no Brasil, maior sensibilidade para os problemas da velhice como política pública que se influenciou pelo cenário internacional, quando da criação da 1ª Assembléia Mundial do Envelhecimento (AME), em Viena na Áustria. Acontecimento este no ano de 1982, onde se estabeleceu o I Plano Internacional sobre Envelhecimento, com prioridades como saúde e nutrição, habitação, família, segurança e emprego, bem-estar, proteção aos consumidores idosos e educação. A principal crítica a esse evento deve-se ao fato de que fixou as prioridades a partir da visão de envelhecimento apenas em países desenvolvidos (CAMARANO; PASINATO, 2004). Em razão disso, o Brasil cria em 27 de janeiro de 1982 (Decreto 86.880) a Comissão Nacional sobre a Pessoa Idosa.

De acordo com Camarano e Pasinato (2007), na Europa, as políticas públicas internacionais ao idoso possuem a preocupação de focar a necessidade em assegurar a plena integração e participação dos idosos na sociedade. Nas regiões da Ásia e do Pacífico, garante-se o acesso a novas tecnologias. Já na América Latina, preocupa-se com a proteção aos direitos humanos e com a provisão das necessidades básicas, como acesso à renda, cobertura integral dos serviços de saúde, educação e moradia em condições dignas. Nas regiões como a África, definem-se as políticas, como apoio aos cuidadores em função de epidemias, por exemplo, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS /SIDA). Plano esse, que demonstra a clara diferença de desenvolvimento entre as regiões do mundo.

Em 1987 acontece a criação da Associação Nacional de Gerontologia (ANG). Dois anos depois realiza três conferências regionais e que culminam em uma Conferência Nacional, em Brasília e a partir desta se produz o documento intitulado "Recomendações: política para a terceira idade nos anos 90". Entregou-se este documento ao governo do então Presidente Fernando Collor de Mello. Deste documento surge o *Projeto Vivência*, ponto de partida para o Plano Preliminar para a Política Nacional do Idoso lançado em 1991. Em 1994, no governo de Itamar Franco cria-se o Conselho Nacional do Idoso e o Plano Integrado de ação governamental

para o desenvolvimento da política nacional do idoso, mas somente é implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso (LEMOS *et al.*, 2011).

Em 1988, acontece a aprovação do Protocolo de São Salvador , Convenção Americana de Direitos Humanos “onde toda pessoa tem direito à proteção na velhice”. Nesse mesmo ano o Brasil coloca em sua carta constitucional a questão do envelhecimento e o respeito aos idosos.

No período de novembro de 1991 a abril de 1992 surge no Brasil, o movimento conhecido como a luta pelos 147%, para repor as perdas no montante das aposentadorias e pensões, resultando grande visibilidade aos idosos como sujeitos de direitos. De acordo com Simões (1998) os grandes responsáveis pela visibilidade deste movimento foram os próprios aposentados e pensionistas, ocupando as ruas e a mídia, divulgando-o nas filas dos bancos e agências do INSS e principalmente nas caravanas e manifestações de protestos em Brasília-DF. De acordo com o autor, o movimento revelou os idosos, antes uma categoria marginal, da vida privada para a esfera pública como novos atores sociais, como uma espécie de “corporação, com interesses específicos, demandas próprias e formas de atuação no espaço público”(p.14). Assim, este foi o movimento que abriu caminho para a politização da velhice no Brasil, especificamente através das questões da previdência social protagonizado pelos próprios idosos (aposentados e pensionistas), independentemente de sindicatos.

Em 1991, a ONU organiza a Assembleia Geral (Princípios das Nações Unidas em prol da pessoa idosa) onde adotou como princípios em favor da população idosa a independência, a participação, o cuidado, a satisfação e a dignidade. Em 1994 realiza-se a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento “não devemos considerar o envelhecimento da população como uma carga senão como uma oportunidade”. Em 1995, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social, em Copenhague, onde se pensa “uma sociedade para todos”. Em 1999 a ONU estabelece o Ano Internacional dos Idosos, sob o *slogan*: “uma sociedade para todas as idades”, considerando o período compreendido entre 1975 a 2025 como a “Era do Envelhecimento.”

A Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento aconteceu no ano de 2002, em Madri, com três prioridades (Desenvolvimento, Saúde e Ambiente): as

peças idosas e o desenvolvimento, promoção da saúde e bem estar na velhice e assegurar um ambiente propício e favorável na velhice. Este plano propõe as questões relacionadas aos direitos humanos, no sentido de poder envelhecer com segurança, longe da pobreza, miséria, violência, discriminação e preconceitos, cuidados de saúde e proteção social. Há, portanto, necessidade dos governos aplicarem o plano de ação em parceria com a sociedade civil, setor privado e os próprios idosos. Todavia, há crítica sobre esse plano de que se pensou as ações somente para idosos de países desenvolvidos.

No ano de 2007, em Brasília, aconteceu a conferência das Instituições da sociedade civil sobre o envelhecimento da América Latina e no Caribe, chamado de II Conferência Regional Intergovernamental da América Latina e Caribe, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), e se produziu o documento “Declaração de Brasília” (NOGUEIRA, 2010). Nesse mesmo ano houve a revisão do Plano Internacional do Envelhecimento, Madri mais cinco. Em 2009 aconteceu em Paris, na França o XIX Congresso Mundial de Geriatria e Gerontologia.

Um outro fato marcante, que fortaleceu o movimento dos Direitos Humanos em prol dos idosos, no Brasil, foi a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro, em 1996. Resultou na morte de quase uma centena de idosos vítimas de abandono, descaso e negligência, alertando o País de que o envelhecimento seria uma questão social premente.

Organizadamente, os idosos então aparecem na esfera pública e amparados com a Confederação Nacional dos Aposentados e Pensionistas, os Grupos de Convivência, chamados de Grupo de Terceira Idade que hoje contam com Associação dos Clubes de Terceira idade, inclusive com Federação, chamada de Federação de Clubes de Terceira Idade do Rio Grande do Sul (FECTIRGS). Espalham-se pelo país essas iniciativas surgidas na própria comunidade, que visam à promoção e à integração da pessoa e também o surgimento de ONGs para trabalhar e/ou cuidar de idosos.

Um movimento em prol das lutas sociais dos idosos e que se destaca em São Paulo é o chamado Movimento Idoso Solidário (MIS), criado no final de 2003 e se

dedica integralmente a arregimentar idosos de todas as regiões de São Paulo para se engajarem na luta pelo reconhecimento de seus direitos, especialmente entre os idosos dependentes. Atualmente colabora também com a Pastoral do Idoso, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Outra instituição importante na área do envelhecimento, criada recentemente, em março de 2009, foi a Associação Brasileira de Gerontologia (ABG), que congrega e representa bacharéis, graduandos e tecnólogos em gerontologia. Constata-se a atuação desses novos profissionais surgida com as demandas do processo de envelhecimento que aumentam cada vez mais no País.

Em 2010 ocorreram fatos internacionais em relação a questão do envelhecimento como as greves na França, para evitar proposta do Governo de reforma da previdência, aumentando o período de trabalho em mais dois anos para conceder a aposentadoria(passando de 60 para 62 anos) e mais dois anos de trabalho para receber salário integral(de 65 para 67 anos). Recentemente, em razão da crise financeira dos países europeus, a Itália também declarou mudanças em algumas legislações do seu país com cortes de gastos, dentre esses as mudanças na idade para aposentadoria, passando dos 60 para 65 anos. O Brasil certamente em breve iniciará discussões como essa, em razão dos custos da previdência com uma população que se expande mais a cada década. Já se comprova pela proposta³⁰ de alteração da previdência dos servidores públicos em tramitação no Congresso Nacional .

Por certo estes foram os principais movimentos e conflitos sociais que deram visibilidade aos idosos, com participação cada vez maior, aos poucos transforma-os em protagonistas de suas lutas para assegurar direitos sociais. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Foram seguramente essas lutas que contribuíram na produção das políticas públicas em prol do envelhecimento, conforme se verá a seguir.

³⁰ Essa proposta não foi apresentada durante a III Conferência Nacional da Pessoa Idosa, realizada em novembro de 2011, embora o Ministro da Previdência Social estivesse presente. Uma semana depois da realização da Conferência, a proposta inicia tramitação no Congresso Nacional. Questiona-se: Onde está a participação democrática da população nas questões de seu interesse?

4.3.2 Políticas Públicas voltadas ao envelhecimento

Falar em políticas públicas significa falar em governo, mais especificamente das ações do governo em determinadas áreas. Políticas públicas hoje é disciplina que faz parte da Ciência Política e procura entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

Ao escolher um conceito para políticas públicas, o melhor seria o de Laswell, pois além de ser o mais conhecido também responde as seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz (SOUZA, C. 2006).

Não é fácil dominar o conceito de política pública já que é um campo a se analisar sob múltiplos olhares, pois envolvem as relações entre Estado, política, economia e sociedade. Diz Souza, C. (2006, p. 26) que as “políticas públicas quando desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, base de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação são implementadas, ficando submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.”

Parte-se do pressuposto que política pública é um campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo:

[...] ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação(variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações(variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, C., 2006, p. 26).

De acordo com Theodor Lowi (1964; 1972) citado em Souza, C. (2006) as políticas públicas classificam-se em: políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. As políticas distributivas são “decisões tomadas pelos governos, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo”; as políticas regulatórias, as mais visíveis ao público, envolvem burocracia, políticos e grupos de interesse; as políticas redistributivas as que “atingem maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são em geral as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema

previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento”; e as políticas constitutivas lidam com procedimentos.

Ainda explicita Souza, C. (2006) que a política pública possui um ciclo e este se constitui dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Portanto, cabe sintetizar algumas características principais em relação a políticas públicas, conforme descreve Souza, C. (2006, p. 36):

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

A partir das mobilizações internacionais de discussão do envelhecimento na esfera pública, há a inserção do idoso brasileiro na Constituição de 1988, onde estabeleceu-se a garantia de um salário mínimo aos idosos carentes maiores de 65 anos e ampliação da previdência aos idosos da zona rural. Foi assim, com essa preocupação, que na década de 1990, o País dá início à disponibilização de serviços voltados para o idoso, onde se vê, a velhice como questão pública e culmina com uma Política Nacional do Idoso, em 1994.

No Brasil os principais marcos legais que constituem as políticas públicas do Idoso são a Constituição Federal de 1988, a Lei de Assistência Social (LOAS) nº 8.742/1993 – que regulamentou a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com mais de 70 anos pertencentes a famílias com renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (em 1998, a idade foi reduzida a 67 e em 2004 para 65 anos³¹), a Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842 de 1994, regulamentada em 1996, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso constituído em 2002, o Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – resolução nº 145/2004 do Conselho Nacional de Saúde e a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI), que veio como uma proposta de

³¹ Atualmente, uma das reivindicações dos idosos é reduzir essa idade para 60 anos, conforme prevê o Estatuto do Idoso.

política pública inovadora, a partir de sua proposição, na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2006. Atualmente, como principal discussão no entorno desta política há a questão da intersectorialidade³², já que esta requer a participação de diferentes instâncias em forma de rede e o protagonismo do idoso. De acordo com Coutrim (2002, p. 35):

As políticas públicas destinadas a esta parcela da população implantadas nas últimas décadas têm ficado aquém das necessidades. No entanto, dia a dia este contingente populacional tem se organizado e procurado alternativas para a solução de seus problemas, chamando a atenção da sociedade civil e da elite política do país. Novos grupos identitários têm se formado, demonstrando que uma crescente parcela dos idosos não está disposta a abrir mão de seus direitos. São estes novos atores sociais que se levantam contra as injustiças, os maus tratos, os baixos benefícios pagos pela previdência social, a falta de opções de lazer e educação.

Dessa forma Moragas (1997) chama as políticas públicas voltadas aos idosos de políticas gerontológicas e explica que os valores e atitudes políticas em relação aos idosos refletem-se nas legislações que se concretizam nas políticas desenvolvidas em favor dos idosos e culminam com as os programas e ações da administração pública. Com o aumento da população idosa, a maioria dos países, se obrigaram a criar legislações específicas para esse contingente populacional, a partir de um plano nacional com ampla participação dos cidadãos (idosos, profissionais, políticos e familiares). No Brasil a partir da criação dos Conselhos de Direitos dos Idosos há maior participação dos atores nesta construção, mas infelizmente ainda há grande parcela dessa população que não se alertou para a necessidade de participação nesses espaços.

Concebe-se a participação social nas políticas públicas na perspectiva do 'controle social' no sentido de os setores organizados da sociedade participarem

³² Intersetorialidade significa a complementaridade das ações com convergência compartilhada. Se a incompletude das instituições implica a multidimensionalidade, a ação em rede implica uma ação multidimensional articulada em que haja complementaridade de níveis, escalas, complexidade e fundamentalmente interação, com construção coletiva de propostas e práticas compartilhadas. (FALEIROS,2001). Para o Ministério da Saúde (MS), intersectorialidade é o desenvolvimento de ações integradas entre os serviços de saúde e outros órgãos públicos, com a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), potencializando, assim, os recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos disponíveis, evitando duplicidade de meios para fins idênticos (BRASIL,2011b).

desde as suas formulações – planos, programas e projetos –, acompanhamento de suas execuções até a definição da alocação de recursos para que estas atendam aos interesses da coletividade

É nesta perspectiva de uma sociedade democrática e participativa, que os conselhos de direitos sedimentam nova estratégia de gestão de políticas sociais a partir da década de 1990. Surgem como novidade, já que possibilitam a participação dos sujeitos (cidadãos) na discussão e controle da implementação das políticas públicas. Essa articulação dos cidadãos se dá por segmentos como gênero, etnia, demografia e áreas prioritárias de atendimento das demandas sociais, como saúde, educação, envelhecimento (TÓTORA, 2007).

Com vistas a demonstrar as políticas públicas engendradas a partir da trajetória histórica dos movimentos de lutas e mobilizações sociais no mundo, em prol do idoso, elaborou-se esse quadro síntese:

Quadro 5 – Trajetória Histórica dos Movimentos e Mobilizações Sociais

Data/ Período	Movimentos Sociais/ Marcos Legais/ Legislação	Comentários
1888	Direito à aposentadoria para os funcionários dos correios	Os empregados dos correios, pelo Decreto nº 9.912-A, de 26 de março, receberam o direito a aposentadoria. O decreto estabelecia 30 anos de serviço e 60 de idade. Nos anos posteriores criou-se vários fundos de pensões para os trabalhadores das estradas de ferro e das forças armadas.
Século XIX	Carta de lei instituída por Dom Pedro I, ainda príncipe regente do Brasil, que concedia aposentadoria aos professores régios Cria-se o núcleo de uma das primeiras instituições geriátricas da Europa	Concedeu-se esta aposentadoria aos professores com 30 anos de serviço e denominava-se jubilação e quem optasse por permanecer trabalhando recebia abono de 25%. Pode-se dizer que esta foi a primeira iniciativa brasileira de Previdência Social. Na França, o Salpêtrière, o maior asilo da Europa e considerado como o núcleo da primeira instituição geriátrica da Europa. Nesse período Charcot proferiu célebres conferências sobre a velhice, que tiveram grande repercussão, especialmente após

		serem publicadas em 1866.
1916	Lei 3.071/1916 – Código Civil	Desde 1916 consta no Código Civil Brasileiro a lei de amparo e ajuda aos pais na velhice quando estes não têm condições de prover seu próprio sustento, mais precisamente em seu art. 399: São devidos os alimentos quando o parente, que os pretende, não tem bens, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e o de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento. Parágrafo único. No caso de pais que, na velhice, carência ou enfermidade, ficaram sem condições de prover o próprio sustento, principalmente quando se despojaram de bens em favor da prole, cabe, sem perda de tempo e até em caráter provisional, aos filhos maiores e capazes, o dever de ajudá-los e ampará-los, com a obrigação irrenunciável de assisti-los e alimentá-los até o final de suas vidas.”
1923	Caixa aposentadoria e pensões para as empresas ferroviárias	A lei Eloy Chaves é a responsável pela criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) para as empresas ferroviárias. Considera-se este o ponto de partida da Previdência Social Brasileira. Com isso autorizavam outras empresas a construir um fundo de amparo aos trabalhadores. É o marco que identifica a velhice no Brasil como questão social (MAGALHÃES, 1989).
1930 e 1950	Grande número de idosos nas cidades	Industrialização da sociedade ocidental e grande número de idosos nas cidades gerando os primeiros problemas sociais nesta área
Anos 1930 a 1950	Primeiros movimentos sociais dos aposentados	Movimentos restritos a algumas categorias de ex-trabalhadores, como os ferroviários e os bancários, por exemplo, dependendo da sua capacidade de mobilização. Na verdade este foi o começo do movimento dos trabalhadores aposentados, cujos sindicatos, no período do regime militar, foram destituídos retomando suas atividades somente nas décadas de 1980/1990, através do movimento conhecido como “a luta dos 147%”
1933	Criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões(IAPs)	Substituíram-se as caixas pelos IAPs destinados as categorias como bancários, marítimos, industriários, comerciários, pessoal de transportes e cargas e mais tarde estendida aos funcionários públicos.

1938	Conferência Nacional sobre Senescência	Em Kiev, na França, em 1938 realiza-se a I Conferência Nacional sobre Senescência
1940	Decreto Lei nº 2.848 - Código Penal	Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal traz os seguintes artigos relacionados a questão de idosos: Art.135 – omissão de socorro; Art.136 – maus tratos; Art.168-Apropriação indébita; Art. 133 – Abandono de incapaz; Art. 173 – Abuso de incapaz; Art. 330 – Desobediência; Art. 158 – extorsão; Art. 345 – exercício arbitrário das próprias razões; Art. 317 – Corrupção passiva. (PAULA, 2011)
1945	Criou-se o Instituto de Serviços Sociais do Brasil	
1946	Criou-se o Conselho Superior da Previdência Social e o Departamento Nacional de Previdência Social	
1950	Associação Internacional de gerontologia	Em Liège, na França em 1950 cria-se a Associação Internacional de Gerontologia e o Centro de Estudos e Pesquisas Gerontológicas.
1960	Criou-se a LOPS- Lei Orgânica de Previdência Social	Em 26 de agosto de 1960, criou-se a LOPS, para unificar a legislação referente aos Institutos de Aposentadorias e Pensões. O limite de idade para a aposentadoria que antes era de 50 anos ampliou-se para 55 anos, devido ao aumento da expectativa de vida. Reuniu os seis Institutos de Aposentadorias e Pensões no Instituto Nacional de Previdência Social – INPS.
1961	Criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG	Manifestação dos intelectuais de que o envelhecimento se tornara uma questão social e estes se organizaram para estudos e produção científica.
1963	Iniciam as atividades de gerontologia social pelo Serviço Social do Comércio – SESC	O SESC foi uma das primeiras instituições a oferecer atividades aos idosos, inicialmente com cunho recreacionista.
1963	Criou-se o FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural	Os benefícios eram inferiores aos concedidos aos trabalhadores urbanos (PRADO, 2006). Ainda no período da ditadura militar.
1965	Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral	O Art. 6º prevê que o voto é obrigatório para os brasileiros, salvo os maiores de 70 anos

1966	Criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS	Formação do INPS, onde o Estado assume as aposentadorias e pensões. Os direitos eram restritos aos trabalhadores urbanos. Com privilégio para populações institucionalizadas, financeiramente ativas e socialmente incluídas, não admitindo aqueles que pudessem configurar informalidade ou mesmo que pudessem onerar o Estado, como o caso da população idosa (CAMARGOS;MENDONÇA; VIANA, 2006; SIMÕES, 1998). O Decreto Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966 reuniu os seis IAPs e transformou-se em INPS.
1968	Conferência dos Direitos Humanos	Realizou-se a em Teerã em 1968.
1970	A criação da União dos Aposentados e Pensionista no Brasil	Tinha como objetivo conscientizar politicamente os idosos na luta pelo fim da segregação geracional e contra o descaso das autoridades diante dos baixos proventos.
1970	Criou-se o PAI (Programa de Assistência ao Idoso)	A LBA(Legião Brasileira de Assistência), desenvolveu este programa com caráter assistencialista, através dos projetos Conviver e Asilar, visando atenuar tensões sociais características da época militar (CAMARANO et al. , 2004).
1974	Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social	Desmembrou-se o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Neste mesmo ano construiu-se uma empresa de processamento de dados da Previdência Social. Essas medidas (a unificação da previdência em Instituto em 1966 até a criação do ministério)contribuíram para desvincular a luta sindical, levando os aposentados a uma situação de orfandade política, visto que os sindicatos concentraram seu poder de fogo nas questões salarias dos trabalhadores da ativa (SIMÕES, 1998).
1974	Criação da Renda Mensal Vitalícia – Lei 6.179/74	Destinada aos idosos com mais de 70 anos e a inválidos, cujo valor do benefício correspondia a meio salário mínimo, somente modificado em 1993 com a criação da LOAS. Este benefício passa então a chamar-se BPC (Benefício de Prestação Continuada).
1975	Implantação do PAI (Programa de Assistência ao Idoso) do INPS	Este foi o primeiro programa em nível nacional, implantado através do INPS, o PAI (Programa de Assistência ao Idoso), que consistia na implementação de grupos de convivência para idosos previdenciários.
1977	Criação do Sistema	A Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977,

	Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS	instituiu o SINPAS, orientado, coordenado e controlado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, responsável pela proposição da política de previdência e assistência médica, farmacêutica e social, bem como pela supervisão dos órgãos que lhe são subordinados e das entidades a ele vinculadas.
1977	A LBA assume o PAI	A LBA assume o PAI. O papel da LBA era de coordenar grupos de convivência e, de forma individualizada, distribuir aos idosos próteses, órteses, documentos, ranchos, etc. Essas duas modalidades consistiam no atendimento direto, sendo que a LBA também realizava convênios com asilos, pagando <i>per capita</i> para atendimento semelhante de idosos por ela selecionados (atendimento indireto). Na década de 1980, a LBA sofre uma reestruturação, e o PAI se torna PAPI, que visava não só a manutenção de grupos de convivência, mas a integração social do idoso através da conscientização de sua cidadania e de seus direitos. A LBA aumenta o atendimento indireto aos idosos e, através de trabalho voluntário em alguns pontos do País, congrega novos centros de convivência com creches, estimulando a convivência intergeracional (LEMONS et al., 2011).
Final da década de 1970	Cria-se a Associação Cearense Pró-Idosos (ACEPI) –	Esta foi a primeira organização social voltada ao segmento idoso e logo esta ideia se espalhou pelo país.
1980	Realização de um Seminário Nacional, intitulado “Estratégias de Política Social para o idoso no Brasil”, coordenados por Marcelo Antônio Salgado	O resultado do seminário demonstrou o isolamento social, a marginalização, o preconceito e a pobreza do idoso no Brasil. A partir destes seminários elaborou-se um documento oficial intitulado “Diretrizes para uma política social para a terceira idade” divulgado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. (PRADO, 2006).
1980	Ações judiciais no País contra a ilegalidades praticadas pela Previdência Social na fixação de benefícios	As pensões e aposentadorias seguiam a política de reajuste adotada pelo salário mínimo, cuja periodicidade passou a ser semestral, em 1979. Apesar disso, entre 1979 e 1984 a Previdência adotou critérios administrativos de proporcionalidade para proceder ao cálculo da primeira aposentadoria e aos reajustes posteriores, o que resultou na

		aplicação de índices inferiores ao estabelecido na política salarial vigente.(SIMÕES, 1998)
1982	1ª Assembléia Mundial do Envelhecimento – AME em Viena na Áustria	Resulta a criação do I Plano Internacional sobre Envelhecimento.
1982	Decreto 86.880 institui a Comissão Nacional sobre a Pessoa Idosa	Em razão da 1ª Assembléia Mundial do Envelhecimento, o Brasil cria, em 27 de janeiro de 1982, este Decreto, com o compromisso de fomentar políticas públicas para essa população.
1984	Aprovação da Consolidação das Leis da Previdência Social	
1985	Fundação da COBAP–Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas	<p>A COBAP é uma sociedade civil sem fins lucrativos que representa, em âmbito nacional, as entidades de trabalhadores aposentados e pensionistas do país. Seu objetivo defende os interesses desse segmento e reivindica o cumprimento dos seus direitos. Para isso, promove ações com suas federações e demais entidades filiadas para tratar de assuntos de interesse do movimento e definir estratégias de ação. A COBAP fundada em 1985, no IX Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas (CNAP), realizado de 10 a 13 de outubro de 1985, na cidade de Curitiba (PR), surgiu como resultado do empenho e ação de grupos de aposentados que buscavam uma organização que pudesse representá-los nacionalmente(COBAP, 2011).</p> <p>A COBAP se propunha a congregar , em nível nacional, entidades representativas de aposentados, reformados e pensionistas, independentemente de suas origens profissionais. São considerados membros natos da COBAP todas as federações estaduais de aposentados e pensionistas, bem como qualquer associação, liga, núcleo, departamento, união,...que congregue aposentados e/ou pensionistas de determinada profissão, cidade, estado ou região.(SIMÕES, 1998, p.16)</p>
1986	COBAP organiza caravanas à Brasília e se organizam para participar da Constituinte	De 1986 a 1988, a COBAP, as federações e as associações de aposentados e pensionistas organizaram várias caravanas a Brasília para audiências com ministros e parlamentares do Congresso Constituinte e tiveram

		representantes seus no grupo de Trabalho para a Reestruturação da Previdência Social (SIMÕES, 1998).
1987	Cria-se a ANG- Associação Nacional de Gerontologia	A ANG é responsável pela realização de congressos e estudos sobre o envelhecimento.
1987	Criado o Programa do Ministério da Saúde "Viva bem a idade que você tem"	De 1987 a 1990, o Programa do Ministério da Saúde intitulado "Viva bem a idade que você tem" se beneficiou da estrutura dos centros de convivência, veiculando através desses um jornalzinho que tratava da temática do autocuidado e da promoção de saúde (LE MOS <i>et al.</i> , 2011). .
1987	Criação da Lei 7.604/87	A lei 7.604/1987 determinou a atualização do valor dos benefícios, porém as diferenças correspondentes ao período de 1979 a 1984 não foram pagas , dando oportunidade para reclamações na justiça para reposição das diferenças.A maioria das ações favoráveis aos aposentados e pensionistas e a COBAP teve papel fundamental nestas ações (SIMÕES, 1998).
1988	Constituição Federal do Brasil de 1988	Garantia de um salário mínimo aos idosos carentes maiores de 65 anos e ampliação da previdência aos idosos da zona rural. A Constituição Federal do Brasil, no Capítulo VII - Artigo 230 ressalta que: A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. No título VIII Da Ordem Social - Capítulo II - Da seguridade Social - na Seção IV Da Assistência Social, no art. 203 "A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice". Os art. 203 e 204 garantem aos mais velhos um sistema de proteção social e incorpora algumas orientações da Assembléia de Viena. (BRASIL, 1988),
1988	Decreto Estadual(RS) nº 32.989/1988	Este Decreto Estadual institui o Conselho Estadual do Idoso (CEI) em 11 de outubro de 1988 e nasceu da reivindicação de vinte

		entidades e órgãos públicos e da aspiração legítima dos idosos para alcançar seus direitos como cidadãos.
1989	Realiza-se a Conferência organizada pela ANG, em Brasília-DF	A Associação Nacional de Gerontologia nesta Conferência produziu o documento intitulado <i>Recomendações: política para a terceira idade nos anos 90</i> . Este documento foi entregue ao governo e surge o Projeto <i>Vivência</i> e que é o ponto de partida para o Plano Preliminar para a Política Nacional do Idoso.
1990	Reestruturação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social	O Ministério do Trabalho e da Previdência Social é restabelecido pela Lei nº 8.029/90, que foi extinto novamente logo em 1992 pelo Ministério da Previdência Social (MPS).
1990	Criação dos Conselhos Estaduais dos Idosos	Com a criação dos Conselhos surge a possibilidade de participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas.
Década de 1990	Criação do Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento (PAME)	A primeira e segunda Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento, patrocinadas pelo ONU, foram fundamentais para o PAME e para as políticas sociais destinadas aos idosos.
1991	Criação do Plano Preliminar para a PNI	Em 1990 cria-se o Projeto <i>Vivência</i> , que envolvia vários de seus ministérios na elaboração de ações para o idoso. A partir desse projeto chegam ao "Plano Preliminar para a Política Nacional do Idoso". O plano tinha o seguinte objetivo geral: "Promover a autonomia, integração e participação efetiva dos idosos na sociedade, para que sejam co-participes da consecução dos objetivos e princípios fundamentais da Nação". Previa ações referentes à formação da opinião pública, ao trabalho, previdência social, educação, saúde, habitação, assistência social, esportes e lazer e à cultura. Contudo, a minuta do Decreto-Lei que dá origem a Lei nº 8.842 propriamente dita é redigido mais tarde, por funcionários da LBA, SENPROS (Secretaria Nacional de Promoção Social) e ANG (LE MOS <i>et al.</i> , 2011).
1991 e 1992	O movimento conhecido como a luta pelos 147%,	O movimento conhecido como a luta pelos 147%, 1991/92, para repor as perdas no montante das aposentadorias e pensões, protagonizado por aposentados e pensionistas, com apoio da COBAP. Esse movimento deu visibilidade aos idosos pela grande repercussão dada pela mídia. Começou quando em setembro de 1991 o salário mínimo

		recebeu um aumento de 147,06% e os benefícios da Previdência Social foram reajustados em apenas 54,6%, baseado nas disposições das leis 8.212 e 8.213 que implantaram os planos de benefício e custeio da previdência, implantando novas regras para o reajuste dos benefícios e desvinculando-os do salário mínimo. Começava aí a luta entre os aposentados e pensionistas e o governo da época, o então presidente Fernando Collor de Mello, que insistia que se efetuasse o pagamento dos 147,06% a previdência teria um rombo de Cr\$ 3 trilhões, o que levaria o sistema à falência e o caos no país (SIMÕES, 1998).
1993	Lei de Assistência Social – LOAS – Nº 8.742/93	Nos anos 90, é formulada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 07 de dezembro de 1993, que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal e dispõe em seu art. 1º e 2º a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado e institui o benefício de prestação continuada com idade acima de 70 anos a famílias com renda mensal per capita inferior a ¼ do salário mínimo.
1994	Criação do Conselho Nacional do Idoso-CNI	Em 1994, no governo de Itamar Franco cria-se o Conselho Nacional do Idoso juntamente com a PNI (Lei 8.842/94) e o Plano Integrado de ação governamental para o desenvolvimento da política nacional do idoso (LEMOS <i>et al.</i> , 2011).
1994	Criação da Lei 8.842/94 - Política Nacional do Idoso (PNI), que foi regulamentada em 1996 através do Decreto nº 1.948/96	A Lei nº 8.842/94 estabelece a Política Nacional do Idoso. Nela constam princípios e diretrizes para as ações governamentais para os três planos da Federação, ou seja, União, estados e municípios. Estabelece também que as pessoas idosas terão prioridade no atendimento dos serviços previdenciários, garantia de assistência à saúde, prevenção e acesso à saúde, entre outros direitos. Esta lei cria também o CNI (Conselho Nacional do Idoso). Essa lei reivindicada pela sociedade e resultado de inúmeras discussões e consultas ocorridas nos estados, nas quais participaram idosos ativos, aposentados, professores universitários, profissionais da área de gerontologia e geriatria, contando com várias entidades representativas desse segmento. Entretanto, essa legislação não foi

		eficientemente aplicada. Isso se deve a vários fatores, que vão desde contradições dos próprios textos legais até o desconhecimento de seu conteúdo.
1994	Lei nº 8.926/94	Lei nº 8.926, de 09.08.1994, torna obrigatória a inclusão, nas bulas de medicamentos, de advertências e recomendações sobre seu uso por pessoas de mais de 65 anos.
1995	Reestruturação do Ministério da Previdência e Assistência Social	O antigo Ministério da Previdência Social (MPS) transforma-se em Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).
1996	A tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Estado do Rio de Janeiro	Esta tragédia na saúde pública brasileira, resultou na morte de 94 idosos vítimas de abandono, descaso e negligência. Todas essas mortes aconteceram em um período de dois meses por falta de higiene e tratamento adequado. A cozinha e as enfermarias flagradas imundas, pacientes tinham suas roupas de cama sujas de fezes, ninguém possuía dieta especial e muitos recebiam ração de cachorro misturada à comida. O problema mais grave, no entanto, foi a péssima qualidade da água servida. Um exame descobriu que estava cheia de coliformes fecais e das bactérias <i>shigella</i> e <i>salmonella</i> . Infelizmente estas vítimas, a maioria abandonada pela família e também pela saúde pública, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Saúde Adib Jattene.
1996	Lei 8.842/94 foi regulamentada em 1996 – PNI (Decreto 1.948/96 que regulamentou essa Lei)	Em 1996, após a regulamentação da PNI, entidades da sociedade civil ligadas à questão do idoso (ANG, SBGG, CNBB, COBAP, etc) e governamentais (Ministérios e setores públicos) foram convocados pela Secretaria de Assistência Social para elaborarem diretrizes básicas para a implantação da PNI. Esse documento denominou-se “Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso”. Esse plano incluía nove ministérios e se valia de fóruns permanentes estaduais e regionais e fóruns nacionais esporádicos para a sua implantação.
1997	Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro	Lei nº 9.503, de 23.09.1997, Institui o Código de Trânsito Brasileiro. (Art. 214. Deixar de dar preferência de passagem a pedestre e a

		veículo não motorizado: III - portadores de deficiência física, crianças, idosos e gestantes: Infração - gravíssima; Penalidade - multa).
1998	Lei de Assistência Social – LOAS – Nº 8.742/93	Para o recebimento do benefício da prestação continuada a idade, reduziu-se para 67 anos.
1999	Política Nacional de Saúde do Idoso em 1999 (Ministério da Saúde por meio da Portaria 1.395 de 09/12/99)	A política possui dois eixos norteadores: medidas preventivas com especial destaque para a promoção da saúde e atendimento multidisciplinar específico para o idoso.
2000	Lei Estadual(RS)nº 11.517/2000 Lei Estadual(RS) nº 11.497/2000	A lei Estadual nº 11.517 de 26 de julho de 2000 institui a Política Estadual do Idoso e tem como objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A lei Estadual nº 11.497/2000 institui Programa de Assistência ao Idoso.
2000	Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000	Prioridade de atendimento para deficientes, idosos , gestantes e lactantes.
2002	2ª Assembléia Mundial do Envelhecimento – realizada em Madri na Espanha	Tanto esta como a 1ª assembleia foram patrocinadas pela ONU.
2002	Constituiu-se o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos - CNDI	Esse Conselho foi criado em 1994 através da Política Nacional do Idoso, mas constituiu-se somente em 2002.
2003	Cria-se a Lei 10.741/2003 – Estatuto Nacional do Idoso	Cria-se o Estatuto Nacional do Idoso em 01 de outubro de 2003, após sete anos de tramitação no Congresso.
2004	Realização do I Seminário sobre Educação e Envelhecimento Populacional	Este seminário realizou-se em Brasília-DF tendo como pauta a discussão sobre a inclusão de disciplinas que abordem a temática do envelhecimento, em todos os currículos dos cursos universitários brasileiros. (ALENCAR;CARVALHO, 2009).
2004	Resolução 145/ 2004 do CNS	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
	Lei de Assistência Social – LOAS – Nº 8.742/93	Para o recebimento do Benefício da Prestação Continuada – BPC, a idade, reduziu-se a 65 anos.
2006	Instituiu-se nacionalmente a	RENADI – Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, lançada na I

	RENADI – Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa	Conferência Nacional da Pessoa Idosa.
2006	I Conferência Nacional da Pessoa Idosa	Realização da 1ª Conferência Nacional do idoso, em Brasília – DF.
2006	Lei nº 11.433/06	Lei nº 11.433, de 28.12.2006. Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso (01 de outubro)
2009	II Conferência Nacional da Pessoa Idosa	Realização da 2ª Conferência Nacional da Pessoa Idosa, em Brasília-DF.
2009	Decreto nº 7.037/2009	Decreto nº 7.037, de 21.12.2009 Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.
2009	Decreto nº 6.800/2009	Decreto nº 6.800, de 18.03.2009, dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.
2010	Lei Federal nº 12.213/2010	Este projeto de Lei Federal institui o Fundo Nacional do Idoso.
2010	Greves na França para evitar proposta do Governo de reforma da previdência, aumentando o período de trabalho de mais dois anos para conceder a aposentadoria(60 para 62) e mais dois anos de trabalho para receber salário integral(de 65 para 67)	Reforma na Previdência da França aumentando o tempo de contribuição em dois anos.
2011	III Conferência Nacional da Pessoa Idosa	Realização da III Conferência Nacional da Pessoa Idosa, em Brasília –DF (De 23 a 25 de novembro de 2011)

Fontes: Alencar; Carvalho(2009); Brasil (1988); Camarano *et al.*(2004); Camargos;Mendonça; Viana (2006); Lemos *et al.* (2011); Magalhães(1989); Moragas(1997); Prado(2006); Simões (1998).

Em relação a essa sistematização pode-se observar que até por volta de 1930 o mundo tratava a velhice como uma questão de assistência social, pois estava ligada à doença e à pobreza. Existia somente uma ciência que se

preocupava com as questões de doença dos que já estavam velhos, ligada tão somente à saúde, à Geriatria (área médica) .

Na Europa, após 1930 começam as primeiras mobilizações no sentido de discutir as questões pertinentes ao envelhecimento, com realização de seminários. Nos Estados Unidos cria-se a área de Gerontologia, uma Ciência que amplia a análise do envelhecimento para outros profissionais, tornando o processo de avaliação multidisciplinar. Percebe-se que a França e os Estados Unidos foram os países que mais se organizaram em torno das questões do envelhecimento. O Brasil cria a SBBG no ano de 1961, sistematizando então as ações científicas voltadas à velhice. Também organiza os primeiros estudos científicos através de seminários e cursos de pós-graduação na área, demonstra que os idosos foram representados durante muito tempo por intelectuais e *experts* na área, mas não por idosos. Uma instituição que pegou carona com a SBBG, foi o SESC que instituiu as primeiras atividades de gerontologia social para os idosos e cursos de formação para qualificar profissionais para trabalhar na área e que até hoje apresentam ações sociais aos idosos, mas em uma linha esportiva e recreacionista. De fato, no Brasil, os estudos relacionados ao envelhecimento de forma multidisciplinar, como requer esse processo, iniciou com a pós-graduação em cursos de especialização e posteriormente com mestrados na área. A sistematização desse conhecimento como curso de graduação é algo muito recente, pois que iniciou em 2009, em São Paulo na Universidade de São Carlos (UFSCAR) e na Universidade de São Paulo (USP), através do Curso de Graduação em Gerontologia, mas nenhum curso ainda formou turma de profissionais.

No Brasil, a política pública do idoso também é algo recente e começou a implementação a partir da Constituição de 1988. Surgiu através da influência das discussões internacionais sobre envelhecimento e sob pressão dos aposentados e pensionistas que iniciaram um movimento de reivindicação dos seus direitos econômicos (reposição dos 147%). Com isso os idosos passaram a ter uma visibilidade na mídia, o que possibilitou implementar as primeiras políticas públicas do país, na área .

Assim, essa legislação precisa de um controle social para identificar sua aplicação. Este controle social deveria ser realizado pelos próprios e novos atores

sociais, os idosos, mas em sua maioria é feito por demais interessados nesta política pública. Todavia, a universalização desses direitos constitui um dos principais problemas sociais. O que garante sua efetivação é a possibilidade de participação destes na construção de ações para reivindicar seus direitos e também a apropriação do conhecimento de seus direitos a fim de que de fato possam reivindicá-los e positivá-los em seu favor.

Com a mudança na forma de organização política e participação democrática surgem os conselhos de direitos. A criação desses espaços democráticos de participação dos idosos e seus representantes (Conselhos Estaduais, Municipais e Nacional dos Idosos) também se tornam aspectos que demarcam as mudanças de sociabilidades para estes novos atores sociais. Com a democratização do país e a consequente participação popular na construção das políticas públicas, criou-se esses mecanismos de controle social para, de certa forma, institucionalizar as demandas das questões sociais. Constitui-se, a partir da década de 1980 os primeiros conselhos paritários para a gestão e o controle social das políticas públicas em áreas prioritárias como a saúde, a criança e o adolescente, a segurança pública e os idosos, por exemplo. É aspecto importante que surge na esfera pública em favor da sociedade civil como espaço de participação sociopolítica democrática, trazendo junto a organização de Fóruns e Conferências Públicas para debater os direitos dos cidadãos.

Efetivaram-se como consequência do grande número de movimentos sociais que surgiram na esfera pública na década de 1980. Os primeiros conselhos a surgir foram o da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa, conforme referendado anteriormente. Para Gohn (2007, p. 7) esses espaços “tratam-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão dos bens públicos.” Assim se entende que são os espaços legítimos de reivindicação e de ocupação pelos idosos e serem seus protagonistas. As reivindicações geradas pelo mundo da vida dos idosos (conceito defendido por Habermas) e dos que dela fazem parte geram as legislações conhecidas como políticas públicas. É a cidadania sendo trabalhada no coletivo a partir da ideia de uma política democrática deliberativa.

Salienta-se que os conselhos se organizam em diferentes esferas, ou seja, em contextos municipais, estaduais e nacionais. O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) ainda não possui registro total dos conselhos existentes no país, que dificulta um trabalho mais efetivo. Consta em seus registros oficiais 215 conselhos e nenhum da região norte do país. Entretanto se sabe informalmente que existem em torno de 170 conselhos na região norte do país e 700 conselhos na região sudeste, embora apenas um quarto desses conselhos da região sudeste estejam cadastrados no CNDI. Em razão disso, no ano de 2010, o CNDI lançou uma campanha para o cadastro nacional dos conselhos de direitos da pessoa idosa do país.

Os Conselhos Estaduais do Idoso (CEI) são órgãos formados por representantes governamentais e não governamentais, tendo como principais competências a avaliação, deliberação, acompanhamento e fiscalização das políticas e ações direcionadas ao idoso nos Estados. Cabe aos Conselhos Estaduais dos Idosos afinar suas políticas com o Conselho Nacional e com os demais Conselhos Municipais. A organização estrutural dos CEI geralmente composta por Conferência Estadual do Idoso, Conselho Pleno, Conselho Diretor, Secretaria Executiva e Comissões Técnico-Operacionais. No Estado do RS, criou-se o CEI pelo Decreto nº 32.989 de 11 de outubro de 1988 e nasceu da reivindicação de vinte entidades e órgãos públicos e da aspiração legítima dos idosos para alcançar seus direitos como cidadãos. O Estado do Rio Grande do Sul organiza-se com 496 municípios, onde ao redor de 143 já possuem Conselhos de Idosos constituídos. Também significa que em torno de 70% dos municípios ainda não contam com esses espaços democráticos para participação dos sujeitos para reivindicação, proposição e fiscalização das políticas de direitos, o que de fato é muito pouco. O Conselho Estadual do Idoso mantém diálogo permanente com os conselhos municipais e realiza reuniões semestrais para debates de assuntos pertinentes a questão da política do idoso no Estado e no País. Durante a realização da III Conferência Nacional dos Direitos da pessoa Idosa, realizada em novembro de 2011, em Brasília-DF, estabeleceu-se uma normativa de que até o final do ano de 2012 todos os municípios do país deverão criar os seus conselhos municipais de direitos dos idosos.

Um importante espaço de participação dos atores sociais é a Conferência Estadual do Idoso e as municipais, constituindo-se instrumentos de deliberação da Política Estadual do Idoso. A principal função da Conferência Estadual do Idoso é I- Avaliar a implementação e apontar indicativos de ação para a execução da Política Estadual do Idoso;II- Definir o processo de construção da interface da política pública;III- Apontar formas de construção e fortalecimento de mecanismos de controle social (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, realizou sua primeira Conferência Estadual do Idoso no ano de 2001 (28 a 29 de setembro), a segunda Conferência Estadual realizou-se no ano de 2006 (15 a 16 de março) cujo tema focalizou a proposta de construção da RENADI e a terceira Conferência Estadual realizou-se em 2008, para justamente avaliar a construção dessa Rede. Em 2011, a quarta Conferência Estadual do Idoso aconteceu no mês de julho, nos dias 15, 16 e 17. A organização inicial das conferências estabeleceu uma periodicidade de realização bianual, mas pelo que se observa esses prazos não são cumpridos, o que denota a não priorização da política pública do idoso no estado e no país, haja vista que a Conferência Nacional do Idoso realizou a sua primeira Conferência no ano de 2006 (23 a 26 de maio) com a proposição de construção da RENADI. A segunda Conferência Nacional do Idoso prevista para o ano de 2008 (28 a 30 de outubro), adiada para o ano de 2009 (18 a 20 de março). Nesta conferência também se avaliou a construção da RENADI em nível nacional. Assim, a terceira Conferência Nacional do Idoso que deveria ter se realizado em 2010, não se efetivou e se realizou nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2011, em Brasília- DF.

Fica claro que a mobilização em prol das políticas públicas do idoso é maior em níveis microssociais, como nos municípios, como é o caso, por exemplo, do município de Cruz Alta que desde o ano de 2000 realiza as suas conferências e fóruns. A Conferência está em sua sexta edição e assim como, em 2011, houve a sexta edição do Fórum Municipal do Idoso. Esta percepção também é visível durante a realização das Conferências Estaduais, onde se nota uma maior mobilização dos idosos do interior do Estado, com pouca participação de idosos ouvintes que sejam da própria capital. Durante a realização da última conferência se destacaram as excursões de idosos do interior com delegados escolhidos nas Conferências

Municipais e somente a participação dos delegados escolhidos pelo Conselho Estadual do Idoso. Cabe ressaltar que pela primeira vez na história da realização das Conferências contou com a presença dos responsáveis pelos órgãos governamentais durante toda a realização do evento, participando e atuando nas discussões da temática. Estiveram presentes o secretário estadual de justiça, direitos e cidadania, a coordenadora do departamento de direitos humanos do estado e o coordenador da política estadual do idoso. Durante a realização da III Conferência Nacional do Idoso a participação da Ministra Maria do Rosário foi constante. Entretanto, Paz (2001) realizou uma pesquisa sobre a participação dos idosos em Fóruns e Conselhos do estado do Rio de Janeiro e chegou a conclusão que a participação dos idosos nesses espaços ainda é tímida e insuficiente para se garantir uma vida ativa, dinâmica e atuante. Também considera os idosos desmotivados para participar em grupos mais atrativos, como os de lazer ou entretenimento, que dirá nos conselhos e fóruns, com características políticas.

No Rio Grande do Sul, a instituição responsável pela gestão e financiamento da política pública da pessoa idosa é a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) a qual se atrela ao Conselho Estadual do Idoso e no ano de 2011 implantou uma Coordenadoria de Atenção ao Idoso. Esta Coordenadoria de Atenção ao Idoso tem a missão de planejar, executar e controlar as ações referentes às políticas voltadas a terceira idade e desenvolver suas atividades conjuntamente com o Conselho Estadual do Idoso.

Na área do envelhecimento, constituiu-se outros importantes Fóruns como mecanismos de auxílio à gestão e ao controle das políticas públicas, de certa forma articulando o governo com a sociedade civil. Um exemplo foi o Fórum Estadual Permanente da Política do Idoso do RS, integrado de aproximadamente 50 instituições não governamentais de abrangência estadual, como o SESC, Instituições de Ensino Superior, Federação das Associações de Municípios, Federação dos Aposentados e Pensionistas, Conselhos de Profissionais, Fundações de Previdência Privada e outras, bem como as entidades públicas estaduais que tinham assento no CEI, como a secretaria de educação, de cultura, de justiça e segurança, de trabalho e cidadania, de turismo esporte e lazer, a Defensoria Pública entre outras. Fundamentou como objetivos articular as ONGS e organizações

governamentais, e alimentar a realidade da execução da Política Estadual do Idoso, além de definir e articular ações para o Plano Integrado de Gestão e de Ação para qualificar a representação governamental no Conselho Estadual do Idoso. Realizou a primeira reunião em agosto de 2003 e se reunia efetivamente até 2006, porém atualmente está desconstituído.

Também até o ano de 2005 havia o Fórum Inter-Governamental Permanente da Política do Idoso no Estado. Este fórum também se estendeu para a região sul envolvendo os estados de Santa Catarina, Paraná e RS e se chamava Fórum Permanente da Região Sul, com vistas ao desenvolvimento conjunto e articulado de ações da política do idoso, definidas pelos três Estados do Sul.

Estes fóruns perderam forças e desapareceram o que se torna bastante compreensível pela fragilidade de sua compleição, já que em sua maioria constituiu-se por representação governamental ou indicados por relações partidárias. Nem sempre possuem afinidade com a causa que representam e por não serem os atores sociais envolvidos, sua participação se torna efêmera, político partidária e administrativa. Na transição de governos, as prioridades mudam e as pessoas que representam também. Provavelmente reside aqui a grande razão da não continuidade destas propostas.

Para Mançano Fernandes(2005, p. 281) “O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios.”

No estado do Rio Grande do Sul (RS), há o Fórum das IES (Instituições de Ensino Superior) com ações voltadas ao envelhecimento, e represento a instituição de ensino superior onde atuo. Esse fórum se objetiva trazer discussões sobre o tema do envelhecimento e refletir sobre as ações na área do envelhecimento (ensino, pesquisa e extensão) que as IES públicas, comunitárias e privadas desenvolvem nos diferentes estados. Realizam-se quatro reuniões anuais no estado do RS e também encontros Nacionais. Recentemente, de 29 de outubro a 01 de novembro de 2011 realizou-se o Fórum Nacional das IES com ações voltadas ao Envelhecimento, onde se lançou um livro sobre as experiências das Instituições de

Ensino Superior com relação ao programa Universidade Aberta à Terceira Idade³³. Todavia o que se percebe nesses espaços é as discussões representadas por seus interlocutores e não pelos idosos.

O surgimento de ONGs para trabalhar e/ou cuidar de idosos, também foi um fato importante na questão da Terceira Idade. A promoção do setor informal retira o estado da esfera social. Nesse sentido Carvalho (1997, p. 18) explicita que:

A tendência à interconexão mais direta entre o global e o local deslocam o Estado-Nação para uma zona de mediação, mais do que de decisão autônoma. Se, para o capital, os centros de poder se concentram em organizações supranacionais, como Grupo dos 7, OMC, FMI, no plano social, convergem para organizações da ONU e congêneres, como Unicef, OMS, Unesco, Banco Mundial, entre outras. Na outra ponta (o local), as municipalidades e organizações da sociedade civil ampliam seu poder no direcionamento da política social. No campo social, as relações entre *global governance* e *local governance* ganham o oxigênio do chamado terceiro setor (nem Estado/nem mercado), representado pela enorme expansão das organizações da sociedade civil e de fundações empresariais sem fins lucrativos, que se movem em redes mundializadas em estreita intimidade com organizações supranacionais, especialmente as organizações das Nações Unidas.

O crescimento das ONGs e as políticas de parcerias são tendências que revelam as novas faces e ênfases das políticas sociais contemporâneas, especialmente nos países industrializados do Terceiro Mundo. Assim se transferem responsabilidades do Estado para as comunidades organizadas intermediado pela ONGs, em trabalhos de parceria entre o formal e o não-formal, às vezes com inclusão da iniciativa privada (GOHN, 1995). As ONGs mudam o paradigma da ação social coletiva, pois os mandatários passam também a ser os executores de que reivindicam. Para isso devem ter o domínio de projetos, propostas de soluções, plano de estratégia, metodologia e execução da ação. Os partidos políticos perdem espaço e importância neste cenário.

De acordo com Gohn(1995, p.36):

Os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado, e contra ele, num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Esses novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80(GOHN, 1991) e

³³ *As Experiências de Universidades Abertas em um Brasil que envelhece*, organizado por Rita de Cássia da Silva Oliveira e Raimunda Silva D'Alencar. Curitiba-PR: editora CRV, 2011.

pelas ONGS cidadãs, nos anos 90(GOHN, 1994). Movimentos e ONGs cidadãs têm se revelado estruturas formais, substantivas, não têm conseguido exercer; enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com o objetivo e fim de atender a área social.

Existem para Gohn (2002) dois tipos de ONGs que se organizaram nos anos de 1990: as ONGs militantes, herdeiras de uma cultura participativa identitária e autônoma dos anos de 1970-1980, e as ONGs propositivas, que utilizam-se de lógicas instrumentais, racionais e mercadológicas. É preciso portanto ficar claro que “as ONGs não substituem os movimentos sociais que nos anos de 1980 se notabilizaram por ações coletivas de protesto, resistência e luta.”(p. 1029)

De acordo com Gohn (1995) as organizações não-governamentais ganham proeminência sobre as instituições oficiais. Observa-se a construção de uma nova concepção de sociedade civil, resultado das lutas sociais efetivadas pelos movimentos e organizações sociais. O papel das ONGs é a mediação entre coletivos organizados e o sistema de poder governamental ou grupo privados. Entretanto esse espaço atualmente se encontra bastante desgastado por grupos “corruptos” que usam a nomenclatura de ONG para usufruir de poder social e principalmente econômico, cuja cultura política ainda é trabalhada a partir de relações clientelistas, mercadológicas e oportunistas. São espaços desviantes, não trabalhados segundo princípios da ética e da solidariedade, como as verdadeiras ONGs o fazem resgatando valores comunitários e relações pessoais que elevam os valores culturais dos grupos de vizinhança, parentesco, religião, *hobbies*, lazeres, aspectos culturais, laços étnicos e afetivos, respeito a regionalidades, diferenças e pluralidades, com o objetivo primeiro de desenvolver a potencialidade dos atores sociais a partir de suas experiências e conquistar a cidadania.

4.3.3 A esfera pública como espaço de reivindicação dos direitos sociais: constatações empíricas

Os idosos que participaram da pesquisa questionados sobre o seu conhecimento a respeito dos seus direitos sociais e os mais lembrados foram àqueles relacionados ao seu cotidiano, como a gratuidade em transportes coletivos, a exclusividade em filas de bancos, supermercados, órgãos públicos, habitação, ...

Os direitos relacionados à vida, à saúde, como por exemplo a distribuição de medicamentos de uso contínuo nas farmácias populares. A legislação mais lembrada foi o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), inclusive com um dos idosos relatando que, como integrante do Conselho Estadual do Idoso na época de elaboração da proposta do estatuto colaborou na construção do mesmo. Lembraram também que o Idoso tem direito à vida, à saúde, à alimentação digna, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência e cuidado familiar e comunitária, liberdade de escolha, cultura e religião.

*“Eu conheço os direitos do idoso já há vários anos recebemos o **Estatuto do Idoso** e aí consta todos os direitos do idoso que a gente sabe transmitindo pelo conselho a todos os idosos lá do município. O principal direito do idoso é a **saúde** que a gente luta tanto para que tenha os remédios a disposição com a Secretaria de saúde do município que lá trabalha bem . Nós temos essa preocupação e também a preocupação de todos os direitos do idoso inclusive o direito da família, das famílias cuidar do idoso que nós o conselho levanta qualquer problema dentro da própria família e isto é investigado imediatamente pela Secretaria da Assistência Social, a assistente vai in loco, vê e começa a trabalhar e lá já resolvemos vários problemas até no Fórum.” (Bertilo-RS, 75 anos)*

“O direito do usuário idoso é ter acessibilidade; qualidade de vida; atendimentos na rede sócio-assistencial; às escutas com encaminhamentos adequados, um acolhimento afetivo; ser protagonista da sua história, respostas claras e elucidativas, ações continuadas localizadas próximas à sua moradia, atendidos por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, atendidos em espaços com infra-estrutura adequada e com acessibilidade que garantam atendimento privativo para os idosos, convivência afetiva junto com seus familiares. Com uma equipe instrumentalizada tendo: - Comportamento ético; - Ouvir com atenção;-Tratamento respeitoso;-Dirigir--se ao idoso chamando-o pelo nome;- Atenção e carinho;- Informações honestas e claras;- Esclarecer dúvidas; - Ter competência- Ter dedicação- Ter compreensão- Saber aliviar a dor pela falta de afeto;- Atender com privacidade;- Ser atencioso com familiares e amigos;- Respeitar o espaço físico de cada idoso.”(Selene-RS, 65 anos)

“Saúde, lazer, alimentação digna, cuidados da família, liberdade de escolha, cultura e religião.Estatuto.” (Sirley-RS, 75 anos)

“Direito à vida, à liberdade, à saúde, transporte e trabalho, entre outros.”(Maria de Jesus-PI, 74 anos)

A forma como conheceram ou ficaram sabendo dos seus direitos foi no acesso ao Estatuto do Idoso, através de colegas e amigos(as) que já usufruíram de direitos, por meio da participação em Conferências do Idoso, pela Pastoral da Pessoa Idosa, através dos Conselhos Municipais do Idoso, pela Delegacia da Pessoa Idosa, pela Universidade da Maturidade, através das redes sociais (internet), pela Constituição, leis e cartilhas, nos movimentos sociais, assistindo a palestras e oficinas, pelos meios de comunicação como jornais e televisão, nos grupos de

convivência dos idosos e pela própria articulação nas Associações dos Aposentados e Pensionistas, no MIS e também por sua própria consciência de respeito à dignidade do outro. Percebe-se nas falas dos idosos que todos apresentaram interesse em conhecer os seus direitos e buscaram esse conhecimento. Não ficaram esperando chegar até eles, justamente pelas suas características de engajamento nas questões relacionadas ao envelhecimento, inclusive ajudando a divulgar esses direitos, conforme suas falas demonstram:

“Por interesse próprio de estar informada sobre meus direitos de idosa, porque sem o conhecimento o idoso perde uma série de direitos já reconhecidos mas que não são aplicados.” (Anália - RS, 69 anos)

“Lendo, estudando e participando muito em diversas instâncias de controle social, construção de Leis, Decretos, Regulamentos, Parâmetros e outras que se referem sobre a sistemática das Leis e Políticas Sociais Públicas Municipais, Estaduais e Nacionais.”(Selene-RS, 65 anos)

“Os direitos dos idosos nós temos a distribuição do Estatuto do Idoso, nós aqui da Associação de Cruz Alta e também a Federação dos aposentados no qual eu estou respondendo e nele está inserido todos os direitos que infelizmente nem todos os idosos ou essa faixa etária conhece os seus direitos que traz ali toda a sua cidadania.”(Osvaldo-RS, 80 anos)

“Trabalhando com a Associação dos Aposentados e Pensionista, pois em nossa cidade não tem Conselho de Idosos.” (Irma-RS, 66 anos)

“Meios de comunicação. Movimentos Sociais.”(Francisco-RS, 60 anos)

“Constituição Federal, leis, cartilhas, etc.”(Sônia-RS, 70 anos)

“Pelas conferências, pela delegacia, estatuto e com o trabalho sendo feito.”(Valter-RS, 60 anos)

“Há muito tempo via a situação dos avós maltratados e sabia que deveria lutar, para haver uma transformação.”(Maria de Jesus-PI, 74 anos)

Na continuidade do questionamento os idosos, perquiriu-se ainda a respeito dos seus direitos, mas agora para identificar a sua percepção sobre quem garante os seus direitos, ou seja, os direitos dos idosos. Em sua maioria responderam que é o poder público através do governo (União, Estados e Municípios) que deve fazer cumprir as próprias leis voltadas aos direitos dos idosos, como a Constituição Federal, o Estatuto do Idoso e a Política Nacional, Estadual e Municipal do Idoso. Outros fizeram referências aos órgãos de controle social como os Conselhos (Nacional, Estadual e Municipal), bem como a descrição de toda a tramitação de como deve ser investigada e cobrada uma denúncia de não cumprimento da legislação do idoso, quando chega aos órgãos de controle. Esclarece

encaminhamento aos setores competentes, no caso a Defensoria Pública ou Ministério Público, Delegacia do idoso. Alguns dos idosos também fizeram referência a todos os setores da sociedade civil organizada, responsável em cobrar e fiscalizar a positivação dos direitos. Também esclareceram que quem garante os direitos são os próprios idosos com sua manifestação e articulação política, boas políticas e leis respeitadas.

*“Quem garante é a União, estados e Municípios e a própria sociedade civil organizada.”
(Anália –RS, 69 anos)*

“Quem garante são as leis , né que os políticos fazem não é. É garantida por lei para ser cumprida.” (Pastorinha-RS, 76 anos)

“Bom quem deve garantir é o governo mesmo. O Estatuto saiu pelo governo, então a gente depende agora dos idosos se organizarem e exigir os direitos que nós temos dentro daqueles estatutos, é o que está acontecendo com os fóruns municipais e fórum estadual e até o fórum nacional. Então, esse é o trabalho que tem que ser feito, que ainda falta muita coisa para fazer.”(Bertilo-RS, 75 anos)

“Bom, nós temos é...a nível municipal o Conselho Municipal do Idoso, a nível estadual o Conselho Estadual do Idoso e a nível federal o Conselho Nacional do Idoso e, entrando na justiça nós temos o Ministério Público no município que é estadual e ao qual deve ser relatada toda as irregularidades encontradas e que se não forem providenciados através do Conselho Municipal do Idoso que faz a fiscalização e não é atendida, a sua determinação aí passa-se para o Ministério Público Estadual que deve tomar todas as decisões punição , processos e providenciar na execução do cumprimento do Estatuto do Idoso.”(Osvaldo-RS, 80 anos)

“As leis garantem meus direitos” (Dilceu-RS, 73 anos)

“O governo a partir das demandas da sociedade civil.”(Sônia-RS, 70 anos)

“A minha manifestação e em seguida o Ministério Público”(Jan-TO, 65 anos)

Todavia, ficou clara pela exposição de um senhor que nem sempre o direito do idoso garantido em lei é positivado, principalmente no que se refere à área da saúde e talvez por isso respondeu que quem deve garantir o seu direito é o próprio idoso, através da cobrança dos seus direitos aos órgãos competentes. Entretanto, outro senhor, que faz parte de um movimento da sociedade civil não acredita mais que se possam garantir os direitos dos idosos, conforme explícito em sua fala. De qualquer forma, parece uma posição contraditória, já que o mesmo é coordenador de um movimento da sociedade civil que luta pelos direitos dos idosos e, portanto, não deveria demonstrar tal pessimismo. Também uma idosa lembrou que ainda veem os idosos em muito locais públicos como estorvos e não como cidadãos de

direitos. Por outro lado, também lembrou que os idosos como cidadão também possuem deveres.

“Olha pra te falar francamente quem tá garantindo o direito dos idosos são os próprios idosos, na sua luta, na sua dificuldade em conseguir as coisas, porque juridicamente dizem que existe delegacia do idoso, o gestor público diz que defende o direito dos idosos, aí quando tu precisa de qualquer coisa, o gestor público te dá muito pouca atenção, certo? O Ministério Público transfere a responsabilidade do Ministério Público para o Conselho Municipal do Idoso, o que é um absurdo, né. Então, na minha opinião hoje quem defende os direitos do idoso me parece que é o próprio idoso, pelo menos é o que eu tenho visto, e tem acontecido diversos casos onde eu tenho levado as pessoas pra gente trabalhar. Eu tive um caso aqui, tinha um idoso doente aqui no Alvorada as próprias enfermeiras e assistentes do posto de saúde da Vila Alvorada me ligaram pra mim ir atender o cidadão. Aí eu fiquei me perguntando, fui lá, mas e como: não existe visita domiciliar, não tem uma médica pra fazer pedido oficial, não tem enfermeira? É isso e aquilo, mas o homem tá doente numa cama, ninguém toma uma providência. Aí eu fui lá, liguei diretamente pra secretária e ela disse: o que está acontecendo, que absurdo é esse? Aí naquele dia mesmo a tardinha, lá pelas 17 horas, alguém foi lá ver o cidadão. Nosso cidadão numa cama, sem condições de se locomover alguém levou ao conhecimento do posto de saúde e o próprio posto de saúde me ligou pra mim ir fazer o atendimento, essa atenção. Isso não é caso meu, tanto é que naquela época eu tava no Conselho Municipal do idoso.” (Artidório-RS, 72 anos)

“Ninguém. Nem a sociedade civil e muito menos os governos.” (Oscar- SP - 82 anos)

“É uma luta diária e constante, é difícil encontrar um espaço público, ou privado que a pessoa idosa seja vista como um cidadão de direitos preferenciais, na maioria das vezes falta consciência social, humanitária, e até atos de solidariedade. Sou otimista, ainda quero ver uma sociedade consciente onde as pessoas idosas possam ser olhadas com a dignidade merecida e não como um estorvo. Penso que não devemos lembrar somente os direitos mas também os deveres das pessoas idosas.” (Selene-RS, 65 anos)

Em continuidade a investigação nesse tópico sobre a esfera pública e a reivindicação de direitos, quando questionados sobre o que o governo tem a ver com seus direitos. A maioria dos idosos respondeu que o gestor público tem muito e tudo a ver com os direitos dos idosos, pois é um dos grandes responsáveis por executar a política estabelecida ao idoso, e à sociedade civil cabe o seu controle social. O governo também é o responsável pela gestão dos recursos existentes. Um dos direitos mais ressaltado foi o da área da saúde; dado a precariedade das condições da saúde pública no Brasil, onde infelizmente o idoso não tem a prioridade de atendimento conforme estabelecido na legislação vigente. Lembraram da importância da realização de uma saúde preventiva aos idosos em vez de apenas ser curativa, porque essa atitude reduziria os custos públicos com a saúde dos idosos. Também ficou implícita em algumas respostas que para a execução dos direitos dos idosos deve seguir uma cultura política distante do clientelismo, dos favores e das benesses e, portanto deve ser justa, igualitária e equitativa.

“Tudo pois o governo implementa as leis e a sociedade civil fiscaliza.” (Luiz-RS, 62 anos)

“O governo é responsável pela criação de leis para proteção e amparo ao idoso, criando mecanismos para fazê-lo funcionar.” (Anália –RS, 69 anos)

“Não adianta o governo criar o Estatuto e não apoiar e executar esses direitos. Então esses direitos, lógico que o governo não vai executar nada se nós não apelarmos pelos nossos direitos. Então esses é um trabalho que nós temos que fazer com a terceira idade.”(Bertilo-RS, 75 anos)

“Os governos (federal, estadual e municipal) têm o compromisso de dar assistência ao idoso, sem conotações de benesses ou favores. Prestando atenção nas condições de vida que o idoso vive, fazer um diagnóstico sobre o idoso que precisa ter as condições para viver, priorizar os recursos de locomoção para os idosos que moram em lugar distante ou quem vive de um jeito diferente, respeitando as diferenças de quem mora no campo dos que moram na cidade mapeando a territorialidade e a regionalidade. Essas obrigações que referem as Leis vigentes são chamadas pelos governos de política nacional do idoso. Penso que o governo tem instrumentos suficientes para fazer sua parte potencializando alguns setores, para que o idoso viva com dignidade:a) Criar condições para que o idoso não seja dependente dos outros, com a ajuda da família, da sociedade e dos serviços públicos;b) Garantir ao idoso a assistência à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS);c) Melhorar as condições de estudo para que os idosos possam aprender com mais facilidade, criando programas próprios para o idoso e educar a população para melhor entendimento de como é ficar velho;d) Garantir as condições para que os idosos não sejam discriminados quando procurar emprego ou quando estiverem trabalhando, dando atenção especial quando precisarem ser atendidos pelos benefícios da previdência social;e) Dar condições de que os idosos tenham um lugar para morar em casas parecidas com o seu lar e criar as condições para que os idosos tenham a sua própria casa, mesmo que seja simples ou popular;f) Oferecer condições de moradia para os idosos, de acordo com as suas condições físicas. Construindo ou fazendo reforma na casa para ficar do jeito que for mais fácil para morar, principalmente para quem tem problemas físicos, espaço confortável e com acessibilidade de locomoção;g) Ter vontade política.”(Selene-RS, 65 anos)

“Tudo. O governo é o gestor público, o direito do idoso em primeiro lugar deveria ser defendido pelo próprio gestor público, porque também é interesse dele defender a saúde, a segurança do idoso, porque se ele não faz a segurança, se ele não faz a saúde o problema maior é dele, porque quando o idoso é agredido e vai necessitar de atendimento ele vai dar mais custo pro estado e pro município. Se a saúde não tem um processo preventivo o idoso vai tá engordando fila o tempo todo, certo, com a sua saúde sendo fragilizada a todo instante e o custo é maior do município ou do estado. Então eles seriam o maior interessado em dar essa assistência.”(Artidório-RS, 72 anos)

“O governo é o executor das medidas legislativas, responsável pela gestão dos recursos existentes.”(Sônia-RS, 70 anos)

O idoso paulista entrevistado deu uma resposta paradoxal, mais uma vez demonstrando sua indignação e descrédito com a execução das políticas públicas do idoso, especialmente em relação ao seu estado. Demonstra indignação frente a postura dos políticos e das administrações públicas paulistas.

“Tudo e nada. Tudo pois os direitos dos idosos estão explícitos na legislação que existe apenas e tão somente permanecem no papel, pois são letra morta. Afinal o Brasil não é o país do futuro e do faz de conta? São só promessas e medidas anunciadas antes das eleições pois depois elas voltam para ser letra morta, águas passadas e vão para as gavetas acumulando pó e mofo, terminando no cesto de lixo. Os burocratas são funcionários públicos e não servidores públicos. Continuam confortavelmente sentados em

seus gabinetes. O povo brasileiro assiste essas palhaçadas há muito tempo. Conclusão óbvia tudo e nada pois a inércia prevalece. Exemplos: 1) A Internação Domiciliar pelo SUS; 2) O Disque Idoso. Criado há 4 anos com grande estardalhaço não foi regulamentado até agora. Parece que ficou para o dia de São Nunca !3) Em São Paulo só existe uma Delegacia do Idoso, mal instalada e desaparelhada. Faz apenas e tão somente boletins de ocorrência que não servem para nada pois as queixas não são apuradas.4) Na época das eleições os candidatos prometeram creches infantis para 100.000 crianças. Todos apóiam iniciativas como essa. Quanto aos idosos foram sequer citados. Provavelmente porque não são obrigados a votar e não fazem baderna nas ruas enfrentando a policia. Eu poderia citar dezenas de promessas do governador, do prefeito há 5 ou 6 anos. Porém acho que essas citações fogem do espírito dessa pesquisa.”(Oscar-SP, 82 anos)

Quando se questionou sobre a participação dos idosos nas decisões de governo: unânimes responderam afirmativamente sim. Para eles é importante a participação na esfera pública como cidadãos lutando pelos seus direitos, narrando suas necessidades, pois só eles conhecem o que precisam e necessitam. Cabe lembrar então que os idosos estão cientes que o papel dos atores sociais da contemporaneidade é justamente esse: dar visibilidade na esfera pública das suas necessidades através das suas narrativas tornando-se assim, protagonistas em seus espaços sociais. Entretanto, para isso precisam participar mais desses espaços para se tornarem visíveis.

“Com certeza. Pois é um meio de estar garantindo seu espaço na sociedade.” (Apolônia-RS, 70 anos)

“Sim, porque são cidadãos e ainda atuam em todos os setores da sociedade e contribuem fortemente com o recolhimento de tributos oriundos do dinheiro das aposentadorias, que são aplicadas na sociedade.” (Pedro-RS, 73 anos)

“É lógico que devem participar. Eu acho que o governo criou o Estatuto pelo Senador Paim que se esforçou tanto para conseguir a aprovação desse estatuto e também ali no governo do estado. Porque todos os direitos tem que se lutar para conseguir. É lógico que o governo não consegue atender todo o Estatuto do Idoso, mas nós temos que lutar para que o governo também se engaje para resolver os nossos problemas, que é um direito pelo Estatuto.”(Bertilo-RS, 75 anos)

“Sim, estou convicta, que a participação das pessoas idosas na discussão, na construção e implementação das Políticas Sociais Públicas oferecidas pelos gestores públicos Municipais, Estaduais e Nacionais, é sempre muito bem vinda. Penso que, só quando somos idosos é que sentimos a necessidades e as dores do desrespeito e da indignação. Somos nós os protagonistas de nossas histórias. Precisamos marcar nosso lugar na sociedade, onde possamos estar juntos, ser vistos e ter voz, onde podemos estabelecer intervenções eficazes. Mostrar para os presentes que temos condições para pensar, sentir, agir, saber, ensinar e aprender sobre assuntos, ou temas múltiplos.”(Selene-RS, 65 anos)

“Olha, todos os fóruns que houver deveria ter a participação do idoso é ou pelo menos parte dos idosos para que apresente as suas reivindicações e também sugira aquilo que deve ser feito em favor do idoso. Nós como Confederação e Federação nós estamos promulgando e vamos exigir do governo agora que se crie a Casa do idoso. Esta casa do idoso é em nossa ótica, na nossa maneira de ver, é quase que como uma creche infantil, o idoso que não tendo companhia dos filhos ou dos responsáveis em casa passará o dia nessa creche e a tarde quando voltarem do trabalho ele volta para casa. Então é uma das

*nossas exigências agora do governo, esperamos que sejamos atendidos.” (Casa Dia) .
(Osvaldo-RS, 80 anos)*

“Sim , porque são os próprios interessados.”(Arcângelo-RS, 66 anos)

“Com certeza, pois só os idosos podem falar das necessidades que tem.”(Irma-RS, 66 anos)

“Sim, porque os idosos são cidadãos como as outras pessoas, e devem contribuir tanto exigindo o que lhes é de direito como buscando o aprimoramento do que está sendo realizado.”(Sônia-RS, 70 anos)

Cabe lembrar que a participação em espaços públicos é direito de qualquer cidadão. Nos municípios, por exemplo, onde se constituem os Conselhos de Direitos todo cidadão pode participar e colaborar no controle das políticas públicas. Os movimentos sociais organizados também são outros espaços em que os atores sociais podem participar. Atualmente os processos de participação popular como, por exemplo, o orçamento participativo é um espaço onde se chama o cidadão a participar. Também nas Conferências, nos Fóruns de discussão da área e nas Audiências Públicas, entretanto o número de participantes sempre é inócuo.

Uma das senhoras entrevistadas lembrou que um dos espaços de participação democrática é através do voto, que apesar de ser facultativo para os idosos, demonstra que o sujeito que participa apresenta um processo subjetivo de reflexividade, e portanto, torna-se um sujeito de ação, um ator social. Quando participa e ocupa o seu espaço na esfera pública parte de uma coletividade que vivencia atualmente processos políticos democráticos, diferente de períodos anteriores vivenciados por essa mulher idosa, onde nem mesmo tinha direito ao voto.

“Ah, eu acho que sim. Todos eu acho, principalmente votando né, participando. Eu voto com essa minha idade que eu tenho, eu acho que é um direito, é um direito do cidadão brasileiro, é a democracia.” (Pastorinha-RS, 76 anos)

No entanto é preciso lembrar que essa estratégia da participação apenas através do voto remete a uma concepção de esfera pública burguesa representativa da tradição liberal da política priorizada até metade do século XX. A esfera pública liberal traz um caráter “decisionista”, onde ocorre uma disputa de poder e conflitos entre os grupos e classes de interesse dominante e a participação popular acontece apenas na hora do voto, muitas vezes induzido por interesses escusos. Essa forma de participação não permite argumentações reflexivas sobre preferências valorativas

ou culturais, prevalecendo ainda as vontades dos indivíduos assentadas na razão privada e não na pública, o que prejudica a verdadeira democracia (LUBENOW, 2007). Participar, portanto, vai muito além do voto.

O idoso paulista demonstra essa preocupação ao referenciar a importância da participação nos espaços democráticos, porém demonstra na sua narrativa essas contradições entre o interesse da sociedade civil (grupo dos idosos) e interesses públicos (governamentais) e privados (mercado) quando descreve o descrédito em relação as decisões governamentais, mesmo com a participação popular.

“Nas verdadeiras democracias o povo e principalmente as camadas diretamente envolvidas são ouvidas e participam das decisões. Várias vezes participamos com outros idosos de reuniões e mais reuniões. Quando os projetos ficavam prontos sumiam ou quando apareciam não tinham nada das decisões da consulta popular.”(Oscar-SP, 82 anos)

Visando complementar as informações referentes à participação de idosos na construção das políticas públicas questionou-se sobre os espaços, que na opinião dos idosos constituem os lugares onde estes atores sociais devem reivindicar seus direitos. Os entrevistados lembraram que *“A explicitação das lacunas existentes acontece em todos os espaços onde os idosos convivem.”*(Sônia-RS, 70 anos) ; *“ Poucos sabem que tem direitos, mas geralmente procuram o Ministério Público”* (Jan-TO, 65 anos).

Os espaços mais citados foram: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário; Conselho Regional de Assistência Social; Conselho Estadual do Idoso; Conferências dos Idosos; Audiências Públicas; Associação e Amparo ao Idoso; Associações de Clubes e Grupos de Terceira Idade; Federação do Clubes de Terceira idade do Rio Grande do Sul; junto aos políticos (vereadores e prefeitos), através de projetos; Fóruns de direitos; Reuniões em diversas instâncias, tais como: do primeiro setor, do segundo setor, do terceiro setor; Assembléias; Universidades; Escolas; Associações; Líderes comunitários; Promotoria Pública; Secretaria do Idoso; MIS – Movimento do Idoso Solidário; Grupos de convivência; Associações de Aposentados e Pensionistas; Sindicatos; Assembléia Legislativa; Ministério do Trabalho; Senado Federal; Câmara Federal; Câmaras Municipais de Vereadores; Secretaria Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal do Idoso, demais conselhos de direitos e nos movimentos sociais.

“A reivindicação deveria acontecer nas câmaras legislativas, nos conselhos, nas audiências públicas, entre outros.”(Sônia-RS, 70 anos)

“Em primeiro lugar o idoso deve reivindicar seus direitos no Conselho do Idoso Municipal, no conselho municipal onde se toma decisões, onde se resolve todos os problemas e

quando não se consegue se resolver pela assistência social, pela assistente que vai ir lá vê todos os problemas que os idosos sofrem, se lá conseguem resolver o conselho leva e nós já levamos algum problema para o fórum aonde foi resolvido. Então esse é o caminho certo.”(Bertilo-RS, 75 anos)

“Aponto alguns espaços que o idoso pode marcar sua presença e falar sobre as nossas necessidades em fóruns de direitos, espaços de controle social, conselhos de direitos, reuniões em diversas instâncias, tais como: do primeiro setor, do segundo setor, do terceiro setor, nas Universidades, nas escolas, nas associações dentre outras. Com o compromisso de acompanhar as propostas que abordem temas sobre envelhecimento com dignidade, políticas Sociais públicas para a pessoa idosa, pactuar caminhos intersetoriais que possam efetivar uma transversalidade eficaz das políticas sociais públicas. E mais, solidificar sua autonomia, ser protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos, profissionais com diferentes olhares para trabalhar junto ao idoso o fortalecimento e a integração dos idosos e seus familiares. O idoso pode estar junto com o poder executivo e o legislativo, discutindo as diretrizes orçamentárias, plano integrado e orçamento público da união, estados, distrito federal e municípios que possam dar um suporte econômico adequado para suprir as demandas carentes, alinhadas aos projetos sociais.”(Selene-RS, 65 anos)

“Em organizações de diversos tipos. Exemplos: líderes comunitários, promotoria pública, secretaria do idoso.” (Heloisa-RS, 64 anos)

“Aí é o seguinte. O idoso tem todo o espaço do mundo pra reivindicar, certo? É no Senado, é na Câmara Federal, é na Assembléia Legislativa, são nas Câmaras Municipais, no Conselho Municipal do Idoso, sabe? Raramente ele consegue reivindicar alguma coisa ao gestor público, certo? Ao executivo. Mas pelos legislativos ele pode de repente ser uma força muito grande a partir do instante em que tenha propostas, ideias que consiga chegar a esse pessoal, que não é difícil da gente chegar.” (Artidório-RS, 72 anos)

“Primeiro passo o idoso deve dirigir-se aos Conselhos Municipais do Idoso onde exista que nem todos os municípios estão com conselho atuando e nem criado, porque muitos prefeitos não querem criar o Conselho Municipal do Idoso porque é mais um trabalho existente. Fora do Conselho Municipal do Idoso eles devem então dirigir-se a Secretarias Municipais de Assistência Social porque é essas que prestam assistência social aos necessitados e aos excluídos.” (Osvaldo-RS, 80 anos)

“Conselho do Idoso, Câmara de Vereadores, nos Grupos de idosos.”(Sirley-RS, 75 anos)

“Hoje através dos movimentos sociais.”(Francisco-RS, 60 anos).

“No poder judiciário, executivo, legislativo também, nas Conferências e Fórum.”(Dilceu-RS, 73 anos)

A partir da constatação dos espaços de participação se inquiriu aos idosos se eles participam desses lugares e de que forma isso acontece. Percebeu-se que cada um participa mais ativamente dos espaços onde já atua. Alguns evidenciam que a luta por seus direitos é coletiva; outros demonstram que buscam a efetivação dos direitos por vias mais individualistas, a partir de contatos direto com políticos por telefone ou e-mail. Embora essa atitude possa parecer uma cultura política de favorecimento ou de individualismo, é uma característica da sociedade complexa e contemporânea em que se vivencia. A atitude demonstra, acima de tudo, a

cidadania colocada em prática, ou seja, é o cidadão cobrando ações dos políticos eleitos para tal atuação, exigindo seus direitos e exercendo sua cidadania, mesmo através do telefone. Mas vale lembrar que essas atitudes são de idosos do sul, sudeste e nordeste, pois a região norte ainda tem muita censura e política clientelista de favorecimentos.

“Sim, representando os idosos do grupo de convivência onde atuo.”(Apolônia-RS, 70 anos)

“Indo as palestras, as assembléias, participando dos grupos de idosos, conferências.”(Sirley-RS, 75 anos)

“Sim. Como Presidente do Conselho Municipal do idoso já por várias gestões. Como presidente da Associação de Clubes e Grupos de terceira Idade no município de Santo Cristo e na Federação.” (Pedro-RS, 73 anos)

“Atualmente sim exercendo o cargo de Presidente do Conselho Municipal do Idoso.”(Dilceu-RS, 73 anos)

“Sempre que estiver ou ter conhecimento de qualquer desrespeito aos idosos, fazendo conhecer o Estatuto do Idoso.” (Anália-RS, 69 anos)

“Sim. Como voluntária da pastoral da pessoa idosa e secretaria do grupo de convivência.” (Heloiza-RS, 64 anos)

“O MIS toma a iniciativa de agendar as reuniões, em seminários periódicos nos quais comparecem muitos idosos de todas as regiões da Grande São Paulo. Conforme seus pedidos vamos levar aos órgãos competentes.” (Oscar-SP, 82 anos)

“Eu até hoje nunca deixei de ser recebido em qualquer gabinete dos vereadores de Cruz Alta . Eu tenho um contato com o Senado Federal, com o Paulo Paim, com a Ana Amélia, tenho na Câmara Federal também tenho contato com alguns deputados , aqui o Dr. Pedrinho é o meu representante, é a pessoa de minha confiança na assembléia. Toda a vez que a gente de repente, precisa alguma coisinha, já precisei algumas coisas aqui liguei pra ele e certa coisa se resolveu. E aqui na Câmara o problema todo é que o gestor público ele tem maioria, então quando tu consegue entrar com a tua voz por intermédio de algum vereador me parece que a ideia é alterada de maneira tal a atender apenas o interesse do executivo e não exatamente da comunidade.” (Artidório - RS, 72 anos)

“Quando eu aqui em Cruz Alta eu fui presidente do Conselho Municipal da Saúde, do Conselho Municipal de Assistência Social e nesta ocasião quando eu fui presidente foi exatamente no momento em que começou-se a aplicar o LOAS a lei orgânica da Assistência social que deu o benefício ao idoso e ao deficiente. Quem fazia era os centros de saúde através dos médicos do posto de saúde que forneciam o laudo da pessoa deficiente. Cada médico na deficiência do petionário.”(Osvaldo-RS, 80 anos)

“Sim. devido a minha colaboração no sindicato – SINDINAP” (Francisco-RS, 60 anos)

“Sim, exercendo atribuições, papéis em conselhos de direito, associações comunitárias, espaços de formação.”(Sônia-RS, 70 anos)

“Sim ,sempre que ficamos sabendo, pois a divulgação é pouca.”(Jan-TO, 65 anos)

Outros dois idosos, mesmo sendo atuantes em espaços culturais e religiosos, evidenciaram que não participam dos espaços políticos, de reivindicação de

direitos, conforme um deles relata em sua fala: *“Não, não participo desses espaços. Também a igreja é um espaço, dependendo da religião de cada um, que abraça, também. Eu sou espírita, 40 anos que eu participo do Centro Espírita.”* (Pastorinha-RS, 76 anos).

Na continuidade das entrevistas e ainda visando complementar o conhecimento dos idosos sobre os espaços de participação, questionou-se sobre as características desses lugares para identificar se são democráticos e participativos. Observa-se alguns dos idosos ainda bastante receosos em relação ao exercício da democracia, pois é difícil se tornar cidadão atuante quando se tem ainda muito arraigada uma cultura ditatorial, vivenciada pelos idosos por muito tempo. Essa mudança é cultural e deve ser construída a partir da participação, do envolvimento, da interação, do diálogo, das narrativas com equilíbrio de poder entre todos os participantes, diferentemente de outros processos políticos onde o poder ficava concentrado na mão de um. Também houve ressalvas em relação a efetiva participação dos conselheiros, a necessidade de capacitação para que de fato seja um processo democrático e onde o idoso seja o protagonista ou o seu poder não seja cooptado por outros, especialmente entre aqueles que detêm o conhecimento e o poder e desejam concentrá-lo em seu favor.

“São muito participativos e democráticos, pois todos têm voz, vez e voto nas decisões”
(Pedro-RS, 73 anos)

“O Brasil é um país democrático e participar é importante para estar bem informado.”(Sirley-RS, 75 anos)

“Para mim são democráticos porque toda democracia é quando se reivindica alguma coisa para o governo e o governo procura resolver mesmo que não consiga resolver tudo, mas ajuda então a resolver, isso é democracia.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“Acredita-se que o processo de discussão está apenas começando. Se recorrermos à nossa história verá que somos muito amadores no exercício da democracia, porque saímos recentemente de um regime ditatorial, no qual muito se trabalhou, para que as pessoas fossem os sujeitos passivos da história. Agora acontece o processo ao inverso trabalha-se para que as pessoas sejam os sujeitos ativos na construção de possibilidades que possam trazer mais felicidade, com respeito às diferenças, à cultura e principalmente ao processo de subjetividade das pessoas. Tudo isso deve nos concentrar para que se tenha uma sociedade melhor para todos. É um processo complexo, sim, sem dúvida, mas muito interessante e é por isso que desafiamos a nossa capacidade de reflexão para o mundo das organizações sociais que atendem as pessoas idosas.”(Selene-RS, 65 anos)

“Olha, eles devem ser, mas nós temos que em certos municípios é.. as vezes é.. a formação dos conselheiros não é de forma igualitária, as vezes a própria prefeitura por seus interesses políticos determina participação de muitos conselheiros que tão lá naquele além as administrações. E isso é que não pode ser. Tem que ser de forma igualitária todos eles. É 50% dos usuários e os outros 50% é de prestadores de serviço ou de funcionários públicos.” (Oswaldo-RS, 80 anos)

“Podem ser participativos e democráticos se as lideranças e os cidadãos souberem potencializá-los”.(Sônia-RS, 70 anos)

“São só existentes na teoria e os idosos acabam desanimando e não se deixam envolver mais” (Oscar-SP, 82 anos)

“Pouca motivação e divulgação.” (Arcângelo-RS, 66 anos)

“Democráticos quando o espaço é apolítico. No norte do Brasil as pessoas que defendem direitos são ameaçadas , sofrem retaliações e são assassinadas.”.(Jan-TO, 65 anos)

Como se vê, mais uma vez o idoso paulista que é líder do MIS, demonstrando o quanto está desanimado e desacreditado em relação aos espaços públicos de participação cidadã, assim como também um dos idosos aqui do sul demonstra pouca motivação para lutar por seus direitos de sujeito idoso. Os idosos do norte ainda vivem sob o estigma do patrimonialismo e da corrupção, onde os interesses do povo não está em primeiro lugar e lembram que as pessoas já sofreram muito para torná-los democráticos. Outra idosa enfatiza que os espaços existem, mas a participação e democratização desses só acontecerá se a sociedade civil souber potencializá-los e isso o idoso ainda não aprendeu.

Ressalta-se que aproveitando a questão dos movimentos de luta por reivindicações de direitos entre os idosos buscou-se saber se existe esse tipo de movimento entre os idosos e se estes fazem parte de algum movimento. O lugar mais relacionado por eles, como movimento de reivindicação, foi o Conselho do Idoso, e os movimentos organizados como a Associação dos Grupos da Terceira Idade, a Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais (AGPAMAR), a Associação dos Aposentados e Pensionistas, Sindicatos, passeatas e marchas até Brasília.

“ Não existe um movimento. Porém existe um Conselho formado por pessoas inseridas no grupo, sendo que estas representam o mesmo nas reivindicações de suas ações.” (Apolônia-RS, 70 anos)

“Associação de Clubes e Grupos de Terceira Idade do Município de Santo Cristo e na Federação Estadual dos Clubes de Terceira Idade (FECTIRGS).”(Pedro-RS, 73 anos)

“Passeatas e palestras participo. Marchas à Brasília ainda não. Conselhos participo.” (Sirley-RS, 75 anos)

“Particularmente acho o idoso de que estamos falando é aquele que precisa ser protegido em seus direitos, não sabendo articular movimentos de luta por seus direitos, pois esperam que os governos federal, estadual e municipal que tem o dever e a obrigação de dar assistência ao idoso, prestando atenção nas condições de vida através das Unidades

Básicas de Saúde, para serem atendidos. Participo dos Conselhos dos Idosos e Grupos de Convivência.” (Anália-RS, 69 anos)

“Justamente que essa é a continuidade, que em 1992 houve esse movimento se conseguiu a luta principalmente os sindicatos. Tem que os conselhos municipais se unirem aos sindicatos dos trabalhadores rurais que conquistaram tantos direitos e nós hoje a terceira idade está fazendo esse mesmo caminho, criamos a Federação que é justamente para isso, para que se consiga mais resolver os problemas que existem ainda para a terceira idade, das aposentadorias. Isso tudo se conseguiu com luta e a luta não pode parar . Nós da regional 1 criamos uma federação a FECTIRGS já está passando em todo o estado. É esse o trabalho que a gente tem que continuar.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“Sim eu participo, desenvolvendo um papel de conciliador ou de debatedor de temas complexos. Mas fico indignada, pois o poder de manipulação política partidária é tão grande que às vezes penso que este poder se reúne simplesmente para conseguir o que querem das pessoas mais humildes. “ganhar prestígios pelo cabresto e o resto do mundo que se dane”. (Selene - RS, 65 anos)

“Como já foi informado linhas atrás, sou fundador e coordenador do MIS, criado com essa finalidade. Trinta anos de luta pelos direitos dos idosos.” (Oscar-SP, 82 anos)

“Olha me parece que não, certo? por parte dos idosos, mesmo porque o idoso ele tá passando por um processo de conformação , tá se conformando com tudo. Recebe muito pouco de tudo aquilo que ele teria direito, mas ele não se movimenta ele não se propõe a abrir o peito e dizer isso aqui tá errado, tenho que mudar. Tanto que uma série de propostas hoje que estão na cidade foi uma briga pessoal minha: estacionamento pra idoso, é uma briga minha, brigamos pelo estacionamento do deficiente também , os deficientes são muito poucos em Cruz Alta e eles são também muito rejeitados. Se tá se colocando hoje alguma coisa é as vezes quase uma luta pessoal por a gente, não é feita de forma coletiva.” (Artidório-RS, 72 anos)

Nós temos , eu tenho a minha concepção que nós pertencemos a essa faixa etária dos idosos que são os aposentados então nós aposentados lutamos mais pela política do aposentado é...e as secretarias de assistência social dos municípios onde estão organizados elas procuram formar os chamados grupos de idosos e nestes grupos de idosos são orientados é... ao lazer, ao lúdico, alguma experiência, algum aprendizado, um bordado, marcenaria, carpintaria , isso tudo é de interesse de alguns municípios outros não tem isso. Agora eu acho, na minha maneira de ver, o que eu assisti no tratamento dado a esses grupos de idosos é na minha concepção errado, porque eles estão tratando os idosos como eu vi, como se fossem crianças, estavam ensinando como se eles voltassem a ser crianças e isso não é a maneira de tratar o idoso que ..na minha humildade e na minha ignorância eu entendi que não deve ser assim, deve ter uma especialidade, algum psicólogo para dar essa orientação. (Osvaldo-RS, 80 anos)

“Os Conselhos Municipal e Estadual do Idoso são alguns dos exemplos.”(Sônia-RS, 70 anos).

“Sim, nós temos, Conselho Municipal da Pessoa Idosa (COMID), Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais (AGPAMAR), auxiliada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e COMID, onde faço parte do conselho.”(Valter-Rs, 60 anos)

“Olha a gente sofreu muito para torná-los democráticos.Sofremos muito, mas se tornaram democráticos.” (Maria de Jesus-PI, 74 anos)

Quando fala-se em Movimentos refere-se aos Movimentos Sociais de luta por reivindicações de direitos de minorias excluídas e que procuram obter visibilidade

na esfera pública. Atualmente se sabe que os governos priorizam as demandas públicas dos grupos que conseguem apresentar suas narrativas. Para isso, esses grupos usam diferentes estratégias de ação: alguns saem às ruas, fazem passeatas, pintam a cara, acampam na frente do Planalto, fazem paradas, colocam músicas, enchem as ruas de gente, fazem seminários, participam de fóruns sociais, usam redes sociais, enfim utilizam os mais diferentes artifícios para escancarar suas demandas na esfera pública e ter suas prioridades atendidas.

Na verdade, excluiu-se os idosos por muito tempo, considerados grupos fragilizados e vulneráveis que precisavam de assistência. A partir da década de 1970, quando na Europa surgem as tendências dos movimentos sociais para dar visibilidade as minorias, os movimentos geracionais(envelhecimento) se juntam aos demais. Entretanto, no Brasil essa visibilidade aconteceu de forma mais objetiva, a partir de questões demográficas e quantitativas. Somente mais tarde, em 1992, quando o movimento dos aposentados e pensionistas saem as ruas é que os idosos pegam uma carona no movimento, passam a ter uma visibilidade subjetiva e vistos como atores sociais.

Justamente por isso é que muitos idosos consideram não existir um movimento de luta. Que esse movimento é apenas dos aposentados e pensionistas, em razão de que entre os aposentados alguns ainda não completaram 60 anos, e isso significa que o movimento não é dos idosos e portanto não há um movimento organizado especificamente pelos idosos. De fato Paz (2001) afirma que há uma clara tendência cada vez mais forte de aliança entre a COBAP e os idosos e uma maior aproximação dos trabalhadores-aposentados com a questão da velhice.

Particularmente considera-se que a tendência é esse movimento (dos aposentados e pensionistas) se tornar um único movimento: o dos idosos, porque há uma disposição do governo em cada vez aumentar mais a idade para a aposentadoria e mesmo que alguns componentes do movimento ainda não tenham a idade cronológica de 60 anos, estão pré-idosos, ou seja, preparam-se para envelhecer e podem ser considerados os simpatizantes do movimento. Como acontece no movimento dos GBLTs (Gays, Bissexuais, Lésbicas e Travestis), o qual agrega muitos simpatizantes e hoje é considerado um dos movimentos sociais com maior visibilidade no país, tanto que para sua Conferência Nacional esse grupo

recebeu do governo federal a autorização para levar 4.500 delegados, enquanto que para a Conferência Nacional da Pessoa Idosa a autorização foi de 900 delegados, o que denota portanto, menor visibilidade. Porém, considera-se que o idoso é muito pacato, acomodado e fica esperando ser representado por outros para fazer suas reivindicações. Nesses momentos é que se percebe o quanto a cultura do medo, do silêncio, do inativismo político ainda é herança de um período extenso de ditadura. O idoso, justamente por não ter essa cultura de participação cidadã, deixa de ocupar espaços que são seus e ser o protagonista de suas conquistas. Para identificar se realmente o idoso é protagonista, também buscou investigação sobre isso na realidade dos idosos entrevistados.

“Através das organizações dos Idosos, ou seja, Conselho e Associação. Também através de representante como deputados, senadores e vereadores.”(Pedro-RS, 73 anos)

“Quase sempre o idoso carente deixa-se levar pela velhice, com desconhecimento de seus direitos, passa a conhecê-los quando precisa, através de agentes de saúde e programas sociais estabelecidos nos municípios, as vezes com a família, muitas vezes sozinho e mal informados.” (Anália-RS, 69 anos)

“É realmente isso acontece muito viu e do próprio idoso não saber dos seus direitos. Ele não sabe do estatuto dos direitos, tem que vir outras pessoas alertarem e ajudarem. Isso acontece muito... Isso nós reconhecemos, mas muitos idosos hoje estão se organizando em grupos e justamente para isso, para reivindicar os seus direitos.”(Bertilo-RS, 75 anos)

“Muito poucos idosos reivindicam seus direitos. Alguns líderes comunitários, vereadores, políticos voltados aos idosos os representam.”(Heloiza-RS, 64 anos)

*“Olha, tem idosos que eles já tem aquele dom, não é? Dom de ver, eles enxergam longe, eles já vêem a necessidade. Então no momento que ele tá pedindo para ele está pedindo pelos outro também não é. É uma democracia, acontece isso mesmo, representação...”
Pastorinha-RS, 76 anos)*

“É... é realmente são poucos, mas muito poucos mesmos os idosos que reivindicam seus direitos e quando reivindicado muitas vezes, aí que nós temos que ter atenção, muitas vezes reivindicação com interesses próprios. Outros são mais dedicado, então reivindicam de forma coletiva, mas nós temos aí que perceber uma coisa; me refiro aqui aos aposentados, muitos aposentados que estão na faixa etária dos idosos é... não querem participar, eles próprios não participam das reivindicações, por comodidade ou por desilusão, mas eu creio que mais por comodidade aqueles que dizem respondem, quando solicitadas o comparecimento, respondem: eu não vou assinar, eu não vou pedir porque eu sou da mesma condição que o fulano. O fulano pediu se ele ganhar eu ganho também. Então esse está se omitindo da luta.” (Osvaldo-RS, 80 anos)

“Comparecendo aos chamados. Os outros são os dirigentes, a associação de idosos e pessoas que se dedicam a dirigir os encaminhamentos.” (Sirley-RS, 75 anos)

“São na maioria das vezes representados por outros, associações, sindicatos e fundações ou por advogado contratado.”(Dilceu-RS, 73 anos)

“Lentamente os idosos estão se “acordando” para os espaços que existem. Os “outros” são técnicos, cidadãos interessados, lideranças, etc. Ainda porém, observa-se que as pessoas

idosas delegam para a família, as instituições esta atribuição, qual seja, a luta pelos seus direitos.”(Sônia-RS, 70 anos)

“Os direitos são reivindicados pelos movimentos populares e grupos organizados pelos próprios idosos, onde os idoso rurais são representados pela AGPAMAR, e individual.”(Valter-RS, 60 anos)

“Parte reivindica por eles, outros infelizmente são representados por pessoas contrárias em ceder direitos, como por exemplo governo, empresários e outros.”(Jan-TO, 65 anos)

Percebe-se nas falas dos idosos bastante incredulidade em relação as muitas promessas feitas, além de considerarem que a demora ocasionada pelos processos burocráticos nas legislações são condições que desestimulam os idosos a participarem ocasionando a evasão dos mesmos dos espaços de reivindicação. Outro fato importante observado nas falas é que alguns idosos, mesmo lutando pela causa do idoso, ainda deixa entrever este como sendo o idoso “carente, vulnerável”, que precisa apenas de assistência e não de direitos. Além disso, os idosos de certa forma consentem que o seu espaço de reivindicação seja utilizados por “outros” para ser representado. Os outros podem ser os técnicos, os especialistas na área de gerontologia, empresários, o próprio governo ou então cidadãos interessados que lutam pela causa, outros porém delegam esta atribuição para a família ou as instituições. Nesse último caso, é uma forma de autorização consentida para que os políticos, os sindicalistas, os líderes lutem por seus direitos, como e quando considerarem conveniente a partir de interesses eleitoreiros e não em favor de um protagonismo do idoso. Talvez por isso não se alcançaram muitas conquistas ainda em razão dessa falta de interesse pela sua própria luta de reivindicação de condições dignas de vida, a começar pela redução drástica da aposentadoria daqueles idosos que se aposentam com o teto máximo, da falta de atendimento na área da saúde em termos de atendimento médico e internações, e tantos outros...

4.3.4 Políticas Públicas e Atores Sociais: processos de participação e garantia de direitos na visão dos idosos

Com a abertura dos espaços de participação cidadã, também se dá condições para que os atores sociais atuem no controle social, como fiscalizadores da execução das políticas públicas. Além disso, o ator social assegurou um papel

importante desde a construção das políticas públicas, e será ele quem comunicará à esfera pública quais são suas necessidades. Também deixará claro o que espera do poder público em relação aos processos sociais pertinentes as suas questões, nesse caso, os relacionados ao envelhecimento. Tais espaços incorporados na esfera pública brasileira a partir da abertura democrática e especialmente com os governos de esquerda que implantaram ações como, por exemplo, os conselhos e o orçamento participativo.

No que se refere às políticas públicas voltadas ao envelhecimento as Conferências e os Fóruns sobre envelhecimento, firmam-se como os espaços de maior participação popular e mobilização de pessoas em prol das questões do envelhecimento, entretanto os idosos ainda não são os protagonistas. Muitos participam, mas representam um número muito pequeno em relação à quantidade de idosos que se tem hoje. Os idosos precisam participar mais efetivamente para de fato ser os novos atores sociais ao trabalhar na construção, efetivação e fiscalização das políticas públicas.

Visando investigar a percepção dos idosos em relação a essas possibilidades de participação, inquiriu-se os pesquisados em relação a que são políticas públicas. Todos os investigados responderam que sabiam e que são projetos e ações afirmativas em favor da velhice para garantir cidadania e direitos assegurados em lei. Entretanto conscientes que muito pouco ainda se fez e que muitos idosos continuam em situações de vulnerabilidade social, pobreza e miséria, precisando de políticas públicas específicas para o enfrentamento dessas questões.

Dentre as políticas públicas voltadas aos idosos mais citadas por eles destacam-se: Atendimentos de Saúde Pública (SUS) e Programa de Saúde da Família (PSF); Atendimentos de Assistência Social pelo Sistema Único (SUAS); Política Nacional de Saúde do Idoso; Política Nacional do Idoso; Política Nacional de Educação; Política Nacional de Habitação; Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Constituição Federal; Estatuto do Idoso; a Previdência e Assistência Social, Transporte, como a gratuidade do transporte intermunicipal (Lei Divo do Canto) no RS; a gratuidade do transporte interestadual no Brasil, desde que preenchidos os devidos critérios; Proteção dos Idosos contra maus-tratos; Assistência Jurídica, a

Universidade Aberta à Terceira Idade ou Universidade da Maturidade e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Percebe-se que a maioria deles fizeram referência as políticas públicas em nível macro (nacional), até porque são as mais difundidas e que aparecem frequentemente na mídia. Além de serem as políticas mais pautadas em função de serem as necessidades primeiras dos idosos: saúde e assistência social, especialmente entre os idosos mais fragilizados e carentes, embora essas políticas venham a se efetivar nos municípios (níveis micros). O olhar para as políticas públicas do seu município geralmente é mais difícil de visualizar, especialmente quando os atores sociais se afastam dos espaços de controle social. Também se pondera a preocupação dos idosos em relação a efetivação das mesmas (execução da política por parte dos gestores) na medida em que citam a necessidade dos trâmites burocráticos (constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO , por exemplo) e a importância do controle social. Esse geralmente é o motivo que afasta os atores sociais idosos dos espaços públicos, a espera pela sua efetivação, que muitas vezes torna-se demorada (a aprovação de determinadas leis pode demorar anos, em tramitação entre Congresso, Senado e Executivo). Mas também se observam idosos bastante reflexivos em relação aos seus direitos, com propostas e sugestões muito interessantes e importantes em relação à gestão da velhice no País.

“Esporte, lazer, educação física, direito a saúde, internação hospitalar, estão sendo instaladas diversas academias ao ar livre para os idosos, e uma casa digital com internet para os idosos do meio rural” (Valter-RS, 60 anos)

“Atendimento de saúde priorizado ao idoso pelo INSS; Atendimento pela Assistência Social nos 35 grupos de idosos no município com reuniões mensais com palestras e orientações sobre saúde, lazer e vida digna; olimpíadas em núcleos com 7 grupos cada núcleo. Confraternização com todos os grupos uma vez ao ano.” (Pedro-RS, 73 anos)

“SUAS - Sistema único de Assistência Social – o acompanhamento do beneficiário e de sua família , a inserção dos idosos nas redes de serviços socioassistenciais. Articular políticas intersetoriais , intergovernamentais e interinstitucionais que afianciem a completude da atenção as pessoas idosas. &2º - do art 21 da lei 8.742 de 1993 temos várias mas não são aplicadas.”(Anália-RS, 69 anos)

“Políticas Sociais Universalizadas: Política Nacional de Assistência Social;Política Nacional do Idoso;Política Nacional de Educação;Política Nacional de Habitação;Sistema Único da Assistência Social;Sistema único da Saúde;Lei Orgânica da Assistência Social;Constituição Federal Brasileira; Estatuto do Idoso, dentre outras.Tenho pensado muito em que: as pessoas mais velhas não podem mais serem retratadas sempre como bizarras, loucas ou patéticas. Precisamos de uma campanha de imagem positiva para questionar sobre:- Como arranjar as coisas de tal modo que o presente não seja adverso, mas grávido de dignidade

para melhorar a qualidade de vida do idoso no futuro? Quais trabalhos efetivos até hoje, que resultou em impactos sociais positivos nas relações sociais com as famílias junto com seus idosos? Penso que os meios de comunicação de massa têm função determinante se incluir a velhice e seus desdobramentos temáticos em sua pauta. O Brasil tem que pautar e propor estudos de gestão pública para o envelhecimento das pessoas” (Selene-RS, 65 anos)

“Mantemos contatos periódicos com as secretarias municipais e estaduais de saúde e assistência social. Um dos projetos em execução é o Futuridade. As faculdades oficiais organizam programas assistenciais e domiciliares para idosos carentes. O PSF – Saúde da Família não está preparado e equipado para visitar as famílias que possuem idosos fragilizados ou dependentes. É uma grave falha. Apenas poucas equipes atuam com bons resultados. O que deveria ser a regra é uma exceção. Há municípios que criaram políticas públicas muito bem planejadas, resta saber se no próximo governo elas continuarão em vigor. No Estado de São Paulo dois municípios promulgaram leis nesse sentido, Rio Claro e mais recentemente, em março de 2011, São José do Rio Preto.” (Oscar-SP, 82 anos)

No sentido de verificar o aprofundamento do conhecimento dos idosos em relação às políticas públicas no que se refere a construção, ou seja, em relação aos processo de negociação, encaminhamento e efetivação (outorgamento) das mesmas, verificou-se que o mínimo de idosos se deram conta de como se inicia a construção de uma política pública. Poucos se referiram que a construção de uma política pública inicia com a reivindicação dos atores sociais e isso acontece na medida em que esses expressam as necessidades do mundo da vida através de seu agir comunicativo, conforme Habermas explica, nos espaços públicos que se tornaram acessíveis à população a partir dos processos democráticos, ou seja, através dos Conselhos e movimentos sociais. Apenas um dos idosos se referiu a um desses espaços que é a Conferência do Idoso através dos mecanismos de controle social dos Conselhos de Direitos. Outros demonstram a preocupação com quem irá redigir essa legislação no sentido de burocratizar os processos e não atender aquilo que a comunidade realmente necessita.

“Com reivindicações, projetos e muita negociação.”(Valter-RS, 60 anos)

“Muitas vezes pelo poder legislativo e executivo , sem ouvir a base” (Pedro-RS, 73 anos)

“Deve ser, esse é o único caminho de nós reivindicarmos para os nossos representantes que são os deputados que devem encaminhar pela assembléia, pela Câmara dos Deputados e o que é possível o governo então vai conseguir e vai fazer o que é possível. Mas a única maneira é se eu tenho uma reivindicação, uma política pública, é reivindicar pelo representante direto que é o nosso deputado, né?(A Conferência do Idoso) Esse é um dos caminhos. É justamente um trabalho que é feito para que realmente o governo fica alerta para que atenda nossas reivindicações, justamente é a luta que se faz, né. Então esse é um trabalho, reconheço que é uma das maneiras para nós reivindicarmos nossos direitos.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“O caminho inicial é uma das esferas do poder político, o executivo ou o legislativo, proporem uma lei que representa uma Política Social Pública. No âmbito Federal, o

executivo é o Presidente da República; No legislativo Federal é a Câmara dos Deputados e o Senado; No plano Estadual, o executivo é o Governador do Estado; No Legislativo Estadual são os Deputados Estaduais; No plano Municipal, o Prefeito Municipal; No legislativo Municipal é a Câmara de Vereadores. Depois, a proposta entra em discussão em todo o legislativo - no âmbito federal, primeiro os deputados discutem, aprovam, e depois o mesmo é feito no Senado. O contrário acontece (do Senado para o Congresso) quando são os senadores propõem a política pública. Depois que for aprovado pelo poder legislativo, o presidente, o governador ou o prefeito precisa sancioná-la sem a qual ela não tem validade. Sancionar é declarar sua aprovação. Nesse momento, ele pode vetar artigos e aprovar as propostas sem eles. Não é possível cortar trechos ou palavras, só artigos inteiros para não haver manipulação do texto, o que acontecia na época da ditadura. A lei que define a Política social Pública, só vale mesmo quando publicada no Diário Oficial, seja da União ou dos estados. Quando o executivo veta as propostas, ela volta para o legislativo e, depois de uma nova votação, pode passar a valer mesmo não tendo sido sancionada pelo presidente, governador ou prefeito. (Ufa fiquei sem folego!!!) Nesse caso há uma votação secreta para que o deputado ou vereador não sofra punições do poder executivo. Se ela for aprovada por 50% deles mais um, a proposta poderá tornar-se Lei é publicada e passa a valer. Penso que esta é uma forma de equilibrar os poderes, não os deixando concentrados nas mãos de apenas uma esfera política. Toda proposta é discutida nas comissões temáticas do legislativo e pode ser aberta para consulta pública para que deputados, senadores e vereadores ouçam pareceres técnicos ou mesmo a opinião da sociedade. Embora todos os cidadãos tenham direito a opinar na discussão de uma lei, os resultados são mais eficientes quando as pessoas são organizadas em grupos.”(Selene-RS, 65 anos)

“Através de projetos sociais e boa vontade dos políticos.” (Francisco-RS, 60 anos)

“Processo de negociação.” (Heloiza-RS, 64 anos)

“No processo de negociação, encaminhamento e efetivação das políticas públicas, como já foi citado anteriormente as políticas públicas obedecem a interesses políticos pois não são feitas pelos técnicos especializados e sim por burocratas nomeados por padrinhos políticos, com total desconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos idosos, principalmente pobres e carentes de tudo. São experts de gabinetes pois sabem tudo exceto a dura realidade dos cidadãos mais humildes.” (Oscar-SP, 82 anos)

“Olha, pelo que eu já acompanhei e ajudei a votar no município a LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias tudo que é política pública que envolva é... numerário, que envolva custo tem que constar da LDO, não constando da LDO mesmo que no orçamento haja verba e haja vontade política do administrador não pode executar porque não está constando da LDO então daí é que parte a iniciativa das políticas públicas.” (Osvaldo-RS, 80 anos)

“Geralmente a partir de movimentos sociais, raramente por iniciativa de poder público.”(Jan-TO, 65 anos)

“Pouco de participação de cada um por causa dos conselhos e também a gente precisa lutar muito.” (Maria de Jesus-PI, 74 anos)

“Com participação coletiva” (Osmilda- MT, 76 anos)

Na continuidade dessa informação sobre a construção e outorgamento das políticas públicas, se questionou aos idosos sobre quem interfere nesses processos. As mais lembradas foram: o município, os partidos políticos e interesses partidários, o poder público com o efetivo controle social, os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, os Gestores, as Instituições e os Usuários, que são cidadãos de um modo

geral, Senadores, Deputados, Governadores e Prefeitos, políticos e candidatos, Sindicatos, Parlamentares, as Associações e os Idosos, “eles acima”, se referindo aos gestores públicos municipais, estaduais e federais e a classe dominante. Percebe-se nessa fala ainda muito arraigada a condição do domínio, da verticalidade das decisões políticas, ou seja, que “vem de cima”, e não da política como participação democrática, como decisão coletiva e participativa dos atores interessados. Essa resposta engendrada pelas condições históricas sociais, que deixaram marcas das muitas subordinações sofridas pela população brasileira e Latino Americana, especialmente quando se é idoso, negro e de classe trabalhadora. Embora, na questão anterior poucos se referiram que os idosos são os atores sociais que participam da construção das políticas públicas, nessa questão demonstraram que os idosos também podem e devem interferir nesses processos, inclusive identificando características subjetivas como a persistência, a coragem e a determinação para atingir esses objetivos. Portanto, conscientemente demonstraram que a partir de sua subjetividade podem se tornar atores sociais reflexivos, mas também falta o interesse por parte de muitos idosos em se tornar sujeito participativo na esfera pública para garantir seus interesses e necessidades.

“O poder público com o efetivo controle social.” (Anália-RS, 69 anos)

“As interferências nos processos que envolvem as pessoas acontecem de forma dinâmica. Entre gestão municipal, gestão das instituições que operacionalizam os projetos sociais e as pessoas beneficiadas. Num esforço conjunto para produzir melhores condições de vida para as pessoas em vulnerabilidade social que resultam em impactos positivos de mudanças do entorno onde o cidadão reside com sua família. Portanto creio que interfere na subjetividade das famílias envolvidas, onde estas possam superar suas dificuldades por meios da qualidade dos serviços oferecidos para os usuários.” (Selene-RS, 65 anos)

“Senadores, deputados, governadores e prefeitos, políticos e candidatos.”(Oscar -SP,82 anos)

“Sindicatos e parlamentares.” (Arcângelo-RS, 66 anos)

“Atos e leis do governo.”(Dilceu-RS, 73 anos)

“Olha o próprio idoso poderia interferir se ele tivesse interesse, certo? Por vezes, por interferência de algum idoso junto a alguma pessoa do legislativo, como é o caso por exemplo do Senado. Eu tenho conversado com a senadora Ana Amélia pelo Orkut , facebook, tenho mandado documentos para ela relativas a questões do idoso, dos aposentados, de aposentadorias. Paulo Paim, tenho mandado algumas críticas a ele porque ele se tornou muito mais membro de governo do que propriamente um senador . Então me parece que a coisa corre por aí. Nós poderíamos ter uma interferência muito maior se de repente os idosos fossem um pouquinho mais ativos se 10% deles fossem mais ativos nós faríamos uma revolução” (Artidório-RS, 72 anos)

“Nos municípios, nós aqui é reunido e é debatido com todas as associações ou pelo menos foi em minha época foi debatido com as associações e havia sugestões de emendas para elaboração do orçamento e que deveria ser incluído na LDO para depois entrar no orçamento.”(Osvaldo-RS, 80 anos)

“Cidadãos de um modo geral, legisladores, governantes, entre outros.” (Sônia-RS, 70 anos)

“Serviço social, assistência social, mas muita coisa fica no papel, pois é um engodo, mas deveria ser o CRAS, CREAS e Secretaria.”(Maria de Jesus-PI, 74 anos)

Ainda visando complementar essa informação, questionou-se sobre como e quando o idoso participa deste processo de construção e outorgamento das políticas públicas. Responderam ser quando se vota, e toda vez que se faz representar participando do Conselho Municipal do Idoso e através das Conferências municipais, estaduais e nacional, em pesquisas, reuniões e seminários, passeatas, em comitativas de reivindicação em Brasília, assembleias sindicais, audiências públicas específicas e reuniões do orçamento participativo. Alguns idosos mais uma vez se mostraram céticos em relação à participação dos idosos em razão da acomodação dos mesmos; ou pelo fato do idoso desacreditar dos processos de participação popular e o retorno disso por parte do gestor na forma de política pública efetivada, mas acreditam que a saída são os movimentos sociais. Outra idosa, entende que o idoso pode participar de todas as fases de construção da política pública, mas para isso precisa estar motivado e parece que atualmente os idosos estão se “acordando” para isso.

“Ao eleger o seu representante e posteriormente cobrar projetos.” (Luiz-RS, 62 anos)

“Comparecendo em comitativa em Brasília, no Senado.” (Sirley-RS, 75 anos)

“Em assembléias sindicais , audiências públicas específicas.” (Arcângelo-RS, 66 anos)

“Quando houver o chamados por parte das autoridades administrativas para elaboração das LDOs e dos planos de governo. Nós temos aqui, agora hoje uma convocação que tá saindo no Diário Serrano (jornal da cidade) de hoje, uma reunião do orçamento participativo que é onde a população pode inserir ou acrescentar aquilo que ele acha que é uma política pública que dever ingressada.” (Osvaldo-RS, 80 anos)

“Ele não participa ou participa muito pouco, pelo menos no Brasil. Por uma razão muito simples; ele cansou de ser sempre enganado e enrolado e usado tão somente como massa de manobras escusas.” (Oscar-SP, 82 anos)

“Raramente, através dos movimentos sociais.”(Francisco-RS, 60 anos)

“Nas suas diversas fases, caso esteja motivado e preparado para esta participação.”(Sônia-RS, 70 anos)

Também, para atender esse objetivo buscou-se saber junto aos idosos, quem politicamente os representa, em nível nacional, estadual e municipal. Na verdade esse questionamento tinha a intenção de identificar políticos (pessoas físicas) que representassem a defesa dos direitos dos idosos. Nessa questão nenhum idoso, que citou os parlamentares (vereadores, deputados estaduais e federais ...) declarou abertamente o nome de alguém, embora em questões anteriores tenham se referido a senadores e deputados. Se referiram a dois senadores do Rio Grande do Sul que se elegeram defendendo a bandeira dos direitos dos idosos, como é o caso da senadora Ana Amélia Lemos, do Partido Progressista (PP) e o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores (PT), ambos do estado do Rio Grande do Sul e também um deputado estadual do estado do Piauí chamado Marlon Sampaio. Notou-se que a referência à representação é maior à Instituição que oficialmente representa do que aos sujeitos que a compõem. Constitui o caso dos Conselhos dos Idosos municipais, estaduais e nacional, entidades governamentais como as Secretarias de Direitos Humanos, os Ministérios e Secretarias de Assistência Social e de Saúde, Coordenador da Política do Idoso, Associações, Sindicatos, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Secretaria Estadual e Municipal do Idoso³⁴ e também gestores geralmente à frente dessas instituições citadas. Ficou claro na fala do idoso que representou o Estado de São Paulo, nessa pesquisa, que existem diferenças na participação dos idosos nos Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa, quando se trata de municípios menores (interior) do que em relação às capitais, como São Paulo, por exemplo. Percebe-se que os Conselhos conseguem cumprir suas funções de forma mais participativa no interior dos Estados, em cidades menores, onde os fluxos de informações parecem ser mais rápidos e abrangentes, onde a participação é mais facilitada e o próprio controle social se torna mais efetivo. Nas cidades maiores há uma série de subordinações que colaboram no impedimento da participação voluntária dos

³⁴ No Brasil existem apenas duas secretarias municipais de idosos. Uma na cidade de Bagé-RS, criada no ano de 2009 e uma na cidade de Londrina –PR, criada no ano de 2000. Ainda não existe um ministério para o idoso e nem secretarias estaduais.

idosos, que acabam desistindo e desmotivando-se a continuar militante e então o conselho acaba se esvaziando de seus principais atores sociais.

“Depende! Se for uma representação que defenda uma ideologia de política partidária, suponho que sempre vai ser representantes do gestor público municipal que divulga os serviços de sua comunidade, neste processo mobilizam os idosos. Se for representação de instituições de idosos, representarão os interesses legais, estatutários, individuais e sociais do seu público alvo. Se for de conselhos de Direitos do idoso, representarão o idoso para defesa de direitos constitucionais. Através do monitoramento, fiscalização, acompanhamento e controle social da construção, sistematização, implementação e operacionalização da política social pública em nível Municipal, Estadual e Nacional.” (Selene-RS, 65 anos)

“Para se ter uma pálida idéia da participação e do desinteresse dos idosos nos conselhos nas últimas eleições para membros do Conselho Municipal do Idoso em São Paulo participaram cerca de 300 idosos nas diversas secretarias regionais. No universo de 2 milhões de idosos na capital apenas 0,001 por cento compareceram. Em alguns bairros políticos alugaram ônibus para levar seus partidários para votar em algum cabo eleitoral quase analfabeto não tendo conhecimento mínimo sobre as funções do conselho. Conheci muitos conselheiros que renunciaram aos seus cargos por não conseguirem imprimir um pouco de eficiência, chegando a conclusão que estavam perdendo tempo. Os Conselhos deveriam ser Conselhos de Defesa dos Direitos dos Idosos. Sem recursos e sem receber auxílio para irem todos os dias à sede no centro da cidade, acabam desmotivados pois não têm retaguarda para poderem exercer suas funções. A transformação em conselhos de defesa dos direitos dos idosos, com poderes deliberativos e recursos para se aparelhar é uma das bandeiras do MIS.” (Oscar-SP, 82 anos)

Outro questionamento complementar ao objetivo dessa tese foi a respeito de quem é responsável pela garantia dos direitos dos idosos. Em sua maioria responderam que é a legislação, no caso específico o Estatuto do Idoso, através do executivo (governo) e do Ministério Público e os movimentos de lutas e organização dos idosos. O idoso do Estado de São Paulo demonstrou mais uma vez estar cético em relação a garantia dos direitos dos idosos por parte dos governos. Outros idosos responderam que a luta dos idosos é uma das garantias.

“Que direitos? Ônibus de graça, preferência no atendimento nos postos de saúde e nos bancos? Como fazer valer os seus direitos se eles os beneficiados diretamente sequer os conhecem? Até hoje estamos procurando a garantia do exercício pleno dos seus direitos pois hoje a sociedade joga confete nos olhos dos idosos” (Oscar-SP, 82 anos)

“A luta dos idosos.” (Francisco-RS, 60 anos)

Complementando a percepção dos idosos sobre a garantia, a representação e luta pelos seus direitos questionou-se a respeito de quem é responsável por esse processo em nível micro, ou seja, no município, lugar do qual ele faz parte e em nível macro (Estadual e Federal). Percebeu-se que nos municípios (microrregiões) as respostas foram de acordo com os espaços que apresentam

maior atuação e participação dos idosos. Por exemplo, nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, onde os Grupos de Convivência de Terceira Idade tem uma função política, além do lazer e que se organizam em forma de Associação de Clubes, inclusive com Federação (FECTIRGS – Federação Gaúcha dos Clubes de Terceira Idade do Rio Grande do Sul) também citados, além dos Conselhos Municipais do Idoso e sindicatos. Enumeraram também os próprios idosos, Associações de Idosos e Aposentados e Movimentos Sociais, Conselhos Municipais do Idoso, Associações Filantrópicas da Saúde e do Trabalho, Secretaria da Saúde, da Assistência Social, Secretaria Municipal do Idoso, representantes de Conselhos Setoriais, entidades de classe, ONGs que atendem pessoas idosas, familiares e políticos. Entende-se também que alguns idosos ainda percebem os idosos como sendo os outros, ou seja, o idoso carente, que não é um sujeito de direito, mas sim apenas mais uma pessoa vulnerável e frágil que precisa de assistência, solidariedade e filantropia. Portanto, esse idoso não se inclui nesse processo, não se considera um idoso que possa atuar como ator social e muito menos os demais idosos. Cabe ressaltar que o idoso paulista mais uma vez desacredita dos fóruns, das instâncias e dos espaços de participação popular, pois afirma serem apenas opinativos e não deliberativos e por isso, na sua opinião, na prática não funcionam.

“Teoricamente, o Conselho Municipal, os Fóruns Regionais, as Conferências Municipais porém todos são apenas opinativos pois não têm poderes deliberativos.” (Oscar-SP, 82 anos)

Em nível nacional e estadual, quem luta pelos seus direitos, na opinião dos idosos entrevistados são as assistentes sociais, os grupos de terceira idade, os grupos organizados, os políticos, como os deputados, vereadores e senadores, citando como exemplo nacional o Senador Paulo Paim e no estado o deputado Gerson Burmann que é da cidade de Ijuí, região noroeste do RS e eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), e também teve como uma das bandeiras a defesa dos direitos dos idosos. Como instituição destacaram o Conselho do Idoso Estadual e Nacional, além do Ministérios da Saúde, da Assistencial Social e dos Direitos Humanos, entidades como federações de idosos, Conselhos, Clubes de serviços e entidades afins, Conferências Nacionais, o Ministério Público, as regionais da Ordem dos Advogados e o Ministério do Trabalho. Assim como também citaram

Associações, Movimentos e as marchas, conselhos, idosos vinculados aos grupos de convivência, o Conselho Nacional dos Idosos, os deputados, senadores e ONGs. Assim, percebe-se então que a formação da opinião e da vontade política não se restringe apenas às esferas formais do político, mas sim precisa ser uma conjunção da vontades informais do mundo da vida e da diversas organizações da sociedade civil, conforme Lubenow(2007).

CAPÍTULO 5 - EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE SOCIABILIDADES DOS SUJEITOS IDOSOS

“A vida vai ficando cada vez mais dura perto do topo.” (Nietzsche)

5.1 CAMPOS DE AÇÃO: POSSIBILIDADES DOS ATORES SOCIAIS IDOSOS

Dussel (2007, p. 17) explica que o conceito de campo permite “situar níveis ou âmbitos possíveis de ações e de instituições políticas, nas quais um sujeito opera como ator de uma função”, como um participante múltiplo, pois o campo é recortado por numerosos sistemas e subsistemas. Os campos situam-se na totalidade do “mundo da vida cotidiana”, onde os “sujeitos estão presentes em cada um deles funcionalmente de diversas maneiras.” O mundo de cada um de nós compõem-se por múltiplos campos. Cada campo está atravessado por outros, da mesma forma que o campo, por diversos sistemas. Tem o campo familiar, o da vida urbana, o da comunidade, o do bairro, o da aldeia, o econômico, o esportivo, o intelectual, o político, o artístico, o cultural, o filosófico, o religioso, entre outros mais.

Na prática, não há campos nem sistemas sem sujeitos, pois cada campo possui “seus grupos de interesses, de hierarquização, de manobras” (DUSSEL, 2007, p. 18), com expressões simbólicas, imaginárias e explicativas. “O sujeito atravessa cada campo cumprindo em cada um deles funções diferenciadas” (p. 20). Assim conforme Dussel (2007) o campo é um espaço político de cooperação, coincidências e conflitos e não uma estrutura passiva como vista pelo estruturalismo, mas sim um âmbito de interações.

A partir dessa noção de campo de ação, é que se busca compreender em quais os idosos apresentam maior engajamento. Percebe-se que a grande maioria dos trabalhos de pesquisa realizados com idosos, quando o assunto é sociabilidade, restringem-se a aspectos mais hedônicos ou culturais, pois de certa forma não é comum encontrar idosos que gostem ou queiram se engajar em situações mais politizadoras, ou militar em favor da questão do envelhecimento,

comprometendo-se em associações, conselhos ou fóruns. Rabelo e Nascimento (2007) confirmam essa ideia ao explicitar que:

Sob o ângulo de seus resultados, os estudos que associam sociabilidade e velhice parecem circunscrevê-los a uma dimensão ecológica: os clubes de dança, as praças, as praias e as reuniões de associações, academias de ginástica, quando não se restringem a atividades lúdicas como passeios, jogos, viagens turísticas, maratonas e caminhadas, comprometendo uma visão mais dinâmica que, na sua versão mais simplificada, iria do todo à parte ou da parte ao todo. (RABELO; NASCIMENTO, 2007, p.2)

Os autores acima, também alertam que, da mesma forma, as propostas de reinserção das pessoas idosas nos espaços públicos por instituições especializadas acontecem pela via de atividades de lazer ou do trabalho manual, expressando assim significados que não ultrapassam situações tradicionais da vida doméstica, como forma de apenas preencher o tempo e não como processos criativos de inclusão.

Além disso, pelo fato do envelhecimento ser um processo heterogêneo e com necessidades e potencialidades diferenciadas entre as próprias faixas etárias que constituem este ciclo da vida, existem diferentes padrões de sociabilidades para velhos jovens e para velhos mais velhos. Motta é uma estudiosa que busca conhecer as sociabilidades presentes no território dos idosos na vida privada, pois de acordo com a autora há padrões de sociabilidades diferenciados entre idosos mais jovens e idosos mais velhos. De acordo com a autora há predominância de espaços sociais de interação de caráter públicos para os velhos mais jovens e domésticos para os mais idosos. De fato, o envelhecimento na contemporaneidade é um processo diferenciado das sociedades tradicionais. Há um alargamento dos anos de vida a partir do aumento da expectativa de vida e dentro do ciclo do envelhecimento outros ciclos surgem. Há idosos jovens com capacidade funcional e bastante energia vital, idosos mais idosos, mas que apesar da presença de doenças crônico-degenerativas são ainda independentes e participativos em diversos campos sociais, como espaços culturais, religiosos, hedônicos e políticos. Também há os anciões, idosos que ultrapassaram os noventa e cem anos. Esse último grupo, geralmente necessita de acompanhamento e cuidados e geralmente recai sobre os idosos mais jovens, que Motta chama de Geração Pivô, ou seja, são os idosos mais jovens cuidando, em sua própria família, de idosos mais idosos (MOTTA, 2010).

Portanto, quando os idosos e os estudiosos da área se dão conta que a gestão da velhice é um processo fabricado, esta passa a ser uma questão social a ser enfrentada e entra no cenário de discussões, engrossando o caldo das contendas sociais que hoje são múltiplas e plurais. Nesta direção Lins de Barros (2006, p. 117) concorda que é só quando:

[...] se estabelecem socialmente as condições para que a velhice seja pensada e tomada publicamente como questão social é que novas linguagens são elaboradas para se reconstruir o passado e repensar criticamente sua própria trajetória, como uma forma de socialização em um novo lugar social. Outras formas de se perceber no mundo são criadas, refazendo-se concepções sobre si mesmas e sobre as relações sociais.

A questão da velhice sai então do espaço privado e entra no cenário público da contemporaneidade como um novo movimento social, com novas sociabilidades, com atores sociais mais politizados que buscam demonstrar seus conflitos através de narrativas que possam emancipá-los. A conquista deste espaço foi possível a partir do movimento que Laclau e Mouffe (1987) chamam de Democracia Radical. Por certo, a Democracia Radical entra na lógica do cotidiano e a participação com caráter plural, onde movimentos sociais são tão importantes quanto os partidos políticos (GOHN, 2007). Neste sentido, o ator só surge na medida em que alguém toma consciência do seu caráter de subordinado e adquire o caráter político. Assim se constrói o sujeito, o conflito e a politização. Atualmente, os movimentos acontecem na ação do sujeito, nas sociabilidades das relações microssociais, no cotidiano, no mundo da vida. É aí que aparecem as múltiplas individualidades, pois quanto mais multiplicidade, mais individualização. As instituições passam a ser instâncias administrativas, como caixas de ressonância que captam o movimento do que acontece na sociedade, portanto, é o mundo da vida se politizando (GADEA CASTRO, 2008).

O sujeito então, se constrói na pluralidade da sujeição social, onde se define por múltiplas subordinações. Mantém o individualismo e se estrutura a partir das relações de subordinação. Ao levar isso ao plano da ação política encontra sua subjetividade, seja um ator social jovem, adulto ou idoso, pois como diz Heller (1998), a pós-modernidade é uma onda dentro da qual todos os tipos de movimentos são possíveis.

As sociabilidades podem ser os grupos de convivência, os bailes, encontros, Universidade Aberta à Terceira idade, o artesanato, a dança, a ginástica, a associação de moradores. Também são os movimentos que questionam os direitos dos idosos através de movimentos sociais, ONGS ou de espaços públicos como fóruns e conselhos, ou ainda associações de aposentados.

Assim sendo, os programas voltados para a chamada Terceira Idade, apresentam diferentes objetivos e práticas diversificadas. Espera-se que contribuam para o desenvolvimento de variadas formas de inserção social e gerem uma representação social da velhice e da própria cidadania diferenciada (COSTA; CAMPOS, 2009).

Já Gadea Castro (2008) reforça a importância de observar a forma de sociabilidade, “a maneira como acontece, como se transforma, que sistema simbólico questiona, que projetos estão implícitos no seu aparecimento, que supostas regras de convivência alternativas oferecem, que discurso lhes pertence e a partir de que construção da realidade social se manifestam”, como contribuição para “compreender o sentido e o significado das ações coletivas e dos movimentos sociais atuais”(p. 502).

Destarte que a sociabilidade é vista como uma ação social, pauta-se que o sentido da ação social dada pelos idosos sempre se relacionará a sua situação biograficamente definida, ou seja, a sua trajetória de vida e as suas experiências acumuladas. De fato, entende-se que variáveis como gênero, formação, classe social, condição econômica e cultural entre outras influenciam na escolha dos idosos em se tornarem sujeitos de ação ou não (GARCES, 2010), isto é, agem na sua capacidade de elaborar projetos e, conseqüentemente, na sua condição de ator social protagonista ou representado.

Além disso, as possibilidades abertas do mundo pressuposto ou as problemáticas situadas a partir das pluralidades escancaradas pela sociedade complexa possibilitarão a estes atores sociais negociar sua realidade, a partir de suas condições subjetivas de reflexividade.

Portanto, a sociedade contemporânea marcada pela diversidade cultural e pluralidades denota atores sociais reflexivos e atuantes, independente do ciclo de

vida em que estejam inseridos. Certamente, confere-se o sentido da ação social pela possibilidade de negociar a realidade e de gerir planos de ação (projetos).

A partir destas constatações levanta-se o seguinte questionamento: Como se constitui a atuação dos idosos nos diferentes espaços de sociabilidades. A resposta a este questionamento virá a partir do levantamento empírico, que responde ao seguinte objetivo específico: analisar modelos de organização e orientação da atuação destes novos atores sociais(idosos), na busca de reconhecimento de seus direitos e da superação dos processos de exclusão social, em espaços institucionais de elaboração de políticas públicas e demais campos de ação.

5.1.1 Engajamento dos idosos em diferentes campos sociais de ação: sociabilidades contemporâneas

Com o surgimento da sociedade contemporânea, novos campos de possibilidades, em relação a socialização surgem para os idosos e neste parâmetro novas estratégias de ação determinam o seu engajamento em contextos sociais. Muitos idosos procuram estar atualizados e em busca das novidades desse tempo em que vive, mas sem deixar de trazer conhecimentos de suas memórias e vivências de sua trajetória de vida.

De acordo com Velho (2003, p. 14) uma das principais características das sociedades complexas é “a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo.” Isso gera campos de possibilidades para construção de projetos. Para Velho (2003, p. 28):

Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliação e definições da realidade.

Aponta Schütz (1979) que a construção de projetos resulta de complexos processos de negociação pertinentes a identidade dos novos atores sociais que lançam mão dos seus conhecimento acumulados em sua trajetória de vida, resultados de sua história e memória cultural.

Para Gohn(2010, p. 45/46):

Identidade passa a ser uma categoria utilizada com múltiplos sentidos e significados, da identidade jurídica à identidade cultural; da identidade formada por características dos atores a identidades criadas em processos relacionais e estimuladas por políticas públicas que normatizam regras de pertencimento; identidades políticas/nacionais se cruzam com pertencimentos étnicos, religiosos e culturais. Identidade é vista como força e resistência, assim como fonte de conflitos, é também elemento de construção de emancipações.

No sentido de compreender onde o idoso da contemporaneidade busca sua identidade inquiriu-se os entrevistados sobre isso. Percebeu-se que as respostas que os idosos entrevistados deram refletem a visão que as outras pessoas fazem deles, ou seja, como os outros os veem. Para Mead o nosso *self* permite que eu tenha a capacidade de me reconhecer através do outro. O *self* é uma dimensão da personalidade composta pela consciência que um sujeito tem de si mesmo. Nasce com a experiência social e portanto, não existe *self* sem essa experiência. O *self* é composto pelo eu (convencionalidade, tradição) e o mim (empreende a ação) (FREIRE, 2002). Assim a interação social realiza-se num diálogo contínuo entre o eu e o mim. Na interação social vê-se refletido no outro o mim e assim me reconheço, ao buscar minha identificação no outro se sabe quem sou. Portanto, nas declarações dos idosos fica claro que a identidade é construída no espaço onde há convivência com o outro. Quando o idoso Osvaldo expressa que se identifica com a luta dos idosos, reconhece que o outro o vê como alguém que apesar de 80 anos ainda representa a luta pelos direitos dos idosos, viaja, passa a semana em Porto Alegre, vai a Brasília, nas reuniões da Confederação dos Aposentados e Pensionistas para representá-los.

“Eu tenho impressão que eu sem essa luta eu paro também, alguma coisa eu tenho que me dedicar. Então espero... Eu me identifico com a minha luta, agora os aposentados, outros...uns se dedicam com um passatempo, outros sentar no banco da praça, passar ocioso e isso já tem estatísticas de quanto mais ocioso o idoso ficar mais ligeiro leva à morte e eu pra evitar procuro me agitar o quanto mais possível. Com 80 anos completo, não sinto cansaço. É uma constante. Olha veja bem: amanhã tô em casa, mas domingo viajo, chego as duas da manhã em Porto Alegre, as cinco da manhã tenho que estar no aeroporto para as oito horas estar no aeroporto em Brasília e depois reuniões até sexta-feira à tarde. As 22 horas, embarco de volta, chegar as 33 minutos do dia 20 em Porto Alegre que é sábado, as 7 horas da manhã embarco no ônibus e venho para cá (Cruz Alta). (os outros idosos) Alguns é com grupos de terceira idade, que isso nós temos bastante. Um exemplo que nós temos aí, dado a minha função, que eu me desloco muito tempo, nós temos municípios lado aqui de Iraí, Frederico Westphalen, aquela zona ali, Palmeira das Missões é grupo de idosos muito grande. Não querem muita luta de aposentados, não querem saber da política por etapa, mas há grupos..., informações que eu tenho...grupos de idosos que fazem baile, vão dum local para outro, salões que diz que chega reunir duas mil pessoas de grupos de idosos de todos os municípios. E as prefeituras patrocinam tudo isso, enquanto..., esse é um problema que eu vejo, enquanto as prefeituras estão

patrocinando o lazer pro idoso, eles não tem incômodo político, eles não estão fazendo exigências que esse é daquela teoria antiga do tempo dos romanos pão e circo. Eles tão dando circo. Não tão dando o pão mas dão o circo. É... a zona de São Paulo das Missões na fronteira, do lado de Santa Rosa, do rio Uruguai lá, eles conseguiram licença a uns anos atrás, eles eram dos aposentados mas resolveram criar a federação dos grupos de terceira idade, tanto que eu digo olha, não tem nada a ver conosco pode fazer. É o chamado FECTIRGS – Federação dos Clubes de Terceira idade. Abrange 11 municípios que estão abrangendo lá, eles estão abrangendo é... 87 grupos de terceira idade que o fator principal deles é o lúdico, é a diversão. Agora também eles têm algo nobre, uma nobreza deles. Isso é eles que tão movimentando, que os hospitais que tavam pra ser fechados esses grupos resolveram fazer uma contribuição mensal para manter os hospitais e pra ter atendimento médico. Eles tão fazendo isso. Então, isso aí é louvável, se não lutam pela política do idoso, a política do aposentado, eles tão lutando, eles mesmos buscando os recursos pra ter o tratamento médico. Então eles tem lá os hospitais lá de Porto Xavier, por lá aquela zona que tava para ser fechado, eles reabriram novamente.” (Osvaldo-RS, 80 anos)

Da mesma forma Bertilo se identifica com a luta pelos direitos dos idosos, porque assim os demais o enxergam e também porque de certa forma o veem como líder que foi, nos tempos em que era prefeito. Traz também de sua experiência como gestor o trabalho que desenvolvia em relação as questões da Terceira Idade.

“Ah...A gente se identifica como idoso no luta pelos direitos. Falta muito trabalho para conseguir que todos os idosos consigam entender uma vez que eles tem esse direito e lutam para isso. Esse trabalho falta.” (Bertilo-RS, 75 anos)

Dilceu se identifica na luta pelos idosos, sejam ativos ou fragilizados, pois sua atuação se dá junto ao Conselho Municipal do Idoso, como presidente e também como colaborador voluntário há 14 anos de uma Instituição de Longa Permanência. Também porque trouxe esse conhecimento à mão desde que era criança, quando já colaborava com essa instituição, ao acompanhar a mãe também voluntária em ILPI, além de ter sido bancário, gerente de agências no interior do Estado onde mantinha relação direta com pessoas idosas:

“Fui criado nas proximidades do asilo, desde muito cedo já ajudava ao asilo Santo Antônio, no início arrecadando gêneros alimentícios para entidades junto ao comércio e comunidade. A minha mãe Ida Mioso, após aposentadoria, trabalhava dois dias por semana como voluntária no atelier de costura. Em 1993 fui aposentado, voltei a morar em Cruz Alta, fui convidado a colaborar como voluntário no Asilo Santo Antônio, quando da criação do Conselho Municipal do idoso em 1999, fui indicado pela entidade como suplente. Em 4 de julho de 2005, fui indicado para ser titular junto ao COMID, passando a ser mais atuante, onde passei a ocupar vários cargos, 2º secretário, Vice-Presidente, hoje presidente até abril de 2012. Resumidamente a minha vida, como desde jovem, estive vendo idosos e na minha vida funcional atendendo idosos muitas vezes ajudando-os, por isso passei a me dedicar e auxiliar a pessoa idosa.” (Dilceu-RS, 73 anos)

Oscar se identifica com o seu movimento de luta que é o MIS colaborando para o atendimento dos direitos aos idosos dependentes, doentes e acamados. A experiência como médico contribuiu para a escolha por essa ação:

“Nas comunidades, nos centros de convivência associações e entidades religiosas, clubes e sindicatos de classe. . Eu já tenho o MIS que me dá um extraordinário retorno e me estimula a continuar batalhando por essa causa tão humana quanto nobre.” (Oscar-SP, 82 anos)

Dentre as mulheres Irma é conhecida na região pela sua luta, tanto que os idosos, aposentados e pensionistas lhe imputam a autonomia para buscar seus direitos. Há mais de vinte anos foi quem inaugurou essa ação no município e até hoje briga e esclarece dúvidas sobre os direitos, dá conselhos, ouve as lamentações e preocupações dos idosos, e encaminha ao fórum do município se for preciso, já que no seu município não tem conselho de idoso constituído e todos que a procuram a distinguem por isso, pois busca se atualizar participando de fóruns, reuniões e seminários.

“Até meados de 1989, cuidei dos interesses da associação, procurando auxiliar e principalmente, orientar as pessoas sobre seus direitos como aposentado e pensionista.Foi eleita nova diretoria e me afastei por um tempo, pois fui para outra cidade. Logo após nasceu minha neta que passou a ser o objetivo de minha vida. Afastei-me por oito anos. Neste ínterim a associação perdeu sua força e acabou no esquecimento.Quando me desincumbi um pouco dos meus problemas pessoais, resolvi reascender a chama da associação, que estava fazendo tanta falta para esta população tão carente de aconchego, de orientação e de quem lute por eles. Assim, reassumi a presidência da associação e com mais alguns bravos companheiros colocamos em funcionamento novamente.Durante todos estes anos de trabalho gratuito, aprendi a importância da verdadeira caridade e do amor pelas pessoas. Dão meu tempo e recebo em troca a consideração e o carinho daqueles que me procuram e jamais saem sem uma palavra, sem uma resposta para suas dúvidas.Represento com muito orgulho os aposentados e pensionistas não só da cidade, pois a associação abrange toda esta região, participando de congressos, seminários, promovendo encontros para esclarecimento desta faixa da população. É uma luta árdua e constante.Assim, passaram-se 66 anos. Cada etapa vivida com satisfação, com um grande amor pela vida e por tudo de bom que ela me ofereceu. Tenho ainda muito que viver e o que realizar. Enquanto Deus me permitir, estarei lutando pelas coisas em que acredito.”(Irma-RS, 66 anos)

Anália, nos mostra a experiência de alguém que procura manter sua identidade de idosa ativa e atualizada, mostrando aos outros (e aí entra a própria família) que está velha, mas não perdeu a sua identidade, ou seja, ela é alguém que pode ser reconhecida por suas estratégias de ação. Tem nome, tem espaço de atuação, tem projetos de vida e, portanto é assim que deseja ser reconhecida. Assim também como Osmilda, que ficou viúva cedo e também perdeu um dos seus filhos em acidente de trânsito,não se deixou abater pela solidão e pela depressão e gosta de ser respeitada, atualizada e ativa.Por muito anos foi comerciante e hoje

aposentada participa de grupos de convivência, faz atividades físicas como hidroginástica e yôga e gosta muito de viajar. Como mora no Mato Grosso faz até hoje viagens de ônibus para o sul sozinha, uma vez por ano, para visitar parentes, pois ainda se sente autônoma.

“Eu leio, me informo, tento me impor, mas quem não tem acesso a jornais e revistas fica por conta das informações da TV, que depreciam o velho. Nossa identidade perdemos, perdemos o nome; ex.: sabe aquele velhinho, pai da fulana.” (Anália-RS, 69 anos)

“Se não fosse essas atividades físicas que faço, hoje não estaria mais viva” (Osmilda - MT, 76 anos)

Sônia também se identifica na sua relação com os outros, nos diversos espaços dos quais faz parte e nos seus diferentes círculos sociais, como a família, grupos de encontros, clubes de serviços, que estão mais relacionados com as questões familiares, religiosas e de lazer e nos grupos como associações e conselhos, quando exerce sua participação política e constrói sua cidadania. Sônia, por ser diabética participa da associação dos diabéticos, identificando-se com os demais pela doença em comum.

“Nos inúmeros espaços existentes, como família, grupos de encontro, clubes de serviço, associações, conselhos.” (Sônia-RS, 70 anos)

Quando o idoso deixa de sair de casa, se fecha no seu mundo, muitas vezes por incapacidade física gerada por doenças ou por vulnerabilidades sociais de situações de pobreza e exclusão social, realmente perde sua identidade, não se reconhece mais pois não tem o outro para se espelhar e lhe mostrar seu *self*. No caso da observação da idosa Heloiza é em razão de que a mesma trabalha voluntariamente na pastoral do idoso, com fragilizados, acamados, em situação de extrema pobreza e miséria, que se isolaram na sua vida privada, na solidão e depressão, esperando a morte chegar. Na verdade esses idosos já decretaram a morte social antes da física. Portanto, baseado nessa experiência de atuação ela reconhece que existem idosos assim, ao mesmo tempo em que se coloca como uma das poucas idosas que tem autonomia, passeia, participa de palestras e ainda se mostra solidária no seu trabalho de ajuda aos idosos dependentes.

“O idoso se identifica pouco, muitos nem saem de casa. Faço parte de uma minoria que sai, passeia e escuta palestras.” (Heloiza-RS, 64 anos)

O idoso Artidório sempre ativo, engajado, fazedor de projetos, atuante e de repente ficou doente, sem poder caminhar, permanecendo somente em casa. Deixa

de atuar em diversos espaços, como os grupos de terceira idade e os conselhos de direito. Já não se reconhece mais como alguém tão atuante como antes, tanto que diz que está “*meio parado..tangido um pouquinho*”. Não se deixa abater e para não perder sua identidade de participante e engajado na luta política construiu um *blog* onde posta textos sobre velhice e envelhecimento, além de buscar contatos nas redes sociais como o *facebook* e *e-mails* com políticos, como a senadora Ana Amélia Lemos e o senador Paulo Paim, conforme citou anteriormente. Ele tem um engajamento na questão da luta política que aprendeu quando trabalhou em diversas indústrias em São Bernardo do Campo-SP (mesma empresa onde o presidente Lula trabalhou, do qual ele se refere com muito orgulho) e demonstra exercer sua cidadania em todos os momentos, mesmo quando está afastado do coletivo.

“Bom, eu não sei se eu posso te responder onde o idoso em geral busca sua identidade, porque? Porque todas as propostas que eu fiz até agora raramente eu tive apoio do grupo de idosos, a não ser do primeiro grupo de idosos que eu participei. Que nós fomos, executamos um trabalho, o pessoal participou ativamente, posteriormente nós também participamos de discussões com a prefeitura, principalmente no que tangia a arrecadação de recursos para viagens, curtas ou longas, viagens de fim de ano, visita a outros grupos de idosos e tudo o mais. Então houve participação e aí eu tive na época ajuda de alguns grupos, agora hoje infelizmente por questões de doença, de minha própria condição física tem me tangido um pouquinho aqui, tá me segurando um pouquinho mais em casa, então infelizmente eu to meio parado.” (Artidório-RS, 72 anos)

Os demais idosos entrevistados deixam claro que constroem a sua identidade nos seus espaços de atuação, como participantes de grupos de convivência, assistentes sociais, como atleta sênior, como integrante de Rotary, como representante de entidade de classe (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA). Apolônia se vincula aos grupos de convivência organizado pela Igreja do seu município, na qual é integrante como católica praticante. Assim, como ela, Pedro também tem uma ligação forte com a Igreja católica, já foi seminarista e portanto, essa ligação forte com a religião também o faz ser atuante nos Grupos de Convivência de seu município. Pastorinha, que se entrega totalmente para a prática do espiritismo e que se identifica com a solidariedade ajudando os que precisam dela e de suas orações. Selene, além de ser assistente social, trabalha em uma escola que tem raízes católicas e também traz os valores da religião da sua família. Da mesma forma Francisco também busca sua identificação nos valores religiosos e da família.

“Na sociedade em geral. No próprio grupo de convivência.” (Apolônia –RS, 70 anos)

“Na organização do seu grupo e do Conselho do Idoso.” (Pedro-RS, 73 anos)

“A identidade de uma pessoa idosa é formada pelas características próprias adquiridas desde o momento do seu nascimento e durante todo o ciclo de vida. Tenta buscar a confirmação desta junto com outras pessoas idosas que tenham afinidades compartilhadas. Eu tenho tentado agregar valores na minha cultura todos os dias, assim cultivar com sabedoria à minha identidade.” (Selene-RS, 65 anos)

Arcângelo é engenheiro agrônomo aposentado e escolheu continuar exercendo essa atividade de forma voluntária através da participação no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, ou seja, sua ação é realizada a partir do conhecimento que tem a mão.

“Na vida caseira, serviços sociais, clubes; Participação: Rotary club; CREA-RS, entidade de classe, associação esportiva.” (Arcângelo-RS, 66 anos)

Os idosos mais engajados nos aspectos culturais, como a música, a arte de contar histórias e vivências possuem projetos de vida baseado na arte, na cultura e vivenciam a identidade nesses espaços, seja com jovens ou com adultos. A identidade dos idosos e jovens em espaços em que dividem aspectos culturais baseia-se na roda de samba ou de chimarrão, nas histórias vivenciadas, na música nativista, no Rap ou no samba. Esses demonstram que os campos surgidos para eles baseiam-se na possibilidade de continuar vivenciando suas raízes, cultura, tradição, arte, ofícios artesanais que sempre fizeram parte de suas vidas.

“E acho que junto aos amigos e conhecidos da mesma idade. Embora eu conviva com todas as pessoas jovens e velhos é nos idosos da minha idade que me identifico.” (Luiz-RS, 62 anos)

“Música, como contadora de história e demais projetos na área das artes. Entre os amigos de grupo - CETRES, Ação Griô, etc...” (Sirley-RS, 75 anos)

Valter sempre trabalhou como agricultor, onde passou muito sacrifício, pois cultivava uma pequena área de terra e como não tinha condições financeiras para adquirir maquinário agrícola seu trabalho sempre foi braçal. Mas mesmo, com pouco estudo manteve um engajamento em ações religiosas, políticas e culturais. Desde a década de 1970 se envolveu em alguns movimentos, como missões pela Igreja Católica, presidente de Círculo de Pais e Mestres (CPM) por duas vezes, ecônomo da comunidade Santo Antônio na Colônia Pinheiro, coordenador da comunidade de Santa Flora, Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Distrito de Santa Flora, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tesoureiro por duas gestões, vice-

presidente por duas gestões e também integrante da patronagem do CTG Maneco Rodrigues de Santa Flora. Isso lhe deu um conhecimento sobre participação coletiva, que quando se aposentou continuou engajado atualmente dos conselhos de direito das políticas de saúde, assistência social, idoso, desenvolvimento rural e transporte. A sua convivência em contextos rurais possibilitou lutar pelos direitos dos idosos que vivem nesses espaços. Através do sindicato rural participou da criação da Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais (AGPAMAR), do qual foi o primeiro presidente e hoje continua atuando como o atual presidente. Por todo esse conhecimento a mão que traz em sua experiência de vida é que constata que adquiriu sua identidade “*No convívio com a sociedade.*”

José, que mora no estado do Amazonas nunca frequentou escola formal, mas aprendeu a ler e escrever por força e vontade depois dos 21 anos de idade. Passou a participar de oficinas e reuniões que o empoderaram nas questões políticas, especialmente as referentes às questões dos idosos. Já participou de sete conferências e várias vezes viajou a Brasília-DF, para participar de Conferências ou para ir a ministérios e repartições públicas em busca de verbas para sua comunidade. Foi agricultor, marceneiro e hoje se identifica como um verdadeiro líder entre amigos e vizinhos da comunidade onde mora que os chama de “colegas”.

“Vim estudar depois de 21 anos, meus mestres meus patrão que me ensinaram a fazer o nome. Fui conhecê os direitos estudando, desde 1998. Eu comecei fazer umas conferências, fui fazer umas oficinas e vinha pra cá (Brasília-DF) e aí a gente foi subindo, subindo, eu fui subindo, aí vinha pra cá, vinha pra cá, vinha pra cá, vinha pra cá, sempre assistindo a reuniões, né, aí eu vi que os colegas, os idosos que eram meus amigos, meus colegas, bem faixas que eu conheci, tudo aquela turma lá, sempre tão muito “vazado” pelos patrão, pelos outro colega, uma pessoa tirava o cartão da pessoa né, tirava o dinheiro e quando chegava o prazo do cartão né, que vencia o cartão tirava um novo, aí a pessoa dava aquele um pro idoso e ficava com o novo. Aí dava pro idoso tirar o dinheiro. Acontece ainda aí né. Já participei de 7 conferências. Direitos humanos e do idoso. Vim a Brasília duas vezes e as outras vezes em Manaus e Espírito Santo. Os idosos tem que estudar mesmo. Tem que dar aulas pra eles lá. Muita gente não sabe escrever, não sabe assinar nome e hoje já tão assinando. Eu não sou professor, mas eu aprendi assim como que nem eu quero ensinar meus colegas. Fica tentando, tentando e aí faz a letra aí, mas a gente faz pra pessoa saber. O estudo mudou a minha vida. Principalmente aquele conhecimento que aprendi com vários parceiros né, nas comunidades. No estado do Amazonas a gente conhece muitos colegas, a gente conhece muito sobre os direitos dos idosos.”(José-AM, 71 anos)

Identificados pela luta política em prol do direito dos idosos também estão Jan do Estado do Tocantins e Maria de Jesus do Piauí. Ambos se fortalecem na participação política, que já trazem arraigados em suas histórias de vida, embora Maria de Jesus acredita que o idoso não tem identidade ainda e só vai adquirir no

momento que se engajar em movimentos populares e vivenciar as tecnologias do mundo contemporâneo, deixando de ser um analfabeto digital.

“Busca no meio de grupos de idosos e eu na Universidade da Maturidade onde faço o curso de Educador político social do envelhecimento humano e em todos os eventos relativos a idosos ou não.”(Jan-TO, 65 anos)

“Olha, não tem identidade ainda. Vai adquirir nos movimentos populares, na própria constituição. O idoso para ter sua identidade precisa hoje vivenciar a tecnologia. Para ele ser protagonista precisa participar, conhecer o estatuto, a lei do idoso, conhecimento e capacidade, precisa conhecer mas as vezes é desestimulado, eles têm vergonha.”(Maria de Jesus-PI, 74 anos)

Em função disso, questionou-se os entrevistados para verificar com quem o idoso de hoje se identifica, justamente pelo fato de viver em uma sociedade consumista e hiperdiversificada, pois segundo Lipovetsky (2011, p. 56) vive-se uma segunda modernidade que chega “aquém do político, pela via da tecnologia, da mídia, da economia, do urbanismo, do consumo, das patologias individuais. [...] Nem tudo funciona na medida do excesso, mas, de uma maneira ou de outra, nada é poupado pelas lógicas do extremo.”

Fica claro que o idoso sofre a pressão do mundo consumista, dos espaços sociais hiperdiversificados que privilegiam os jovens e suas preferências (a cultura do novo e do descartável), sentem que a sociedade em que se vive atualmente possui muito preconceito ainda com relação ao idoso outros valores que se sobressaem, como a própria individualidade, o consumo, a mídia, as mudanças na estrutura familiar, a urbanização, a violência, o que os deixa “perdidos”. Os idosos são vistos como peças descartáveis, onde na família muitas vezes é a última opinião, além de que há falta de perspectivas de lazer (pois a maioria é para jovens) e problemas financeiros (remédios caros, aposentadoria baixa).

*“O idoso não é consumista, mas explorado pela sociedade e ate mesmo pelos familiares.”
(Valter-RS, 60 anos)*

“Quase sempre ele vive num ambiente da sociedade que tem preconceitos e faz piadas maldosas a seu respeito, quando não o hostiliza. O jovem é considerado consumidor com melhor poder aquisitivo, que luta por seus ideais e sonha com uma vida melhor ao passo que o idoso pobre já não tem sonhos ou ilusões sendo ignorado pela mídia. É a cultura do novo e do descartável. As políticas e o orçamento públicos são usados para beneficiar crianças, adolescentes e as mulheres grávidas ou não.” (Oscar-SP, 83 anos)

*“No Brasil, alguns sociólogos afirmam que, se um país precisa de um “estatuto dos idosos” (ou seja, de uma lei) para lembrar a respeitabilidade deles, isso indica que algo está muito errado. Portanto penso que o idoso se identifica por estar numa condição **tutelada**, ainda dando os primeiros passos direcionados para uma verdadeira cidadania. Não basta viver muito, é importante viver bem. Portanto, é preciso não apenas se limitar à garantia da*

*sobrevivência, também é necessário valorizar o bem estar do idoso. Minha identificação com o fenômeno em pauta se dá no momento em que a pessoa idosa também tem que ser **assistida** como qualquer outro cidadão nos seus direitos, isto é ser cidadão autônomo e não ser **tutelado** pelo estado.” (Selene-RS, 65 anos)*

Percebe-se pelo relato dos idosos que uma das saídas para a não exclusão do idoso e demonstração da sua visibilidade no espaço público é justamente a luta política, que o torna um ator social. E talvez por isso, os idosos buscam se identificar com outros idosos da sua idade, em grupos de convivência, atividades religiosas e trabalhos voluntários com caráter de solidariedade e também através do movimento político. Assim passam a constituir um território onde se identificam e são nesses locais que se sentem bem, onde são reconhecidos, respeitados, sem preconceitos ou hostilizados.

Com relação ao idoso Artidório demonstra que vivencia sua cidadania, nas vezes em que, mesmo através do telefone, liga para exigir seus direitos de forma individual, mas que contribui para que os direitos coletivos sejam garantidos, pois quem cobra exercita seu papel de cidadão.

Com relação a colocação da idosa Selene, entende-se que como a questão do envelhecimento é bastante heterogênea algumas pessoas chegam nesse ciclo da vida dependentes, frágeis e vulneráveis e necessariamente precisam ser assistidas pelo Estado e por instituições e pessoas que possam garantir os seus direitos também. Nessa direção concorda-se com a colocação de Sandri (2004) que tanto a cidadania assistida como a tutelada são formas de obter assistência social, ou seja, “ao idoso doente e/ou fragilizado, não cabe o discurso da cidadania emancipatória” que requer “a formação de uma consciência crítica e a capacidade de organizar-se politicamente para obter os seus direitos, mas sim a de garantir a sua vida com a melhor qualidade possível”(p. 25/26).

“Muitos idosos identificam-se com personagens de novelas. Pessoalmente, com pessoas que significaram ou significam muito para mim.”(Sônia-RS, 70 anos)

“Com quem que o idoso se identifica? Mas se ele é idoso ele só pode se identificar com pessoas que já viveram muito, entende, tem muita experiência de vida, porque principalmente eu me lembro da minha vó, que só que ela faleceu já vai fazer 58 anos, entende? Me identifico pensando em quem me criou, eu fui criada com tia e vó. Me lembro muito bem da minha vó que era argentina. A outra minha vó era francesa mãe do pai, essa eu não conheci, só sei que ela era uma pessoa muito boa. Então a gente se identifica pensando quando a gente era jovem o que eles falavam, o que eles diziam.” (Pastorinha-RS, 76 anos)

As idosas acima identificam-se com pessoas da família que possuem um significado para elas e que serviram como exemplos de vida. Um dos campos de ação onde o idoso se integra de forma mais inteira e independente de faixa etária, onde a identidade é a mesma tanto para jovens como para idosos, é no campo cultural, onde pelo que parece a convivência é harmoniosa entre as diferentes gerações:

*“Eu me identifico com a classe **dos músicos e compositores** tanto jovens como mais velhos.” (Luiz-RS, 62 anos)*

“Eu encontro em idosos e também em jovens pessoas com ideais parecidos. Grupos de Idosos e universitários, eventos em Clubes.” (Sirley-RS, 75 anos)

*“Com os amigos **de esporte, Rotary, profissionais e a Família.**” (Arcângelo-RS, 66 anos)*

Quando questionados a respeito dos campos sociais de atuação dos idosos em geral os mais lembrados por eles foram os campos religiosos e hedônicos, mas na análise dos idosos pesquisados os campos de atuação que prevaleceram foram políticos e religiosos. Os espaços mais citados na atuação política foram: Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, outros Conselhos de Direitos, como o de Assistência Social, de Saúde, da Mulher, da Criança e do Adolescente, dos Direitos Humanos; a Associação Comunitária e de Bairros, a Associação dos Aposentados e Pensionistas, Associação de Amparo ao Idoso, Associação dos Artesãos, mutirões, sindicatos e a própria luta política no sentido de reivindicar os direitos dos idosos em espaços de participação como Câmaras de Vereadores, Senado Federal, Assembleia Legislativa.

Dentre os idosos entrevistados três deles não frequentam atividades religiosas, mas os demais sim. As mais citadas foram as missas semanais da igreja católica; movimento de cristandade; cursilhos; apostolado da oração; Legião de Maria; Vicentinos; Liturgia; Grupos de Família; Ministro da Palavra; Eucaristia; grupo de estudos da bíblia; congregado mariano, terço dos homens, pastoral da igreja, coral da igreja, congressos diocesanos, além da participação através do espiritismo em grupos de preces, orações e passes, além de eventos de solidariedade promovidos por essas congregações religiosas e festas beneficentes, voluntariado em Instituição de Longa Permanência. Uma das senhoras citou o Reiki como crença, todavia não é considerado crença nem religião. Consiste em uma prática para restabelecimento da energia vital universal, que é justamente o significado em

japonês, mas se admite que essa prática abre caminhos para a experiência espiritual e aprendizado e a pessoa precisa ser iniciada por um mestre de Reiki.

No que se refere aos espaços hedônicos, os mais citados foram os grupos de convivência da terceira idade, os bailes e os clubes de serviços, como o Rotary, por exemplo. No campo cultural se destacou a música (pois um dos entrevistados é músico e compositor e outra idosa também já lançou um CD de música), assistir apresentações de óperas, balé, música, teatro, cinema, oficinas de crochê, teatro, coral, informática, moda, história oral e especialmente o projeto Ação Griô, com uma de suas mestras, o conselho dos profissionais liberais (CREA), coral da igreja, teatros com passagens Bíblicas, de Nascimento de Jesus, Morte e Ressurreição de Jesus e Páscoa, atividades esportivas, festas na comunidades, exposições e feiras de artesanato, livros de poesia, dança de bolero e quadrilha.

“Frequento uma sociedade espírita (Lar amor e Caridade) há 10 anos” (Luiz-RS, 62 anos)

“Associações de bairros, clubes de serviços (Rotary), conselhos de classe, classes profissionais. Conselho de Bairro desde 1990 e Grupo de Igreja.”(Arcângelo-RS, 66 anos)

“Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (CETRES/UCPEL) há 7 anos; Coral; oficina de crochê, história, teatro, coral, informática. Oficina de moda. Também em atividades em Ação Griô transmissão oral de vivências”.(Sirley-RS, 75 anos)

“Participo dos Vicentino e movimento Sindical faz uns 40 anos.” (Francisco-RS, 60 anos)

O idoso é quem mais participa na Igrejas, clubes, nos grupos da 3ª idade, até mesmo na diretoria das comunidades, pois os jovens pouco estão se disponibilizando para o trabalho voluntario (Valter-RS, 60 anos)

Na questão cultural destaca-se uma senhora que apresenta muita disposição para participar de projetos sociais fundamentais, como uma mestre Griô, que ensina seus saberes de tradição oral, de vivências, danças, música e cantação de histórias. Ela faz parte do Ação Griô Chibarro de Pelotas-RS, que é um projeto cultural com apoio do Ministério da Cultura. Além dela, Luiz também revelou seus talentos artísticos na música, com *CD-Room* gravados e participação ativa nos movimentos nativistas da região onde mora e do Estado. Artidório, além de ter atuação política também revelou que atua na área cultural, escrevendo poesias e textos para o seu *blog*. Maria de Jesus, do Piauí também já lançou um *CD-Room* e escreve poesias com um livro já publicado. Outro idoso que se destacou na parte cultural foi José do

estado do Amazonas, que se destaca pelo seu artesanato e pela contação de lendas (A Lenda da Buiuna³⁵).

5.1.1.1 Campo de Ação Política

O campo da ação política se situa na esfera pública e, segundo Dussel (2007, p. 22) a política é sinônimo de público, pois “o público é o âmbito do visível e, por isso, o lugar público mais imaginado possível é o da assembléia política dos representantes – vistos e observados responsavelmente pelos representados, que julgam com direito se são corretamente representados em seus interesses.” Quem faz a verdadeira política é o povo. Os políticos representam oficialmente o povo, mas estão a serviço e precisam fazer aquilo que o povo necessita, portanto quem usa do cargo de político para benefício próprio é corrupto e não merece confiança.

No que se refere ao campo de ação política, Dussel (2007) explicita que esse é um âmbito atravessado por forças e por sujeitos singulares intersubjetivos com vontade e com certo poder, ou seja, cada sujeito é visto como um ator, um agente que se define em relação aos outros. Esse autor latino americano é bastante crítico em relação aos campos de ação política, e traz em sua narrativa a luta por uma democracia radical, onde sugere que a democracia deveria ser exercida por um quarto poder: o povo e que o Estado deveria ser um “*Estado subjetivado*” onde “as instituições diminuiriam devido à responsabilidade cada vez mais compartilhada com todos os cidadãos” (p. 158). O Estado somos todos nós e também sugere a aplicação da tecnologia(revolução tecnológica assim como fizeram os Zapatistas), como forma mais rápida para a participação popular e transparência das ações dos seus representantes. Nesse sentido, então sua contribuição é em relação a sua defesa pela luta e reconhecimento do direito das minorias, dentre as quais cita também o movimento dos idosos.

Para Moragas(1997) o exercício do poder político por pessoas idosas chama-se de Gerontocracia. Esta é uma realidade desde o Senado de Roma até os meios políticos contemporâneos, no exercício do poder como presidentes, senadores ou deputados, embora o mundo de hoje seja cada vez mais patrimônio dos jovens.

³⁵ Durante a entrevista comentou sobre a Lenda da Buiuna, uma cobra, muito comum na região do Amazonas, que se transforma em moça bonita.

Entretanto essa realidade faz parte de uma pequena elite que tem acesso à política partidária, onde geralmente são raros os casos de representantes que chegaram ao poder através da sua atuação em movimentos sociais das minorias, pois se herdaram cargos políticos geralmente de familiares financiadas pelas elites do País.

Mas, entretanto, não é essa a realidade da maioria dos idosos, considerados por muitos como alguém que precisa desocupar os espaços sociais (sair de cena) e se aposentar. Por muito tempo os idosos aceitaram essa condição e herdaram além do esquecimento social, as perdas econômicas, entrando para a pobreza, miséria, abandono, depressão, solidão e muitas vezes a dependência total por falta de capacidade física e mental, estimulada pelas condições e estilo de vida. Além disso, os idosos reúnem as características das minorias: pobres, oprimidos e excluídos.

Nos países desenvolvidos os idosos começaram a modificar essa realidade desde a década de 1970 do século passado, pois o contingente de idosos já despertava essa necessidade. Países como o Brasil, nessa época vivenciavam a juventude e apostavam neles como o futuro progresso e desenvolvimento do país. Assim, foi somente quando os dados demográficos modificaram de forma acelerada a pirâmide etária do País é que este se deu conta que a minoria de idosos estava e estará se transformando na maioria de sua população. Com isso, a questão começou a ter visibilidade e o país se inseriu nas discussões mundiais sobre o envelhecimento, surgindo então, as primeiras políticas públicas voltadas para essa área.

Além disso, a partir dos anos de 1980, o país vivencia um período político diferenciado, marcado por movimentos e lutas sociais em busca da conquista de direitos sociais e dignidade humana. Essa experiência, na América Latina, Dussel (2007) chama de “primavera política”, a partir do surgimento de muitos novos movimentos sociais. É o momento em que as minorias começam a ter visibilidade na esfera pública por meio dos grupos de pressão, que através de suas ações coletivas formam movimentos, grupos, associações, sindicatos, partidos políticos para modificar a realidade do país e conquistar seus direitos e cidadania, conforme corrobora Moragas(1997, p. 106):

Uma resposta dos atingidos pelas medidas discriminatórias consiste em se unirem em grupos de pressão, partidos políticos, coligações, para combater a discriminação. O ativismo dos discriminados faz com que seus problemas

se manifestem, que suas necessidades sejam captadas pelos políticos, que se aprovem medidas legislativas autodiscriminatórias e que se inicie o caminho na luta pela igualdade de oportunidades. A ação política nunca é totalmente eficaz se não for acompanhada de uma reforma profunda das atitudes coletivas e dos preconceitos que deram origem à discriminação, fatos conhecidos dos grupos minoritários (deficientes, minorias étnicas, etc), que tentaram tornar efetiva a igualdade de oportunidades. Em relação à idade, em várias nações desenvolvidas, começou a diminuir a discriminação por esta característica e a afirmar-se uma nova atitude coletiva de aceitação da pessoa, sem considerar a idade cronológica.

Nesse espaço, os idosos também tiveram seu papel como grupo de pressão por melhorias das suas condições de vida. No Brasil, a pressão começou com um grupo de aposentados que lutaram pela igualdade de direitos para receber diferenças salariais que não foram respeitadas pelo governo da época (a luta pelos 147%). Nessa luta a Associação dos Aposentados e Pensionistas teve um papel decisivo e deu visibilidade à questão do idoso especialmente na mídia.

A formação de opinião e atitudes antecede a participação política. É neste sentido que Moragas (1997, p. 190) explica que “As pessoas participam da política, votam, procuram o poder, formam um grupo de pressão, porque tem determinadas ideias ou consideram que para atingir determinados objetivos, pensões, serviços sociais, têm que lutar, militar, participar de determinada opção política.” Assim, segundo o autor a “ação política dos idosos baseia-se em determinadas opiniões e atitudes ideológicas.” Os idosos manifestam interesse pela política por possuírem mais tempo, embora também seja consenso entre autores que no envelhecimento há um desinteresse por opiniões e atitudes políticas. Os mesmos voltam-se mais para si ou em determinadas situações não compreendem esses processos por redução de suas capacidades vitais ou por manterem um conservadorismo político, não tanto por sua idade, mas por terem um nível educacional e recursos econômicos mais baixos e também por ter menor acesso a influências inovadoras ou por ter convivido muitos anos com a repressão política.

Moragas (1997, p. 114) traz ainda uma reflexão sobre a militância política entre os idosos, colocando que “a exceção ao conservadorismo geral consiste na crescente militância política e social dos idosos, para defender sua faixa etária.” Não se conformam com sua posição passiva e procuram novos papéis sociais.

Esse sociólogo espanhol analisou a ação política dos idosos em seu país a partir de quatro categorias: a conduta eleitoral, filiação a partidos, liderança ou

profissionalização da política e participação em grupos de pressão. Em relação à conduta eleitoral, o sociólogo comenta que há um decréscimo na votação eleitoral a partir dos sessenta anos e expõe que um dos motivos da não participação pode ser a limitação física, intempéries, desinteresse político ou falta de civismo. Quanto a filiação a partidos políticos observou-se que os graus de militância e a filiação são menores para todas as idades em relação a outros países. As ideologias políticas não possuem mais a estabilidade partidária do passado. Para os partidos políticos a idade não é significativa, pois o mais importante é a antiguidade (tempo) de filiação. Com relação à liderança política, o autor conclui que a idade não constitui fator de discriminação para o exercício da atividade política, como compromisso e ação no poder político ou em órgãos executivos. No que se refere aos grupos de pressão, o autor da pesquisa explicita que entre os idosos, mesmo que estes não partilhem de ideologias políticas, existem problemas que são comuns a todos, como transporte, habitação, pensões, assistência médica e por isso se juntam para formar grupos e pressionar com maior força para efetivação de suas reivindicações.

Nesta pesquisa a análise de participação dos idosos nos campos de ação política apresenta maior interesse em verificar se há participação em grupos de pressão e menos nas demais categorias analisadas pelo sociólogo citado acima, por entender-se que o Brasil vivencia um período em que o mundo da vida (sociedade civil) apresenta tanta visibilidade e responsabilidade pela conquistas sociopolíticas quanto os profissionais que são pagos para fazer política partidária. Percebe-se que o atendimento das necessidades sociais prioriza-se por políticas públicas, para os movimentos que pressionam, se fazem participativos, presentes nas arenas públicas e sabem fazer narrativas de suas demandas. Os atores sociais que conseguem narrar suas demandas tem prioridade no agenciamento de recursos públicos e/ ou privados.

Essa colocação remete a um tema, que se faz presente no atual cenário político brasileiro, como conquista das lutas e movimentos sociais pela cidadania e pela democracia, que se efetivou através da sociedade civil: a participação. Portanto, torna-se importante aclarar essa ação política da sociedade civil - a participação, que resultou em uma conquista das mais importantes para o País - a democracia. De acordo com Gohn (2007) a participação compreende-se a partir do

sentido que lhe é atribuído e a define em três níveis básicos: o conceptual, o político e o da prática social. O primeiro tem a ver com o paradigma teórico que o fundamenta; o segundo, dado pelo nível político, associado a processos de democratização, mas também usado apenas com caráter de mera integração social; já o terceiro, o da prática social, trata de ações concretas engendradas nas lutas e movimentos que tem a intenção de viabilizar essas ações. Segundo a autora nessa concepção “a participação é um viabilizador fundamental”(p. 14).

Ainda de acordo com Gohn (2007) percebe-se a participação também a partir das interpretações, significados e estratégias dadas pelas diferentes concepções: a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática. Na primeira, concepção liberal, participar demonstra objetivo de fortalecer a sociedade civil evitando as ingerências do Estado (controle, tirania e interferência na vida individual). Nessa concepção liberal as ações evitam o excesso de burocracia para não atrapalhar a participação e ampliar os canais de informação aos cidadão manifestando suas preferências. O princípio da democracia é de que todos os membros da sociedade são iguais”(p. 15) e a participação, o instrumento para satisfação de suas necessidades. Na segunda forma, a autoritária, a orientação é para “a integração e o controle social da sociedade e da política”(p. 17). Ocorre em regimes políticos autoritários de massa de direita (fascismo) e de esquerda(em regimes socialistas em comemorações e celebrações de massa). Também ocorre em regimes democráticos representativos em situações de cooptação, quando se estimula a participação ou se definem programas e propostas de cima para baixo, visando diluir conflitos sociais. Quando o protagonismo das políticas públicas não é assumido pelos próprios atores sociais, mas sim representado. Em uma terceira forma – a revolucionária, a participação organizada estrutura-se coletivamente para “lutar contra as relações de dominação e pela divisão do poder político.(p.15)” Na quarta situação, ou seja, de participação democrática, há oposição ao corporativismo e se demarcam situações entre sociedade civil e sistema político. A soberania popular é o princípio regulador. A participação é paritária entre sociedade civil (movimentos organizados, ONGs...) e as institucionais (políticas formais). É marcada por um sistema representativo, através do processo eleitoral. Há ainda uma concepção de participação do tipo democrático-radical, com o objetivo de fortalecer

a sociedade civil, construindo uma nova realidade sem injustiças, desigualdades, exclusões e discriminações. As características principais dessa concepção são indicadas por Gohn(2007, p. 19):

O pluralismo é a marca dessa concepção. Os partidos políticos não são mais importantes que os movimentos sociais, e os agentes de organização da participação social são múltiplos. Uma gama variada de experiências associativas são consideradas também relevantes no processo participativo, tais como grupos de jovens, de idosos, de moradores de bairros, etc. Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como 'sujeitos sociais'. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membro de uma dada classe social. A participação tem caráter plural. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados cidadãos. A participação articula-se, nesta concepção, com o tema da cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, é dividir responsabilidade com a comunidade. Essa última é vista como parceira, como co-responsável permanente, não apenas um ator coadjuvante em programas esporádicos. A participação envolve também lutas pela divisão das responsabilidades dentro do governo. Essas lutas possuem várias frentes, tais como a constituição de uma linguagem democrática não excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhe diga respeito e o estímulo à criação e desenvolvimento de meios democráticos de comunicações. No Brasil, na última década, várias experiências se constituíram sob a inspiração dessa forma de participação, um exemplo dos programas é o fórum do Orçamento Participativo, assim como diferentes fóruns de participação popular (da Reforma Urbana, do Meio Ambiente etc.).

Considera-se que esses grupos de pressão ou movimentos sociais oportunizam, através das ações coletivas, dar visibilidade às necessidades e direitos sociais, políticos e culturais, pois como atores sociais vivenciam um mundo contemporâneo que engendra um momento em que as pluralidades, diferenças e grupos minoritários descobrem e conquistam seus espaços.

Com a abertura do país e o surgimento da democracia, a arena de reivindicações e demandas públicas abre espaço para várias questões sociais e entre essas a questão do envelhecimento, que passa a ser prioridade também nos países em desenvolvimento. Dentre os espaços abertos aos idosos e que aos poucos engendram-se à cultura da participação política são os conselhos de Direitos, especialmente o dos idosos.

Para Fernandes (2009, p. 49) "os conselhos são espaços públicos para a discussão das políticas públicas." A finalidade dos conselhos, conferências e fóruns é ser contraponto à política tradicional, abrindo espaço para reivindicações, para

que o cidadão comum tenha o direito de participar da vida política nacional assim como também acesso aos direitos e à cidadania. (FERNANDES, 2009; PRADO, 2006).

Os Conselhos de Direitos dos Idosos, portanto, surgem com essa característica democrática visando exercer o controle das ações públicas do Estado no que se refere ao Idoso. Depois de muitos anos de política colonial e autoritária, atuar em um conselho de forma participativa requer um processo de aprendizagem, sendo necessária a ação dos atores, a busca de conhecimentos de seus direitos, para produção da prática da reivindicação, da pressão, da fiscalização, do controle. Fernandes(2009) que investigou a história da constituição e funcionamento dos conselhos de direitos dos idosos do Paraná, verificou que muitas vezes eles não são protagonistas nesses espaços, porque sua atuação requer aprendizado e experiência política em espaços de reivindicação e por isso exige um processo de formação, conforme referenda:

É como se, no cenário de um conselho embrionário, encontrássemos atores com posicionamentos divergentes; atores que compreendem o conselho como uma atividade que está além da fiscalização; atores que nem imaginam a dimensão do conselho e ficam à margem nas discussões das propostas e suas formas de articulação. Tais discussões são travadas por pessoas oriundas de vários lugares e com as mais diversas trajetórias de ações políticas, desde a luta por certos interesses, ou mesmo que não tinham claramente antes da participação no conselho. São atores frágeis que não têm militância organizada sólida, até fazem coisas, mas que não têm ação política de luta por certos interesses ou que não a tinham tão claramente antes da participação no conselho. À medida que avançam na participação do conselho, constroem sua identidade. Este processo de formação de conselheiro é gradual e requer grande investimento institucional. É este novo modo de fazer política que vai ampliando o entendimento sobre o ser conselheiro(FERNANDES, 2009, p. 42).

Fernandes (2009, p. 9) em sua pesquisa sobre a constituição dos Conselhos dos Idosos iniciou sua investigação fazendo uma série de questionamentos, tais como: O que significa ser um conselheiro?Quais os atores que se engajam nesse processo? Como ele funciona? Os diferentes conselheiros partilham da mesma concepção sobre a função do Conselho?

Paz (2001) evidencia que Conselhos e Fóruns quando constituídos de forma precária ou inadequadamente representados, ou ainda, quando não potencializam a

participação e organização social do idoso, tornam-se meros cenários de teatralização do idoso indefeso ou acabam se perpetuando apenas como lugares para que outros decidam por eles, roubando seu espaço e sua história, ou seja cooptando sua participação e expressividade política.

De acordo com experiência de participação em Conselhos de Direitos de Idosos, desde o ano de 1999, percebe-se que a constituição desses espaços surgiu muito mais por pressão das comunidades científicas, de pessoas que tinham ações reflexivas nessa área. A maioria não eram pessoas idosas, mas ligadas às Instituições de Ensino Superior, associações, entidades que trabalhavam na área da assistência social ou políticos de esquerda com características de participação democrática.

Como esclarece Fernandes(2009) passa-se a perceber o Conselho como uma “importante ferramenta para conseguir a garantia dos direitos do idoso”(p.52), ou seja, como “uma arena onde se constrói a garantia dos direitos”(p. 54). Os conselhos e os demais espaços políticos abertos às minorias e, nesse caso aos idosos, deve ser um espaço reflexivo pelas reivindicações de seus direitos. Não é apenas um espaço de consenso, onde se ouve as decisões dos representantes, mas sim espaço de decisão conjunta, de diálogo, de narrativas de desejos e necessidades a serem atendidas, portanto o conflito também faz parte, conforme bem explicita Dussel (2007, p. 40) “ O campo político, no sentido estrito, não é um espaço vazio, mas algo como um campo minado, cheio de redes, nodos prontos para explodir a partir de conflitos por reivindicações não satisfeitas (sabendo que, de maneira perfeita, nunca se podem cumprir com todas)”. Participação política portanto, exige paciência e discernimento. Paciência para ouvir as colocações dos outros, mesmo que divergentes e discernimento para não se deixar ludibriar por promessas falsas e discursos “vazios”, especialmente por parte dos políticos que representam o povo nos espaços administrativos.

Para Gohn (2007, p. 14) participar “é lutar por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização”. Esse portanto, é o motivo principal pelo qual os idosos mais reflexivos da sua condição se engajam em campos de ação política, como o caso dos Conselhos e Conferências.

Dussel(2007) em seu livro *Vinte Teses de Política* já dizia que “compreender o nobre ofício da política é uma tarefa patriótica, comunitária e apaixonante (p. 9).” E complementa “ É hora dos povos, dos originários e dos excluídos. A política consiste em ter ‘a cada manhã um ouvido de discípulo’, para os que ‘mandam, mandem obedecendo(p. 10),’ [...], pois o povo toma a palavra e entra na ação como um ator coletivo (p. 11).”

Já Simões(1998) em sua pesquisa sobre o movimento dos aposentados e pensionistas do Brasil entrevistou algumas lideranças desse movimento político, que diferenciaram o seu movimento dos grupos de terceira idade. Assim, segundo os idosos militantes, os grupos de terceira idade desenvolvem atividades de lazer que são um “descanso”, um “refrigério”, uma “diversão”, enquanto que o movimento dos aposentados e as associações desenvolvem a atividade mais importante que é a “luta”, a “ação dentro de sua entidade de classe”.

Porém Moragas(1997, p. 197) adverte que “quando entre eles(idosos) há algum líder seguro, sua ação coletiva pode ser muito efetiva: têm mais tempo e motivação para participar na política local, próxima.” Também complementa que a participação dos idosos geralmente é mais efetiva em ações de melhoras imediatas de seu cotidiano, como os transportes, o lixo, a segurança,... do que grandes projetos de reforma política nacional a longo prazo, pois se tornam céticos e acreditam que não viverão tempo suficiente para ver sua realização.

Assim, os idosos entrevistados também inquiridos a respeito da importância que dão aos campos onde têm maior ação e justificam porque estão engajados/mobilizados no campo político, pois acreditam que fazem parte de um movimento social e que precisam lutar pelos seus direitos. Todos expressam a necessidade de fazer pressão nos líderes políticos para dar visibilidade ao movimento e que esse é um processo longo e lento de reivindicações por seus direitos. O movimento dos idosos é importante porque pertence à vida e dá importância à vida.

“Ah,. Essa luta já vem mais de 10, 12 anos que estamos fazendo, temos que acreditar e acredito profundamente que isso é a única saída para a terceira idade, tem que procurar defender mesmo e conquistar seus direitos.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“Todo movimento é importante quando não há ingerência de órgão público”(Jan-TO, 65 anos)

“Os movimentos são a porta que os idosos dispõem para serem ouvidos. Acredito mas não em conquistas imediatas. É preciso tempo para que a sociedade, e os governos ponham fim a tutelas, ajudas ocasionais, mutirões de saúde e semelhantes que nada resolvem. Sou suspeito para falar alguma coisa. Senão acreditasse ocuparia meu tempo de outra maneira.”
(Oscar-SP, 82 anos)

“Bom eu sempre acreditei. Qualquer movimento social ele tem uma finalidade e ele tem um objetivo. Ele pode não tá alcançando seus objetivo pela obstrução que existe na gestão pública. Eles tem uma finalidade eles tem um objetivo. É possível que um dia eles alcance. Eu acho que foi muito importante porque muitas famílias que estavam na pobreza absoluta com essa atuação da gente saíram da pobreza absoluta para a ..como é que eles dizem, passaram a ter com um rendimento que pudesse pelo menos ter comida ...”
(Artidório-RS, 72 anos)

“Agora, já é um pouco diferente, agora é um caso de liderança, questão de objetivos maiores, qual seja, dentro do congresso entre os órgão governamentais fazer com que as autoridades reconheçam o valor que tem o aposentado porque o inativo de hoje quando em atividade foi o construtor de tudo isso que tá. Isso não é reconhecido, no palco, no púlpito, na tribuna eles reconhecem, mas nas atuações, nos atos é diferente, a deixa pra lá essa “veiarada” incomodando. Isso a gente já ouviu dentro do senado: já vem esses velhos de novo, quer dizer e os deputados não é novo, tem deputado velho. Olha para ti ter uma ideia: quem não conhece o ministro da previdência que tá bem velho, é o Garibaldi Alves. O Garibaldi Alves, o filho dele tá lá, o pai dele tá lá também, o filho está no lugar da que foi eleita governadora do Rio Grande do Norte, ele era suplente do senador dela, ela foi eleita governadora foi pra lá veio ele e o pai assumiu a função lá no lugar do filho que assumiu o Ministério da Previdência. Então essa gente é que já ouvi: já vem essa “veiarada” mas nós colocamos eles, pusemos lá num corredor polonês, não o corredor polonês praticamente que é de bater, mas eles passaram no meio dos aposentados, foram forçados a isso. Então essa é a nossa luta e é isso que eles não querem.”
(Osvaldo-RS, 80 anos)

“Sim, são um dos caminhos na busca da garantia dos direitos.”
(Sônia-RS, 70 anos)

Pelo que se observou na pesquisa empírica, a participação política é uma realidade de um pequeno grupo de idosos atuantes e participativos. Percebe-se que em sua maioria os idosos não gostam de participar nem mesmo de espaços hedônicos. A atuação dos idosos em espaços políticos ainda é muito pequena se for comparada a participação nos espaços dos grupos de convivência, por exemplo, com característica de lazer, de alegria, de convivência. Isso é demonstrado através de indicadores, a exemplo do que se vê na cidade de Cruz Alta-RS, onde o número total de idosos é de 9.001 (IBGE, 2010) e a participação na última conferência foi de 270 idosos e em sua grande maioria mulheres. Essa pequena participação dos idosos nos espaços políticos também se confirmou durante a IV Conferência Estadual do Idoso, onde a maioria eram de caravanas vindas do interior do Estado e pouca participação dos idosos da capital que totaliza 211.896 pessoas com mais de 60 anos (IBGE, 2010). Na III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em novembro houve a participação de oitocentos (800) delegados, sendo

que dentre esses em torno de 70% eram idosos. Isso significa pouca participação e articulação dos idosos para um país com um total de aproximadamente 21 milhões de idosos. Observa-se que a politização do idoso ainda é maior nos municípios menores que nas grandes capitais ou em centros maiores, onde não há uma articulação dos idosos, embora a concentração de população idosa seja extremamente maior. Duas questões importantes que ocorreram durante a realização da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, cabem ser destacadas. Primeiro, a constatação de que muitos direitos foram olvidados por parte do Conselho Nacional do Idoso e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em razão de que a maioria das delegações de idosos que vieram de outros Estados ficaram por quatro horas ou mais esperando no aeroporto para serem conduzidos aos hotéis destinados. Com essa desconsideração e falta de respeito, idosos que viajaram a noite inteira, ficaram em pé e sem alimentação por horas. Esse desrespeito, “embaixo do nariz” do governo deixa os idosos desconfiados de que realmente desrespeitos maiores podem acontecer e acontecem distante dos holofotes do governo. Em segundo, a constatação de que o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, durante a abertura da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizou um discurso vazio, sem fundamento algum, recheado de “piadinhas” e frases esquivadas, onde os participantes se sentiram verdadeiros “palhaços”, viajando de lugares tão distantes do país para não escutar nada de concreto em relação a previdência. Também comprovou o “retrato” do Ministro que o idoso Oswaldo já havia referido anteriormente. Percebeu-se que tal “escapada” do assunto foi proposital por parte do ministro. Duas semanas após a Conferência envia ao Congresso uma proposta de reestruturação da previdência dos servidores públicos. A Conferência seria o espaço mais indicado para o diálogo com os atores sociais que têm o maior interesse no assunto. E onde fica a participação dos idosos nas decisões de seu interesse. É, realmente será preciso ainda muita luta política para modificar a situação de desrespeito em relação aos idosos e para que se tornem protagonistas, embora esse tenha sido o tema da III Conferência Nacional do Idoso, do ano de 2011.

5.1.1.2 Campos de ação religiosa/solidária

A vivência da religiosidade é uma característica forte entre pessoas idosas, talvez pela constatação da finitude da vida, que com o envelhecimento torna mais próximo esse momento, por doenças mais graves apresentadas e também confirmam que a vida terrena tem um limite, ou mesmo como rituais que fazem parte do seu cotidiano como tradição, cultura, fé, esperança ou medo do desconhecido (que virá depois da morte).

Goldstein e Sommerhalder (2002) afirmam que embora, a religiosidade e a espiritualidade sejam características permanentes no ser humano é ainda bastante negligenciado nos estudos gerontológicos. Entretanto é uma questão contraditória, pois existem alguns fatores empíricos que contribuem para que se perceba que esse é um fato presente entre as pessoas, não apenas idosas, tais como: a grande maioria das pessoas professam algum tipo de crença religiosa, muitas pesquisas indicam que adultos e idosos valorizam as suas crenças e valores religiosos e a maioria das pessoas em momentos difíceis em suas vidas, quando não são controláveis, apelam para a sua fé. Essas autoras citam estudos americanos e mostram que as metas das pessoas idosas estão mais ligadas a valores intrínsecos, ao autoconhecimento e a autoaceitação. O que sugere que à medida que a pessoa envelhece valoriza mais questões que satisfaçam suas necessidades psicológicas, assim como a religiosidade e a espiritualidade, tornando-se menos interessadas em questões materiais, as quais se tornam então superficiais para elas. Essa constatação leva a pensar que talvez por esse fato muitos idosos sentem-se “perdidos” numa sociedade hiperdiversificada que superestima tanto os valores extrínsecos como o consumismo, o ter, os bens materiais, além de supervalorizar a imagem e a juventude. Talvez por essa razão sua participação e engajamento em questões políticas seja menor.

De fato, a partir da meia-idade percebe-se que o homem procura compreender mais as questões metafísicas, o que leva o indivíduo a desenvolver suas crenças e valores que o ajudam a entender a própria existência, mas ainda há controvérsias entre os estudiosos para afirmar que o envelhecimento leva a uma maior espiritualidade (GOLDSTEIN; SOMMERHALDER, 2002). Todavia as autoras,

concordam que “Crenças espirituais e religiosas parecem ser um dos poucos recursos que tendem a aumentar na velhice” (p.954). Isso porque há um aumento de eventos não-controláveis na velhice, momento em que o enfrentamento dessas questões através da espiritualidade e da religiosidade parece ser bastante efetivo. Carvalho e Fernandez (1996) também corroboram com a ideia de que as pessoas ao chegarem a meia-idade “dão mais atenção aos aspectos internos do *self*, abrindo caminho aos sentimentos e comportamentos religiosos” Assim, “a religião para o idoso é um referencial pessoal ” (p.164). Os autores também afirmam que entre as pessoas que têm práticas religiosas moderadas (não fanatismos), mas que participam ativamente nos trabalhos destas, apresentam objetivos de vida, com maior envolvimento com as pessoas, maior satisfação na vida e menos estressadas.

Rosendahl (2005, p. 12.930) menciona que:

Reconhecer o homem religioso significa dizer que ele é motivado pela fé em sua experiência, que é ao mesmo tempo individual e coletiva. Ela tem um significado original para cada devoto, uma relação direta entre uma só divindade e o crente. A experiência coletiva é normalmente organizada pelas igrejas, templos, sinagogas e mesquitas que assumem uma dimensão simbólica na qual se enraízam seus valores e através dos quais se afirma a comunidade religiosa.

O pertencimento a uma comunidade religiosa também é visto como um território, um espaço identitário de rituais religiosos, vivenciada pela fé, conforme referendado por Le Bossé (2004) citado por Rosendahl (2005, p. 12.932):

Sagrado, profano e território contribuem para que o grupo religioso reforce o sentido de pertencimento à instituição religiosa. O exercício do poder religioso ocorre na vivência da fé. Cada comunidade religiosa se estabelece no mundo sagrado onde participa da memória histórica no tempo e no espaço. Dessa forma, a manutenção do lugar sagrado favorece a noção de que a comunidade partilha uma identidade comum, um sentimento de integração e de comunidade religiosa. Certamente, o território identitário religioso não é apenas ritual e simbólico: ele é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades.

Para Lins de Barros (2009) que realizou uma pesquisa com três gerações de mulheres de camadas médias brasileiras cujos temas observados no estudo foram a família, o casamento, a maternidade, a amizade, a sociabilidade, profissão e religião, com o objetivo de identificar as mudanças e permanências entre as três gerações: as avós da primeira geração, as mulheres-mães da geração pivô e a geração jovem.

A geração pivô é a geração de mulheres que nasceram entre os anos de 1940 e 1950 e que hoje pela categorização da terceira idade a partir dos 60 anos são consideradas idosas, mas que convivem com a mãe e/ou anciã(ão).

A partir dessa convivência da geração pivô com os pais mais velhos e com a geração mais nova, de acordo com Lins de Barros (2009) é propícia para a geração de combinações tensas de valores que definem as relações familiares, como por exemplo o caso da religiosidade. “[...] as mulheres da geração pivô apresentam um discurso dissonante do discurso das mães, que tiveram uma educação religiosa católica institucionalizada”(p. 58). A religião católica vivenciava-se através do comparecimento às missas dominicais e às festas religiosas. A referida autora também observou em sua pesquisa que a escolha ou o trânsito por outras religiões que não a católica, como o kardecismo, por exemplo, só ocorreu entre as entrevistadas após a morte de um dos seus filhos. Constata também a autora da pesquisa que a partir dos anos de 1970 há uma socialização religiosa da geração pivô, quando por influência das questões políticas de esquerda e lutas contra a ditadura, também se iniciam críticas em relação à religião, conforme relata:

A socialização religiosa da geração pivô foi revista ao longo da vida, sobretudo nos anos 70, quando o conjunto de valores referentes à família, ao casamento, à religião foram colocados em questão. Para parte das entrevistadas, esse movimento é acompanhado por adesões a ideais políticos de esquerda nas lutas contra a ditadura. A crítica às instituições religiosas, que parecem predominar naquele momento da vida, é negociada com a família de origem em algumas circunstâncias. O casamento e o batizado dos filhos ou de parte deles (uma das mães não batizou um dos três filhos) na Igreja Católica revelam mais uma busca por conciliações com uma tradição familiar do que uma opção propriamente religiosa[...] Vemos assim uma negociação constante com respeito à religião, e, sem dúvida, a família é uma referência nas revisões individuais das adesões religiosas.[...] para as mulheres das camadas médias, a religiosidade, mais do que a religião institucionalizada, está combinada com outros recursos que podem ser acionados nesses momentos: as terapias de linha psicanalítica, os cuidados com o corpo, as viagens que definem um estilo de vida e uma busca de si mesmo, a intensidade de procura da completude em relações de amizade, namoro e conjugalidade (LINS DE BARROS, 2009, p. 59/59)

Os idosos investigados em nossa pesquisa, que atuam no campo religioso, defendem sua participação nesses espaços em razão de que pensam estar contribuindo com uma sociedade melhor, sentem-se úteis vivenciando valores como a fé e a solidariedade e a ajuda ao próximo; os valores que embasam a sua vida ligam-se a espiritualidade e à religiosidade; sentem-se bem e realizados

desenvolvendo em profundidade sua espiritualidade. Para outros, a religiosidade é como uma missão, onde se julgam responsáveis por transmitir isso aos demais membros da comunidade onde vivem, especialmente nas cidades de pequeno porte. De fato, a religiosidade fortalece a espiritualidade, a qual ajuda a compreender a natureza humana e a própria vida. Embora os idosos que disseram não frequentarem igrejas afirmam já ter participado ou praticar sua religião em casa, de forma que mantêm a espiritualidade como uma crença existencial.

“Eu participo do Apostolado da oração; Legião de Maria; Liturgia e Grupos de Família. Acho muito importante pois é uma maneira que posso contribuir para uma sociedade melhor. Acredito e muito pois é uma vivência única, pois assim me dedico ao próximo e principalmente a Deus, contribuindo para o crescimento da sociedade.” (Apolônia –RS, 70 anos)

“Sim, sou espírita e freqüento uma sociedade de amigos onde praticamos a caridade a todos que nos procuram.” (Luiz-RS, 62 anos)

“Acredito em Deus, tenho fé em tudo que faço. Sou católica não praticante.” (Anália-RS, 69 anos)

“É só do apostolado da oração. Sou coordenador há três, quatro anos já. É que a gente é católico e aprendi que temos que realmente participar e alguém precisa fazer e organizar grupos e esse é um grupo religioso, então eu me dedico a eles há mais de três anos.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“Grupo de Orações aos ancestrais para agradecer a Deus Oxalá e pedir proteção. Religião, por madrinha acompanhei o catolicismo e respeito, vou as missas. Mas em casa meu pai era espírita, cresci em mistura de religião. Não tive culpa. Aos 11 anos conheci a Umbanda. Aí misturou mesmo. Minha mãe ia e me levava, foi um conflito mas superei. Hoje respeito a todas. Creio nos Orixás. Mas sou reikiana, o que eu pude escolher.” (Sirley-RS, 75 anos)

“Crescimento pessoal, sim. Me criei em movimento grupo jovem; UFC Vicentinos: a razão da minha vida.” (Francisco-RS, 60 anos)

“Pastoral do apostolado da oração e sou legionária.” (Maria de Jesus-PI, 74 anos)

“Participo do terço dos homens aos sábados, 6h30min. da manhã, razão não pela igreja, mas razão da fé” (Jan-TO, 65 anos)

“Igreja católica. Congregado mariano. A vida inteira participo.” (José-AM, 71 anos)

5.1.1.3 Campos de ação cultural e hedônicas

De acordo com Moragas (1997) a solidão é um estado de falta de sociabilidade. É sentida principalmente entre os idosos quando há ausência de pessoas com quem vivenciaram experiências de vida, como filhos, marido ou esposa, parentes, vizinhos, amigos, colegas de profissão,... Para atenuar essa situação os idosos se apoiam em diferentes sociabilidades e contatos

intergeracionais, praticados através do lazer, da educação, da cultura, da descontração, o que foram buscar nos grupos de convivência da terceira idade.

Velho (1994) reitera que as sociedades complexas moderno-contemporâneas se caracterizam por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados. Segundo o autor há “uma permanente troca cultural através de migrações, viagens, encontros internacionais de todo tipo, além do fenômeno da cultura e comunicação de massas.”(p. 38)

De fato, a primeira saída para a esfera pública, pelos idosos, foi a partir de sua inserção em espaços de sociabilidades culturais e hedônicas, como os clubes e grupos de convivência da terceira idade. Hoje, muitos idosos que iniciaram sua participação nos grupos de convivência possuem atuação na esfera pública que vai muito além do hedonismo, ou seja, sua participação é política e de trabalho na garantia dos direitos como aconteceu com o idoso paulista Oscar que participou da pesquisa, conforme seu relato:

“Meu trabalho começou nos Grupos de idosos onde fazia reuniões sobre saúde e direitos, quando tomei conhecimento da discriminação, das injustiças e as exclusões da maioria da sociedade. Cheguei a trabalhar com 22 grupos nos bairros próximos à minha casa. Atualmente o MIS ocupa todo o meu tempo. Quando posso vou a grupos, onde sou recebido com alegria e até aplausos e demonstrações de apreço e afeto.” (Oscar-SP, 82 anos)

Esses espaços na verdade foram as primeiras experiências de liberdade conquistada por homens e mulheres idosos. As mulheres porque viram a possibilidade de deixar o lar, os serviços domésticos e os cuidados dos netos para cuidar de si, de seus interesses, de sua subjetividade. Os homens, de forma menos intensa que as mulheres, mas procuraram como uma substituição ao tempo de produção no trabalho, mas agora como um tempo vivenciado de forma lúdica, hedônica, sem compromissos mais racionais. Para outros, esse espaço foi o começo da luta pela visibilidade dos idosos como atores sociais.

Conforme Rocha, Gomes e Lima Filho (2002) desde a década de 1960, a igreja, através da pastoral da saúde já trabalhava visando destacar a autonomia e a subjetividade dos idosos no sentido de que esses despertassem para a esfera pública. Todavia o grande precursor no atendimento das demandas socioculturais dos idosos foi o SESC nos anos de 1980 através do trabalho nos Grupos de Convivência.

Dos idosos investigados cinco não participam de Grupos de Convivência. Dentre os que compartilham esses espaços, as atividades que realizam são: recreativas, passeios, palestras, orações, festas na comunidade, jogos de cartas, jogos de memória, leituras, alongamentos, ginástica, danças, dança de bolero, quadrilha, oficinas do crochê, teatro, coral, informática, moda e oficina de História Oral, exposições, feiras. Outros dois idosos participam dos grupos de convivência, mas como profissionais voluntários, uma como assistente social e a outra como agente da pastoral do idoso.

“Grupo de dança, teatro, livro de poesias, SESC, música (CD)”(Maria Jesuina-PI, 74 anos)

“Participo de festas na comunidade. Em Manaus a gente faz exposição, feiras. Dança de bolero, quadrilha. O grupo de dança.”(José-AM, 71 anos)

“Sim. Grupo Viver e amar, desde que foi fundado (12 anos). Atividades recreativas, passeios, orações e palestras.” (Apolônia –RS, 70 anos)

“Sim. Grupos de idosos há 15 anos. Uma reunião mensal e uma festa anual com a presença de todos os grupos do município.” (Pedro-RS, 73 anos)

“Sim. Grupos de convivência com amigos, jogos de cartas, jogos de memória. Leitura semanal.”(Anália-RS, 69 anos)

“Participamos sim dos grupos de convivência. Tem vários grupos de convivência , tem os PPP, tem os vários grupos. Eu participo em praticamente em todos quando há reuniões, quando é possível a gente colabora. Efetivamente de nenhum grupo, só do grupo da Terceira Idade né?É um grupo que se reúne todas as terças-feiras de tarde e a primeira coisa que se faz é uma oração, segundo é um alongamento de quinze a vinte minutos e aí é uma dança de quase uma hora e depois a recém vem os jogos e diversões né? Então é todas as terças-feiras que a gente se reúne e faz esse trabalho.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“Sim, do CETRES/UCPEL há 7 anos, das Oficinas do Crochê, teatro, coral, informática, moda (em anos alternados). Hoje, faço a Oficina de História Oral:Compartilhando Vivências, canto no Coral da Terceira Idade, todas no CETRES e tb. tenho atividades do projeto Ação Griô.”(Sirley-RS, 75 anos)

“Sim. Hoje do: Grupo Beija Flor; Grupo Colibri; Grupo Ser para Viver; Grupo de Convivência da Terceira Idade, Centro de Convivência do idoso.Desde 2006, como profissional Assistente Social.No inicio duas vezes por semana, após diariamente.” (Selene-RS, 65 anos)

“Sim. Grupo União de amigos do parque campestre, pastoral da pessoa idosa há uns 4 anos. Como secretaria do grupo e como capacitadora e líder da pastoral.” (Heloiza-RS, 64 anos)

Percebe-se que uma das idosas que não participa de grupos de convivência possui vida dedicada à espiritualidade e por opção de sair de casa somente quando necessário em razão da fragilidade de sua saúde, que é o caso da Idosa Pastorinha.

“Não. Não saio. Eu não saio porque de noite eu ia também na sessão que é muito bom na segunda de noite, eu não vou por causa da minha gripe que eu tive quatro pneumonia,

então de noite para não pegar sereno é muito difícil eu sair de casa. Muitas vezes eu não vou nem em aniversário. As vezes eu vou, mas as vezes eu nem vou em aniversários que me convidam porque tem as bebidas, aquelas coisas e eu não gosto de sentir o cheiro, nem de cigarro que eu não gosto de sentir o cheiro.”(Pastorinha-RS, 76 anos)

Também o idoso Artidório, por razões de saúde não participa por enquanto dos grupos. Anteriormente, Seu Doca, como é conhecido na cidade, visitava todos os 14 grupos organizados da prefeitura. Suas visitas eram para levar e trazer informações referentes aos direitos dos idosos já que o mesmo era representante dos grupos organizados no COMID. A prefeitura de Cruz Alta-RS implementou o Centro de Convivência do Idoso (CCI), onde agregou todos os grupos em um mesmo local. Isso desmobilizou um pouco os idosos, pois alguns demonstraram descontentamento em razão do CCI localizar-se distante para alguns idosos que hoje precisam pegar até dois ônibus para se deslocar até lá. *“Participava dos 14 grupos de convivência da prefeitura e do ATIVE-SE³⁶.” (Artidório-RS, 72 anos).*

Os demais idosos que não participam de grupos de Convivência é porque dedicam seu tempo para outras atividades, como por exemplo o Arcângelo, que ainda desenvolve atividades junto ao CREA do Rio Grande do Sul, em reuniões semanais, participa do Rotary e ainda é atleta sênior:

“Rotary Club Internacional – 1990; Clube esportivo – 1980; CREA-RS – 1980; Sociedade de Agronomia do RS – 1980. Faz amigos, recreação, motivação e ajuda a saúde.”(Arcângelo-RS, 66 anos)

Outros três idosos não participam de grupos de convivência, sendo que dois deles, porque se dedicam inteiramente à luta política, através da Associação dos Aposentados e Pensionistas (atualmente é Presidente da Federação) e outros dois são sindicalistas. Mas um deles, tem um sonho de participar de grupos de convivência para aprender a cantar e tocar violão. O terceiro idoso ocupa seu tempo com atividades culturais como a música e também porque ainda não está aposentado e continua trabalhando como funcionário público municipal. A última idosa é professora universitária e estuda aprofundadamente a questão do envelhecimento, com tempo bastante ocupado, não participa de grupos de convivência, mas não deixa de ter seus momentos de lazer através de outras atividades junto à familiares e amigos.

³⁶ O ATIVE-SE é um projeto desenvolvido no Programa Universidade Aberta da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

“Atualmente não, mas ainda vou realizar meu sonho: canto e viola.” (Francisco-RS, 60 anos)

“Não, mas pretendo participar, pois hoje com o acúmulo de trabalho não consigo.”(Valter-RS, 60 anos).

Na continuidade se investigou se os idosos participam de projetos e iniciativas culturais, recreativas e de lazer. Percebeu-se que os idosos participam mais de atividades recreativas que de projetos culturais. As atividades recreativas ligam-se aos grupos de convivência, através de passeios, viagens e atividades físicas, ou de bailes, rodeios, festas e confraternizações, ou de forma individualizada ou entre familiares e amigos, como esporte, viagens, pescarias, assistir sessões de teatro, cinema, ópera, balé, música, cinema.

“Sim. Participo de projetos culturais e manuais há 02 anos. Interesse em ocupar meu tempo e também conviver com outras pessoas.” (Apolônia –RS, 70 anos)

“Sociedade recreativa na comunidade há 50 anos. Razão: participação das festas e comemorações.” (Pedro-RS, 73 anos)

“Não toco música, não toco instrumento musical mas eu participo nos outros grupos quando eles tem as promoções (festas e bailes) a gente vai, participa para dar assim um incentivo para eles também. É que praticamente todas as promoções eles convidam e a gente participa.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“Os momentos de confraternização, seja ela em qualquer momento, sempre são muito importantes, principalmente curtir a vida junto com a família e amigos. Passear, conhecer lugares, ir à praia, comemorar datas festivas, tomar chá, jogar bola, pular corda, ter papos cabeça com os netos, visitar amigos dentre outros. Estar presentes nas horas boas e as não tão boas. Desde pequena, meus pais faziam tudo isso, e nós reproduzimos a cultura que aprendemos. E a razão de minha participação é a razão e o orgulho de pertencer a uma família patriarcal, e aprender muito com ela.”(Selene-RS, 65 anos)

“Não. Recreativa sim, passeios e ginástica. A razão e o convívio com as pessoas.”(Heloiza-RS, 64 anos)

“Atividade esportiva desde jovem; atividade recreativa; pesca desde jovem.” (Arcângelo-RS, 66 anos)

Dentre as atividades culturais destacam-se aquelas atividades que fazem parte de um projeto de vida, mas fora dos grupos de convivência, tal como a do Luiz que é músico e participa de eventos tradicionalistas importantes do sul do país. Durante a realização da 30ª edição da Coxilha Nativista de Cruz Alta, em 2011, o mesmo lançou um *CD-Room* de músicas nativistas: *“Sim, sou músico e várias vezes sou solicitado a participar de eventos culturais. Sim, eu acredito que esses movimentos dão bons resultados.” (Luiz-RS, 62 anos)*

Valter , embora não frequenta grupos organizados de convivência, desde criança participa de atividades recreativas que até hoje fazem parte de sua vida: *“Sim, rodeios, bailes, bocha, baralho, futebol e outros, desde criança, bom para saúde.” (Valter-RS, 60 anos)*

A Anália é admiradora de teatro e cinema e por residir próximo à capital tem maior acesso a esses eventos culturais. Também Sônia, que mora próximo à capital gosta muito de assistir sessões culturais na área das artes, como música, dança, teatro e cinema.

“Teatro – cinema – Grupos de convivência. Se não participar estou morta em vida.” (Anália-RS, 69 anos)

“Sim. Assisto apresentações de óperas, balé, música, teatro, cinema.”(Sônia-RS, 70 anos)

Jan, participa do programa Universidade da Maturidade onde frequenta o Curso de Educador Político Social do Envelhecimento Humano. Outra idosa que é envolvida com vários projetos culturais e se realiza através deles, é a Sirley, que com 75 anos de idade é uma grande contadora/cantadora de histórias e participa de grande eventos culturais, canta no coral do CETRES da UCPEL e se dedica a divulgar a cultura popular. O projeto Griô é a grande marca de Sirley, pois com essa ação trabalha em escolas e comunidades de rua e se apresenta em bares, feiras e outros projetos culturais.

“Sim várias, como Contadora de Histórias e Vivências (Ação Griô); Canto no Coral do CETRES/UCPEL (7 anos), e desde a infância participo da cultura popular. Na maioria em projetos culturais, esportivos; Ação Griô em escolas e Comunidade e na rua.” (Sirley-RS, 75 anos)

Sirley é uma senhora de origem humilde, filha de pais negros, que trabalhavam em grandes casarões das famílias patriarcais da alta sociedade pelotense, onde o costume das famílias muito ricas era ter uma babá, aliás, *“ama de berço”* para cada filho e gostavam de dizer *“vem de Canguçu uma negra para cuidar o meu nenê que vai chegar”*. Trabalhou desde cedo para ajudar a família, foi para Porto Alegre, na época em que fez 15 anos, fazer curso de corte costura e voltou a trabalhar em Pelotas com alta costura, época de *“elegâncias em Pelotas”*, como ela mesma diz. Desde pequena vivenciou a cultura através do gosto pela cultura popular. Herdou-o de sua mãe, que fazia pomadas e unguentos e organizava blocos de São João e de Carnaval, onde ela mesma desfilou desde a infância e do pai que era cozinheiro, espírita e folião. Hoje trabalha em projetos sociais que envolvem a cultura e ofícios

artesanais, ambos “conhecimentos a mão” que a ajudaram a gerir e tocar adiante seus projetos de vida. Sua cultura é ligada aos costumes tradicionais da região das charqueadas onde morou e se criou e também aos costumes afros e dos seus ofícios artesanais de costureira que aprendeu desde os oito anos de idade, quando já costurava a mão e bordava .

O *Griô* é um caminhante, cantador, poeta, contador de histórias, genealogista, mediador político. É um educador popular que aprende, ensina e se torna a memória viva na tradição oral. Ele é o sangue que circula os saberes e histórias, as lutas e glórias de seu povo dando vida à rede de transmissão oral de uma região e de um país. A palavra abasileirada *griô* vem de *griot* em francês, que traduz a palavra Dieli na língua *bamanan* do Mali, noroeste da África. O Mestre é um sábio, curador, iniciador das ciências da vida, das artes populares e dos ofícios artesanais. Ele(a) é o sangue que circula os saberes e histórias, mitos, lutas e glórias de seu povo, dando vida à rede de transmissão oral de sua região e país (BRASIL, 2011a). Assim, Sirley da Silva Amaro, 75 anos, uma negra de cabelos grisalhos da cidade de Pelotas é uma griô, que “*Com agulha , linha e pano essa griô canta e conta histórias*”

Segundo o Ministério da Cultura:

No Brasil a palavra Griô se refere a todo(a) cidadão(ã) que se reconheça e/ou seja reconhecido(a) pela sua própria comunidade como: um(a) mestre das arte, da cura e dos ofícios tradicionais, um(a) líder religioso(a) de tradição oral, um(a) brincante, um(a) cantador(a), tocador(a) de instrumentos tradicionais, contador(a) de histórias, um(a) poeta popular, que, através de uma pedagogia que valoriza o poder da palavra, da oralidade, da vivência e da corporeidade, se torna a biblioteca e a memória viva de seu povo. Em sua caminhada no mundo, ele(a) transmite saberes e fazeres de geração em geração, fortalecendo a ancestralidade e a identidade de sua família ancestral e comunidade. São exemplos das griôs e dos griôs no Brasil: congadeiro (a), jongueiro(a), folião(ã) dos reis, capoeira, parteira(o), zelador(a) de santo, erveira(o), caixeiro(a), carimbozeiro(a), reiseiro(a), tocador(a) de viola, sanfoneiro(a), rabequeiro(a), cirandeiro(a), maracatuzeiro(a), coquista, marujo, artista de circo, artista de rua, bonequeiro(a), mamulengueiro(a), catireiro(a), repentista, cordelista, pajé, artesão(ã), e fazedores(a) de todas as demais expressões culturais populares que se desenvolveram e se transmitem por uma tradição oral (BRASIL, 2011a, p.1).

Cabe aqui referendar Schütz(1974) para entender essa tipicidade que é única da idosa Sirley. Essa construção se fez justamente porque partiu das coisas que tiveram relevância em sua vida (o ser costureira, ser filha de pais carnavalescos e negros que cultivavam a cultura popular). Isso significa que realiza seus projetos de

vida a partir do mundo pressuposto (conhecimento a mão), das experiências anteriores e a partir da situação biograficamente definida.

A ação *Griô* envolve várias atividades como música, dança, cultura oral, papel reciclado, artesanato em retalhos, fuxico, artes gráfica, fotografia, brinquedo, brincadeiras, costura, bordado, crochê. Sua grande missão instituir uma política nacional para transmissão de saberes e fazeres da tradição oral, fortalecendo a identidade e as raízes ancestrais (principalmente índios e negros) do povo brasileiro, através do reconhecimento dos Griôs, como sendo os mestres da cultura e tradição oral do povo brasileiro.

A Ação Griô valoriza a tradição da oralidade enquanto patrimônio imaterial e cultural a ser preservado. É um desafio no âmbito das políticas culturais devido a inexistência de uma tradição na valorização desta manifestação cultural. A transmissão oral permeia as mais diversas culturas e independente da origem ou da etnia muitos povos tem a oralidade como única fonte da perpetuação de sua história. O Griô é um guardião da memória e da história oral de um povo ou comunidade, são líderes que têm a missão ancestral de receber e transmitir os ensinamentos das e nas comunidades. A palavra é sagrada e, portanto, valorizada num processo ancestral como fio condutor entre as gerações e culturas. Neste contexto também assim são considerados sagrados os Griôs enquanto mantenedores dessas culturas. O ser Griô é ritualístico, sua vida é formada por uma preparação onde ele tem o dever de escutar por um determinado tempo, o que para aquela comunidade é sagrado, e posteriormente transmitir esses ensinamentos. (BRASIL, 2011a, p.1)

Já o projeto Chibarro Mix Cultural, em Pelotas (RS), é administrado pela Universidade Federal de Pelotas. O ponto de cultura do Ministério de Cultura funciona como incubadora de grupos culturais como o Odara, de valorização da cultura negra, o Piratas de Rua, grupo de Hip Hop, a Ação Griô e a Capoeira, onde Dona Sirley, hoje com 75 anos de idade, também participa. A idosa Sirley, como mestre Griô já esteve presente em vários eventos, tais como o Fórum Social Mundial, conforme as notícias de sites e blogs, como esse da Overblog:

Na manhã do dia 27, a roda de prosa “Pontos de Cultura e gestão compartilhada: outro mundo possível na gestão cultural”, teve lugar em Canoas (RS) – cidade da Grande Porto Alegre onde acontece parte das atividades do Fórum Social Mundial: 10 anos (FSM10). A conversa foi a primeira parte da atividade Cultura e comunicação: ações colaborativas para políticas públicas, que segue amanhã na Câmara Municipal de Canoas – ação realiza pelo Pontão Digital Ganesha (SC) e a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC/MinC). A Fundação Cultural de Canoas recebeu Pontos de Cultura do Rio Grande do Sul, em grande parte

integrantes da rede Cultura e Saúde, Santa Catarina e Paraná, além de Minas Gerais e São Paulo. **A roda de prosa começou com a cantiga de Dona Sirley, 74 anos, griô de Pelotas (RS)**, que fez uma saudação aos participantes. (BEZ, 2010, p. 1)

Sirley está em todas as páginas relacionadas a cultura quando o assunto é ação Griô. Rodrigo Prates, responsável pelo site do Projeto Zuando Som: Histórias Cantadas de Mestres Griôs, em julho de 2007, traz a seguinte descrição da Mestre Dona Sirley:

Mestre Dona Sirley – é uma criança, uma doce criança. Curiosa e sábia carrega consigo as histórias de sua ancestralidade atravessando as Charqueadas da sua amada Pelotas (RS). Costureira de mão cheia, também fabrica com crianças em vulnerabilidade social instrumentos percussivos como o Agê. Dona Sirley como é chamada carinhosamente por todos que a cercam, é uma figura apaixonante, sensível e de total importância para a reflexão contemporânea sobre a relevância dos Mestres Griôs nos meios urbanos. (PRATES, 2010, p.1).

Também a idosa Sirley, como mestre Griô, está na página do site do museu da pessoa com as seguintes descrições de sua trajetória de vida:

SIRLEI DA SILVA AMARO

Nascimento: 12/01/1936, Pelotas

Profissão: Costureira

Projeto: Memórias dos Brasileiros

Sirley da Silva Amaro nasceu na cidade de Pelotas, RS, no dia 12 de janeiro de 1936, e por lá viveu quase toda a sua vida. Filha de um pai cozinheiro e folião e de uma mãe que inventava pomadas e ungüentos com ervas e temperos, teve uma infância muito rica, no qual viveu intensamente os conhecimentos transmitidos por seus pais, e a sua cidade natal. Tornou-se costureira e mais tarde recebeu a honra de virar Mestre Griô pelo conhecimento tradicional adquirido. Além disto, faz parte de um coral de idosos. (SÃO PAULO, 2011)

O Projeto Ação Griô Nacional é uma ação integrada aos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva da Secretaria da Cidadania Cultural (SCC) do Ministério da Cultura. Essa foi uma iniciativa do ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô de Lençóis, na Bahia. No Rio Grande do Sul os principais mestres Griôs são: mestre Ana Centenaro, na cidade de São Lourenço do Sul ; Mestre Chico e Paraqueda, em Porto Alegre, Mestre Zé do Rio, em Caxias do Sul, Mestre Dona Sirley e Mestre Baptista, em Pelotas.

Figura 2 : Mestre Griô Sirley da Silva Amaro– Pelotas(RS)



Fonte: Prates(2010). Disponível em: <<http://culturadigital.br/historiascantadas/>>.

Figura 3: Cartaz Convidando para uma Ação Griô com a Participação de Mestre Sirley-RS



Fonte:Prates (2010). Disponível em: <<http://culturadigital.br/historiascantadas/>>.

A ação dos Griôs possui uma identificação muito importante com a memória e identidade dos idosos que vivenciam sua tradição cultural. Demonstram que de fato, os atores sociais contemporâneos são reconhecidos por suas narrativas e capacidades de se engajar em projetos. Selecionou-se algumas canções criadas a partir das informações transmitidas pelos Griôs para demonstrarem as tradições culturais de seu povo, que tem como principais atores sociais as pessoas idosas.

Griôs

Os Griôs são contadores de histórias
 E contam as suas histórias pra gente se lembrar
 Do tempo que tinha menos carro
 Se dava mais abraço
 E a gente sabia escutar
 O samba brincava com a criança
 Em toda festa tinha dança
 Cantoria e muito amor
 Hoje o Griô traz a lembrança
 Junto dele a esperança
 E a batucada no tambor
 Griô leva contigo o meu amor
 Griô aonde você vai eu também vou

Toda Cor

Eu tenho uma história pra te contar
 Chega mais perto pra escutar
 Toda a gente tem cor
 E a cor está em toda gente
 Existiu um tempo
 Em que um era branco
 E o outro era preto
 Hoje a gente quer
 O preto no branco
 E o branco no preto
 O Mestre Griô
 Tem idade de vovó
 Tem idade de vovô

O João Não Tem Vovô!

Meu vovô
 Sabe muita coisa que eu não sei
 Ele tá ligado
 Em quase tudo que eu faço
 E a vovó
 Me conta mil histórias é um barato
 Canta tantas canções
 Talvez mais de cem
 Mas o João não tem vovô
 E o Pedro nem conheceu sua vovó
 Matheus também nasceu sem
 E o Guilherme chama de papai o avô
 Perto da minha casa
 Tem uma vovó
 Que virou a vovó
 De todo mundo
 Ela é negra branca
 Amarela e vermelha
 Ela é linda de tanta cor que tem
 Ela dança
 Ela brinca comigo
 Faz comida diferente que faz bem
 O coração dela é gigante
 E a brincadeira mais gostosa
 É a do Trem.

Fonte: Prates(2010). Disponível em: Disponível em:
 <<http://culturadigital.br/historiascantadas/>>.

Mestre Sirley também gosta muito de trabalhar com música, canta no Coral do CETRES (UCPEL), participa de rodas de samba, ensina *rap* aos meninos do lar dos menores de Pelotas-RS e com o médium e Mestre Nevis Baptista participa das cantorias com o sopapo e ensinam essa arte nas escolas. O Griô Nevis Baptista é mestre da musicalidade das tradições do sopapo e sua biografia também é apresentada no museu da pessoa, onde ele mesmo conta como começou esse trabalho com esse instrumento o sopapo, utilizado pelos escravos da região sul, que recuperou através da mediunidade.

“Particpei do projeto do CETRES “Integrando gerações com o RAP da Terceira idade, onde canto o RAP, algumas dançam com os adolescentes. Eu mandarei esse material para os senhores depois Oxalá Deus permitir estarei na feira do livro de Porto Alegre.”(Sirley-RS, 75 anos)

Figura 4 – Idoso José-AM
(71 anos)



Fonte: a autora da tese

Figura 5 – Idosa Maria de Jesus –PI
(74 anos)



Fonte: a autora da tese

Outro idoso que se destaca na área cultural é José da cidade de Boa Vista do Ramos, no estado do Amazonas. De agricultor passou a ser artesão, artífice de madeiras, faz artesanato com materiais da região e participa de feiras e exposições em Manaus. Também é um excelente contador de histórias e lendas de sua região. Gosta muito de contar a Lenda da Buiuna, que segundo ele “*não é história não, é verdadeiro*”. Também participa de grupo de dança, onde se apresenta com bolero e quadrilha. É um dos protagonistas no trabalho com idosos na sua cidade, onde fundou a Associação de Amparo aos Idosos e realiza projeto para conseguir verba pública para construir um Centro de Referência do Idoso em seu município.

Dentre as mulheres idosas entrevistadas também se destaca Maria de Jesus, de Teresina – Piauí, com a área de música (com *CD-Room* gravado) e de poesia, pois a mesma recebeu prêmio de literatura no concurso Talentos da Maturidade por poesias escritas. Nesse aspecto, especialmente entre os idosos voltados para as questões políticas e culturais, dominar as redes sociais e linguagem das novas tecnologias também é um aspecto importante. Então se questionou se os idosos investigados têm acesso à internet, se tem computador em casa, como usam e se participam de redes sociais, como *Orkut*, *facebook*, *MSN*, recebem e enviam e-mails...

Dos entrevistados, três idosos não têm computador em casa. Uma mulher, não tem acesso e não sabe utilizá-lo: “*Não, não tenho acesso. (Pastorinha-RS, 76 anos)*”; O outro idoso, mora na zona rural, não tem computador em casa, mas no local onde trabalha de forma voluntária (sindicato rural e conselho do idoso) tem computador e as secretarias enviam e recebem as mensagens que ele precisa; também José, do Amazonas não tem computador em casa e não sabe usá-lo, mas a filha que mora em Manaus tem e está aprendendo a usar. Osmilda, do Mato Grosso, tem computador em casa, mas não sabe usar, somente o filho, que mora com ela, é quem utiliza.

“Não uso. As vistas tão fugindo. Mas eu tenho uma filha que tem, é que pode comprar mesmo. Ela já tá treinando na escola e paga a escola para ela aprender.” (José-AM, 71 anos)

Alguns idosos possuem computador em casa, mas não utilizam, como é o caso do Pedro de 73 anos:

“Sim, mas não uso o computador. Só os filhos o usam.” (Pedro-RS, 73 anos)

Os demais com computador em casa, utilizam-no somente para se comunicar através de *e-mails*, mas necessitam de ajuda de familiares, como o caso da Apolônia “*Sim. Utilizo para me comunicar com parentes e amigos, mas as vezes necessito de auxílio para o uso do mesmo.*” (Apolônia –RS, 70 anos)

Também há aqueles idosos que usam computador em casa e o utilizam como pesquisa, organização de trabalhos e materiais didáticos, busca de informações e troca de *e-mail*, mas não gostam de participar de redes sociais, somente trocam mensagens com amigos, colegas de trabalho, família ou alunos, como é o caso de Anália, Selene, Heloiza, Arcângelo, Sônia e Osvaldo.

“Sim, tenho computador, uso Internet, para pesquisa e conhecimento. Não participo de redes sociais (não confio). Recebo e mando e-mails. Na internet, música e notícias. O Sr. Google me ajuda sempre.” (Anália-RS, 69 anos)

“!Sim.Sim.Para estudar, fazer os trabalhos pedagógicos comunicar-me com a família e amigos. Tenho redes sociais, mais não acesso, não gosto muito.Envio e recebo e-mail e me relaciono com amigos, colegas, família, professores e agora com você.” (Selene-RS, 65 anos)

“Sim. Sim. Uso pouco porque gosto de ler e escrever. Não participo de redes sociais.” (Heloiza-RS, 64 anos)

“Tenho acesso à internet com computador em casa e no serviço; não participo de redes sociais; envio e recebo e-mails; amigos e serviços.” (Arcângelo-RS, 66 anos)

“Não tenho computador em casa, mas a mulher tem . Eu é aqui e em Porto Alegre. Eu uso sim, internet. Eu não tenho tempo a perder por isso eu uso internet, envio e recebo e-mail e pego notícias que interessam , de interesse da sociedade. Tenho e-mail de casa, de pessoas que até agora eu ia passar uns e-mail ai e o rapaz pegou o computador e limpou os endereços tudo que eu tinha. Eu passava e-mail e dizia, mas que raio de coisa que não vai.Aí fui olhar os endereços. Deletou todos os e-mails. Conhecidos. Associações.”(Osvaldo-RS, 80 anos)

“Sim. Sim. Escrevendo trabalhos e me comunicando com outros através de mensagens pelo E-mail. Não participo de redes citadas, a não ser a Internet para consulta de serviços. Relaciono-me através das mensagens com amigos, colegas de trabalho, alunos.” (Sônia-RS, 70 anos)

Maria de Jesus tem computador em casa, mas não participa de redes sociais porque ainda não se sente muito segura. Está aprendendo a usar o computador.

“Sim, mas não participo das redes sociais. Quem usa o computador é minha filha. Ainda me falta autonomia nessa área. Estou aprendendo.”(Maria de Jesus-PI, 74 anos)

Outros idosos com computador em casa e o utilizam em todos os recursos e participam de rede sociais, como o caso do Luiz, do Francisco,do Bertilo e do Jan.

“Sim. Tenho computador em casa e me relaciono com colegas, amigos e familiares. Tem acesso à internet, Orkut, MSN.” (Luiz-RS, 62 anos)

“Sim. Com amigos, familiares, navego na rede.”(Francisco-RS, 60 anos)

“Eu fiz curso, a Prefeitura colocou a disposição da Terceira idade e eu fiz o curso inicial, eu tenho e-mail, eu tenho computador em casa, três computadores. Eu tenho uma filha morando na Austrália, então nos comunicamos semanalmente com ela só que aí preciso de ajuda da neta ou da filha porque a gente fez o curso inicial, e eu tenho Orkut tudo meu também e a própria visão já não permite mais tanto trabalhar com a internet, então a ajuda neta e da filha nos comunicamos semanalmente com a filha que mora na Austrália. Isso é muito importante e recomendo para todos os idosos onde for possível fazer aquele começo, que as prefeituras em geral estão oferecendo , como a nossa que ofereceu e está oferecendo até hoje, é um programa para os grupos e os grupos vai formando, tu vai pegar pelo menos o começo até que tu sabe trabalhar com o computador.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“Sim, Facebook, Orkut, MSN e recebo e envio muitos e-mails.” (Jan-TO, 65 anos)

O caso do Artidório e do Oscar é um pouco diferente, porque eles além de utilizarem a rede social para contatos pessoais com familiares e amigos, utilizam também os recursos tecnológicos para divulgar a questão do envelhecimento, defendendo seus direitos ou organizando redes de atendimento a idosos dependentes.

O Artidório, tem a luta pela política do idoso como sua bandeira. Seu Doca desde pequeno teve uma infância muito pobre e aos oito anos teve que trabalhar para ajudar a mãe a sobreviver. Após prestar serviço militar no Rio Grande do Sul, foi para São Paulo arrumar emprego. Lá parou em São Bernardo do Campo e acabou trabalhando em vários locais, chegou a ser colega de Luiz Inácio Lula da Silva, por quem tem muita admiração e só retornou a Cruz Alta quando se aposentou. O próprio ambiente de São Bernardo do Campo colaborou para que ele adquirisse essa característica dos sindicalistas e movimentos sociais: a luta por seus direitos. Talvez por isso quando se aposentou continuou trabalhando pela causa dos idosos. Para divulgar o que pensa sobre o envelhecimento criou um *blog* onde posta seus textos sobre Velhice e Envelhecimento (*seudoca.blogspot.com*). Além disso, seu Doca também faz poesias e nos apresentou uma cópia de uma de suas poesias escrita em 1998, em resposta a um cidadão que ainda não havia chegado a terceira idade, na colônia de férias dos cabos e soldados da Polícia Militar (PM) do Rio Grande do Sul, onde passou uma de suas férias. A poesia foi datilografada por ele e posteriormente corrigido o manuscrito à caneta.

“Bom eu tenho tudo isso que tu fala eu tenho. E o meu relacionamento é mais com aquelas pessoas da família, na minha rede social eu já tô com cento e tantos amigos, posso dizer que 50% são pessoas de família, amigos mesmo a gente tem um pouco mais de contato, né. Principalmente eu fiscalizo a netaiada toda.” (Artidório-RS, 72 anos)

O Idoso Oscar, de São Paulo é um médico aposentado e com o seu vasto conhecimento na área da saúde decidiu lutar pelos idosos, especialmente os idosos dependentes, por estarem doentes e acamados. Em função disso o Movimento dos Idosos Solidários. Iniciou suas atividades trabalhando junto aos Grupos Organizados de Idosos, detectou que haviam muitas famílias com esse drama do cuidado e muitas vezes sem acesso à assistência e sem saber o que fazer. Oscar realizou um projeto chamado Programa de Assistência Domiciliar do Hospital Universitário de São Paulo (HU), com quem fecharam parceria e com a colaboração financeira de

uma Indústria farmacêutica. Após um ano outro projeto foi realizado: a organização de um vídeo com linguagem fácil e acessível especialmente para leigos na área médica sobre atendimento domiciliar a idosos dependentes. Esse vídeo foi distribuído gratuitamente (12.000) para todo o Brasil para mais de 300 instituições. Também incluíram às instituições interessadas dois ciclos de debates sobre envelhecimento saudável, esquemas e metodologias para constituição de redes comunitárias de apoio domiciliar, leis de criação de Secretarias Municipais do Idoso³⁷, Portaria do Ministério da Saúde criando o Serviço de Internação Domiciliar pelo Sistema Único de Saúde (SUS) entre outras temáticas.

O principal objetivo da luta pelos e com os idosos é o reconhecimento dos seus direitos. Para concretizar esse reconhecimento o MIS organiza periodicamente reuniões, seminários, idas a repartições públicas, audiências, mesas redondas, marchas e outros atos fazendo que os idosos se mobilizem apresentando suas principais reivindicações. São grupos de pressão para sensibilizar a sociedade como um todo para seus problemas.(POZZO, 2011b)

“O site do MIS é a maneira que me permite comunicação com os idosos, tem 4 anos e informa os idosos sobre direitos e assuntos de saúde, tudo em linguagem acessível, as principais doenças que podem acometer os idosos pois nos postos eles são atendidos às pressas e não sabem como podem viver bem mesmo com problemas crônicos de saúde. São mais de 100.000 acessos de 65 diferentes países.” (Oscar-SP, 83 anos)

Figura 6 – Site do MIS – Movimento Idoso Solidário



Fonte: Pozzo (2011a). Disponível em:< <http://www.idosossolidarios.com.br>>

O site também posta artigos científicos sobre o envelhecimento contando hoje com 144 artigos. Mas as ações em prol dos idosos dependentes, para alertar a população sobre os seus direitos é realizada através de passeatas, marcha,

³⁷ É interessante ressaltar que no Rio Grande do Sul somente o município de Bagé conta com uma Secretaria Municipal do Idoso que foi criada no ano de 2010. O Estado do Rio Grande do Sul também não tem Secretaria Estadual do Idoso

encontros, debates, como esse que aconteceu em 2008 no dia do idoso (1º de outubro) chamada de Marcha dos Cabeças Brancas. A rede social se torna uma forma de divulgação do evento para congregar pessoas interessadas no assunto e idosos. A realização da marcha aconteceu em várias capitais do Brasil.

O MIS é apenas um movimento. Não é ONG nem OSCIP. Não tem estrutura jurídica ou estatutos. Seus membros são todos voluntários que se empenham na luta pela melhoria das condições de vida dos idosos brasileiros. Não recebemos auxílio de nenhuma espécie nem de governos nem de particulares e por isso conquistamos e preservamos nossa completa independência.(POZZO, 2011b, n/p)

Figura 7 – Chamada aos Idosos para a 1ª Marcha dos Cabeças Brancas em São Paulo

1ª Marcha dos Cabeças Brancas - 01/09/2008

Povo Idoso da 3ª Idade na Praça da Sé Luta em defesa da Saúde Integral dos Idosos acamados e fragilizados; criação das redes intersetoriais para planejamento e coordenação de políticas públicas voltadas para o idoso. Construção de 90 Centros de Convivência de Idosos nas áreas carentes; Projetos Sociais e Políticas Públicas de qualidade para todos os idosos.... (Por em prática o Estatuto do Idoso: Moradia, Saúde, Lazer, Transporte, Aposentadoria, etc...). Dia: 1º de Outubro, 2ª Feira.*
Dia Internacional do Idoso Horário: 8:30 horas da manhã – NÃO PERCA

Fonte:Pozzo (2011a). Disponível em:< <http://www.idosossolidarios.com.br>>

Figura 8 – Chamada aos Idosos para a 1ª Marcha dos Cabeças Brancas em Curitiba-PR

1ª CAMINHADA
DOS IDOSOS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA
Caminhada dos Cabeças Brancas
DIA INTERNACIONAL DO IDOSO

1º de outubro
as 09 horas

Concentração:
Pça 19 de dezembro
(Praça do Homem Nú)
as 8h:30min.

Venha conosco caminhar em prol da dignidade do idoso!!!

Neste dia, tragam faixas, cartazes e mobilizem seus familiares e amigos.

REALIZAÇÃO: Fórum Popelar Possementu de Pessoas Idosa de Curitiba e Região Metropolitana

APOIO: CEDI, NOVARTIS, ANO AMBROS ASSOCIADOS, ISAL, FINE, RSP, SANEPAR, SÃO BRAZ.

Fonte: Pozzo (2011a)

Figura 9 – Registro da 1ª Marcha dos Cabeças Brancas em São Paulo



Fonte: Pozzo (2011a)

Outra idosa que se utiliza das redes sociais para organizar seus projetos culturais é a Sirley: *“Sim, mas não tenho computador em casa. Não participo de redes sociais, porque não gosto. Somente envio e recebo emails dos meus filhos e amigos dos projetos que participo, vou na lan house.”*(Sirley-RS, 75 anos)

Apesar dela não ter computador em casa utiliza-se de *lan house* para se comunicar com seus dois filhos e amigos dos projetos que participa. Um deles mora em Salvador e outro, no Rio Grande do Sul. Ambos também apresentam as raízes culturais da mãe e dos avós, conforme seu relato:

“[Alvaro] Mora hoje em Salvador, a muitos anos trabalha no pró-jovem com adolescentes, preparador de futebol. É pai solteiro, tem no sul filho de 15 anos e em fevereiro deste ano ganhei um neto baiano que também é neto dos fundadores do Bloco Afro Ilê Ayê que fundamenta e assegura no Ministério da Cultura a manifestação Africana, Religião, Costumes e Estudo no Brasil. Meu neto chama-se Alef Prince. O filho mais moço Eduardo nasceu em 72, os dois só estudaram o 2º grau, mas Eduardo é vendedor nato. Tem carisma para vender, faz música, ganha festivais. Amanhã (19 de agosto) estará na Moenda concorrendo. É também pai solteiro, tem dois adolescentes e uma neta – Vitória nascida em maio. A mãe é evangélica, bem dividida para minha emoção – tambores e aleluias.”
(Sirley-RS, 75 anos)

O filho participa da Moenda, que é patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 2007. A Moenda da Canção é um festival tradicional de cultura e arte nativa que acontece na cidade de Santo Antônio da Patrulha-RS. Mais uma vez se mostra que o conhecimento a mão que cada sujeito possui influencia no seu campo de possibilidades para escolha dos projetos em que pretende atuar. Os relatos também mostram que os fluxos de informações vão muito além do local, essas influências chegam de vários lugares.

5.2 POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE PROJETOS NO ÚLTIMO CICLO DA VIDA

5.2.1 Situação Biograficamente Definidas dos Atores Sociais Idosos

Como se viu desde o início o número de idosos, nas últimas décadas cresceu a largos passos e gerou mudanças demográficas consideráveis na pirâmide etária. No Brasil, isto se deve principalmente à queda da taxa de natalidade e de mortalidade, além das conquistas e avanços da ciência, especialmente na área médica.

Destarte, o envelhecimento humano foi uma das características sociais importantes do final do século XX, e traz, como consequências para o século XXI, novos atores sociais e será a sua ação que o identificará como ator social contemporâneo. A ação social torna-o protagonista, caso contrário será representado nos espaços destinados a esse reconhecimento. O ator social idoso contemporâneo trabalha com a ideia de luta por reconhecimento, quer ser ouvido, respeitado e garantir um espaço na esfera pública, também para si, pois esse espaço contemporâneo privilegia as pessoas mais jovens.

Assim, como as mudanças demográficas alteram os paradigmas da população brasileira faz-se necessário buscar estratégias e idealizar projetos para garantir também a ação social do ator idoso. Embora, para muitos idosos o espaço de representação social seja bastante restrito à família³⁸ ou a sua comunidade, este busca ampliar sua representação através de sua inserção na sociedade. Portanto, esse capítulo procura reconhecer as dinâmicas identitárias (objetivações e subjetivações) dos sujeitos em movimento nessa esfera pública, identificando características de organização coletiva e estratégias de ação (projetos) e negociação em torno do agenciamento de recursos para a efetivação das políticas públicas e constituição das sociabilidades culturais, políticas e religiosas.

³⁸ Esta restrição é bem maior quando o idoso apresenta dependência. Entretanto, como existem muitas informações e possibilidades de continuidade de uma vida ativa faz com que os idosos vivam cada vez mais com autonomia e qualidade de vida.

Contemporaneamente as relações sociais geram pluralidades de sentidos e por isso conflitos e negociações. Então definirá campos de possibilidades para a construção de projetos, conforme desenvolvido nos estudos de Velho (2003; 2009). O projeto é a definição dos planos de ação, ou seja, o ato antecipado (quando a imaginação antecipa algo realizado) e se usa o conceito de Schütz(1974) para dizer que o projeto é a conduta organizada para atingir finalidades específicas. Também Mead (1982) colabora com a compreensão de que quando se projeta uma ação o sujeito tenta se colocar no lugar do outro; ao contrário, na ausência de projetos é através do outro que se produz.

Beauvoir (1990, p. 495) explicita que:

As coisas mudam, nós mudamos: mas sem perder nossa identidade. Nossas raízes, nosso passado, nosso ancoradouro no mundo permanecem imutáveis: é por aí que se definem os objetivos que nos esperam, no futuro, as coisas a fazer, as coisas a dizer. Não se pode inventar arbitrariamente projetos para si mesmo: é preciso que esses projetos estejam inscritos no nosso passado, como exigências.

Ao construir projetos cria-se técnicas de vida, erigidas a partir de uma definição situacional e por tipicidades. Conforme Schütz (1974) o ator social vai constituindo suas tipicidades pelas coisas que tiveram relevância ou significado em sua vida, ou seja, ao mundo pressuposto³⁹ das experiências anteriores e a partir da situação biograficamente definida. Assim, as ações dependerão do conhecimento a mão que possuem e da sua situação biograficamente definida. Portanto, é a ação que identificará o ator social e o sentido desta para o mesmo. A ação torna o ator protagonista, caso contrário significa ausência de ação, mas para isso se utiliza de estratégias e táticas para negociar com seu cotidiano.

De acordo com Weber (1963) os atores sociais não operam numa única lógica de ação, isto é, fazem aproximações da racionalidade. No caso do sujeito idoso suas trajetórias possibilitam a realização de seus projetos de vida, como evidencia Velho (2003, p. 47):

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A

³⁹ O mundo pressuposto consiste no conjunto das experiências do ator e seus referentes ao mundo, ao mundo físico e ao mundo social, são seus conhecimentos à mão, com os quais o indivíduo opera a elaboração de seus projetos.

viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades.

Embora na sociedade predomine a ideologia individualista, priorizando a realização de projetos individuais, de acordo com Velho (2003) estes “projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades.” Assim, os campos de possibilidades para os atores idosos constroem seus projetos na contemporaneidade se encontram nas diferentes sociabilidades que os mesmos constroem em seus diferentes campos de ação e também de acordo com os conhecimentos a mão que trazem de suas trajetórias de vida, como visto no capítulo anterior através dos relatos dos idosos que realizam projetos.

Dessa forma, o sujeito idoso pode na contemporaneidade fazer escolhas, buscar círculos sociais como formas de potencializar suas lutas pela aceitação do idoso na sociedade ou a conquista de espaços sociais. Estes círculos sociais podem ser Grupos de Terceira Idade, de Hipertensos, de Diabéticos, Clubes de Terceira idade, Grupos de Convivência, Universidades Abertas a Terceira Idade, Grupos de Artesanato, de Cooperativas Solidárias de Geração de Trabalho e Renda, Conselhos de Idosos, Conferências, Fóruns, Associação de Aposentados, Clube do Carteadado, Bingos, Bailes de Terceira Idade, Academia de Ginástica, Movimentos Sociais, Culturais, Rodas de Samba, Histórias de vivências, rodeios, jogos, entre outros. Assim, constituem espaços próprios capazes de torná-los potentes. Lins de Barros (2006, p. 120) chama estes espaços de territórios e se refere principalmente aos territórios com características mais hedônicas:

Nos ‘territórios’ dos mais velhos, a dança e os jogos criam as regras básicas de sociabilidade entre os frequentadores, onde estão incluídas as transgressões a padrões tradicionais de velhice, como o namoro e os jogos de sedução. Nestes espaços de interação prevalece, ao contrário da velhice estigmatizada, uma versão da experiência de velhice ativa que remete à idéia de juventude.

Percebe-se que os processos de escolhas dos idosos são pessoais (individuais), subjetivas, culturais e se ligam a sua própria trajetória de vida. Fatores como formação, condições socioeconômicas, a própria capacidade funcional e condições de saúde do idoso e de seus familiares implicam nestas escolhas. Assim como explica Schütz (1974) que estas escolhas baseiam-se em “conhecimento a

mão” e na situação biográfica de cada um. Para Lins de Barros (2006, p.111) “[...]é a própria percepção da velhice como o último momento de vida que torna possível a formulação e execução de um projeto de vida. Esta situação bem se exemplifica com o caso da idosa Sônia, que participa da Associação dos Diabéticos.

Constata-se que uma das escolhas de ação dos idosos insere o mundo cultural, o envolvimento com a arte, a cultura, o agenciamento de recursos para possibilitar a ação de projetos. Os idosos “transgressores” que possuem a capacidade de ir além daquilo que a normatividade espera deles são os que apresentam “imperativo social do desempenho”(YÚDICE,2004). Sentem-se participantes e atuantes nos processos de decisão. O que os move, na lógica desta sociedade individualista, é a tomada de consciência de si (MEAD,1982) e a reflexividade, características estas que ampliam possibilidades de construção de projetos de vida. Aspecto visto claramente, por exemplo, nos relatos dos idosos Oscar –SP (82 anos), Sirley-RS(75 anos), Artidório –RS (72 anos), Osvaldo-RS (80 anos), Sônia-Rs(70 anos), Dilceu -RS(73 anos), Selene-RS (65 anos), Valter-RS(60 anos), Maria de Jesus-PI (74 anos), José – AM (71 anos), Jan –TO (65 anos).

Outra estratégia importante lançada como ação social para os idosos consiste na construção de narrativas de lembranças e memórias que construíram a sua identidade social e a própria velhice. As memórias constituem a sua trajetória biográfica, sua história, sua vida, como processos fundamentais para a construção da identidade do idoso. A partir disso, é que orienta a possibilidade de elaboração de projetos, como o caso específico da Mestre Griô Sirley, de Pelotas – RS e também dos outros mestres griôs do RS e do Brasil inteiro; como o caso de Dilceu que convivendo desde a infância com idosos institucionalizados, hoje, sendo idoso se dedica ao apoio social as ILPIs; de Valter, que vivenciando as asperezas da vida como trabalhador rural, se dedica a trabalhar voluntariamente para melhorar a vida destes; de José, que mesmo sem uma educação formal fez uma leitura reflexiva da dura realidade de um agricultor amazonense e decidiu transformá-la, e para isso foi em busca da aquisição dos conhecimentos necessários para sua autonomia política, que lhe possibilitou mudar a sua vida e hoje colabora para transformar a vida dos outros idosos; de Maria de Jesus, mulher nordestina e pobre, que traz as lembranças de sua luta por justiça social desde os quatorze anos de idade ou de

Jan, que movido pelas lembranças da injustiça social de uma guerra, que afugentou seus pais de seu país de origem lhes dá força e motivação para lutar pela justiça social e dignidade para as pessoas envelhecidas, em uma região do Brasil que dá pouco valor para a ética política, a democracia e os direitos humanos.

Nesta linha de pensamento Lins de Barros (2006, p. 111) aduz que:

Memória e projeto de vida são noções relacionadas. Elas recobrem algumas questões relativas às definições de indivíduo na sociedade contemporânea e às relações entre as percepções de tempo e de indivíduo. O tempo do curso de vida, do nascimento à morte; o tempo do passado elaborado pelas lembranças; o do futuro vislumbrado na construção de projetos de vida, todas estas temporalidades estão conjugadas com outra dimensão do tempo, o tempo da biografia de cada indivíduo que, na sociedade moderna, é capaz de se perceber como uma trajetória e, ao mesmo tempo, como parte de uma história que o engloba e que ele mesmo constrói.

Esta relação da memória com a construção de projetos, como forma de sociabilidade, principalmente no período da velhice é uma posição do antropólogo Gilberto Velho (2003) o qual explicita que esta relação é importante para a constituição da própria identidade do idoso. Neste sentido, a análise das relações sociais no contexto do idoso permite trabalhar com várias possibilidades, conforme destacado pelo autor. Já Prado (2002) coloca que nas sociedades primitivas a idade não representava a importância que tem hoje, especialmente “porque se constituiu um complexo processo de institucionalização do curso de vida que, para além da regulamentação das seqüências etárias, inclui a definição de projetos de vida individuais e coletivos” (p. 60).

As sociedades contemporâneas mostram-se complexas e marcadas por “heterogeneidade e variedade de experiências e costumes, contribuindo para a extrema fragmentação e diferenciação de domínios e papéis” e isso de acordo com Velho (1981, p.17) contribui para a construção da individualidade, identidade que se coliga a esse tipo de sociedade e nestas, a memória e os projetos caracterizam amarras fundamentais. Reforça Lins de Barros (2006, p. 12/13) essa percepção da individualidade como característica da sociedade moderna e contribuição para a construção de campos de ação entre os idosos:

A dimensão da percepção da individualidade é parte da configuração dos valores da modernidade. A margem de opções para que este indivíduo perceba-se como autor ou autora de sua própria biografia é dada pelas

possibilidades sociais e culturais. O campo de possibilidades vai definir, assim, o quadro de ações e de representações sociais das trajetórias de vida. Como experiência circunscrita à sociedade moderno- contemporânea, a formulação dos projetos exige do indivíduo a definição de escolhas. Há, portanto, um processo seletivo entre vários caminhos a seguir dentro de um campo de possibilidades dado pela sociedade. Quem faz as opções e define seu futuro acredita que tem alguma forma de controle sobre sua trajetória.

Segundo essa autora é preciso que o sujeito seja consciente de si, pois o projeto geralmente é fruto da sua própria biografia. Beauvoir (1990) ao demonstrar um estudo sobre a relação do idoso com sua *práxis* trouxe exemplos de intelectuais e artistas. Na relação com os próprios projetos no seu envelhecimento toma consciência da sua finitude e da brevidade do seu futuro, mas mesmo assim ainda tem consciência de que sempre é possível ampliá-la. Foi assim com Michelângelo que apesar de toda sua obstinação não viu a cúpula da Basílica de São Pedro pronta. É um ato heróico de querer superar-se, mesmo conhecendo e assumindo a própria finitude. Sabe-se que a morte é imprevisível, pode chegar cedo, quando ainda se é jovem, ou muitos anos depois da velhice formalizada oficialmente (60 anos). Todavia com isso se percebe que o engajamento em projetos é característica de idosos de classes econômicas mais baixas, geralmente com pouco estudo, mas bastante politizados e indignados com as diversas situações de subordinação. É mais comum em áreas ligadas a projetos sociais e culturais. O idoso brasileiro possui vários motivos para indignar-se, a começar pela luta que deve fazer em prol de uma sociedade para todas as idades. Significa buscar o reconhecimento e o respeito pelos idosos na esfera pública e o reconhecimento da mídia de que o envelhecimento é heterogêneo. Essa indignação pelo não reconhecimento e falta de respeito ao idoso na sociedade, infelizmente começa muito tarde. Isso quer dizer que as pessoas só vão se dar conta dessa situação ao se aposentar, pois conforme expressa Veras (1999) o idoso brasileiro ao final da sua vida vê a sua situação financeira piorada porque na maioria das vezes os seus proventos são inferiores ao que ganhava no período produtivo. Por isso se entende que o idoso aos poucos está se “acordando” para essa realidade e através de sua subjetividade tornando-se mais reflexivo e portanto praticando mais a sua cidadania, ou seja, cobrando mais os seus direitos, muitos deles já expressos em lei, mas ainda não garantidos na prática.

5.2.2 Trajetória de vida dos idosos pesquisados: mundo pressuposto

Aqui se apresentará síntese da trajetória de vida de cada um dos idosos pesquisados elaborados a partir de seus relatos.

Apolônia –RS (70 anos) – filha de uma família grande(11 irmãos) de imigrantes poloneses, até os seis anos falava somente a língua polonesa. Aos poucos aprendeu a língua portuguesa. Sempre tímida e teve dificuldades de comunicação por ser estrangeira. Professora leiga em Escola do Interior e somente anos mais tarde veio a concluir os estudos (magistério – ensino médio). Deu prioridade para os estudos do marido que também era professor e cursou ensino superior enquanto ela optou por cuidar dos filhos. Ao ficar viúva sentiu-se mais livre , mais desinibida e por isso se engajou em Grupos de Terceira Idade e nos movimentos da Igreja Católica.

Anália-RS (69 anos) – Intitula-se dinâmica, inquieta, questionadora, exigente e crítica. Mesmo casada e com filhos, sempre trabalhou fora e morou próximo à Capital. Hoje é viúva, sente-se feia e por ter medo da solidão, gosta de música, sair, ir a teatro, cinema e muita leitura. Usa a internet para se atualizar e trocar e-mail, mas não gosta das redes sociais.

Selene-RS (65 anos) - Filha de uma família patriarcal com 11 irmãos. Hoje mora próximo à Capital. É viúva, mães de dois filhos, quatro netos, ainda trabalha muito na área da assistência social e do Conselho do Idoso. Bastante experiente, gosta de transformar palavras e memórias em poesia. Suas lembranças de todos os momentos de sua vida, mas principalmente da infância a libertam da solidão e transformam em aprendizagem para a vida.

Heloiza-RS (64 anos) - Filha única. Já trabalhava na área da saúde quando casou e após dez anos adotou três filhas e mais tarde, mais duas filha biológicas. Aposentou-se cedo, aos 44 anos. Seus pais se separaram e ela optou por cuidar de sua mãe trazendo-a para morar com ela. Após a aposentadoria iniciou uma associação de bairros no local onde morava. Ficou viúva e para não se sentir sozinha começou a trabalhar na pastoral do idoso fazendo visitas de solidariedade a quem precisasse e onde trabalha até hoje. Apoiou as filhas quando precisaram, cuidando dos netos. Teve alguns eventos tristes na vida, como a doença e a morte

da filha e a necessidade especial de um neto, ao qual ela atualmente cuida. Após a morte da mãe buscou o pai que é alcoólatra para morar com ela. Ao desenvolver suas atividades voluntárias na pastoral do idoso se depara com muita pobreza, vulnerabilidade, miséria, abandono, violência e maus tratos aos idosos. Através do seu trabalho leva informações sobre direitos e cidadania a esses idosos.

Pastorinha-RS (76 anos) – Foi criada pelas tias e avó materna e estudou em colégio de freiras. Casou muito cedo e logo se separou, ficando com um filho para criar, mas teve ajuda da família(tias e avó). Continuou os estudos e se formou em Belas Artes. Seu único filho é médico. Nunca mais se casou e hoje mora sozinha em um prédio onde residem muitos estudantes universitários, com quem gosta de conversar e ajudar. É espírita kardecista e médium. Possui muita fé no espiritismo, e participa das reuniões de estudo da doutrina todos os sábados pela manhã. Acredita-se já curada do reumatismo pela sua fé. Diz que em suas saídas para bancos e mercados observa as idosas e vê que algumas são alegres, mas outras nem olham para os lados, sozinhas e tristes. Mas ela não cultiva estes sentimentos, ao contrário mostra-se alegre e gosta de música e de pintar, pois isso tem a ver com a sua formação (fez Faculdade de Belas Artes).

Írma –RS(66 anos) – Nasceu prematura na reserva indígena de Miraguai, durante uma epidemia de tifo, pelas mãos de uma parteira chamada Sinhana. Por achar que a mesma não sobreviveria, batizou-a na hora e entregou para sua avó paterna para criá-la em um distrito do então município de Palmeira das Missões-RS. Após a morte de sua avó retornou a viver com os pais. Passou por tempos difíceis durante a infância (pobreza) e na juventude viveu o calor da ditadura militar, com medo e muitas restrições. Estudou somente até a 4ª série do ensino fundamental. Casou-se com um alemão que era contador e professor, com quem teve duas filhas. No entanto ficou viúva sete anos e meio depois de ter casado. Criou suas filhas da pensão que o marido deixou. Não se casou mais e se dedicou ao cuidado das filhas. Quando em 1987 o governo desvinculou o salário mínimo das pensões e aposentadorias e isso gerou queda na renda, muitas pessoas começaram a procurá-la para discutir sobre isso. Foi então que criou a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Frederico Westphalen-RS. Ficou na presidência até 1989, quando se mudou de Frederico Westphalen e se afastou por 8 anos em razão do cuidado

das netas e a associação acabou perdendo força. Então voltou a sua cidade e retomou a presidência da Associação de Aposentados e Pensionistas, que hoje representa não apenas o município, mas é de abrangência regional e conhecida em toda a região por sua luta e dedicação pela causa dos idosos, dos aposentados e dos pensionistas.

Sirley-RS (75 anos) – Única filha de uma senhora negra que trabalhava de babá para uma família rica de Pelotas-RS. Na época era costume as famílias ricas e brancas buscarem em Canguçu-RS (região de quilombolas) uma negra para ser babá de cada filho que tinham. O pai era cozinheiro que vinha para fazer os quitutes que abasteciam o casarão nos finais de semana. O pai de Sirley era espírita e folião. A mãe também gostava de carnaval e São João e organizava blocos para comemorar essas datas, além de preparar pomadas e unguentos com banha de ovelha. A filha desfilava no carnaval desde pequena e com isso aprendeu o gosto pela cultura popular. A patroa da mãe foi sua madrinha e desde pequena, junto com sua mãe lhe ensinou a bordar e costurar a mão. Queria ser professora de ginástica, mas a mãe insistiu para que aprendesse corte e costura. Quando fez 15 anos mandou-a para Porto Alegre para aprender o corte. Morou na rua da República e se apaixonou por Porto Alegre, onde ia muito no cinema, pois adorava matinê. Voltando a Pelotas estava com emprego garantido em um ateliê de alta costura, pois na época Pelotas vivia a efervescência da elegância. Casou-se, teve dois filhos e o marido abandonou-a. Continuou trabalhando com corte e costura até se aposentar. Os filhos também herdaram o gosto pela cultura popular. Iniciou a freqüentar o Grupo de Terceira Idade da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, em 2003, onde participa de oficinas de música, pintura em tecidos, teatro, crochê, moda e canta no coral. Também participa de um Projeto do Ministério da Cultura, integrante do Programa Cultura Viva – Ação Griô. Esse projeto faz parte dos Pontos de Cultura em Pelotas, chamado Ação Griô – Chibarro mix cultural. É uma das mestres Griô que integra o projeto e tem a incumbência de transmitir de forma oral a tradição e cultura de seu povo. Assim participa como contadora e cantadora de histórias, e oficina de Samba de Roda, com o tambor sopapo (herança dos escravos negros da região sul do país), e demais projetos socioculturais, como o Integrando gerações com o RAP da terceira Idade, onde ela canta um RAP e as suas colegas dançam

com os adolescentes. Em novembro de 2011 participou da Feira do Livro em Porto Alegre-RS. Também participa pela Ação Griô de oficinas com os adolescentes do Instituto de Menores onde canta histórias de vivências e ensina ofícios artesanais aos meninos. Em relação à religião já participou de missas em respeito à sua madrinha que era católica, pelo pai conheceu o espiritismo, aos 11 anos conheceu a umbanda que sua mãe frequentava. Hoje crê nos orixás, mas escolheu o Reiki para seguir. Gosta de vestimentas africanas, tem várias roupas típicas, bem coloridas que ela mesma costura.

Sônia – RS (70 anos) – Última filha de uma família de seis filhos, de classe alta, com pai industrial e comerciante. Tem um porte altivo, elegante e clássica. Teve educação em escola católica, onde aprendeu a tocar piano. De origem alemã, sempre foi boa aluna e gostou de estudar. Cultiva ainda hoje amigas de infância. cursou ensino superior e também mestrado e doutorado. Sua profissão, assistente social, a conduziu a escolher o trabalho com idosos e a sua formação proporcionou a reflexividade necessária para seu engajamento político junto ao Conselho Municipal e Estadual do idoso e, por sua condição de saúde (diabética), possibilitou seu engajamento junto à Associação dos Diabéticos. Tem vários projetos de vida, que envolvem sua família, amigos, círculos sociais e seu engajamento na associação dos diabéticos.

Osmilda – MT (76 anos) – Viveu muitos anos no sul, sendo comerciante juntamente com seu esposo. Por influência da filha, que casou e foi morar na região Centro Oeste do Brasil, quando ficou viúva, decidiu morar lá também, com seus dois filhos solteiros que estavam com ela. Logo que chegou lá, perdeu um de seus filhos em acidente de trânsito e com isso resolveu buscar apoio nos grupos de convivência da terceira idade para não se sentir tão sozinha e depressiva. Hoje faz hidroginástica e yoga. É bastante autônoma, pois uma vez por ano faz uma viagem (sozinha) de ônibus do Mato Grosso para o Rio Grande do Sul, onde visita os parentes.

Maria de Jesus – PI (74 anos) - Professora aposentada, hoje com 74 anos, é uma líder em sua comunidade, atuando em vários campos políticos sociais. Participa do Conselho do Idoso, da Assistência Social, da Mulher e da Criança e do Adolescente. Participa também das ações do Centro de Convivência do Idoso e coordena um Núcleo Intergeracional. Essa vontade em participar e ser ativa nas questões

políticas traz com ela, pois desde os quatorze anos de idade já panfletava, era líder de turma, participava de movimentos sociais, organizados pelos padres, na escola onde estudava. Enfrentou inclusive a polícia na época da repressão da ditadura e chegou a ser presa. Sua vida foi de muito sofrimento. Já foi filiada em partidos políticos, mas hoje não é mais, pois nunca quis privilégios administrativos de cargos políticos e talvez por isso seja a mais pobre de sua família. No seu partido teve vários convites como professora, diretora, superintendente, coordenadora, pois a convidavam para calar a boca. Mas sempre disse não. Preparou-se para a vida e agora acredita estar se preparando para a morte. Quer uma vida longa, porém digna, mas não apenas para ela, mas para todos. Diz que nunca se sente realizada e por isso luta por melhores condições de vida para todos.

Pedro-RS (73 anos) - Com uma forte formação religiosa, pois foi seminarista, é atuante nas atividades da igreja católica (ministro da palavra e catequista) e também tem um filho que é padre. Pai de 7 filhos, com um casamento feliz, trabalhou muito para oportunizar formação superior aos filhos. Foi professor e agricultor o que influenciou a formação dos filhos, que também são professores. Hoje é aposentado e atua nas atividades da Igreja e no Conselho do Idoso, em uma pequena cidade do interior gaúcho.

Luiz-RS (62 anos) - É funcionário público, poeta e músico de festivais nativistas. Já lançou vários CDs. Filho de militar teve uma educação rigorosa, mas estudou até o segundo grau. Casado, mas sem filhos. Concilia seu tempo livre entre a música e as atividades solidárias no Lar Espírita Amor e Caridade, onde ele e sua esposa são médiuns.

Bertilo – RS (75 anos) – Casado, teve seis filhos e netos. Foi agricultor, comerciante e depois inseriu-se na vida política, ou seja, por pressão de amigos foi prefeito de uma cidade do interior do RS, por dois mandatos. Durante um de seus mandatos que conheceu em Brasília-DF as primeiras políticas para a terceira idade e o que o despertou para a atuação política nessa área, defendendo os direitos dos mesmos.

Oscar-SP (83 anos) - Médico, aposentado, que mora em São Paulo, a cidade com maior número de idosos. Há cerca de 12 anos dedica-se ao trabalho com idosos. Seu começo foi junto aos grupos de idosos e posteriormente sendo fundador e

coordenador de um Movimento de Idosos. “Tem se dedicado integralmente ao trabalho de arregimentar idosos de todas as regiões de São Paulo para se engajarem na luta pelo reconhecimento dos seus direitos que estão apenas nos papéis e não são reconhecidos pela sociedade em geral.” Sua dedicação é maior na área social de atenção aos idosos dependentes. Mesmo quando na ativa criava iniciativas desse tipo. Sua atuação é em rede envolvendo instituições de vários Estados do Brasil e utiliza das tecnologias virtuais para a divulgação dessas informações. Considera-se um inconformado, revoltado e indignado com a deplorável situação de abandono e maus tratos aos idosos. Por isso criou esse movimento chamado MIS – Movimento do Idoso Solidário, onde além de organizar passeatas e marchas em favor dos idosos acamados (dependentes), também elabora projetos que possam ajudar a melhorar sua qualidade de vida, preparando cuidadores e familiares com informações médicas que organizou em um DVD e que distribui para as instituições que atuam com idosos no país todo e no exterior. O MIS também é um site com informações e divulgação de artigos científicos relacionados a saúde dos idosos, bem como seus direitos sociais.

Arcângelo-RS (66 anos) – Filho de agricultores do interior de Santa Catarina, trabalhou no campo desde os cinco anos de idade. Resolveu estudar e foi para um internato de ensino agrícola e continuou seus estudos até o Mestrado. Trabalhou em várias empresas ligadas a área agrônômica e posteriormente foi professor do ensino superior. Após se aposentar atuou em várias associações de classe e atualmente trabalha de forma voluntária no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura analisando processos pertinentes a sua área. Sempre ligado ao esporte como atleta, hoje ainda faz parte de associações atléticas com participação em clubes de serviços como o Rotary.

Oswaldo -RS (80 anos) - Desde muito jovem demonstrou interesse pela política pois em 1952, com 21 anos de idade trabalhou junto com uma Comissão em um plebiscito para emancipação do município de Giruá-RS, na época distrito de Santo Angelo-RS. Casou-se e veio a residir em Cruz Alta, onde trabalhou no comércio por muitos anos e posteriormente foi representante comercial autônomo. Após se aposentar dedicou-se a Sociedade Beneficente União Operária e também junto à Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta, onde foi presidente por

vários mandatos. Atualmente no segundo mandato como presidente da Federação Gaúcha dos Aposentados e Pensionistas, com sede em Porto Alegre. Passa a semana toda lá e no final de semana em Cruz Alta, o que significa que viaja toda a semana. Demonstra portanto muito vigor pela luta política em prol dos aposentados e pensionistas e no movimento social dos idosos. Quando se encontra em Cruz Alta, aos sábados, é bastante solicitado junto à Associação de Aposentados e Pensionistas, tendo agenda sempre cheia.

Francisco-RS (60 anos) - Começou a trabalhar com oito anos de idade, sendo o oitavo filho de uma família pobre e negra. Assim as subordinações eram muitas, mas o pai foi um grande lutador e a mãe bastante enérgica e religiosa fez com que os filhos estudassem para ter uma profissão e sair dessa situação. Estudou até o ensino médio em um curso técnico que lhe proporcionou um emprego público na CRT. Chegou a cursar ensino superior em engenharia mecânica, mas não concluiu. Atualmente aposentado e trabalha como sindicalista em Porto Alegre.-RS.

Dilceu -RS (73 anos)- Bancário aposentado, sempre gostou de cultivar as tradições gaúchas e reunir amigos em clubes recreativos e associações. Tem espírito de liderança e por isso gosta de se engajar em projetos sociais e políticos. Seu engajamento político é através do Conselho Municipal do idoso, do qual é o atual presidente, na cidade de Cruz Alta. Sua experiência de vida e conhecimento a mão, que trouxe desde a infância, por influência da mãe, no que diz respeito ao cuidado com idosos institucionalizados, possibilitaram a escolha por realizar ações sociais junto a ILPI da cidade de Cruz Alta.

Artidório -Rs (72 anos) – Nasceu na zona rural de Cruz Alta, sendo arrimo de uma família de 10 irmãos. O seu pai dono de terras, mas aos poucos, por não saber administrar, colocou tudo fora e a mãe com os filhos migrou para a cidade em busca de uma vida melhor. No início foi difícil, pois viviam de favor em casa de famílias, trabalhando para sobreviver. Desde cedo trabalhou para ajudar no sustento da família. Por terem que mudar muitas vezes de casa seus estudos ficavam prejudicados. Serviu ao quartel e findo esse período mora com sua irmã, em São Paulo, na cidade de São Bernardo do Campo. Fez viagem de trem, levando 60 horas para chegar lá. Cursou a escola de Polícia da Guarda Civil onde trabalhou por 15 anos. Quando extinguiram esse órgão, passou para a reserva da polícia

militar. Trabalhou em outras empresas, como a Companhia União dos Refinadores, nas Linhas Correntes, na divisão de fechos e cadarços, nas Indústrias Villares, divisão de equipamentos em São Bernardo do Campo, empresa esta onde já trabalhou junto com Luiz Inácio da Silva, já apelidado de “Lula”. Nesta empresa permaneceu por 9 anos. Casou com uma paulista e morou anos em São Bernardo do Campo. Quando se aposentou decidiu voltar a viver em sua terra natal – Cruz Alta. Abriu um ponto comercial em Cruz Alta para vender produtos usados nos Clubes de mãos onde sua esposa participava e perceberam que na região havia uma carência desses materiais. Nesse período colaborou com a Associação Comercial e Industrial de Cruz Alta, onde criou a Associação das Micro e pequenas Empresas - AMPE. Também ajudou na implantação do Conselho Municipal do idoso de Cruz Alta, em 1999. Passou a ser o 1º membro efetivo no Conselho, eleito pelo conjunto dos grupos de idosos de Cruz Alta. Neste mesmo ano, o Conselho Estadual do Idoso – CEI, abriu a discussão para a eleição entre os grupos de idosos de todo o Estado para eleger um representante do interior do Estado. Foi eleito para tal. Seu Doca, é conhecido como um representante assíduo, crítico e reflexivo junto ao COMID de Cruz Alta.

Valter-RS – (60 anos) - Estudou até a 4ª série do primário e parou para ajudar seu pai na lavoura. Casado, pai de um filho, avô de uma neta; hoje um agricultor familiar aposentado. Na agricultura passou muito trabalho, pois sempre trabalhou braçalmente, porque não possui condições de adquirir maquinário agrícola por ser pequeno produtor em uma pequena área de terra. Desde a década de 1970 começou a se envolver em alguns movimentos, parte de missões, pela Igreja Católica. Foi presidente da CPM por duas vezes, atuou na comunidade Santo Antonio na Colônia Pinheiro, fez parte da coordenação da comunidade Santa Flora, Presidente do conselho de desenvolvimento do distrito de Santa Flora. Participa dos conselhos de Saúde, Assistência Social, Idoso, Desenvolvimento Rural e Transporte. Foi secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tesoureiro por e vice-presidente, ambos por duas gestões. Criou a Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais (AGPAMAR), do qual foi o primeiro presidente e também trabalha com os grupos da 3ª Idade. Faz parte da patronagem do CTG Maneco Rodrigues de Santa Flora.

José – AM (71 anos) – Foi agricultor, plantava mandioca e cará, depois passou a carpinteiro naval, carpinteiro civil e mais tarde marceneiro, trabalhando com móveis, virou artesão e participa de feiras e exposições em Manaus. Com isso começou a se entrosar na sociedade e, conforme ele diz subiu de nível. Nunca frequentou escola formal, mas aprendeu a ler e escrever aos 21 anos e hoje faz uma leitura do mundo muito além da escrita. Seus colegas, como ele chama, o conhecem por “Peixe Boi”, pois qualquer problema conversam com ele para resolver. Mora com a esposa e uma neta, pois os seus seis filhos estão em Manaus, onde trabalham e estudam. Aprendeu a ser líder participando de oficinas na comunidade e de fóruns e conferências. Já foi várias vezes a Brasília-DF, participar de conferências e solicitar verbas para os seus projetos. Participa do Conselho Municipal do Idoso e também é presidente da Associação de Amparo ao Idoso. Faz reuniões em sua comunidade para ensinar os direitos aos idosos, estudando o Estatuto e ensinando-o aos demais, pois diz que foi assim que aprendeu a ter autonomia. *“Eu não sou professor, mas eu aprendi assim como que nem eu quero ensinar meus colegas.”* Diz que o estudo mudou a sua vida, principalmente aquele que aprendeu na comunidade. Sua força de vontade em aprender e participar é extrema, pois para ir a Brasília, precisa viajar 26 horas de barco da sua cidade Boa Vista do Ramos até Manaus e mais 4 horas de avião.

Jan-TO (65 anos) – Imigrante alemão, filho de mãe ucraniana e pai polonês, que veio para o Brasil com 3 anos de idade, falando três idiomas (alemão, polonês e ucraniano). É topógrafo aposentado, mora em Palmas no Tocantins, onde participa da Universidade da Maturidade onde conclui o curso de Educador Político Social do Envelhecimento Humano e participa do Conselho Municipal do Idoso e Direitos Humanos. Luta por uma política com menos corrupção e mais justiça social. Demonstra revolta e indignação com essas situações, o que é compreensível pelo seu nível de reflexividade e também pela história de vida de sua família, que sofreu as injustiças sociais do mundo durante a guerra. No Brasil, participou de movimentos clandestinos antiditadura. Tem cinco filhos com sua primeira companheira. Morava em Curitiba, mas quando ficou desempregado resolveu ir para Guiana Francesa. Passando por Palmas, em Tocantins resolveu dar uma parada e viu, como topógrafo, que tinha muito trabalho por fazer e por isso ficou por lá. Sua companheira não gostou do local, foi embora e ele arrumou uma nova

companheira. Não se adaptou com o sistema político social desta região e acabou batendo de frente com políticos bandidos e corruptos, como nunca havia imaginado que existissem. Cerceado de trabalhar no Tocantins deixou a família e foi para o Pará, onde acabou descobrindo esquemas de corrupção em órgãos do governo federal testemunhando em um caso, que inclusive derrubou políticos de seus cargos. Com isso voltou para o Tocantins onde estuda na Universidade da Maturidade. Ao terminar seu curso pretende visitar alguns parentes na Polônia e talvez fique por lá, pois não se sente tranquilo na região onde mora.

5.2.3 Relatos de Projetos realizados no entardecer da vida

Freud traz um conceito importante para pensar o processo de envelhecimento que é a sublimação. Segundo ele, “nada é tão difícil para o homem quanto abdicar de um prazer que já experimentou. Na realidade nunca renunciamos a nada: apenas trocamos uma coisa por outra. O que parece ser uma renúncia é, na verdade, a formação de um substituto.” Assim, é através da sublimação que se muda, troca-se, atribui-se novos sentidos à energia vital. Nesse sentido, Adler (1999, p. 148) evidencia a relação da sublimação com as mudanças que ocorrem nos diferentes ciclos da vida, especialmente no envelhecimento, momento esse que em razão do declínio de algumas funções, através da sublimação o sujeito substitui por outras, conforme esse explicita:

A possibilidade de sublimar nos permite afirmar que mudanças são intrínsecas à condição humana, transformando parte da energia sexual em atividade criativa. Na efetivação destas mudanças pessoais, o fato de estarmos mais velhos, aposentados ou não, casados, viúvos ou solteiros, pouca influência poderá ter diante da intensidade do desejo, da busca de novas inserções sociais.

Viu-se também, que uma das características desta sociedade contemporânea, a qual Dubet (1996) se refere é a individualização. Para tanto Velho (2003, p. 99) vem ao encontro deste pensamento ao explicitar que a individualização é característica das sociedades “onde florescem ideologias individualistas que fixam o indivíduo socialmente significativo, como valor básico da cultura”. Desta forma, as sociedades com essas características são aquelas que

possibilitam aos sujeitos elaboração de projetos. Nestas sociedades a noção de biografia e trajetórias tornam-se fundamentais ao ator, sendo a memória um aspecto essencial nesse processo, especialmente quando os atores envolvidos são idosos.

Embora existam ainda muitos preconceitos em relação aos idosos e ao processo de envelhecimento, no sentido que a sociedade preconiza os ideais da eterna juventude e o desengajamento dos idosos dos espaços sociais como forma de ceder os espaços ocupados aos mais jovens. Relata França (1999, p. 23) que “Deve haver uma relação entre a longevidade e o sentido de prazer advindo da existência. Basta lembrar os inúmeros artistas, escritores e inventores que tiveram a oportunidade de se manter ativos até a idade em que faleceram.” Também referenda que o projeto de vida pode ser tão importante a ponto de curar, postergar ou estacionar uma doença, como o caso do antropólogo Darcy Ribeiro, falecido em 1997, que fugiu da UTI do hospital onde estava internado tratando de um câncer para terminar seu último projeto, o livro *O Povo Brasileiro*. Escrevia-o há 30 anos: seu maior desafio. Outro exemplo, dessa força de vontade de viver e continuar ativo é Oscar Niemeyer, um dos maiores arquitetos brasileiros.

De acordo com Adler (1999, p. 148) “Para viver o presente, precisamos construir projetos para o amanhã, assim como introduzir variações em nosso cotidiano,” portanto esse “momento da aposentadoria não se restringe portanto ao encerramento de um ciclo, mas pode apontar para possibilidades fecundas de transformação.” Ainda alerta França (1999) que não se deve encarar a aposentadoria como sinônimo de inatividade para não desencadear um sentimento de depressão e portanto não comprometa sua saúde. Casos de morte súbita e doenças logo após a aposentadoria são processos comuns, especialmente nos três primeiros anos. Assim é importante um “planejamento de vida que preveja a distribuição do tempo e das mudanças necessárias relativas à afetividade, à vida familiar, ao lazer, à participação sócio-comunitária e um trabalho remunerado ou voluntário” (p. 23) que permitam o enfrentamento de forma ativa nesse período.

Assim sendo, no último ciclo da vida, que é a velhice, também se tem um campo de possibilidades, como Silva (2012, p. 157) previne:

Neste campo de possibilidades, podemos compreender que todo projetar é construção do indivíduo, sob algumas condições que lhes sejam controladas, mas antes de ensaiar ou imaginar os cursos futuros de sua

ação, o resultado da ação projetada não está a seu alcance, isto é, no momento da projeção não existem projetos de ação a escolher. Tudo que posteriormente exigir a escolha do ator, entre seus diversos projetos, serão produzidos por ele mesmo e modificados em situações definidas.

O campo de possibilidades é dado pela trajetória de vida de cada idoso. As ideologias da igualdade e singularidade aparecem a partir do século XVIII como um *ethos* moderno. Por isso a marca dos estudos do antropólogo Gilberto Velho situam-se nas diferentes combinações entre ideologias holistas e individualistas. Então Velho(1994, p. 40) faz uso da noção de projeto (que ele busca em Schütz) e campo de possibilidade para trabalhar a consciência individual a partir da análise de trajetórias e biografias como expressão de um contexto sócio-histórico, “sem esvaziar arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” . Conforme Velho (2003, p. 41) “ Um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de *status*, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração.” O autor acrescenta que no jogo dos papéis e identidades das representações sociais dos diferentes campos de possibilidade há um constante fazer e refazer de mapas cognitivos de forma permanente, com implicações imediatas na autopercepção e representação individuais. Já Schütz (1974;1979) entende os mapas cognitivos como sendo a reflexividade dos atores sociais. Para Velho (2003), nas sociedades complexas aprende-se a mudar de papéis de acordo com o contexto, como uma transformação, uma metamorfose. Há na verdade, o que chama de constante processo de negociação com a realidade vivenciada. Assim, ainda o referido autor explicita que:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades (VELHO, 2003, p. 47):

Em relação aos tipos de projetos nos quais os idosos participam ou estão engajados, constatou-se que são projetos de organização de grupos e clubes em forma de associação para reivindicar coletivamente por seus direitos; projetos de vida, de realização pessoal, incluindo família, amigos e os círculos sociais aos quais se vinculam, bem como projetos de associações culturais, esportivos, sociais,

hedônicos, religiosos, de luta política pelo direito dos idosos, *sites*, caminhadas, carta de manifestações, projetos filantrópicos e de prestação de serviços como Rotary, movimentos sociais dos idosos, luta política dos aposentados e idosos; na organização de centros de convivência; de inclusão digital e novas tecnologias, na construção de equipamentos públicos para lazer, e projetos políticos de reivindicação de seus direitos em espaços institucionalizados destinado para isso, como os Conselhos de Idosos, por exemplo. Nessa direção, constata-se, que o campo de possibilidades para realização de projetos pela população idosa é:

- **Campo Cultural:** projetos culturais em parcerias com Universidades e SESC; associações culturais; Ação Griô em escolas, comunidades e na rua; intercâmbios culturais; danças tradicionais de diversas culturas; apresentações de teatro; projeto de inclusão digital; projeto Agente Experiente; Curso de Graduação em Educador Político Social do Envelhecimento Humano.

- **Campo Hedônico:** projetos hedônicos, como festas e bailes com músicas tradicionalistas e populares, de atividades físicas, instalação de centros de convivência, corais de idosos, danças; excursões para outras cidades (turismo); Churrasco de confraternização e comemoração pelo Dia Internacional do Idoso; construção de equipamentos públicos para lazer;

- **Campo Político:** projetos de melhoria de salários; melhoria do atendimento na saúde; melhor assistência social ao idoso; construção de moradias para idosos carentes; projetos de solidariedade para cuidados e assistência à idosos dependentes; capacitação das delegacias da cidade para atenderem idosos; projetos em convênios com Secretaria de Desenvolvimento Social e Conselho do Idoso; projetos para construção da casa da cidadania, centro dia; organização de grupos e clubes em forma de associação para reivindicar coletivamente por seus direitos; projetos direcionados à qualidade de vida; a luta na defesa dos direitos das pessoas idosas, o combate à violência e a melhoria na qualidade de vida de todos os idosos, sem exclusões, preconceitos ou restrições de qualquer tipo ou espécie; ciclos de debates sobre envelhecimento saudável, direitos dos idosos; seminários feitos periodicamente em auditórios públicos para os quais se

convida autoridades com assuntos previamente agendados e com comparecimento de mais de uma centena de idosos em cada um; concentrações de idosos na Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo para reivindicar direitos; Marchas dos Cabeças Brancas realizado em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Ceará e Pernambuco; Carta Aberta dos Idosos para as eleições de 2008; criação de um site pelo MIS; vídeos distribuídos gratuitamente pelo MIS com orientações sobre o envelhecimento especialmente voltado para idosos dependentes; federação dos aposentados e pensionistas; projetos em relação a defasagem das aposentadorias e pensões; vigílias no parlamento; Projeto Agente Cidadão; Curso de Graduação em Educador Político Social do Envelhecimento Humano.

- **Campo Religioso:** projetos filantrópicos através do Rotary; ações da pastoral do idoso; grupo de orações; Projeto Agente da Paz.

Alguns projetos indicados requerem a realização de propostas de ações políticas, elaboradas na forma de projeto parlamentar, por meio de instituições e conselhos e outros como propostas individuais ou coletivas. Percebe-se que a elaboração dos projetos surge de um campo de possibilidades, como um plano de ação dependendo da capacidade de ação individual ou coletiva. Também sabem serem capazes de agenciar recursos públicos para obras e infraestrutura na área da saúde e do lazer. Destacam o conhecimento a mão, através da experiência como uma possibilidade de agenciar recursos para realização de seus projetos.

“Individualmente os idosos também fazem projetos. Eu encaminhei um pedido de uma emenda parlamentar e agora essa semana veio 100.000,00(cem mil reais) para nosso município do Deputado federal Luiz Carlos Rech que é um lutador também da terceira idade que manda os recursos para os hospitais para a terceira idade, nós temos 100 mil a disposição para construir nosso centro de convivência do idoso no município de Cândido Godói. Mas ele já tem centros construídos como em 16 de novembro na nossa região lá, Roque Gonzales, São Nicolau, Pirapó, outros municípios da região. Os idosos conseguem porque entre os idosos sempre tem pessoas idosas formadas, como antigos professores, muitos estudaram, que podem colaborar. Eu não tenho estudo mas eu sei trabalhar, eu conheço todos os direitos e to lutando em todos os municípios em todos os conselhos existem essas pessoas para luta própria, para conseguir os seus objetivos.” (Bertilo-RS, 75 anos)

“São capazes. É que o pessoal não gosta de botar a mão no bolso, mas eu já fiz uma proposta uma vez onde todo o pessoal do grupo na sua casa ele juntava todo o material reciclável, seco eu passava lá, pegava esse material e vendia no depósito. Com esse dinheiro arrecadado de todo o grupo, nós éramos em torno de 15 pessoas nós conseguimos comprar um liquidificador. Esse liquidificador foi feito um sorteio, desse sorteio nós tiramos

na época, quase dinheiro para um ônibus pra viagem . Então há condições de se fazer campanha de arrecadar dinheiro, o que precisa é não ter preguiça de fazer. Não se omitir, não deixar pro outro fazer.”(Artidório-RS, 72 anos)

Alguns idosos desconfiam dessa possibilidade de realizar projetos por entenderem que há muitos fatores que interferem nessa disposição em os realizar. Citando o não-envolvimento, desilusões, a acomodação, a falta de recursos financeiros, a falta de lideranças competentes, por serem explorados até mesmo por familiares, por questões de falta de conhecimento (que o idoso Osvaldo chama de “falta de cultura”) e de informações dos meios adequados, inclusive desconhecimento das verbas públicas para realização de certos projetos. Em razão disso, uma das idosas ressalta a necessidade urgente de capacitação nessa área. Outros relacionam essa capacidade de realizar projetos com a possibilidade financeira de cada idoso e, também, com a sua capacidade funcional e se acrescenta que é a partir de sua capacidade reflexiva.

“Há muitos fatores que interferem nesta “disposição”. Dificuldades na sua construção, lideranças pouco competentes, desconhecimento de um modo geral de sua viabilidade (falta de informação) comodismo, entre outros. Dificilmente. Há necessidade urgente de informação e capacitação para tal.” Sônia-RS, 70 anos)

“É muito difícil. O idoso quer ficar em casa, já trabalhou muito e não quer ter mais desilusões.” (Oscar-SP, 82 anos)

“Não, são poucos que estão dispostos a participar de algum projeto, não querem se envolver. É muito difícil os idosos conseguirem recursos. O poder aquisitivo de muitos estão baseados no salário mínimo.”(Dilceu-Rs, 73 anos)

Entre os idosos que dizem não participarem, não se deram conta que, também, fazem projetos a partir do seu campo de possibilidades. Como o caso de seu Artidório, que anteriormente já demonstrou a iniciativa através da realização da rifa de um liquidificador e que também organizou um projeto de inclusão digital ao organizar o seu *blog* e escrever os seus textos sobre velhice e envelhecimento, ao trocar seus *e-mail* com senadores e políticos interessados na questão do idoso. Assim, também, o idoso Luiz organiza projetos culturais ao escrever suas letras de músicas, ao organizar seus *CD-Room*, ao participar de festivais musicais, no seu trabalho junto ao Lar Espírita onde solidariamente ajuda pessoas que o procuram, mesmo sem definir que esses são seus projetos de vida. Também Sirley, que desenvolve projetos culturais excelentes, como mestre Griô que é. Da mesma forma fazem projetos a piauiense Maria de Jesus que atua nos projetos Agente Experiente,

Agente Cidadão e Agente da Paz, além de organizar oficinas para capacitação de motoristas de ônibus e projeto de um núcleo intergeracional; o amazonense José com um projeto de criação da Associação de Amparo ao Idosos em seu município, bem como Valter e a AGPAMAR, na cidade de Santa Maria – RS; e Francisco, de Porto Alegre-RS, que como presidente de um sindicato está com projeto de construção da sede campestre do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas - SINDNAPI.

Dentre as razões pelas quais os idosos contemporâneos estão dispostos a participar ou não de projetos, destacam-se:

- **Conquista de espaço na esfera pública:** para conquistar seu espaço na sociedade os idosos dispostos a seguir com projetos na área política, participar dos espaços públicos democráticos oportunizados a eles, como as Conferências Municipais, Estaduais e Federal, bem como organizar novos espaços como Federação e Confederação de Aposentados e Pensionistas; Associação de Clubes e Grupos Organizados de Terceira Idade; Associação dos Grupos de Pessoas Adultas Maiores Rurais e Associação de Amparo aos Idosos e formação específica como educador social político para atuar de forma reflexiva na área.

- **Motivação e Convivência Social:** os projetos constituem um campo de possibilidades para o idoso construir e descobrir novas possibilidades de participação. Participam de projetos para se motivarem e aumentarem sua autoestima, para garantir seus direitos, não apenas como idoso, mas como aposentado e também para evitar a morte social (solidão/depressão).

- **Experiência e Liderança:** a experiência de vida lhe possibilitou acumular conhecimento a mão e aliado a isso, por se considerarem líderes, têm arraigados em seu comportamento essa obrigação social de participarem de espaços que garantam os direitos dos idosos. Como o caso dos idosos que participam dos Conselhos de Idosos, de associações, de conferências, de cursos de capacitação e formação.

- **Qualidade de vida:** priorizar ser ativo para manter a saúde e qualidade de vida e como forma de continuar tendo capacidade funcional e independência para gerir suas vidas.

- **Heterogeneidade do Envelhecimento:** nem todos os idosos são iguais. O envelhecimento é heterogêneo e diferenciado para cada um. Alguns idosos são dependentes por doença, fragilidade, hospitalizados ou cadeirantes. Portanto, por falta de transportes adequados e outros motivos intercorrentes e condicionantes alheios a sua vontade não conseguem participar de projetos. Cabe então aos idosos ativos elaborarem projetos para serem solidários com a condição diferenciada do outro.

- **Timidez e vergonha:** a timidez do idoso não leva a participar de projetos de reivindicação de direitos. Na verdade alguns idosos detentores de baixa autoestima, por ter várias subordinações como pobreza e baixa escolaridade, e assim não buscam seu reconhecimento no espaço público, ao contrário, se isolam.

- **Acomodação e Descrédito:** uma minoria de idosos participam de reivindicações pois se tornam desiludidos e descrentes de tudo e de todos e também porque não querem envolvimento. Há muitos fatores que interferem na “disposição” de participação dos idosos em projetos, como dificuldades na sua construção, lideranças pouco competentes, desconhecimento de um modo geral de sua viabilidade (falta de informação) comodismo, entre outros.

Nesta movimentação dos idosos na esfera pública lançam mão de estratégias de ação para serem reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e atores sociais. Pelas entrevistas as categorias levantadas foram:

- **Movimentos sociais:** Interação na sociedade através de movimentos sociais dos idosos, que podem ser as caravanas que realizam, abaixo-assinados e visitas a órgãos dos governos para exigir o cumprimento dos direitos expressos nas legislações.

- **Voluntariado:** Socialização por intermédio do voluntariado em ações sociais, já que assim é uma forma de ocupar o tempo ocioso da aposentadoria.

- **Controle social (democracia):** Através da participação nos Conselhos e Associações, sejam municipais, estaduais ou nacionais, visando controlar as

ações dos governos em relação as políticas públicas na área do envelhecimento.

- **Hedonismo:** Através de atividades recreativas, esportivas ou culturais. Os grupos de pessoas idosas se organizam para realizar festas, bailes, danças, viagens,...

Religião: Marcam sua presença pela sua atuação em espaços religiosos, por suas crenças espirituais e demonstração de fé.

- **Mídia:** Buscam o apoio da mídia e dos políticos, para que através deles sejam representados na mídia. A mídia somente traz a imagem e “receitas” de envelhecimento ativo e saudável, esquecendo de demonstrar a pobreza, miséria e negligência que cerca ainda muitos idosos. Além disso, procura enfatizar a necessidade “mercadológica” de assegurar previdência privada em razão da crise da previdência.

- **Política:** Manifestam ações políticas ao reivindicar os direitos que constam no Estatuto do Idoso em ações conjuntas com políticos e com a sociedade civil; buscam apoio de políticos que representam os idosos nas câmaras legislativas, ou seja nos espaços públicos. Saem mais, participam de debates, conferências, grupos de convivência, mais ativos e participativos, não apenas como eleitores.

- **Associações:** Através da associação dos aposentados articulam-se e visitam gabinetes dos deputados e senadores, entregam projetos e acompanham as estratégias políticas e o *lobby* feito junto a esses órgãos para pressionar a votação de projetos do interesse da classe dos aposentados e pensionistas.

-**Educação:** Buscam através da educação, instituir nos currículos escolares a questão do envelhecimento. Participação nas Universidades Abertas à Terceira Idade, na formação específica para a defesa dos seus direitos como o caso do Curso de Educador Social Político para o Envelhecimento Humano, da Universidade da Maturidade, do estado de Tocantins. Os idosos precisam ser mais ativos e esclarecidos sobre seus direitos para reivindicá-los, especialmente entre as mulheres, ainda submissas e muitas delas, analfabetas ou semi-analfabetas.

Ao analisar essas categorias fica claro que a questão principal que permeia esse processo é a participação do idoso nesses espaços. O idoso precisa reflexivamente buscar sua subjetividade e participar de pelo menos uma dessas ações para que de fato seja reconhecido. Portanto, o próprio idoso precisa assumir seu espaço, saindo mais, participando dos espaços, como conferências, fóruns, audiências públicas, grupos de convivência, associações, programas e projetos sociais. Com efeito o idoso precisa ser mais ativo e atuante para que aprenda a envelhecer com dignidade. Nesse sentido, cabe à família, ao Estado e à sociedade motivá-lo para isso já que pela legislação vigente são os responsáveis por afirmar esses direitos aos idosos. As ações da família, da sociedade e do Estado para assegurar os seus direitos de cidadania e a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida, independente de sua capacidade física ou mental. Os direitos estão na legislação, precisam portanto ser garantidos e aqui reside o seu papel importante: a participação na esfera pública.

Na intenção de identificar as dinâmicas identitárias dos idosos na contemporaneidade, buscou-se verificar, na opinião dos idosos, as vantagens e desvantagens de ser idoso na sociedade de hoje. As respostas dos entrevistados estão categorizadas abaixo:

a) Vantagens em ser idoso:

- **Conhecimento:** O Estado, a sociedade e a família têm a obrigação legal de oferecer e oportunizar conhecimento aos idosos, especialmente relacionado aos seus direitos para empoderá-los como cidadãos e atores sociais. O maior exemplo disso são as propostas de Universidades Abertas à Terceira Idade, como o caso específico da Universidade da Maturidade do estado de Tocantins que oportuniza o Curso de Educador Social Político para o Envelhecimento Humano;

- **Conquista de Direitos:** A valorização do idoso na sociedade de hoje ocorreu em grande parte pela necessidade de cumprir a legislação vigente (ampliação da aposentadoria, Estatuto do idoso, Política Nacional do Idoso), portanto a conquista de direitos foi uma grande passo para essa conquista. Isso fez com que o idoso passasse a ter voz e vez e se organizasse para reivindicar e lutar por seus direitos;

- **Tempo:** O desenvolvimento do turismo e do lazer para a terceira idade. Dispõe de tempo para se dedicar a atividades de sua escolha, como viajar, assistir cinema, teatro, ir a exposições de arte e similares. Possibilita amizade intergeracional, com trocas de experiências e conhecimentos, além da possibilidade de fazer alguma coisa pelos outros cidadãos, através do trabalho voluntário;

- **Experiência de Vida:** A vivência do idoso pode ser aproveitada por outras gerações, com trocas de experiências e conhecimentos. A experiência de vida adquirida com a maturidade, permite registrar histórias, memórias, conhecimentos, matérias que podem ser emprestados aos mais jovens. A experiência de vida permite também tomar atitudes mais conscientes ensinadas aos mais jovens;

- **Longevidade:** A extensão dos anos de vida permite que os idosos busquem maior qualidade de vida. A longevidade assegura-lhes um aprendizado maior e engajamento em ações que talvez antes não eram possíveis pela falta de tempo.

b) Desvantagens em ser idoso:

Discriminação e Preconceito: A falta de respeito pelo conhecimento dos idosos revelam a discriminação e o preconceito ainda explícito pela família e pela sociedade. Há ainda muito forte na sociedade um estereótipo social negativo do envelhecimento, correlacionando o fato de que na velhice a parte biológica do indivíduo entra em processo de decadência. Há a falsa concepção de que o envelhecer gera incompetência em vários âmbitos da sua vida. Isso se revela na mídia pela falta de suplementos em jornais e revistas voltados para interesses dos idosos, assim como também faltam programas específicos para a terceira idade nos meios de comunicação (rádio e TV), como os para crianças. Isso demonstra ainda a invisibilidade do idoso na sociedade. Diante disto, constata-se que as atitudes dos membros sociais implicam na formação da autoimagem dos próprios idosos. Acreditam na sua improdutividade, dependência, abandono e desvantagens consideradas pela sociedade, embora lentamente há pequenas mudanças com referência a essa visão.

Violência e Negligência: Muitos idosos são desrespeitados, negligenciados ou maltratados pela família (violência e/ou negligência). Também são maltratados pelo poder público, e o maior exemplo disso é em relação à saúde, nas longas filas de espera que enfrentam. Falta maior cobertura assistencial para os idosos que vivem na extrema pobreza e miséria e também aos idosos explorados, inclusive por suas próprias famílias em razão do apoio financeiro que possibilitam através da aposentadoria. O desrespeito em relação aos direitos que aconteceu durante a realização da III Conferência Nacional do Idoso é outro exemplo de negligência em relação aos idosos.

- **Involução do Desenvolvimento:** Inevitavelmente o envelhecimento traz consigo uma decadência do aspecto físico e mental. As desvantagens físicas, como a perda das forças e o caminhar mais lento, são processos inerentes ao envelhecimento. O poder público também precisa se preocupar com essas questões, como por exemplo a acessibilidade das ruas e calçadas, muitas vezes esburacadas não favorecendo aos idosos, além da dificuldade em subir e descer escadas. A própria involução do organismo nessa fase da vida pode trazer perda de motivação, entusiasmo e doenças, deixando a saúde deficitária;

- **Diminuição da renda e pobreza:** Com a aposentadoria a renda que já é baixa, diminui ainda mais, pois há gasto com remédios, faltando dinheiro para se alimentar adequadamente. Somente os mais remunerados podem cuidar melhor da sua saúde. Apenas os idosos com boa situação financeira e boa instrução têm acesso a viagens, cinema, teatro, exposições de artes e similares;

- **Analfabetismo e pouco acesso à educação:** A maioria dos idosos demonstram pouca leitura e informação dos seus direitos, pois muitos idosos são analfabetos.

No processo de desenvolvimento humano os ciclos de vida distinguem-se pelas características de cada um. O jovem apresenta a disposição, agilidade, saúde, vigor físico, enquanto que ao último ciclo da vida são atribuídas características opostas, como a indisposição, a falta de agilidade, a fraqueza, a falta

de vigor físico, as doenças. Essas oposições hoje já não servem mais, com a ampliação da esperança de vida criam-se faixas etárias diferenciadas dentro do próprio ciclo do envelhecimento. As características do envelhecimento típicas de uma sociedade tradicional já não cabem mais, pois muitos idosos continuam com saúde, vigor físico, disposição e agilidade. Os próprios idosos relataram o que pensam sobre isso e demonstraram que muitos idosos ainda têm possibilidade de realizar pensamentos, ações e atividades de lazer como os jovens. O que os idosos precisam é cultivar um espírito jovem e ter iniciativas e projetos de vida assim como os jovens. Os idosos, com suas experiências, podem ajudar os jovens em seu aprendizado. Os jovens necessitam ser educados para respeitarem os idosos e se inserido nos currículos escolares, haja essa convivência vivenciada entre as gerações, devido ao crescente número de idosos. Os jovens mantêm muito arraigada a ideia de decadência física e mental, que traz uma depreciação do envelhecimento, associada à ideia de improdutividade, de perdas e dependência. Gera com isso muito preconceito, por parte da juventude, em relação ao envelhecimento. Além do mais, para eles a velhice é uma realidade distante que não lhe diz respeito. Outras vezes são os próprios idosos que se autodiscriminam, sendo a aproximação entre jovens e idosos feita pela sua condição social.

Pelo fato da sociedade brasileira relacionar-se à ideia de população jovem, os espaços abertos aos idosos ainda precisam ser conquistados. Esse é o movimento de luta dos idosos necessitado de reconhecimento pelos jovens. Também se precisa rever os espaços e orçamento público em razão de que em sua maioria beneficiam bem mais outras demandas, como a de crianças e adolescentes, de homossexuais, de mulheres, de gestantes,..., em detrimento dos idosos. Muito disso, deve as características de uma sociedade hiperdiversificada, que valoriza a cultura do novo e do descartável. Talvez por isso o jovem não respeite o idoso somatizando ao fato de as políticas públicas se organizam atualmente por segmentos, onde as demandas que conseguem fazer narrativas de suas necessidades e dar maior visibilidades, conquistam e garantem maior número de direitos no espaço público. A diferença está no pensar e agir. Os jovens somente apresentam mais agilidade, energia, sonhos, projetos, motivação e saúde que os idosos. Já os idosos detentores de mais sabedoria, experiência, acumulam a perda do vigor físico, que

muitas vezes dificulta a realização de seus projetos de vida. Todavia, com as mudanças de hábitos e estilos de vida, muitos idosos continuam com vigor físico, com motivação, iniciativas, sonhos e projetos para realizarem. Precisam de reconhecimento nos espaços públicos e isso acontecerá a partir da visibilidade que demonstrarão nos espaços públicos, através da sua organização política, social e cultural.

“O jovem é considerado consumidor com melhor poder aquisitivo, que luta por seus ideais e sonha com uma vida melhor ao passo que o idoso pobre já não tem sonhos ou ilusões sendo ignorado pela mídia. É a cultura do novo e do descartável. As políticas e o orçamento públicos são usados para beneficiar crianças, adolescentes e as mulheres grávidas ou não.”(Oscar-SP, 82 anos)

“O jovem é ágil e tem mais oportunidades de atuação em vários setores, quanto ao idoso é mais experiente com poucas oportunidades.”(Dilceu-RS, 73 anos)

Ainda referendaram que existe diferença no tratamento dado ao jovem e ao velho na sociedade. A própria sociedade criou essa cultura do novo, do descartável e da supervalorização da juventude, ao relacionar a força de trabalho à produtividade, em razão da característica capitalista da mesma. Assim o Estado trata o idoso como custo e não como produção.

Destaca-se atualmente, outras questões que se tornam visíveis na sociedade contemporânea, como os movimentos sociais, a cultura, a organização de grupos por afinidades. É portanto, através da cultura, manifestada nos grupos de convivência de idosos ou em projetos culturais, que os idosos encontram seu espaço e muitas vezes dividindo seus conhecimentos, experiências e projetos com o conhecimento e disposição dos mais jovens. Além disso, a abertura dos espaços sociais, através da democracia e a saída do idoso da esfera privada para a pública possibilitou que o mesmo use a sua subjetividade para refletir sobre a sua condição. Aos poucos aprende a utilizar esses espaços para conquistar sua cidadania através do seu reconhecimento e dos seus direitos. Claro se faz que é um processo em construção, pois muitas subordinações ainda contribuem para que os idosos não alcancem objetivos, como sanar a extrema pobreza, a falta de educação formal. Possibilitarem o alcance dessas informações, para que os mesmos tenham domínio dos seus direitos e através dele buscar sua dignidade e cidadania.

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas.” (Nietzsche)

Ao finalizar essa tese, inicialmente se retoma as hipóteses levantadas para orientar a discussão da temática de pesquisa e identificar se os resultados alcançados validam as referidas hipóteses. Após, apresentam-se os resultados relevantes que essa pesquisa trouxe como incremento ao conhecimento na área da teoria social do envelhecimento, especialmente em relação à ação que identifica e reconhece o lugar social que os idosos ocupam na esfera pública contemporânea. Além disso, apresentam-se também as limitações do estudo e sugestões de pesquisas futuras nessa área.

6.1 RETOMANDO AS HIPÓTESES PARA TECER AS CONCLUSÕES DA PESQUISA

6.1.1 Hipótese Central - Mudanças contemporâneas típicas da (pós)modernidade deslocam referenciais tradicionais de ação dos sujeitos idosos, fazendo emergir um horizonte de possibilidades de construção de sociabilidades culturais, políticas e/ou religiosas, que se constituem em territórios capazes de lhes gerar identidade e potência, como novos atores sociais no atual cenário.

Essa hipótese surgiu para responder ao problema central da pesquisa: *“Num contexto contemporâneo, em que as influências globais produzem uma hiperdiversidade, a construção de sociabilidades pode se constituir em um território capaz de gerar identidade e potência aos idosos, transformando-os em atores sociais?”*. Assim, inicialmente se caracterizou alguns aspectos que fundamentam a sociedade contemporânea e que de forma efetiva afetam comunidades locais e globais. aspectos como a urbanização e a tecnologia, por exemplo influenciam a vida das famílias, modificando sua constituição e especialmente o papel da mulher. Esta passou a viver no meio urbano vindo a exercer uma dupla jornada de trabalho, optando por não ter filhos ou reduzir o número de sua prole. Outro aspecto

importante que afeta as sociedades atuais são as mudanças no seu foco de análise que deixam de ser centradas apenas em questões políticas e sociais e passam a incluir as questões culturais. Isso gera portanto, complexidade nas relações em que a paisagem da (pós) modernidade deixa para trás comportamentos tradicionais. Passa a exigir comportamentos mais acelerados, hiperdiversificados e reflexivos, independente de classe, sexo, cor, raça, etnia ou idade, para mais plurais e focados no presente e não mais no futuro, como tradicionalmente. Portanto, essas características possibilitam a inclusão de uma diversidade de atores sociais, especialmente grupos sempre considerados minoritários, como as mulheres, as pessoas com necessidades especiais, os homossexuais e os idosos, por exemplo, gerando potência e identidade.

Conseqüentemente, com o comportamento diferenciado das mulheres, aliado ao processo civilizatório do homem e da elevação da produção de conhecimentos científicos na área médica, a pirâmide etária passa a se modificar, reduzindo o número de nascimento e a mortalidade infantil. Cresce então aceleradamente no Brasil, o número de pessoas idosas e se expande cada vez mais a longevidade. Com isso, obviamente as demandas para essa área passam a se fazer prementes e sua representação, na esfera pública, inevitável.

Primeiramente, os estudiosos da área perceberam que os idosos constituíam-se em uma demanda na esfera pública e estes representaram os idosos, por muito tempo, nos espaços públicos. Hoje, gradativamente se inserem os próprios idosos na esfera pública. Portanto, se reconhece a relevante e extensa contribuição dos estudiosos do assunto que ainda hoje contribui para que o idoso passe a ocupar o espaço público e a ser protagonista nesse processo.

Outro aspecto que fundamenta a sociedade atual e que contribuiu para a inserção dos idosos na esfera pública é a mudança dos regimes governamentais, modificando-se de ditaduras para processos democráticos e participativos. Com isso, forçadamente acontece a relação dialógica entre sociedade civil e Estado. Necessário se faz para participação efetiva nesses processos, que haja a reflexividade, característica importante que gera nos idosos consciência subjetiva de seus direitos. Assim aflora movimentos de luta e de reivindicações que os levam à participação democrática e cidadã.

Constatou-se na pesquisa empírica, que há uma tendência entre os idosos que atribuem o pensamento de que o velho é o outro e não ele. Torna um pensar importante condicionando-o a construir seus projetos e em possibilidades futuras. Assim ganha visibilidade nas arenas públicas como um novo ator social que busca novas sociabilidades e deseja continuar ativo/engajado. Essa participação se dá por interação entre idosos, nos grupos que se formam com intenções políticas, religiosas, culturais ou hedônicas e onde estes buscam sua identidade e potência para se tornar atores sociais. Essas novas relações, entre os idosos, contribui para a formação de seus territórios. Empiricamente constatou-se também que o idoso sofre a pressão do mundo consumista, dos espaços sociais hiperdiversificados que privilegiam os jovens e suas preferências, onde se distingue a cultura do novo e portanto tudo que é velho é descartável. Sentem que a sociedade atual em que vivem, ainda preserva muito preconceito com relação ao idoso. E é nessa sociedade que sobressaem valores como a individualidade, o consumo reforçados pela mídia, com vistas apenas aos idosos bem-sucedidos e ativos. As mudanças na estrutura familiar, a urbanização, a pobreza e a violência também os deixam “perdidos”.

Por muito tempo os idosos aceitaram essa condição e herdaram além do esquecimento social, as perdas econômicas, entrando para a pobreza, miséria, abandono, depressão, solidão e muitas vezes a dependência total por falta de capacidade física e mental, estimulada pelas condições e estilo de vida. Para que o idoso constitua-se neste cenário contemporâneo como um ator social, conquistando visibilidade e se torna crítico frente a essas subordinações é imprescindível estabelecer ações interativas, através de sociabilidades, especialmente no campo político. Torna-se indispensável um maior engajamento e mobilização através de movimentos sociais em que lutem pelos seus direitos. Isso pressionará os líderes políticos para dar visibilidade ao movimento, embora esse seja um processo longo e lento de reivindicações por seus direitos. Deve pois, ser muito bem trabalhado entre os próprios idosos, para esses muitos ainda que não despertaram sua subjetividade reflexiva para essa necessidade, percebam-se cidadãos ativos. Entre os pesquisados, denotou-se que o grau de engajamento político independe de sexo e idade, no caso dos 60 aos 83 anos de idade. O Movimento torna-se relevante porque se relaciona à continuidade de uma vida digna, conforme a própria idosa

relatou “*O movimento dos idosos é importante porque pertence à vida e dá importância à vida*”. Essas ilações, portanto evidencia que a hipótese central se confirma. Para complementar o questionamento inicial e a hipótese central, outras foram levantadas.

6.1.2 Hipóteses complementares

- a) O idoso se constitui como ator social no cenário contemporâneo através da constituição de projetos de sociabilidade, a partir de sua situação biograficamente definida, o que lhe permite fazer escolhas, seja no campo religioso, cultural e/ou político.

Constatou-se pelos dados anteriores, que os idosos constituíram-se como atores sociais a partir de sua inserção em movimentos e ações políticas, que deram visibilidade para a sua causa.

Nessa pesquisa, identificou-se a realidade dos idosos engajados, ativos e militantes. Encontrou-se diversos tipos de idosos, das mais diferentes profissões como, professores, funcionários públicos, músicos, comerciantes, assistente social, técnico em enfermagem, técnico em segurança do trabalho, funcionário da iniciativa privada, médico, engenheiro agrônomo, bancários, técnico em telecomunicações, topógrafo, costureira, cantador de histórias (Griô), agricultor, marceneiro, artesão e autônomo.

Como um dos critérios para participação na pesquisa era ter uma atuação em algum campo social, evidencia-se que os idosos engajados consiste naqueles que trazem um conhecimento a mão, independente do grau de estudo e por isso são mais reflexivos e atuantes, com militância política, cultural, religiosa ou hedônica. Alguns com atuação coletiva no movimento de luta dos idosos/aposentados, outros em grupos culturais e religiosos, como a pastoral da saúde ou projetos sociais de associações espíritas. Assim sendo, os atores sociais idosos, na sociedade contemporânea, identificam-se com o sentido e significado das suas ações, que lhes possibilitam pelo conhecimento a mão que inferem de suas trajetórias de vida. Por isso, nem todos os idosos se engajam em questões políticas, por exemplo, porque

esse conhecimento não perpassou a todos, no decorrer de sua vida, mas se engajam em outros campos de ação, como o cultural por exemplo, que o leva também a se tornar um ator social. Muitos aprendem nessa sociedade contemporânea, com características mais democráticas de participação, despertam para essa necessidade, mas muitos ainda precisam ser inseridos nesse processo. Em relação aos idosos pesquisados viu-se, que em sua maioria são atores sociais, identificados por sua atuação nos campos de ação onde trazem conhecimentos a partir de sua trajetória de vida em que realizam seus projetos de vida. Portanto, essa segunda hipótese se confirma para os idosos que já tem sua subjetividade despertada para a necessidade de se tornar um ator social. Sabe-se que a grande maioria dos idosos ainda não despertou para esta atuação. Muitas subordinações o impedem, como a pobreza, a miséria, a doença e incapacidade, a escassa formação e informação.

- b) As dinâmicas das relações entre os atores sociais idosos se referenciam pelas interações sociais circunscritas aos seus círculos sociais que, a partir da constituição de novas sociabilidades, permite-lhes ampliar suas redes sociais.

A dinâmica das relações sociais entre os atores sociais idosos, revelou que as categorias que facilitam a criação de laços sociais e amizade entre os idosos resulta de afinidades, reciprocidade, receptividade e acolhimento, cultura e valores, espaços e ou grupos de participação, que facilitam inclusive laços afetivos mais intensos e duradouros, como os namoros e casamentos. Idade, gênero, comunicação, tecnologia e vida urbana, também se constituem facilitadores para a formação das redes sociais. Portanto, constata-se que a subjetividade está presente na escolha das amizades e na formação do círculo social. Com certeza o idoso busca reconhecer-se no outro para fazer suas escolhas e também passa pelo gênero, escolaridade, cultura, valores e afinidades. Fica claro que as amizades acontecem, de forma mais intensa, nos campos sociais onde esses atuam.

Ressalta-se também que para as mulheres há maior facilidade de fazer amizade. Com isso granjeiam círculo de amizade maior, além de se envolverem

mais com serviços voluntários, clubes e grupos de terceira idade, facilitares na formação dos círculos de amizade, incluindo a de agregar pessoas mais jovens.

Entre os homens, os botecos (bares) tornam-se local de construção de amizades como, também entre estes, acontece no banco da praça, nos rodeios, nos clubes, nos quiosques das praias(local onde permanecem por muito tempo na ociosidade, ou jogando dama, xadrez, moinho e baralho). Priorizam as amizades antigas que diminuem à medida que os idosos morrem, pois sentem dificuldade de fazer novas amizades. Idosos comunicativos e participativos somatizam mais facilidade de fazer amizades.

O uso de redes sociais facilita as amizades e construção e/ou afirmação dos laços sociais. Entre os idosos de nível cultural maior, a amizade também acontece a partir das redes sociais (internet, *facebook*, *Orkut*, *MSN*, *twiter...*). Os idosos utilizam as redes sociais para manterem e atualizarem os contatos e laços com a própria família, especialmente entre os filhos e netos e em situações de trabalho e engajamento político. Dimensionou-se que os idosos urbanos fazem amizades com maior facilidade visto que há maiores oportunidades de interação e relações sociais. Além disso, as oportunidades de acesso às redes sociais tornou-se mais presentes para os idosos urbanos. A dificuldade de os idosos do meio rural (pequenos agricultores) às redes sociais deve-se a falta de acesso. Embora para aqueles engajados em causas sociais (sindicatos, associações, conselhos...) esses espaços organizados oportunizam as suas participações a esses meios e auxílio para aprender.

Os aspectos que dificultam a criação de laços sociais são a seletividade na escolha das amizades, comportamentos de difícil convivência que dificultam a construção de laços, desconfiança em relação aos outros e também a escolha que alguns idosos fazem em se manterem “fechados” em sua vida privada, resultando em poucos amigos como ainda facilita a solidão e a aquisição de comportamentos depressivos. Essa característica é mais comum entre os homens.

Às vezes sentem dificuldades, mas todos são amigos até que se prove o contrário. Ter ou não amizade, depende de cada pessoa idosa, pois alguns possuem carisma, outros, mais reservados, e os que apresentam sintomas de carências, seja por interesse, seja por afinidade. O certo é que cada pessoa é diferente uma da

outra. Isso reforça a questão da heterogeneidade entre os idosos e nas relações de amizade e também se evidencia. Por conseguinte, são os círculos sociais, os agenciadores de diferentes sociabilidades, que permitem cada sujeito buscar sua identidade e definir sua inserção como ator social a partir de sua capacidade de subjetivação e reflexividade. Os idosos pesquisados demonstraram relações de amizades e construção de laços a partir dos espaços de sociabilidade que freqüentam. As interações sociais constituem-se na forma de sociações que os tornem receptivos para novas amizades e construção de laços sociais, confirmando também a hipótese levantada.

- c) Em contextos de sociabilidades com caráter mais hedonista, como os culturais e ou religiosos, os idosos são em sua maioria protagonistas, entretanto, em contextos de sociabilidades com características de reivindicação, negociação e outorgamento de políticas, estes ainda são, em sua maioria, representados por outros atores sociais.

Os dados empíricos revelaram que o protagonismo dos idosos pesquisados nota-se em diferentes campos de atuação, como Grupo de Idosos, Conselhos Municipais e Estaduais de Idosos, de Direitos Humanos, Comunidade Católica, Apostolado da Oração da Igreja Católica, Pastoral da Pessoa Idosa da CNBB, Lar e Sociedade Espírita, Cultura (artes e música), Atividades esportivas (atleta profissional sênior), Associação de Bairros, Associações de Classes, Associação de Aposentados e Pensionistas, Federação dos Aposentados e Pensionistas, Sindicatos, Instituições de Longa Permanência para Idosos, Direitos dos Idosos na Defesa da Política Nacional de Assistência Social e Direitos dos Idosos através do MIS, Movimentos Culturais como o Griô, poeta, contador e cantador de história e em Universidades da Terceira Idade.

Os idosos entrevistados, em sua maioria (dezenove), atuam em campos políticos, todavia se percebeu, e também os próprios idosos confirmaram essa hipótese, de que os idosos de modo geral preferem atuar em campos hedônicos e religiosos, que se engajar politicamente. Como atuam menos nos campos políticos, por associações, políticos ou atores sociais mais jovens que os representam. Gera

assim a cooptação do seu direito a usufruir desse espaço, porque o número de idosos que ocupam a esfera pública ainda é bastante irrisório, em relação à quantidade de idosos que os indicadores demográficos apresentam. A maioria dos idosos cadastrados ou registrados em projetos sociais, especialmente em municípios, vincula-se a grupos de convivência, com poucos líderes que se empenham em questões políticas. Cabe ressaltar que o idoso quando engajado atua em mais de um campo social ao mesmo tempo.

d) Os espaços sociais (territórios) para a velhice não se restringem somente a escalas locais, visto que as demandas na área do envelhecimento são definidas pelos fluxos que envolvem uma sociedade contemporânea com características globais, que geram hiperdiversidade e exigem reflexividade de seus atores sociais.

Pelo fato de se entrevistar idosos de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul e pelo menos um idoso de cada região do Brasil, percebe-se que independente do tamanho da cidade ou da sua localização geográfica, os espaços sociais para o envelhecimento não se restringem a escalas locais. As necessidades e possibilidades de vivenciar a velhice, seja de forma cultural, política ou hedônica acontece em todos esses espaços. Os fluxos por essa demanda alcançam todos os recantos do país, como o caso por exemplo de um município pequeno e distante do Amazonas ou um outro município pequeno do Rio Grande do Sul. Abriram-se os espaços institucionalizados para a sociedade civil debater as questões pertinentes ao envelhecimento e aguardam um maior número de idosos se engajar e lutar para garantir seus direitos.

A complexidade da sociedade contemporânea força a reflexividade dos sujeitos que buscam a partir das suas subjetividades participar desses processos em busca de melhoraria em suas condições de vida humana. Cada comunidade constrói espaços específicos que lhes possibilitem acesso a essa emancipação. A visibilidade alcançada pela velhice, foi possível pelo tipo de envelhecimento bem-sucedido, positivo ou ativo, mas sobretudo, àquele em que os idosos se assumem como participativos e atuantes na esfera pública, como atores reflexivos.

De fato o engajamento e participação dá identidade aos idosos, amarra-os a um objetivo de vida, torna-os grupo coletivo que forma um território, com sentido e possibilidade de organizar projetos. Como ainda lhe dá potência, mostrando que será ele mesmo independente da idade e que o movimento em torno da velhice pode ir além da solidão, da doença, da morte ou do engajamento apenas religioso e principalmente o afasta da morte social.

Salienta que uma das escolhas de ação dos idosos, que também lhe dá identidade e potência é a sua inserção no mundo cultural, no envolvimento com a arte, com a cultura, no agenciamento de recursos para possibilitar a ação de projetos. Os idosos entrevistados demonstraram características, que Yúdice(2004) chamaria de transgressão. Os idosos “transgressores” possuem a capacidade de ir além daquilo que a normatividade espera deles, são os que apresentam imperativo social do desempenho. Sentem-se participantes e atuantes nos processos de decisão. O que os move, na lógica desta sociedade individualista, é a tomada de consciência de si (subjetividade) e a reflexividade. Características estas que ampliam possibilidades de construção de projetos de vida. Dimensionou-se claramente e exemplificadamente nos relatos dos idosos Oscar –SP (82 anos), Sirley-RS(75 anos), Artidório –RS (72 anos), Osvaldo-RS (80 anos), Sônia-Rs(70 anos), Dilceu -RS(73 anos), Selene-RS (65 anos), Valter-RS(60 anos), Maria de Jesus-PI (74 anos), José – AM (71 anos) e Jan –TO (65 anos).

Essas ilações levam a evidência de que a hipótese central e as complementares, desta tese, realmente se comprovem.

6.2 CONCLUSÕES GERADAS PELA PESQUISA E INCREMENTO PARA O TEMA

A partir dos resultados da pesquisa afirma-se que os idosos vivem diferentes dinâmicas de vida. Com o acréscimo de anos à vida, não se vê os idosos de forma universalizada como doentes, frágeis ou “vovozinhos coitadinhos”. É lógico que há grande número de idosos na condição de idosos dependentes e com velhice patológica ou vivendo na extrema pobreza e miséria que o impedem de pensar em outra coisa a não ser em sua sobrevivência ou de sua família. Todavia, essa

pesquisa colabora para “quebrar” o estereótipo de que velhice é sinônimo de aposentaria, ócio, solidão, tristeza e isolamento.

Necessário ressaltar que existem vários tipos ideais de idosos presentes no cotidiano, como o aposentado; o com saúde e discernimento; o caduco; o apático; o trabalhador; o que só pensa em comer e dormir; o que gosta de reclamar e dar palpite; o provedor e arrimo de família; o idoso doente e dependente dos filhos e parentes ou da sociedade e que portanto vivem em ILPIs, o que mantém papel ativo e importante junto à família; o executivo; o engajado e militante, o hedônico que participa de bailes e festas, viagens, turismo e lazer; o ativo, que frequenta grupos de terceira idade; o que faz ginástica, que se exercita; o ativo cultural, que vive e divulga a cultura popular; o antenado que aprende e sabe tudo de tecnologias; o idoso que ajuda outros idosos. Paralelamente na pesquisa encontrou-se Idosas Viúvas e Solitárias; Idosos Militantes Políticos; Idoso engajados em movimentos culturais; Idosos espiritualizados e solidários e Idosos que trabalham e estudam a questão do envelhecimento. O foco dessa tese foi descrever a movimentação na esfera pública dos idosos engajados política e culturalmente.

Com efeito são os espaços de sociabilidades que permitem que aos idosos se potencializem e adquiram identidade pela suas ações. É, também, em processo de interação (sociação), que os idosos vão se constituindo como sujeitos atuantes e construindo as diferentes velhices (tipos ideais) que se encontram hoje na esfera pública. Os idosos, que participam de diferentes sociações, enriquecem o seu círculo social e também seu próprio desenvolvimento, intensificando diferentes interações, seja na igreja, na associação, no clube de terceira idade, no movimento cultural, no conselho ou na conferência.

Entretanto a sua subjetividade é que lhe impulsiona suas ações e lhe possibilita maior ou menor reflexividade. Essa reflexividade estimular-lhe-á suas escolhas, para o engajamento e participação política ou para o hedonismo e a religiosidade. Cabe aos conselhos de direitos o dever e obrigação de possibilitar acesso a esses conhecimentos, assim como às Universidades, como o faz a Universidade da Maturidade, de Tocantins, que oferece o Curso de Formação em Educador Político Social para o Envelhecimento.

Os idosos com engajamento político, apresentam liderança e carisma que os potencializa para a ação em suas comunidades, que constituem seus territórios de ação e trazem esse conhecimento a mão em suas trajetórias de vida. O engajamento político possui maior adesão dos homens, se comparado aos lúdicos ou culturais.

Focalizou-se as emoções como aspectos importantes a se considerar como formas de sociação e de pertencimento aos círculos sociais. Certamente essas movimentam os indivíduos em diferentes círculos sociais, seja no grupo familiar ou social. Isso explica, portanto, a procura dos idosos por grupos com características mais hedônicas, onde os mesmos formam laços de amizade e, até mesmo, laços mais duradouros, de namoro e novos casamentos. Além disso, esses espaços lúdicos são situações em que, especialmente as mulheres, acostumadas aos valores restritos ao lar, experimentam sensação de liberdade, quando idosas viúvas ou separadas. Além disso, permitem aos idosos aproveitarem o seu tempo ocioso, de forma prazerosa e lúdica. A população idosa feminina é maior e o seu engajamento é maior em espaços hedônicos e culturais.

Os atores sociais, na esfera pública atual, precisam se organizarem em movimentos sociais para coletivamente narrar suas necessidades e isso, obviamente é uma ação política que exige participação. Assume destaque esta realidade que se dissimula em todo o país, nos mais variados recantos, absorvida apenas por quem aflorou a subjetividade e reflexividade. Entretanto, essa ainda não consiste na característica da maioria dos idosos, visto que apenas pequeno grupo engaja-se politicamente. Quem ainda representa o idoso são os políticos, intelectuais e demais pessoas interessadas em tirar proveito da questão social do envelhecimento. Os idosos, aos poucos se acordam para essa realidade e iniciam sua participação. Em relação ao elevado número de idosos no Brasil, essa participação política ainda é irrisória. Reforça-se que os idosos ainda não são legitimamente protagonistas na esfera pública, pois a sua movimentação ainda é uma novidade até mesmo entre os próprios idosos.

6.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Dentre as limitações da pesquisa cabe destacar o número reduzido de representantes das diferentes regiões do País e o fato de se coletar a maioria dos dados em Conferências, Fóruns e Encontros de Capacitação de Conselheiros, o que propicia um ambiente de engajamento com cunho político, embora se fez um esforço para localizar idosos que atuam em espaços culturais e religiosos.

Outra limitação ateve-se ao fato de os sujeitos localizarem-se em pontos distantes e o acesso às vezes precisou ser feito por e-mail ou telefone. Por isso, a alguns sujeitos da pesquisa foi lhe dada a opção de responder ao roteiro da pesquisa, como se fosse um questionário, o que diminui um pouco a riqueza das respostas e o maior conhecimento do sujeito pesquisado.

Assim como também foram limitadas as informações referentes aos números de Conselhos Municipais e Estaduais da Pessoa Idosa, existentes no País, pois faltam informações e registros por parte dos Conselhos Estaduais e do Nacional.

6.4 SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

Sugere-se continuidade a essa pesquisa e também que a mesma se realize em rede, em diferentes localidades do país para que de fato se mapeassem a movimentação dos idosos na esfera pública, da sua participação e do protagonismo da pessoa idosa na sociedade contemporânea.

Outra sugestão que se faz em relação a estudos para complementar as informações dessa tese, seria a realização de pesquisa junto aos Conselhos dos Idosos para identificar o trabalho que os mesmos fazem na busca da inserção do idoso nesses espaços. Também a formação possibilitada para essa participação no sentido de aflorar sua subjetividade reflexiva, ou se ao contrário, isso não acontece tornam-se meros “bonecos” utilizados e ludibriados para interesses eleitoreiros e clientelistas. Seria interessante realizar pesquisa sobre o trabalho desenvolvido nas Universidades Abertas à Terceira Idade em relação a formação política e cultural dos idosos visando essa inserção do idoso no espaço público. O que a mídia mostra do trabalho realizado por essas instituições prende-se mais no sentido do

envelhecimento ativo, a partir de atividades físicas, orientações nutricionais, recreação, turismo e lazer.

É certo que o campo de pesquisa é vastíssimo e portanto se entende que a realização de muitas ações ainda devam ser realizadas e trabalhadas para que o idoso se coloque como sujeito de direito e protagonista na esfera pública.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Elisabeth. Aspectos emocionais da aposentadoria. In: VERAS, R. P. (Org.). **Terceira Idade**: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: UNATI/UERJ/Relume Dumará, 1999. p.143-148.
- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G.(Orgs.). **TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: CULTURA E IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO COMPETITIVA**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília-DF: SEBRAE, 2004. P.23-70.
- ALENCAR, M. do S. S.; CARVALHO, C. M. R. G. de. O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense. **INTERFACE: COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO**, Botucatu-SP, v.13,n.29, p.435-444, abr./jun.2009.
- ANTUNES, A.A.G. **O risco das ideias**: intelectuais e a polícia política. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.
- ARAUJO, Ludgleydson Fernandes de; LOBO FILHO, Jorgeano Gregório. Análise Psicossocial da Violência contra idosos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Brasília-DF, n. 22,v.1,p. 153-160, 2009. Disponível em:< www.scielo.br/prc>. Acessado em 23 mar. 2011.
- ARONOWITZ, Stanley. Pós-modernismo e política. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de(org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 151-175.
- AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. **Lua Nova** [online], São Paulo, n.55-56, p. 29-55, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a02n5556.pdf>>. Acessado em 21 abr. 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. v.1 e 2.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1997.p. 11-72.
- BERTRAND, M. O homem clivado: a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B.(Org.). **Elementos para uma Tória Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.
- BEYME, Klaus Von. Teoria política del siglo XX: de la modernidad a la postmodernidad. In: _____. **Pensamiento postmoderno**. Madri: Alianza, 1994.

BEZ, Zonda. **Pontos de Cultura para um mundo possível**. Notícia publicada no Site do Instituto Overmundo em fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/pontos-de-cultura-para-um-mundo-possivel>> . Acessado em 28 ago. 2011.

BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. *Snowball sampling problems and techniques of chain referral sampling*. **Sociological Methods and Research**, v.10, n.2, p. 141-163, nov.1981. Disponível em: <<http://smr.sagepub.com/content/10/2/141.short>>. Acesso em 05 maio 2010.

BOBBIO, N. **De senectude e altri autobiografici**. Torino: Einaudi Editore, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL. **Cultura Viva: Ação Griô**. 2011a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/acao-grio/>>. Acessado em: 27 ago. 2011.

_____.MINISTERIO DA SAUDE. Política Nacional de Humanização do SUS: Intersetorialidade SUS. 2011b. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=28365>. Acesso em 27 ago. 2011.

_____. SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A.A. *et al.* Como vive o idoso brasileiro?. In: CAMARANO, A. A. (org). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro, IPEA, 2004.

CAMARANO, A.A.;PASINATO, M.T. Introdução. In: CAMARANO. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?**Rio de Janeiro:IPEA, 2004.

_____. **O envelhecimento populacional na agenda da políticas públicas**. Estudos Macroeconômicos do IPEA. Livro eletrônico. 2007. Disponível em:< http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq_16_Cap_08.pdf> Acesso em: 23 mar. 2008.

CAMARANO, A.A. et al. (Org.). **Condições de funcionamento e infraestrutura das Instituições de Longa Permanência para idosos no Brasil**. Brasília-DF: IPEA, 24 maio 2011. (Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro, n.93).

CAMARGOS, Clayton Neves; MENDONÇA, Caio Alencar Mendonça; VIANA, Eneida de Mattos Brito. Política, estado e sociedade: o estatuto do idoso

e a atenção à saúde. **Comunicação, Ciência e Saúde**, Brasília-DF, n.17, v.3, p.217-227, 2006.

CARVALHO, M.do C. B. de. A reemergência da solidariedades micoterritoriais na formatação da política social contemporânea. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, São Paulo, v.11, n.4, p.16-21, 1997.

CARVALHO, José Alberto Magno de; WONG, Laura L. Rodríguez. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, v.3, p.597-605, mar. 2008.

CARVALHO, V.de F.C.; FERNANDEZ, M.E. D. Depressão no idoso. In: PAPALÉO NETO, M. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 1996. p.160-173.

CASTRO, Iná E. de. O problema da Escala. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CHARLES, Sébastien. O individualismo paradoxal: introdução ao pensamento de Gilles Lipovetsky. In: LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. Tradução de Mário Vilela. 4.ed. São Paulo: Barcarolla, 2011.p.11-48

CLAVAL, Paul. O território na transição Pós-Modernidade. **Geografia**, Londrina-PR, v.1, n. 2, p. 7-26, 1999.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, Filomena Guterres; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Representação social da velhice, exclusão e práticas institucionais. **Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas**, Goiânia, v.1, n.1, p. 100-113, 2009.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Quem Disse que os Aposentados Estão Inativos? O Movimento de Aposentados e Pensionistas e o Jogo de Resistência contra o Poder. **Textos Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p.35-52, 2002. Disponível em:

<http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000100004&lng=es&nrm=iso>. Acessado em: 28 mar. 2011.

CROCHIK, J.L. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v.9, n.2, p. 69-85, 1998.

CRUZ SILVA, Marina da. **O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas**. Textos Envelhecimento [online]. v.8, n.1, p. 43-60, 2005. Disponível em: http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282005000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 mar.2011.

DEBERT, G.G. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: USP/FAPESP, 1999.

DEBERT, G.G.; OLIVEIRA, A.M. de. A polícia e as formas de feminização da violência contra o idoso. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE v. 21, n. 2, p. 15-28, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>/ <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 23 mar. 2011.

DEVIDE, Fabiano Pries. Velhice...Espaço social de aprendizagem: aspectos relevantes para a intervenção da Educação Física. **Revista MOTRIZ**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 65-73, jul.-dez.2000.

DOLL, J. *et al.* Atividade, Desengajamento, Modernização: Teorias Sociológicas Clássicas sobre o Envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 12, p. 7-33, 2007. [online]. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/viewFile/4977/2846>>. Acessado em 05 abr.2009.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

_____. _____. 3.ed. Lisboa-PT: Instituto Piaget, 1996.

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**. Tradução de Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires- ARG: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ERBOLATO, R.M.P.L. Relações sociais na velhice. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 957-964.

FALEIROS, Vicente de Paula.. **Estratégias em Serviço Social**. 3. ed. São Paulo. Cortez. 2001.

FERNANDES, J.C. urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. **Caminhos de Geografia**, Minas Gerais , v.1, n.2, p. 31-49, dez.2000.

FERNANDES, Simone. **O processo de constituição e funcionamento de um Conselho Municipal dos Direitos do Idoso**: o caso do município de Maringá-PR. 2009, 59 p. Dissertação . Mestrado em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, 2009.

FERREIRA, E. T.; MAY, Waldomiro. A terceira idade na Universidade Aberta: navegando, buscando, aprendendo em um mar sem fim. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOGERONTOLOGIA: subjetividade, Cultura e Poder, 3,[sd]. **Anais do III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOGERONTOLOGIA: subjetividade, Cultura e Poder** . [Online]. Disponível em: http://www.geracoes.org.br/nova/biblioteca/noticias.asp?id_parametro=noticia&id_tipo_noticia=3&id_secao=16&id_noticia=113. Acessado em 28 mar. 2011.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz.2.ed. Porto Alegre:Bookman, 2004.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento**:uma visão do estado da arte. Santiago, Chile: RIMISP, 2006. [online].Disponível em http://www.fidamerica.cl/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.pdf. Acesso em 03 maio 2011.

FONTE, Isolda Belo da. Diretrizes Internacionais para o Envelhecimento e suas conseqüências no conceito de velhice. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 12, Ouro preto-MG, 04 a 08 de novembro de 2002. **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Outro Preto-MG:ABEP, 2002.

FRANÇA, Lucia. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. In: VERAS, Renato P.(Org.). **Terceira Idade**: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro:UNATI/UERJ/Relume Dumará, 1999. p. 11 – 34.

FREIRE, Sueli Aparecida. A personalidade e o *self* na velhice: continuidade e mudança. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 929-935.

GADEA CASTRO, C. A. O estudo dos movimentos sociais e a esquerda política na América Latina. **Cadernos CRH**, Salvador, v.21,n.54, p. 493-504, dez.2008.

_____. **Paisagens da pós-modernidade**: cultura política e sociabilidade na América Latina. Itajaí-SC: Univali, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. Por uma sociologia dialógica. **Estudos Leopoldenses – Revista do Centro de Ciências Humanas da UNISINOS**, São Leopoldo-RS, v.35, n. 155, p.21-37, 1999.

GARCES, S.B.B. Sujeito Idoso na Sociedade Pós-Moderna: Sociabilidades Possíveis. **Cadernos Interdisciplinares de Pesquisa em Ciências Humanas**, Florianópolis-SC, v.11, n.99. p.54-71, jul./dez.2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14045>>.Acessado em 02 maio 2011.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: UEP, 1996.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional.In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: EdUNESP, 1997.

_____. **Crítica da Modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 7.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Cidade, ONGs e ações coletivas: novas parcerias, atores e práticas civis. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n.2, p. 33 – 44, 1995.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor: perspectivas para a solução das questões da velhice no Brasil. In: In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 1022-1029.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GOLDSTEIN, L.L.; SOMMERHALDER, C. Religiosidade, Espiritualidade e Significado Existencial na vida adulta e velhice. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 950-956.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUERREIRO, Tania; RODRIGUES, Regina. Envelhecimento bem-sucedido: utopia, realidade ou possibilidade? Uma abordagem transdisciplinar da questão cognitiva. In: VERAS, R. P. (Org.). **Terceira Idade: alternativas para uma sociedade em transição**. Rio de Janeiro: UNATI/UERJ/Relume Dumará, 1999. p. 51-69.

GUIMARÃES, Raul Borges. Regiões de saúde e escalas geográficas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 21, v.4, p.1017-1025, jul-ago. 2005.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.36, p.277-292, 1995.

_____. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do Território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. 2.ed. Francisco Beltrão-PR:UNIOESTE, 2004. p.87-119.

HAGEN, Everett E. O processo de mudança. In: DURAND, José Carlos Garcia (org.). **Sociologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, [1967].

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HEIDRICH, Alvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A.D. ; SPOSITO, E. S. ; SAQUET, M. A. (Orgs.) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão-PR: Edunioeste, 2004. p. 37-66.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Alem da justiça**. Tradução de Savannah Hartmann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOFFMANN, Maria Edwiges. **As bases biológicas do envelhecimento**. Campinas – SP: Unicamp-LABJOR, 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env10.htm>>. Acessado em: 27 mar. 2011.

HONNETH, Axel. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais. In: _____. Tradução de Luiz Repa. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 253-268.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Estudos & Pesquisas. Informação demográfica e Socioeconômica, n.27).Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acessado em: 28 mar. 2011.

_____. **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. (Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.25).Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indicsoaude.pdf> . Acessado em: 29 mar. 2011.

_____. **Projeção da População do Brasil por sexo e idade 1980-2050: revisão 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 24). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/pr ojecao.pdf>. Acesso em: 25 set.2011.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acessado em: 25 out. 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E AVANÇADA. Diagnóstico e desempenho recente das ações governamentais de proteção social para idosos dependentes no Brasil. In: _____. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Cap. 26, p. 713-738.v. 3. (Série Brasil: o estado de uma nação).

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. Cap. 1 e 2.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Narrativas sobre o envelhecer: o imaginário de homens e mulheres sobre a construção do envelhecimento. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.10, n.28, p. 45-73, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>> Acessado em: 22 abr. 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia y radicalización de la democracia. In: _____. **Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madri:Século XXI, 1987. 167-217.

LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 90. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n.66, p. 91-109, jul. 2003.

LE MOS, D. de et al. **Velhice**. [online].Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/velhice-texto.html>>. Acessado em: 17 abr.2011.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. . In: CHAMPAGNE, Patrick. **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. Cap. 2, p. 59- 106.

LIMA, Sandra Mara Maciel de. Autonomia versus heteronomia: impactos da tecnologia informacional sobre o trabalho na saúde. **Revista FAE**, Curitiba, v.7, n.1, p.103-118, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n1/rev_fae_v7_n1_08_sandra.pdf>. Acessado em: 20 set. 2008.

LIMA-COSTA; M.F.; CAMARANO, A.A. Demografia e Epidemiologia do Envelhecimento no Brasil. In: MORAES, E. N. de. **Princípios Básicos de Geriatria e Gerontologia**.Belo Horizonte:COOPMED, 2008.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Trajetória dos Estudos de Velhice no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, local, n.52, p. 109-132, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n52/n52a06.pdf>>. Acessado em: 09 abr. 2011.

_____. Três gerações femininas em famílias de camadas média. In: VELHO, G.; DUARTE, L.F.D. (Orgs.). **Gerações, Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p.46-62.

_____.(Org.) **Velhice ou Terceira idade?**Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIPOVETSKY, G. Tempo contra Tempo, ou a sociedade hipermoderna. In: _____. **Os Tempos Hipermodernos**. Tradução de Mário Vilela. 4.ed. São Paulo: Barcarolla, 2011. p.49-103

LOPES, A. **Os desafios da Gerontologia no Brasil**. Campinas-SP: Atomo/Alínia, 2001.

LUBENOW, J.A. **A CATEGORIA DE ESFERA PÚBLICA EM JÜRGEN HABERMAS**. 257., 2007. Tese (Doutorado em Filosofia). São Paulo: Universidade de Campinas, 2007.

MACHADO, Laura. O Direito **Humano ao Envelhecimento e o Impacto nas Políticas Públicas**. In: SEMINÁRIO NACIONAL ENVELHECIMENTO E SUBJETIVIDADE. 21 e 22 novembro de 2008. Brasília-DF. Disponível em: <<http://www2.pol.org.br/envelhecimento/docs/Laura%20Machado%20-%20O%20direito%20humano%20ao%20envelhecimento%20e%20o%20impacto%20nas%20políticas%20publicas.pdf>>

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

MAHEIRIE, Kátia. Subjetividade e identidade. **Interações**, Campo Grande, v.7, n.13, p. 31-44, jan./jul. 2002.

MANCIBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.22, n.1, mar. 2002.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL, Observatorio Social de América Latina, CLACSO**, Buenos Aires-Argentina, año 6, n. 16, p. 273 - 283 , jan./abr. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>. Acessado em 18 ago. 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. **Resenha do Livro de Pierre Bordieu Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris:Seuil, 1992. [S.l: s.n.], [sem data de tradução].

MEAD, Georg Herbert. **Espiritu, Persona, Sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 1982.

MELLO, S. C. de. **Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo**. São Paulo:Annablume/FAPESP, 2003.

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento: uma entrevista de Leonardo Avritzer e Timo Lyra com Alberto Melucci. In: AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte-MG: Livraria Del Rey Editora, 1994. p. 183-211.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova [online]**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf> >. Acessado em: 19 ago. 2011.

MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995. Cap. 7, p. 76- 92.

MEZAN, Renato. **Subjetividades contemporâneas?** Conferência realizada na PUC/SP em 1997.

MINAYO, Maria, C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOCELLIM, A. Simmel e Bauman: modernidade e individualização. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v.4, n1 (1), p. 101-118, ago./dez.2007.

MONTEIRO, D.da M.R. Afetividade, intimidade e sexualidade no envelhecimento. In: FREITAS, E.V. de. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. P. 943-949.

MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

MORAES, E.N. de *et al.* Rede Assistencial de Atenção à Pessoa Idosa. In: NUNES, E. N. de. **Princípios Básicos de Geriatria e Gerontologia**. Belo Horizonte: COOPMED, 2008. p. 665-678.

MORAES, E.N.de; MEGALE, R. Z. Avaliação da Mobilidade. In: NUNES, E. N. de. **Princípios Básicos de Geriatria e Gerontologia**. Belo Horizonte: COOPMED, 2008. p.105-113.

MORAES, E. N. de; SILVA, A.L. A. Bases do envelhecimento do organismo e do psiquismo. In: NUNES, E. N. de. **Princípios Básicos de Geriatria e Gerontologia**. Belo Horizonte: COOPMED, 2008. p.21 – 36.

MORAGAS, Ricardo M. **Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida**. Traduzido por Nara Costa Rodrigues. São Paulo: Paulinas, 1997.

MORAIS, Eliane Pinheiro. **Envelhecimento no meio rural**: condições de vida, saúde e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada do Sul – RS. 216 p., 2007. Tese apresentada a escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP: USP, 2007.

MORIN, Edgar. **O método 5. A humanidade da humanidade**: a identidade humana. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOTTA, A. B. da. A FAMÍLIA MULTIGERACIONAL E SEUS PERSONAGENS. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n.111, p. 435-458, abr.-jun.2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em 18 ago. 2011.

NERI, A.L.; CACHIONI, M. ; RESENDE, M.C. Atitudes em relação à velhice. In: FREITAS, E. V. (org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 972-980.

NOGUEIRA, Eliete Jussara *et al.* Rede de relações sociais e apoio emocional: pesquisa com idosos. **Iniciação Científica CESUMAR**, Maringá-PR, v. 11, n. 1, p. 65-70, jan./jun. 2009.

NOGUEIRA, Paulo Dias. O fenômeno do envelhecimento populacional como desafio para a missão da igreja. **Revista Caminhando**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 118-128, jul./dez. 2010

OFFE, Claus. A democracia contra o estado do bem-estar? In: _____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULA, Áureo Natal de. Estatuto do Idoso. Caleidoscópio. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 120, 1 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/4471>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

PAVARINI, S.C.I. et al. A arte de cuidar do idoso: gerontologia como profissão. **Revista Texto & Contexto Enfermagem[online]**, Florianópolis-SC, v.14, n.3, p. 398-402, jul./set.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n3/v14n3a11.pdf>>. Acesso em 17 abr.2011.

PAZ, Serafim Fortes. **Dramas, Cenas e Tramas. A situação de Fóruns e Conselhos do Estado do Rio de Janeiro**. 761 p., 2001. Tese (Doutorado em Educação).São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

PEIXOTO, C. E.; CLAVAIROLLE, F. **Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, Potyara A. Formação em serviço social, política social e envelhecimento populacional. **Ser Social**, Brasília-DF, n. 21, p. 241-257, jun./dez.2007.

PERES, M.A.de C. Velhice, Política e Autonomia: O movimento social do idoso e as políticas da terceira idade no Brasil. **Revista HISTEDBR [Online]**, Campinas, n.26, p.144 –159, jun. 2007 .

PERES, Fabio de Faria; DURÁN, Paulo Renato Flores; ALBUQUERQUE, Natália Pacini de Medeiros e. A 'sensibilidade' de Simmel: notas e contribuições ao estudo das emoções. **RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, Pernambuco, v. 10, n. 28, p. 93-120, abr. 2011. Disponível em:<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

PINTO, Louis. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: CHAMPAGNE, Patrick. **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. cap. 1 , p. 13-57.

POZZO, Oscar Dal (Org.). **MOVIMENTO DO IDOSO SOLIDÁRIO – MIS**. 2011a. Disponível em: <<http://www.idosossolidarios.com.br>>. Acessado em 28 ago. 2011.

POZZO, Oscar Dal. Trinta anos de luta com e pelos idosos. **MOVIMENTO DO IDOSO SOLIDÁRIO – MIS**. 2011b. [online]. Disponível em: <http://www.idosossolidarios.com.br/artigo_completo.php?id=120>. Acessado em: 29 ago. 2011.

PRADO, Shirley Donizete. O curso da vida, o envelhecimento humano e o futuro. **Textos Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.57-74, 2002 . Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2011.

PRADO, Tânia. **Participação: um estudo sobre idosos**. 2006, 133 p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade federal do Espírito Santo. Vitória-ES, 2006.

PRATES, Rodrigo. PROJETO ZUANDO SOM. **HISTÓRIAS CANTADAS DA INFÂNCIA DOS MESTRES GRIÔS**. [online] 2010 . Disponível em: <<http://culturadigital.br/historiascantadas/>>. Acessado em: 27 ago. 2011.

RABELO, Francisco Chagas Evangelista; NASCIMENTO, Ana Júlia Rodrigues do. O idoso e a modernidade: dilemas e esperanças. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 12, 29 de maio a 01 de junho de 2007. **Anais do XII Encontro...**Goiânia:SBS, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO. **Os idosos do Rio Grande do Sul**: estudo multidimensional de suas condições de vida. Porto Alegre-RS, 1997. Relatório de Pesquisa.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. COORDENADORIA DE ATENÇÃO AO IDOSO. CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO. **IV Conferência Estadual do Idoso**. Porto Alegre-RS, 2011.

_____. **Mapa do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.portaldarte.com.br/riograndedosul> Acesso em: 18 ago. 2011.

ROCHA, S.M. da; GOMES, M.das G. C; LIMA FILHO, J.B. O protagonismo social da pessoa idosa: emancipação e subjetividade no envelhecimento. In: FREITAS, E.V. de. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 1030- 1036 .

ROSENDAHL, Zeny. Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 20 a 26 mar. 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro...** São Paulo: USP, 2005. p.12928 - 12942.

SALGADO, M. **Uma nova questão social**. São Paulo: SESC/CETI, 1980.

SANDRI, Juliana Vieira de Araújo. **UMA POLÍTICA DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO IDOSA**. 223 f., 2004. Tese de Doutorado em Enfermagem. Florianópolis-SC: UFSC, 2004.

SANTIN, J. R.; BOROWSKI, M. Z. O idoso e o princípio constitucional da dignidade humana. **RBCEH**, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 141-153, jan./jun. 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Testamento intelectual**. São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: NÚCLEO DE ESTUDOS DOS DIREITOS DA CIDADANIA. **Os sentidos da democracia**: política do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis-RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999a.

_____. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 54, p. 197 – 215, jun. 1999b. Disponível em: <[%20Porque%20e%20tao%20difícil%20construir%20uma%20teoria%20critica.pdf](#)>. Acessado em 01 jun.2008.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. v.1.

_____. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. 2008. [No prelo].

SANTOS, Ruth Brito dos. **De volta a cena**: um estudo com idosos que trabalham. 2005, p. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-Ceará: UEC, 2005.

SÃO PAULO. MUSEU DA PESSOA. **Sirley da Silva Amaro**. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/expo/pdf/neives%20-%20sul.pdf>>. Acessado em 27 ago. 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**.5.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCHÜTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

_____. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, R. M. D. da. Sobre os sentidos da ação na sociedade contemporânea: agenciamentos e formação cultural. In: GARCES, S.B.B. (Org.). **O envelhecimento na (Pós)Modernidade** : uma visão interdisciplinar. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 2012. (No prelo)

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.156-179, jul./dez.2006.

SILVA, P. V. B. da. **Goffman, discípulo de Mead?** Artigo online. Disponível em <http://www.intermeio.ufms.br/revistas/25/25%20Artigo_08.pdf> . Acessado em 26 jun. 2010.

SILVEIRA, P.; DORAY, B.(Org.). **Elementos para uma Tória Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SIMMEL, Georg. O Problema da Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 59-78.

_____. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Tradução de Pedro Caldas Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMÕES, Júlio Assis. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SORJ, Bernard. **Sociedades Civis e relações norte-sul**: ONGs e dependência. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2005. Disponível em: <<http://www.centroedelstein.org.br>>. Acessado em: 11 out. 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-44, jul./dez.2006.

SOUZA, K.C.D.N. e Construindo a identidade do idoso: de ator político a sujeito de direitos especial ou identificado. Congresso Nacional do CONPEDI, 15, Manaus, 2006. **Anais...** Manaus: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2006. Disponível em:
<http://conpedi.org/manaus/arquivos/anais/recife/politica_karla_nunes_e_souza.pdf.>. Acessado em: 21 abr. 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.) **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. 2.ed. Francisco Beltrão-PR:UNIOESTE, 2004. p. 15-36.

TAEFNER, Paulo. Ajustes na previdência: justiça social e contribuição fiscal à política monetária. **Boletim de Conjuntura do IPEA**, Rio de Janeiro, n. 77, p. 101-110, ju. 2007.

TOBAR, F.; YALOUR, M. R. **Como fazer teses em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

TÓTORA, Silvana. **Controle Democrático**: papel dos conselhos. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e Departamento de Política da PUC/SP. Jan. 2007.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

_____. **Crítica da Modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 7.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. _____. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Sujeito, subjetividade e projeto. In: VELHO, G.; DUARTE, L.F.D. (Orgs.). **Gerações, Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 9-16.

VERAS, R. P. O Brasil envelhecido e o preconceito social. In: _____.(Org.). **Terceira Idade**: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro:UNATI/UERJ/Relume Dumará, 1999. p. 35-50.

VERAS, Renato P.(Org.). **Terceira Idade**: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro:UNATI/UERJ/Relume Dumará, 1999.

VILHENA, Junia de. Da cidade onde vivemos a uma clínica do Território: Lugar e produção de subjetividade. **Pulsional: Revista de Psicanálise Clínica do Social**, ano 15, n. 163, p. 48-54, nov. 2002.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: USP/Ed.34, 2000.

WAUTHIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 05, n.09, p. 174-214, jan./jun. 2003.

WEBER, Max. Classe, Estamento e Partido. In: _____. **Ensaio de Sociologia**. Organização de H.H. Gerth e C. Wright Mill. Tradução de Waltensir Dutra. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. p. 211- 2.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremmer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado(a) Senhor(a):

Me chamo Solange Beatriz Billig Garces e sou professora da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Coordeno o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano (GIEEH), participo do Conselho Municipal do Idoso de Cruz Alta e do Fórum Gaúcho das IES com ações voltadas ao envelhecimento, representando a Universidade onde trabalho. Atualmente estou escrevendo a minha tese de doutorado em Ciências Sociais, na qual estou pesquisando sobre as sociabilidades dos idosos na sociedade contemporânea. Para tal, gostaria de ver a possibilidade que Vossa Senhoria tem para responder ao questionário abaixo, participando assim como sujeito de minha pesquisa.

Para participar da pesquisa você não precisará pagar nada como também não será pago para responder. A sua participação é livre e espontânea. Não correrá nenhum risco físico, mas talvez algumas perguntas poderão aflorar em você sentimentos e emoções que lhe trarão a sensação de tristeza ou frustrações.

Esta pesquisa contribuirá para o fortalecimento da literatura sobre envelhecimento no que se refere ao estudo das sociabilidades culturais, políticas e religiosas no território dos idosos, identificando se estes são realmente atores sociais reflexivos de sua ação na sociedade contemporânea.

DADOS PESSOAIS:

Nome _____ Sexo: _____

Idade _____ Estado Civil _____ Profissão: _____

Escolaridade: _____ Cidade onde reside: _____

Campo social onde atua: _____

1. Você conhece os direitos dos idosos? Quais?
2. Como ficou sabendo ou conhecendo esses direitos?
3. Em sua opinião, quem garante seus direitos?
4. O que o governo tem a ver com seus direitos?
5. Você acha que os idosos devem participar das decisões do governo? Por quê?
6. Quais espaços, na sua opinião, constituem os lugares onde os idosos reivindicam direitos?
7. Você participa destes espaços? De que forma?
8. Em sua opinião estes espaços são participativos e democráticos ou não? Por quê?
9. Existe algum movimento de luta por reivindicações de direitos entre os idosos? Que movimento seria este? Você participa de algum destes movimentos? Qual(is)?
10. Você acredita que o idoso reivindica direitos por ele mesmo ou é representado por outro(s)? Se for, quem são esses “outros”?
11. Você sabe o que são políticas públicas?

12. Você conhece as políticas públicas voltadas ao envelhecimento em nível municipal, estadual e nacional? Cite algumas?
13. Você sabe como são construídas as políticas públicas para os seus direitos chegarem até você? (processo de negociação, encaminhamento e efetivação [outorgamento] das políticas públicas).
14. Quem interfere nestes processos?
15. Como e quando o idoso participa deste processo?
16. Politicamente, quem representa os idosos em nível nacional, estadual e municipal (e mundial)?
17. Quem garante os direitos dos idosos?
18. Na sua cidade, quem luta pelos direitos dos idosos?
19. Em nível nacional e estadual, quem luta pelos direitos dos idosos?
20. Os idosos fazem projetos? Quais?
21. Atualmente, em que tipos de projetos os idosos participam? E você participa de algum? Em qual(is)? E por qual razão participa?
22. O idoso se sente disposto a participar de novos projetos? Por quê?
23. Há espaços sociais abertos para participação dos idosos na sociedade atual? Quais? E para quais tipos de idosos?
24. Em sua opinião, os idosos são capazes de agenciar recursos financeiros para a sua causa? Como?
25. Quais estratégias de ação os idosos fazem uso para serem reconhecidos como sujeitos de direitos?
26. Quais as vantagens e desvantagens de ser idoso na sociedade de hoje?
27. Quais as principais diferenças entre o jovem e o velho?
28. Existe diferença no tratamento dado ao jovem e ao velho na nossa sociedade? Por quê?
29. Onde o idoso busca a sua identidade atualmente? E você?
30. Com quem o idoso se identifica hoje, nesta sociedade contemporânea, consumista e hiperdiversificada? E você, com quem se identifica?
31. Em quais campos sociais o idoso atua mais hoje em dia? E você atua em algum campo social? Qual(is)?
32. Você participa de Grupos de Convivência? Qual(is)? Desde quando? Quais atividades? Qual frequência?
33. Você participa de algum grupo ou movimento comunitário (Conselho, Associação de moradores de bairro, igreja)? Quais? Há quanto tempo?
34. Qual a importância que dá a esses movimentos? Acredita neles?
35. Você participa da alguma atividade religiosa? Qual(is)? Há quanto tempo? E qual a razão de sua participação?
36. Você participa de alguma atividade cultural ou recreativa e de lazer? Qual(is)? Há quanto tempo participa? Qual a razão de sua participação?
37. Você tem acesso à internet? Tem computador em casa? Como você usa o computador? Participa de redes sociais (internet, facebook, Orkut, MSN)? Envia e recebe e-mails? Com quem se relaciona na internet?
38. Os idosos têm facilidade de fazer amizades? Como os idosos escolhem seus amigos? Como você escolhe?
39. Quem faz parte do círculo social dos idosos? Como se forma este círculo social?
40. Relato da sua trajetória de vida (descrevendo quem você foi e é atualmente).

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “CULTURA, POLÍTICA E RELIGIÃO: SOCIABILIDADES PRESENTES NO TERRITÓRIO DOS IDOSOS”

Nome da Pesquisadora: M.Sc. Solange Beatriz Billig Garces

Nome do Orientador: Dr. José Rogério Lopes

O Senhor(a) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar como se constituem os espaços sociais (território) para vivenciar a velhice e as sociabilidades que realmente geram identidade e potência aos idosos, transformando-os em atores sociais.

Ao participar deste estudo o Senhor(a) permitirá que a pesquisadora Solange Beatriz Billig Garces obtenha dados para sua tese doutoral, cuja pesquisa contribuirá para o fortalecimento da literatura sobre envelhecimento no que se refere ao estudo das sociabilidades culturais, políticas e religiosas no território dos idosos, identificando se estes são realmente atores sociais reflexivos em suas ações na sociedade contemporânea, dando visibilidade ao movimento social dos idosos.

O Senhor(a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o senhor(a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto.

A pesquisa será realizada através de uma entrevista que você responderá de forma sincera. As questões foram elaboradas com o fim de compreender melhor a temática e não oferecem nenhum risco à sua dignidade, porém algumas questões podem aflorar em você sentimentos, emoções e lembranças que lhe trarão a sensação de tristeza ou frustração.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa o(a) Senhor(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as sociabilidades que tornam os idosos atores sociais na sociedade contemporânea, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para a conquista da identidade e o reconhecimento do idoso como um novo ator social participante da sociedade contemporânea, onde a pesquisadora se compromete a divulgar amplamente os resultados obtidos, através da publicação de artigos científicos em revistas indexadas e envio dos resultados aos Conselhos Municipais do Idoso e ao Conselho Estadual do Idoso do RS, bem como junto ao Fórum Gaúcho das IES com ações voltadas ao Envelhecimento.

O(a) senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisadora: M.SC. Solange Beatriz Billig Garces - **Fone:** (55) 96317095

Orientador: Prof.Dr. José Rogério Lopes - **Fone:** (51) 3591 1191

APENDICE C – MATRIZ DE ANÁLISE

Moviment(ação) dos atores sociais idosos na sociedade civil e esfera pública			
Objetivos	Categorias	Indicadores	Questões
<p>Identificar as instâncias e os espaços sociais (territórios civis e institucionais) que constituem esferas públicas para reivindicação de direitos sociais, enfrentamento aos processos de exclusão e promoção da cidadania do idoso.</p>	<p>-Esferas Públicas para reivindicação dos direitos sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos sociais dos Idosos; - Legislações; - Conhecimentos dos Idosos; - Garantia dos direitos; - Esfera Pública; - Participação na construção dos direitos; - Espaços de reivindicação; - Características desses espaços; - Reivindicações e movimentos de luta; - Protagonismo do ator social idoso 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Você conhece os direitos dos idosos? Quais? 2. Como ficou sabendo ou conhecendo esses direitos? 3. Em sua opinião, quem garante seus direitos? 4. O que o governo tem a ver com seus direitos? 5. Você acha que os idosos devem participar das decisões do governo? Por quê? 6. Quais espaços, na sua opinião, constituem os lugares onde os idosos reivindicam direitos? 7. Você participa destes espaços? De que forma? 8. Em sua opinião estes espaços são participativos e democráticos ou não? Por quê? 9. Existe algum movimento de luta por reivindicações de direitos entre os idosos? Que movimento seria este? Você participa de algum destes movimentos? Qual(is)? 10. Você acredita que o idoso reivindica direitos por ele mesmo ou é representado por outro(s)? Se for, quem são esses “outros”?

<p>Caracterizar políticas públicas (locais, regionais e nacionais) orientadas às demandas dos idosos, em seus processos de negociação e outorgamento, de forma a configurar os atores presentes e suas perspectivas de intervenção nesses processos</p>	<p>Políticas Públicas, atores sociais e intervenção nesses processos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de política pública; - Políticas locais, estaduais e nacionais; - Construção das políticas públicas; - Participação nessa construção (governo e sociedade civil); - Garantia dos direitos sociais; - Representação e luta pelos direitos. 	<p>11. Você sabe o que são políticas públicas?</p> <p>12. Você conhece as políticas públicas voltadas ao envelhecimento em nível municipal, estadual e nacional? Cite algumas?</p> <p>13. Você sabe como são construídas as políticas públicas para os seus direitos chegarem até você? (processo de negociação, encaminhamento e efetivação [outorgamento] das políticas públicas).</p> <p>14. Quem interfere nestes processos?</p> <p>15. Como e quando o idoso participa deste processo?</p> <p>16. Politicamente, quem representa os idosos em nível nacional, estadual e municipal (e mundial)?</p> <p>17. Quem garante os direitos dos idosos?</p> <p>18. Na sua cidade, quem luta pelos direitos dos idosos?</p> <p>19. Em nível nacional e estadual, quem luta pelos direitos dos idosos?</p>
<p>Reconhecer as dinâmicas identitárias (objetivações e subjetivações) dos sujeitos em movimento nessa esfera pública, identificando características de organização coletiva e estratégias de ação (projetos) e negociação em torno do agenciamento de recursos para a efetivação de políticas públicas e constituição de</p>	<p>Dinâmicas Identitárias dos sujeitos idosos</p> <p>Agenciamento de recursos</p> <p>Estratégias de Ação</p> <p>Projetos Participação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - identidade - Subjetividade - Esfera Pública - estratégias de ação - Projetos - organização coletiva - Negociação (agenciamento de recursos) - Sociabilidades - Participação 	<p>20. Os idosos fazem projetos? Quais?</p> <p>21. Atualmente, em que tipos de projetos os idosos participam? E você participa de algum? Em qual(is)? E por qual razão participa?</p> <p>22. O idoso se sente disposto a participar de novos projetos? Por quê?</p> <p>23. Há espaços sociais abertos para participação dos idosos na sociedade atual? Quais? E para quais tipos de idosos?</p> <p>24. Em sua opinião, os idosos são capazes de agenciar recursos financeiros para a sua causa? Como?</p>

sociabilidades (culturais, políticas e/ou religiosas)			<p>25. Quais estratégias de ação os idosos fazem uso para serem reconhecidos como sujeitos de direitos?</p> <p>26. Quais as vantagens e desvantagens de ser idoso na sociedade de hoje?</p> <p>27. Quais as principais diferenças entre o jovem e o velho?</p> <p>28. Existe diferença no tratamento dado ao jovem e ao velho na nossa sociedade? Por quê?</p>
<p>Analisar modelos de organização e orientação da atuação destes novos atores sociais, na busca de reconhecimento, de seus direitos e da superação dos processos de exclusão social, em espaços institucionais de elaboração de políticas públicas.</p>	<p>Tipos ideais de organização</p> <p>Superação da exclusão</p> <p>Exemplos de engajamento (campos sociais de atuação)</p> <p>Projetos (trajetórias de vida)</p> <p>Conhecimento a mão</p> <p>Redes sociais</p> <p>Laços sociais</p>	<p>- Tipos ideais de idosos</p> <p>- Projetos</p> <p>- Campos sociais de engajamento</p> <p>- Conhecimento a mão</p> <p>-Projetos (trajetórias de vida)</p> <p>-Conhecimento a mão</p> <p>- Laços sociais</p> <p>- redes sociais</p>	<p>29. Onde o idoso busca a sua identidade atualmente? E você?</p> <p>30. Com quem o idoso se identifica hoje, nesta sociedade contemporânea, consumista e hiperdiversificada? E você, com quem se identifica?</p> <p>31. Em quais campos sociais o idoso atua mais hoje em dia? E você atua em algum campo social? Qual(is)?</p> <p>32. Você participa de Grupos de Convivência? Qual(is)? Desde quando? Quais atividades? Qual frequência?</p> <p>33. Você participa de algum grupo ou movimento comunitário (Conselho, Associação de moradores de bairro, igreja)? Quais? Há quanto tempo?</p> <p>34. Qual a importância que dá a esses movimentos? Acredita neles?</p> <p>35. Você participa de alguma atividade religiosa? Qual(is)? Há quanto tempo? E qual a razão de sua participação?</p> <p>36. Você participa de alguma atividade cultural ou recreativa e de lazer? Qual(is)? Há quanto tempo participa? Qual a razão de sua participação?</p> <p>37. Você tem acesso à internet? Tem computador em casa? Como você usa o computador? Participa</p>

			<p>de redes sociais (internet, facebook, Orkut, MSN)? Envia e recebe e-mails? Com quem se relaciona na internet?</p> <p>38. Os idosos têm facilidade de fazer amizades? Como os idosos escolhem seus amigos? Como você escolhe?</p> <p>39. Quem faz parte do círculo social dos idosos? Como se forma este círculo social?</p> <p>40. Relato da sua trajetória de vida (descrevendo quem você foi e é atualmente).</p>
--	--	--	--